Número: 78

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

ROBERISON WITTGENSTEIN DIAS DA SILVEIRA

"As influências da filosofia kantiana e do movimento romântico na Gênese da Geografia Moderna: os conceitos de espaço, natureza e morfologia em Alexander von Humboldt"

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte

CAMPINAS - SÃO PAULO

Agosto - 2008

© by Roberison Wittgenstein Dias da Silveira, 2008

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP

Silveira, Roberison Wittgenstein Dias da.
Si39i Influências da filosofia kantiana e do movimento romântico na gênese da Geografia moderna: a constituição dos conceitos de espaço, natureza e morfologia em Alexander von Humbolt / Roberison Wittgenstein Dias da Silveira-- Campinas,SP.: [s.n.], 2008.

Orientador: Antonio Carlos Vitte.
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Geografia. 2. Natureza. 3. Filosofia alemã. 4. Humboldt, Alexander von. I. Vitte, Antonio Carlos. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Título em inglês: Influences of the Kantian philosophy and the Romantic Movement in the Genesis of Modern Geography: the formation of the concepts of space, nature and morphology in Alexander von Humboldt.
Keywords: - Geography;
- Nature;
- Phylosophy alemã;
- Humboldt, Alexander von.
Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial
Titulação: Mestre em Geografia.
Banca examinadora: - Antonio Carlos Vitte;
- Ruy Moreira;
- Marco Aurélio Werle.
Data da defesa: 21/08/2008
Programa: Geografia.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: ROBERISON WITTGENSTEIN DIAS DA SILVEIRA

"As influências da filosofia kantiana e do movimento romântico na Gênese da Geografia Moderna: os conceitos de espaço, natureza e morfologia em Alexander von Humboldt"

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte

Aprovada em: 21 / 08 / 08

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte _____ Presidente

Prof. Dr. Ruy Moreira _____

Prof. Dr. Marco Aurélio Werle _____

Campinas, 21 de agosto de 2008

AGRADECIMENTOS

Essa talvez seja a única parte do trabalho que, sem medo, possa aparecer a primeira pessoa, um "eu" que, a todo momento presente, se desloca cientificamente para o indeterminado. Essa construção, essa dissertação de mestrado, é parte daquele que a propõe; é resultado de um processo de formação que certamente deve muito a muita gente. Sem quantificar e dividir em loteamentos precisos a quem se deva enfim algum tributo, agradeço àqueles que, na minha consciência, reconheço imediatamente com o trabalho produzido.

O primeiro agradecimento é, nesse sentido, ao professor Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes do Departamento de Geografia da UNESP de Presidente Prudente, figura central na tomada definitiva de um rumo que, sonhado, parecia sempre em fuga, nunca palpável e subtraído por modelos pré-definidos de reprodução tacanha do conhecimento dentro da Geografia. Este professor, no significado mais acabado do termo, permitiu criar, permitiu que as esperanças imprecisas tomassem corpo na adequação sistemática do que era até então uma vontade e nada mais. Os cumprimentos e gratidão seguem a este geógrafo que foi na minha vida acadêmica um divisor de águas.

Ao professor Dr. Antonio Carlos Vitte do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP agradeço a confiança depositada nos meus esforços e, acima de tudo, agradeço pela verdadeira orientação no desenvolvimento do trabalho. Central nos debates; na adequação; na construção das idéias; na estruturação da dissertação; na elevação das perspectivas, o professor Dr. Vitte foi o mais elevado ponto de interlocução e diálogo intelectual que experimentei nas atividades desenvolvidas academicamente.

Ao professor Dr. Antonio Carlos Robert de Moraes do Departamento de Geografia da FFLCH da USP agradeço o debate de alto nível acerca das idéias apresentadas na qualificação e, sobretudo, a ajuda fundamental na organização e estruturação final do trabalho, que resultou numa exposição mais clara e precisa do que ocupa o universo temático desse trabalho.

Ao professor Dr. Marco Aurélio Werle do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP agradeço pelas contribuições da qualificação e, sobretudo, pelo elevado ponto de

diálogo e crítica no processo de avaliação da dissertação, com as quais pude certamente ampliar meus horizontes acerca da Filosofia.

Ao professor Dr. Ruy Moreira do Departamento de Geografia da UFF agradeço a clareza e presteza na avaliação do trabalho e no apontamento de sugestões que foram significativas no processo de elaboração do texto final da dissertação, e, igualmente, pela presteza e atenção no trato das questões concernentes à dissertação.

Agradeço igualmente a grande amiga Paula Vanessa de Faria Lindo, mestranda do curso de pós-graduação em Geografia na UNESP de Presidente Prudente, pela elaboração de uma capa que serve a este trabalho como medida de uma representação artística para o conjunto de idéias expressas no seu conteúdo.

Na mesma medida, agradeço o apoio financeiro indispensável da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que permitiu uma dedicação integral ao trabalho desenvolvido, sem o que muito do que aqui se construiu teria sido dificultado ou mesmo impossibilitado. Também agradeço o apoio oferecido para a participação e apresentação de trabalhos em eventos importantes, que fomentaram discussões e enriqueceram a construção da dissertação.

Por fim, faço um agradecimento diferente, lembrando aqueles que, ainda que não tenham fisicamente incorporado o círculo de diálogo que forma o objeto da dissertação, fizeram parte da minha construção e certamente deste trabalho. Aos autores que com suas obras serviram ao propósito maior de elevação do conhecimento; que nas páginas de seus escritos suscitaram em mim uma nova forma de pensar e agir. A estes, que são sem dúvida meus maiores interlocutores, deixo esta memória, o agradecimento pontual diante da enorme produção que construíram.

SUMÁRIO

Resumo.....viii
Abstract.....ix

Introdução 01

1. A Gênese da Geografia Moderna: controvérsias e o papel da filosofia 10
1.1. Uma Gênese da Geografia Moderna e o diálogo com a Filosofia.....12
1.2. Controvérsias acerca da Gênese da Geografia Moderna.....17
1.3. A construção de uma interpretação filosófica.....32

2. A consolidação filosófica das ciências da natureza: o racionalismo na Geografia Moderna de Alexander von Humboldt 37
2.1. A intuição pura do espaço e do tempo: a definição da experiência como campo de análise das ciências.....39
2.2. Kant e as ciências da natureza: a construção de uma ciência independente sobre uma base racionalista.....46
2.3. O legado kantiano para as ciências da natureza e a Geografia em Alexander von Humboldt.....58

3. As origens filosóficas de uma natureza teleológica na construção da Geografia Moderna: teleologia, protótipo, protofenômeno e força vital.....66

3.1. A teleologia da natureza.....68
3.1.1. A noção de vivo: o organismo e a finalidade técnica da natureza.....68
3.1.2. Juízos teleológicos reflexivos: uma nova sistematização da natureza.....72
3.2. Relação da sistematicidade das Críticas com a Geografia Física kantiana.....78
3.3. A natureza em Humboldt.....81
3.3.1. Goethe e a natureza em Alexander von Humboldt.....82
3.3.2. Schelling e a natureza em Humboldt.....87

4. Kant e o movimento romântico alemão: a morfologia e os pressupostos artístico-filosóficos para uma nova construção metodológica da ciência em Alexander von Humboldt.....98

4.1. Forma e Estética na *Crítica do Juízo*: o papel dos juízos reflexivos estéticos.....100
4.2. Uma nova estética em Schiller: a concepção de homem em Humboldt.....103
4.3. Goethe: arte e método em Humboldt.....107
4.4. A arte na linguagem e os *Quadros da Natureza*.....117
4.5. Scheling: arte e método em Humboldt.....121

5. Alexander von Humboldt e a Gênese da Geografia Moderna.....125

5.1. A constituição dos conceitos de espaço, natureza e morfologia: um múltiplo legado na sistematização da ciência humboldtiana.....126
5.2. A Gênese de uma Geografia Moderna em Humboldt.....134
5.3. A obra de Humboldt e a Geografia Contemporânea.....143

5.4. Um sistema possível?.....147

Considerações Finais.....159

Referência Bibliográfica.....167
Bibliografia.....171

RESUMO

A dissertação de mestrado que apresentamos toma forma na análise da Gênese da Geografia Moderna a partir dos conceitos de espaço, natureza e morfologia. Estes conceitos, fundamentais na construção do saber geográfico moderno em Alexander von Humboldt, remetem a um itinerário científico-filosófico-artístico ligado à filosofia Crítica kantiana e ao movimento romântico alemão. Em Kant destacamos como o espaço *a priori* da *Crítica da Razão Pura* se atrela à delimitação de um campo válido de análise para as ciências, a esfera dos fenômenos. Na mesma medida, apresentamos ainda com a Primeira Crítica (CRP) e com os *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* a base filosófica sobre a qual se estruturam as ciências naturais, desenvolvendo-se livremente sob um domínio pragmático e em busca de objetivos claros e definidos, não mais a verdade elementar e última; contexto no qual emerge uma Geografia Moderna. Ainda em Kant, a *Crítica da Faculdade de Julgar* coloca, antecedida pela questão do organismo, a matéria sob a qual tomará forma uma concepção teleológica de natureza. Esta natureza com um fim independente da razão adentra no universo romântico e é retrabalhada de muitas maneiras, interessando-nos, sobretudo, as levadas a cabo por Goethe e Schelling. A natureza em Goethe está ligada ao ideal na produção–reprodução pela forma. A síntese na forma é a medida deste processo, a manifestação no instante daquilo que se dispõe numa dinâmica contínua, a relação indissociável entre todo e partes numa perspectiva metamórfica. Em Schelling esta natureza é tomada como um termo real em sua idealidade, ou seja, supera a perspectiva simplesmente negativa do não-eu fichtiano, aparecendo em seu sentido teleológico numa relação sintética com o espírito. A medida dessa união, a ligação em síntese entre espírito e natureza é a chave explicativa para o papel da subjetividade na objetividade, uma ligação entre aquele que é passivo e ativo na captação da cena pela perspectiva intuitiva. O ideal da natureza, este que liga tudo no universo é a força vital em Humboldt; é o permear na esfera orgânica e inorgânica de uma atividade integradora, inseparável. Por fim, o movimento romântico, nele incluídos Goethe e Schelling, corrobora uma perspectiva de arte que deve ser incorporada na tarefa maior de conhecer não só intelectualmente, mas também esteticamente. A arte aparece como elemento maior de manifestação objetiva da síntese entre espírito e natureza, aquilo, enfim, que é o máximo de representação da realidade e, como tal, o ponto mais elevado atingido pelo saber que, a um tempo, também é ser o que se pretende conhecido. A Geografia surge como ciência moderna na confluência filosófica deste múltiplo legado científico-artístico-filosófico pela incorporação humboldtiana dos conceitos de espaço, natureza e morfologia. A maneira e o contexto particular em que toma forma a ciência geográfica é ponto de notado interesse para a produção de um conhecimento científico que, a todo instante, dialoga com sua história e, na leitura que propomos, também com a Filosofia.

Palavras-chave: Geografia Moderna; espaço; natureza; morfologia; Alexander von Humboldt

ABSTRACT

The master's degree dissertation that we presented takes form in the analysis of Genesis of the Modern Geography starting from the space concepts, nature and morphology. These concepts, elemental in the construction of the modern geographical knowledge in Alexander von Humboldt, it send to a linked scientific-philosophical-artistic itinerary to the philosophy Critical kantiana and the German romantic movement. In Kant highlighted as the space *a priori* of the *Critic of the Pure Reason* it is harnessed to the delimitation of a valid field of analysis for the sciences, the sphere of the phenomena. Equally, we still presented with the First Critic (CRP) and with the *First Metaphysical Beginnings of the Science of the Nature* the philosophical base on which the natural science are structured, growing freely under a pragmatic domain and in search of clear and defined objectives, no more the elementary and last truth; context in which a Modern Geography emerges. Still in Kant, the *Critic of Judging* puts, preceded by the subject of the organism, the matter under which will take form a conception teleological nature. This nature with an independent end of the reason penetrates in the romantic universe and it is worked of many sort things out, being interested, excessively, carried out them for Goethe and Schelling. The nature in Goethe is linked to the ideal in production-reproduction for the form. The synthesis in the form is the measure of this process, the manifestation in the instant of that that is disposed in a continuous dynamics, the relationship unseparate between whole and parts in a metamorphic perspective. In Schelling this nature is taken as a real term in ideal, in other words, it overcomes the perspective simply negative of the "*no-me"* fichtiano, appearing in sense teleological in a synthetic relationship with the spirit. The measure of that union, the connection in synthesis between spirit and nature is the explanatory key for the paper of the subjectivity in the objectivity, a connection among who that is passive and assets in the reception of the scene for the intuitive perspective. The ideal of the nature, this that ties everything in the universe is the vital force in Humboldt; it is permeating in the organic and inorganic sphere of an activity integrate, inseparable. Finally, the romantic movement, in him included Goethe and Schelling, it corroborates an art perspective that should be incorporate in the larger task of knowing not only intellectually, but also esthetically. The art appears as larger element of manifestation aims at of the synthesis between spirit and nature, that, finally, that is the maximum of representation of the reality and, as such, the highest point reached by the knowledge that, at a time, it is also to be that is intended known. The Geography appears as modern science in the philosophical confluence of this multiple scientific-artistic-philosophical legacy for the incorporation humboldtiana of the space concepts, nature and morphology. The way and the private context in that takes form the geographical science is point of having noticed interest for the production of a scientific knowledge that, every minute, dialogues with its history and, in the reading that we propose, also with the Philosophy.

Keywords: Modern Geography; space; nature; morphology; Alexander von Humboldt

Introdução

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo investigar os conceitos de espaço, natureza e morfologia na Gênese da Geografia Moderna, mais particularmente na obra de Alexander von Humboldt. A premissa é que estes conceitos, considerados basilares para a estruturação da ciência geográfica em meados do século XIX, se desenvolveram a partir da forte influência da filosofia Crítica kantiana, das reflexões de Goethe que, ao considerar a relação orgânica entre arte e ciência, interferiu diretamente na organização de uma metodologia para o estudo da natureza, na qual a paisagem e a morfologia eram conceitos fundamentais, e, igualmente, do papel central de Schelling na construção sistemática que conduziu filosoficamente o movimento romântico no que diz respeito à natureza, a *Naturphilosophie*.(Vitte, 2007)

Nos enveredamos por um caminho sinuoso, por estreitas vias que dificultam a análise proposta. Percorrer os porões epistemológicos da Geografia e ressuscitar questões abandonadas não se revela tarefa fácil. Aqueles que sujam suas mãos nesse revirar de peças abandonadas, descobrindo em meio ao pó um conjunto de relíquias pertinentes ao mundo iluminado da casa habitada, permanecem na indiferença segura dos que procuram perpetuar um caminho já construído e prazerosamente repisado. Numa jornada de reinsurgência e repensar, velhos cânones e leituras viciadas tornam ainda mais difícil a tarefa de revolver um período de gênese. A medida do bom senso ensina que não se pode duvidar das verdades erigidas por aqueles que fundamentaram o chão pisado, como se herege fosse toda a iniciativa de questionamento ou as propostas de redefinição das bases de um saber há muito construído. Em contrapartida, nos dizemos libertos, homens de um tempo em que máximas não podem figurar como absolutas, em que tudo quanto parece imutável se remete ao velho processo feudal de organização do pensamento. Nos enganamos numa imutabilidade guiada pela plena aceitação e conformação de um mundo que deve obedecer às seqüências materiais de transformações relativas; introduzimos o dogma do eterno mudar, desde que nos limites estreitos da nossa possibilidade de aceitação e conveniência. Formulamos dissertações, teses e projetos como se produzíssemos objetos em série; adequamos esforços de uma vida a modelos previamente traçados e estabelecidos por normas bem claras e definidas; rompemos com uma livre produção; por fim, encerramos em cadeias tacanhas o que de mais valoroso temos, o fruto da nossa atividade intelectual. Numa sacra

ordem, ninguém ousa profanar as formas, imagens e rituais que fazem do nosso saber uma forma limitada de conhecimento, um contínuo jogo de adequações e seguros passos.

Pesa sobre os ombros de cada um envolvido com a busca por conhecimento a barreira dos que tudo sabem. E ainda que inadvertidamente tomemos as palavras de um pensador distante, morto e condenado por saber que ninguém sabia, pretendemos o que, em nosso tempo, não se pode pretender sem ser pretensioso. Ainda em pueril momento de nossas vidas pensamos tudo poder, imaginamos que pela força da luta e da persistência poderão barreiras serem transpostas. Mostra-se o dia seguinte, a apatia covarde e conveniente, aprendemos que não tão mágico e fácil é todo transformar; entendemos que existe uma "realidade" pesada e dura demais para que isoladamente ou por ações desarticuladas possamos suplantar; com razão, certamente, aprendemos a aceitar uma aparente escolha não escolhida. Mas há quem não queira ou não possa assim proceder, e, limitado a cada dia prolongado de um inútil caminhar, desafia o bom senso e chama à baila as certezas. Nada está pronto, não pode estar se vemos o que vemos. Em todas as esferas da vida e do conhecimento apresenta-se o desafio de lidar com o fruto de nossas andanças. Na ciência, experimentamos a impossibilidade dos limites disciplinares e dos cânones universais acerca da realidade apreendida e nem de perto compreendida; nas relações com um chamado mundo natural, enfrentamos a dura negação de nossos mais ousados empreendimentos de reprodução e existência; no âmbito das práticas e das relações humanas, atingimos uma tão estúpida forma de organização que nada podemos diante da miséria, da fome, das guerras, das políticas, dos sonhos, das necessidades e das máximas erigidas por uma racionalidade criada por nós mesmos; por fim, como deformados criados da própria criação, sucumbimos diante da mais elevada busca pela realização de uma existência há muito impraticável. Como homens desse contexto, introduzimos um trabalho que se fia na reflexão de nossas origens, melhor dizendo, que busca numa vasta herança os sentidos dos caminhos percorridos e das escolhas feitas.

Aqui apresentamos uma leitura conceitual, internalista, que pretende trazer uma contribuição das mortas coisas ao tempo nascente; a abertura de um diálogo com a Filosofia que, ao tempo que nos aclara os conceitos em sua gênese, nos muni de ferramentas para enfrentar as dificuldades postas pelo saber e as formas de vida contemporâneos. Geográfica, toda esta leitura conflui para a gênese desta ciência na figura singular de Alexander Humboldt; conflui para a construção conceitual que permitiu à Geografia uma forma particular de organização sistemática. Muitas questões e dificuldades estão associadas com esta tarefa de percorrer conceitualmente a

Gênese da Geografia Moderna. Estas dificuldades estão ligadas ao múltiplo legado articulado numa perspectiva de síntese. Alexander Humboldt, figura importante no cenário científico do século XIX, estabeleceu uma série de articulações científico-filosóficas, e mesmo artísticas, que mantêm no seio da construção sistemática que pensou para as ciências, inclusive para a Geografia, uma tarefa interpretativa das mais truncadas e polêmicas.

O primeiro capítulo dessa dissertação pretende mostrar estas questões, as polêmicas que envolvem a produção de uma ciência inovadora em Humboldt, ao tempo que também procura apontar um conjunto de reflexões associadas com a tarefa geral de pensar a Geografia em sua gênese. Destacamos, nesse sentido, que a reconstrução conceitual da gênese geográfica é também um processo de construção e colaboração no cenário contemporâneo da Geografia. O primeiro passo, portanto, foi situar este trabalho no processo de construção da Geografia, mais precisamente nas dificuldades enfrentadas por seu objeto e pela dualidade entre uma Geografia Humana e outra Física. No momento seguinte, procuramos apresentar as polêmicas interpretativas que envolvem a gênese geográfica moderna; o embate sobre os diferentes autores que fizeram parte deste contexto e a discussão sobre o papel de Humboldt neste processo de gênese. Encerramos o primeiro capítulo apontando o conjunto de contribuições que esta leitura conceitual no campo da História do Pensamento Geográfico pode trazer para as ciências e, sobretudo, para a própria Geografia, a partir do momento que os conceitos analisados concatenam múltiplos legados numa perspectiva de síntese filosófica. Este capítulo representa, no fundo, o traçar de um panorama global sobre os principais pontos a serem discutidos acerca da Gênese da Geografia Moderna e a iniciativa de ponderar a complexidade envolvida na adoção de uma leitura conceitual a partir do espaço, da natureza e da morfologia em Alexander von Humboldt.

O segundo capítulo pretende ser a apresentação de um dos legados científico-filosóficos assimilados por Humboldt. No campo geral de desenvolvimento das ciências da natureza, apontamos a centralidade de Kant e a valorização da experiência como campo válido para a atividade científica a partir do reconhecimento do papel transcendental do espaço. Para além do espaço, os domínios da razão e seus *a priori* permitiram a Kant a legitimação de uma análise causal para o campo dos fenômenos em concordância com um procedimento descritivo, ou seja, a valorização do empírico na busca de uma lei reguladora. Esta ordenação pelos princípios transcendentais da razão guiou as ciências da natureza na sua busca causal, na verdade, procurou legitimar filosoficamente um processo de construção científica presente nas formulações de

Bacon, Descartes e Newton, entre outros. Destacamos neste segundo capítulo o que disso tudo rebate na construção científica de Humboldt e na articulação conceitual proposta. A valorização numérica, os experimentos, o uso de um ferramental metodológico das ciências racionalistas do período deixam claro que este movimento geral das ciências não é ignorado por Humboldt. Em igual medida, destacamos que as transformações levadas a cabo no interior da construção racionalista da ciência, com a estruturação de uma perspectiva organicista, fizeram parte do arcabouço metodológico empregado nos trabalhos de Humboldt.

Em suma, pensando na dimensão das contribuições filosóficas kantianas para a estruturação de uma ciência da natureza e, na mesma medida, considerando a atividade desenvolvida por este modelo científico, trabalhamos no segundo capítulo o que compete a este legado e, na mesma proporção, os limites que cabem a essa dimensão da atividade científica empreendida por Humboldt.

Com o terceiro capítulo traçamos a influência de um conceito central, o de natureza, que permitirá reconhecer um outro campo de influência em Humboldt, muito além dos ditames restritos da ciência da natureza construída no período. Sublinhamos, a princípio, a perspectiva de uma natureza dinâmica, ligada à perspectiva organicista, ou seja, dispondo-se em um arranjo causal não linear, mas que se coloca pela relação indissocável entre todo e partes. A concepção de uma natureza com finalidade independente das determinações da razão remete *à Crítica da Faculdade de Julgar* (1995) kantiana, ao processo de construção de uma nova sistematicidade em que a natureza aparece com um telos próprio, um fim independente do sujeito transcendetal e *seus a priori*. Esta concepção teleológica, entretanto, não se reduz aos prinípios judicativos da proposta Crítica kantiana, mas se atrela ao próprio processo de formação e transformação da natureza pela forma, enfim, esta compreensão da natureza em Humboldt nos conduz ao movimento romântico, em específico, às contribuições de Goethe e Schelling.

Em Goethe, apontamos o papel do protótipo e do protofenôemno como forma de elucidar a redução sintética na forma de uma dinâmica do infinito no finito. Aquilo que empreende Humboldt no seu desafio comparativo deve ser entendido por essa medida de análise, o "caminhar sobre o finito" para se aproximar do infinito, do ideal que subjaz toda forma. Tomada em conjunto (morfologia) esta forma anuncia uma harmonia entre os elementos da natureza, uma relação indissociável que retrata em boa medida a concepção de um organismo sistematicamente independente.

Em Schelling, coloca-se a concepção de uma natureza ligada por um fio comum, uma idealidade que aproxima as esferas orgânicas e inorgânicas, bem como o espírito e a natureza. A noção de uma *força vital* em Humboldt advém desse fundamento ideal que aproxima sinteticamente os opostos numa perspectiva de síntese. Elemento da dinâmica no mundo, essa idealidade perpassa tanto o orgânico como o inorgânico, os harmoniza numa relação que não pode ser suprimida. Igualmente, essa idealidade aproxima o espírito e a natureza; coloca o desenvolvimento do humano no processo de desdobramento reflexivo mediante síntese, ou seja, tudo o que se fundamenta de um ou de outro lado não pode ser tomado de maneira independente, existe uma comunhão entre a atividade da natureza e sua manifestação mais acabada, o espírito humano. Essa concepção de natureza que, como veremos, está presente em Humboldt, responde, em alguma medida, ao desafio de ligação metodológica que ocupa a sua ciência inovadora, afinal, tudo o que se apresenta como atividade do espírito deve ser ponderado e não descartado em nome de uma sobriedade metodológica, antes disso, deve submeter-se ao sentido maior de elevação e desenvolvimento da natureza por ela mesma, pela tomada de consciência de si. As vias que se apresentam às ciências racionalistas ao tempo de Humboldt não podem ser ignoradas, mas, isto sim, integradas no projeto final de elevação contínua no processo de síntese.

O quarto capítulo, por sua vez, mostrará o papel da arte na construção científica de Humboldt, destacando, neste processo, a função fundamental do conceito de natureza e de morfologia herdada dos românticos.

O ponto de partida do capítulo é colocado pela perspectiva estética assumida na *Crítica da Faculdade de Julgar* (1995) kantiana. Damos destaque ao papel unificador de todo e partes na visão da forma e também à apresentação dos juízos reflexivos que, resumidamente, não são determinados pelo interesse da razão. Da mesma maneira, apresentamos como a concepção estética kantiana, pelo juízo desinteressado de gosto e pela produção genial, fundamentam as perspectivas artísticas e estéticas ulteriores, sobretudo na sua ligação com a natureza.

Neste capítulo ainda, apontamos a construção de uma visão de arte como médio entre razão e sensibilidade em Schiller, um ponto importante no arranjo sistemático da ciência humboldtiana. Entendemos que a concepção de um homem que é a um tempo racional e sensível corrobora a inovação metodológica em Humboldt, já anunciada com o conceito de natureza em Schelling. Por um lado, deve o homem voltar-se para a estruturação lógica, para aquilo que é posto pelos princípios formais racionalistas, incorporando, desse modo, o importante legado que

se acumulou com o avanço das ciências; por outro lado, a medida da sensibilidade é o passo para a valorização do que não pode ser exprimido pelas estruturas lógicas formais, o que não pode ser reduzido e hierarquizado num processo de ordenação restrito; é a tomada do que toca o humano para além da razão. O valor da arte para Schiller reside, nesse ponto, no elemento estruturante de junção harmônica destas duas condições do humano. O homem só pode realizar-se na medida em que incorpora o valor estético na sua construção lógica, no momento em que equilibra estes pólos que definem sua condição no mundo. Em Humboldt, além desta possibilidade de aproximação sistemática entre o que se dispõe pelas vias da razão e da sensibilidade, coloca-se também a arte como parte estruturante da vida; ele deixa claro esta postura quando apresenta a crítica feita a Darwin por este não incorporar o elemento estético no sentido final assumido pela natureza no seu processo de elevação ou seleção.

Em Goethe, a visão de um protofenômeno e protótipo denunciam na forma o processo de transformação contínua da natureza, e, por essa medida, demonstram o quão importante é reconhecer nesta forma a atividade que se sintetiza e enxergar o papel do ideal na compreesão do mundo. Quando Humboldt valoriza a representação da cena pela pintura está exprimindo a noção de que a representação das formas em conjunto refletem na sua composição a presença do ideal e a reaproximação no olhar contemplativo, enfim, a processualidade que está por trás da cena, da paisagem tomada sob a visão artística. Ainda com relação à Goethe, a visão de arte permite uma correspondência entre o sujeito e o objeto, ou seja, um fenômeno deve ser analisado não numa medida distante e estritamente objetiva, antes disso, pela incorporaração do sujeito no objeto contemplado. A ciência não pode, portanto, restringir-se a um olhar distante e avaliador, porque, em verdade, o sujeito é ativo e passivo na compreensão do que se lhe apresenta. Em Humboldt, procuramos mostrar a centralidade desta visão de ciência, repercutindo a todo tempo na sua visão do *Cosmos* e na sua análise geográfica.

No movimento romântico em geral, indicamos como Humboldt recupera uma noção importante, a da arte como desdobramento reflexivo no instante. Os *Quadros da Natureza*, a descrição da natureza por uma linguagem não estritamente científica, refletem este desafio romântico de reproduzir a natureza em seu processo de formação-transformação contínua. A linguagem proso-poética representa para os românticos a possibilidade de incorporar a medida intuitiva da poesia, a contemplação total no instante, com a perspectiva de um desdobramento pela prosa. Isso é importante porque a reflexão é o elemento chave, não mais no estrito universo

judicativo, mas na atividade mesmo de construção da realidade. A descrição deixa de ser simplesmente descrição para ser explicação e representação lingüística de uma natureza em contínua transformação.

Por fim, em Schelling, destacamos como se completa a visão geral do valor da arte em relação com a concepção de natureza e com a *Naturphilosophie* romântica. Compreendida naquela medida de síntese entre espírito e natureza, a atividade do mundo só pode ser compreendida com a participação ativa destes termos que, para além de serem contrapostos, se complementam dialeticamente. A primeira medida é a da intuição, o captar no instante da dinâmica, contudo, porque intelectual, esta intuição já não basta, já não representa objetivamente o que subjetivamente torna-se claro. Entra em cena a intuição estética, a medida de um representar objetivo que encontra no gênio a possibilidade de exprimir a comunhão sintética entre espírito e natureza. O gênio, por sua consciência, estrutura com sentidos válidos o que se deve apresentar; na mesma medida, por sua inconsciência, transmite pelo papel do dom o que não pode ser transmitido pelas estruturas formais da razão. Aqui se coloca o papel derradeiro da arte genial em Humboldt, o sentido da arte como forma de representação de uma intuição intelectual e estética, o propósito final de um conhecimento com bases fincadas no saber romântico.

O último capítulo, o quinto, pretende ser o reagrupar de todas as influências destacadas, a maneira como sistematiza Humboldt esse conjunto aparentemente desconexo de correntes metodológicas a partir dos conceitos de espaço, morfologia e, sobretudo, o de natureza. Do mesmo modo, este capítulo final pretende recuperar as discussões introdutórias e situar o campo da gênese moderna da Geografia no corpo dos conceitos destacados. Percorremos, ainda neste capítulo, as questões polêmicas e apontamos uma linha interpretativa que enxerga em Humboldt uma forma original de gênese para as ciências e, em específico, para Geografia. Encerramos o capítulo com um apontamento geral das dificuldades acerca do saber geográfico contemporâneo, indicando algumas questões e ensejando algumas respostas. Nesse sentido, terminamos com uma proposta filosófica para o enfrentamento das questões, que, em verdade, não pretende há esse tempo ser mais do que a ponderação de algumas idéias e a apresentação de um debate que certamente deve suscitar uma redefinição e um repensar da proposta aqui apresentada.

Cumprindo o que pretende ser uma análise sobre a Gênese da Geografia Moderna a partir dos conceitos de espaço, natureza e morfologia em Humboldt, esperamos acrescentar novos

olhares e perspectivas no cenário geral da História do Pensamento Geográfico e, conseqüentemente, novas questões e debates no campo epistêmico da Geografia.

Capítulo I

A Gênese da Geografia Moderna: controvérsias e o papel da Filosofia

1. A Gênese da Geografia Moderna: controvérsias e o papel da Filosofia

Introduzir uma análise acerca da Gênese da Geografia Moderna é seguramente um desafio, não somente pela polêmica que se roga a qualquer ciência no percorrimento de seus meandros epistemológicos, mas pela divergência de posições que se apresentam e, sobretudo, pela dificuldade que perpassa o objeto da Geografia e sua própria construção metodológica. Esse trabalho insere-se, portanto, nos limites da confessa turbulência estabelecida quando se ousa repensar os fundamentos da ciência geográfica e, mais ainda, por reconhecer de antemão que este caminho histórico lança novos horizontes ao saber e formas contemporâneas de se fazer Geografia. E como na busca de novos horizontes não se pode prescrever receitas ou modelos prontos, e como também não se pode evitar questões controversas, pretende-se não a refutação do que quer que seja, mas a apresentação de uma nova contribuição, um esforço que soma ao de outros notadamente envolvidos com a mesma dificuldade.

Existem conceitos basilares na Gênese da Geografia Moderna, conceitos que permanecem e que assumiram diferentes feições ao longo de uma história intelectual e material. Pensando nessa perspectiva, encerramos nossa análise em três conceitos que, por sua própria constituição, remetem a uma construção da Geografia Moderna a partir das transformações filosóficas. Falamos dos conceitos de espaço, natureza e morfologia, que, no período que compreende a gênese moderna da Geografia, estão intimamente relacionados ao cenário filosófico do século XVIII e XIX. Procuramos, dessa forma, percorrer os caminhos que levaram à constituição destes conceitos, destacando sobremaneira a obra de Alexander von Humboldt (1769-1859), figura central na construção da ciência geográfica e que, segundo teremos oportunidade de explicar, esteve ligado a correntes filosóficas que permitiram à Geografia uma forma peculiar de construção sistemática.

As dificuldades começam já no anúncio da proposta, seja pela apresentação de um diálogo com a filosofia na análise da constituição dos conceitos de espaço, natureza e morfologia que fundamentam a Gênese da Geografia Moderna em Alexander von Humboldt, seja pela controversa análise que envolve o debate filosófico acerca destes conceitos.

1.1. Uma Gênese da Geografia Moderna e o diálogo com a Filosofia

Como se estruturam os conceitos de espaço, natureza e morfologia? Essa pergunta é central na apresentação deste trabalho; é ela que conduzirá o conjunto de investigações acerca da Gênese da Geografia Moderna em Alexander von Humboldt. Estes conceitos nos remetem às contribuições filosóficas de Kant e ao movimento romântico alemão, sobretudo no que se refere à compreensão da natureza a partir de Goethe e Schelling. No diálogo estabelecido com a Filosofia apresentamos a Gênese da Geografia Moderna a partir de uma perspectiva internalista e, nessa medida, pretendemos contribuir com a História do Pensamento Geográfico.

O diálogo aberto com a gênese das ciências é um exercício de refazer-se no curso da análise; é um reconstruir que demanda construção. Saber situar-se metodologicamente no campo da Geografia é indispensável para discutir, pensar e reconstruir, numa linha interpretativa, a gênese moderna dessa ciência, entretanto, ou paradoxalmente, é pela análise dessa gênese que podemos nos situar com clareza no universo geográfico. Embora não partilhemos da mesma via metodológica para a análise da construção geográfica, destacamos uma expressão clara dessa relação na colocação de Quaini (1992), inspirado em Althusser:

> "(...) da reconstrução do objeto da geografia deriva, de fato, a reconstrução de sua história. Poderíamos dizer mais, entre história da geografia e geografia em construção há uma relação obrigatória de mútua colaboração: a segunda não avança sem a primeira e vice-versa." (p. 17)

Essa dificuldade, central no rumo de toda a ciência, encontra maior ressonância na Geografia, na medida em que historicamente ela tomou para si o desafio de explicar a natureza numa relação de reciprocidade com o homem (expresso na perspectiva da sociedade). E como para se estabelecer qualquer relação é preciso conhecer os conceitos, se fez mister conhecer o homem em sociedade e, igualmente, a natureza. É evidente que na redução destes conceitos se apresentou a posição que competia historicamente a cada teoria ou método, portanto, a definição do que é o homem em sociedade e do que é a natureza não foi e não é mais do que, também, um momento analítico com todas as deficiências e restrições ligadas as suas matrizes teóricas e filosóficas. Resumindo, definir o que quer que seja é partir de pressupostos e pensar mediante bases que se apresentam historicamente em choque no plano das idéias e mesmo no plano da economia e da política.

Não bastasse essa dificuldade, a Geografia incorporou historicamente outro problema. Enquanto se reduzia o objeto geográfico à tarefa de expressar-se ora sobre a superfície da terra, ora sobre a paisagem, ora sobre a relação homem e meio, ora sobre a perspectiva espacial, se tomava como princípio primeiro a objetividade, e, nesse sentido estrito, podia-se falar em uma possibilidade de adequação aos esforços das outras ciências, que, como a Geografia, abarcavam no seu interior uma gama de divergências próprias das inúmeras e possíveis trilhas metodológicas e suas respectivas fundamentações filosóficas, e mesmo, deficiências que competiam a estas diferentes adoções. No entanto, um salto mais foi dado ao se falar em uma Geografia Humana e, de uma forma ainda maior, ao tomar corpo uma leitura dialética na construção do pensamento geográfico. Já não se pode mais restringir o objeto da Geografia à simples apresentação objetiva da relação estabelecida entre sociedade e natureza, na medida em que o emprego de uma ação objetiva qualquer produz uma transformação da subjetividade. O espaço, objetivo a princípio, transforma culturalmente e psicologicamente o agente de sua transformação, a sociedade. A pergunta se torna ainda mais difícil: não se trata apenas de saber o que é o homem na perspectiva da sociedade e o que é a natureza, encontrando na relação entre ambos os sentidos das disposições materiais sob a visão do espaço, o que se intenta agora é reconhecer o que dessa relação se manifesta objetivamente e o que dessa objetividade se estabelece subjetivamente, enfim, pretende-se, com esse recorte, uma explicação do papel do homem no mundo e do mundo no homem. Mensurar o tamanho da dificuldade envolvida na questão é apontar para o fato de que esta resposta apresenta um problema de articulação que escapa ao universo de uma ponderação fragmentada.

O desafiador de toda essa questão é o fato de que a Geografia se coloca como objeto a explicação do mundo pelas vias da objetividade e da subjetividade, ou seja, em todas as perspectivas possíveis e imagináveis. A Geografia se colocou historicamente um problema filosófico, fugindo, no entanto, da tarefa de tratá-lo filosoficamente; a relação que está na estruturação do objeto é mesmo o que leva Kant a reformular sua visão sistemática com a introdução da *Crítica da Faculdade de Julgar* (1995). Se tomado estritamente na perspectiva objetiva, o espaço pode ser considerado um objeto válido para a Geografia e manter em seguros passos o domínio que lhe compete cientificamente dentro deste universo geral das ciências empíricas; se, no entanto, se coloca o desafio de compreender o rebatimento subjetivo dessa manifestação objetiva, deve cumprir uma explicação e articulação distinta das dispostas, enfim,

deve ir além do enfoque fragmentário e escapar do rumo das especializações do saber, o que, definitivamente, não se observa na prática. Considerando com atenção, a Geografia incorporou, sem fundamentação, o preceito básico colocado pela filosofia kantiana às ciências empíricas, bem seja, o de tomar como objeto uma parte dada do conjunto dos fenômenos, tendo como objetivo a redução geral mediante leis causais e suas conexões no plano da empiricidade, contudo, tem como objeto uma relação filosófica que ultrapassa o universo das ciências desta ordem.

Mas há uma curiosidade importante por detrás de todo esse processo, o fato de a Geografia ter surgido como ciência moderna num afã de resolver um impasse muito similar ao colocado à Geografia contemporânea. Alexander von Humboldt, no seu *Cosmos*, procura explicar o mundo, entendido como o universo, numa dupla perspectiva: objetivamente, numa descrição da natureza e no reconhecimento de uma lei que opera a lógica dessa articulação objetiva; e subjetivamente, reconhecendo que a explicação última do Cosmos não pode ser dada na perspectiva da objetividade reduzida à razão, mas que deve ser pensado, igualmente, no papel que representa para a subjetividade, nesse caso para o sentimento que toca o sujeito no contato com o mundo objetivo. Ali, em meados do século XIX, a ciência pioneira de Humboldt marca uma contribuição fundamental para a constituição da ciência geográfica, e aqui, no início do século XXI, reencontra seu sentido na dificuldade colocada pela ciência do qual é certamente um dos fundadores.

É preciso entender que é mais do que um acaso ou uma ironia desenhada pela história do pensamento esta ligação entre a gênese da Geografia e suas dificuldades contemporâneas, em verdade, se revela um problema epistêmico que tanto lá no século XIX como aqui no século XXI apresenta-se de maneira clara: o da limitação imposta ao saber pelas vias dispostas por uma forma de racionalidade refém de arranjos seqüenciais e limitada por uma amarração analítica que não oferece grandes horizontes no rumo do conhecimento, enfim, o rumo de um saber especializado e encerrado dentro dos limites disciplinares. A Geografia se colocou estes desafios e ampliou seu objeto em vista da instabilidade com que esteve envolvida na sua história científica, e, mais ainda, por colocar-se dois domínios, o da sociedade e o da natureza, que no conjunto das outras ciências percorreram caminhos metodológicos distintos. O conflito resultante desses caminhos metodológicos distanciou o que se pretendia explicar, enfim, desenhou-se historicamente uma divisão entre uma Geografia Física e uma Geografia Humana; ambos os caminhos relevando a relação proposta entre sociedade e natureza, mas de maneira que, na

Geografia Física, a sociedade apareça como uma variável no conjunto organizado da natureza e sua manifestação espacial, e na Geografia Humana, a natureza seja tomada como um elemento antropizado, incorporado direta ou indiretamente pelos interesses e prerrogativas sociais, aparecendo então como uma expressão material da relação levada a cabo pelas transformações produtivas. Estes caminhos, reduzidos aqui em linhas gerais, são o resultado dessa dificuldade filosófica que ocupa a ciência geográfica em sua gênese moderna. A Geografia coloca-se uma relação que, no mínimo, exige uma adequação metodológica para a explicação da natureza e da sociedade, o que, a princípio, não é um desafio filosófico dos mais fáceis. Numa outra perspectiva, caminha sobre uma base epistêmica conflituosa, na qual se compreendem todas as ciências modernas, mas que, na Geografia, assume uma forma mais nítida ou rigorosa por incorporar tanto as dificuldades impostas pela epistême no plano da natureza como no plano da sociedade. Esse desencontro, o trançar de pernas de uma ciência ébria, não pode ser ignorado ao preço de pôr término aos seus dias de saber sistemático ou, o mais provável, condená-la à manutenção por uma força institucional.

A Geografia sempre esteve atrelada às formas instituídas de poder, mesmo as formas mais remotas de Geografia da antiguidade escravista grega e romana, ainda que não fossem exclusivamente determinadas por elas, como querem muitos dos intérpretes da história do pensamento geográfico. Essa medida pragmática de uma ciência a serviço do poder regulou em muitos sentidos os rumos assumidos e as escolhas feitas internamente no plano das opções metodológicas e, certamente, foi elemento ativo na construção e definição dos objetos ou, ao menos, da perspectiva empregada no trato deles. E ainda que não se ignore esse conflito ideológico-político-econômico, tem-se como certo que a produção intelectual não foi estritamente refém dessas determinações, ainda que seja certo o fato de ter ela passado pelo crivo de uma "seleção social".

Seria, no entanto, impreciso dizer que a produção das idéias não tenha transformado as condições político-produtivas e mesmo caminhado na contramão dos processos dominantes; ainda impreciso seria dizer que este ponto é desconsiderado pelas vias interpretativas postas pela Geografia contemporânea. No rumo de uma Geografia ligada aos pressupostos da dialética em Marx e Engels, se coloca uma visão que considera a relação entre o que se produz e o que rebate dessa produção no pensar e agir das sociedades em sua relação com a natureza. Caminhando na direção que colocamos sobre a necessidade de se considerar tanto uma dimensão objetiva quanto

subjetiva na consideração do espaço, esta filosofia trazida para o plano metodológico da Geografia é certamente uma das representantes mais acabadas de um saber que procura articular estes dois domínios e abarcar o problema da unidade. Contudo, o caráter determinante e primeiro das bases produtivas e materiais são certamente um entrave filosófico a ser superado nesse turbulento cenário epistemológico. A medida de seu valor pragmático pode dar longa vida ao saber geográfico, mas não pode jogar para debaixo do tapete o limite que se coloca ao lidar a todo instante com as fronteiras da busca filosófica que se atrela ao seu objeto e à perspectiva assumida historicamente no seu enfrentamento.

Esclarecemos, nesse ponto, um dos motivos pelos quais se manifesta nesse trabalho uma opção metodológica de percorrer a Gênese da Geografia Moderna a partir de um diálogo com a Filosofia, ou seja, de reconstruir a constituição dos conceitos de espaço, natureza e morfologia na perspectiva das idéias, das mudanças e das opções que se sucedem no desafio analítico e investigativo dos primeiros trabalhos geográficos e, com maior profundidade, os apresentados por Alexander Humboldt. Em poucas palavras, nos distanciamos de algum modo da estreita concepção de que podemos reconstruir a mudança do pensamento e das estruturas metodológicas da Geografia a partir da determinação irrestrita das bases materiais produtivas sobre o conjunto das idéias. A recusa, filosófica a princípio, fundamenta-se no fato de considerarmos arbitrário o reconhecimento da primazia da matéria que, sem medida, aprisiona o caráter livre que se atribui à subjetividade, mantendo cativa, ainda que articulada sob a imagem de uma relação plena, aquilo que se pressupõe seja o elemento de toda mudança e do que se apresenta então como possibilidade mesmo de mudar. Admitindo uma primazia da materialidade e submetendo a realidade a uma dinâmica temporal, temos que a determinação do que antecede sobre o que virá se dá de maneira estritamente condicionada, ou seja, ainda que pressuponha uma comunicação aberta e recíproca entre as esferas objetiva e subjetiva, a primeira sempre será tomada de maneira constitutiva e originária, de modo que isso representa, segundo entendemos, uma supressão do caráter livre das bases filosóficas que sustentam o método histórico-dialético na Geografia que, talvez com ironia, pretenda ser a expressão máxima de liberdade no pensar científico. Desse modo é que não podemos adotar o que nos parece, em última instância, uma postura filosoficamente arbitrária, distante esteja de percorrer com sobriedade a validação do que se apresenta imediatamente como realidade. Renunciar aos dogmas é uma atitude importante, mas renunciar ao dogma de uma materialidade como primeira e constitutiva o é igualmente.

Esclarece-se, definitivamente, que não se desmerece ou se invalida quaisquer contribuições que sigam esta forma de análise, ao contrário, aponta-se o limite de sua inegável contribuição, indicando sua parcialidade, na medida em que não se pode admitir qualquer determinante exclusivo e irrestrito em um exame filosoficamente sóbrio, seja este material ou intelectual, ao menos não até aqui. A opção pelo percorrimento das idéias, que propomos em nossa análise, não deve, portanto, se apresentar como um caminho maior ou mais elevado, mas igualmente relevante e necessário, na medida em que não se pode atribuir qualquer primazia, nem, segundo pensamos, encadear lógica ou temporalmente fatos ou idéias admitidos constitutivamente. Não é maior nem menor o esforço que se segue com relação àqueles que propuseram uma via produtivo-histórica no desafio interpretativo da Gênese da Geografia Moderna, mas pura e tão somente uma importante e necessária contribuição a este processo na perspectiva das idéias; contribuição ainda tateada no campo da História do Pensamento Geográfico.

Olhando para a Gênese da Geografia Moderna, encontramos em Alexander Humboldt não uma resposta, mas certamente a apresentação de um desafio que, é evidente, não nos serve na justa medida, mas que, ao menos, oferece uma possibilidade de análise diante da dificuldade de conjugar uma dimensão objetiva e subjetiva da natureza em uma ordenação espacial. Filosófica, científica e artística, a iniciativa humboldtiana é um dos fundamentos do problema colocado à Geografia e, ao mesmo tempo, pode ser concebida como base reflexiva para um caminho válido na tentativa de superar a dificuldade contemporânea dessa ciência. A iniciativa de percorrer com interesse conceitual a obra de Alexander von Humboldt se funda na idéia de que há nesse legado histórico muito do que nos interessa como produtores de conhecimento na perspectiva geográfica.

1.2. Controvérsias acerca da Gênese da Geografia Moderna

Quando intentamos uma análise histórica da ciência, esbarramos na dificuldade de avaliar um corpo de conceitos e métodos que, a princípio, estavam sendo gestados não no reduto de uma divisão metódica e dentro de fronteiras disciplinares claras e precisas, mas no cenário de múltiplos legados e no reduto de diferentes campos do saber. Em um primeiro momento, essa dificuldade se dá porque as bases, os recortes epistemológicos que vão compor os núcleos conceituais e metodológicos de divisão das ciências não estavam tão claramente dispostos e

hierarquizados como nos catálogos acadêmicos que qualquer vestibulando encontra em suas mãos no momento de escolha por uma ou outra disciplina ou ciência, ou seja, as fronteiras disciplinares estavam em gênese; no momento seguinte, porque a ciência surge não de si mesma, mas de diferentes correntes de pensamento, sejam estas científicas, filosóficas ou políticas. A Gênese da Geografia Moderna não está estritamente na própria Geografia, ela é dependente de inúmeros fatores e, no que compete a sua formação moderna, está ligada a uma reformulação sistemática importante. Embora isso pareça óbvio, é importante para compreender como será possível o reconhecimento de uma Gênese da Geografia Moderna em Humboldt a despeito das considerações de Capel (1981) acerca do que vinha sendo produzido sob o rótulo de Geografia. Foi, enfim, a reformulação dos pressupostos conceituais e metodológicos que culminaram na construção de uma ciência geográfica moderna, propriamente falando.

Os trabalhos realizados na perspectiva do pensamento geográfico apontam para diferentes concepções e interpretações sobre a Gênese da Geografia Moderna. Isso se explica, evidentemente, pelo próprio procedimento metodológico dos diferentes autores que, no trato com a história do pensamento geográfico, imprimem em suas leituras as noções fundamentais de seus princípios teóricos norteadores, enfim, os fundamentos de suas formas de proceder cientificamente. Pretendemos, nessa discussão panorâmica introdutória, destacar alguns autores que se ocuparam com a questão histórica da ciência geográfica. A divergência de posicionamento e opiniões são fruto de um proposital agrupamento teórico capaz de indicar não só as questões referentes à Gênese da Geografia Moderna, mas, igualmente, de dimensionar as discussões e polêmicas que envolvem esta fundamentação.

A primeira consideração é sobre a *Geografia Geral* de Varenius, que, produzida no século XVII, teria apontado um novo caminho sistemático para a Geografia estritamente informativa que se acumulou com a expansão do capitalismo mercantil. Para Andrade (2006), "Varenius não se limitou a descrever a superfície da Terra, baseado só na observação e nas informações disponíveis, ele procurou explicar a origem dos fenômenos e das formas que modelaram a sua superfície." (p. 70). Na perspectiva de Sodré (1976), a produção de Varenius é notadamente relevante para a Geografia, destacando sua *Geografia Geral* como um dos trabalhos fundamentais da Geografia. Na mesma linha, Almagià, segundo Quaini (1992), enxerga a produção de Varenius como "a primeira síntese científica, baseada em uma sistematização de todo o material de observação e de fatos novos que se acumulam após os grandes descobrimentos

geográficos...” (Almagià apud Quaini, 1992, p. 21). Essa importância da *Geografia Geral* de Varenius é reforçada pelo fato de ter Newton, em 1762, reimpresso sua obra em língua inglesa e utilizado seu trabalho nos cursos que ministrou. Na opinião de Claval (2006), o que realmente estimula e permanece no pensamento de Newton são as considerações astronômicas e cosmográficas que, com seu valor matemático, interessam sobremaneira à física newtoniana. Ainda segundo Quaini (1992), Max Sorre apresenta uma análise distinta, afirmando que a *Geografia Geral* de Varenius, “apesar de uma genial concepção de conjunto, não desenvolve e não mantém as promessas do título. Nenhum esforço construtivo, nas duas direções já percebidas pelos antigos, teve sucesso” (SORRE apud QUAINI, 1992, p. 26). É, de certo modo, a mesma concepção de Claval (2006) que, defendendo a importância sistemática do trabalho de Varenius, destaca o fato de que...

> (...) as clarificações que esta obra traz não são suficientes para fazer sair a disciplina das dificuldades que resultam do defasamento entre a qualidade crescente da cartografia, a nova abundância de dados e as possibilidades da sua utilização para mostrar e explicar a diversidade regional do mundo.(p. 41)

Para Moraes (2002), a obra de Varenius se enquadra na linha geral de trabalhos realizados até o século XVII, não sendo, sistematicamente falando, capaz de transpor este século e vigorar como aporte conceitual ou metodológico para a constituição de uma Geografia propriamente moderna. Embora Andrade (2006) advirta que a “obra de Varenius necessita ser mais divulgada e discutida pelos que fazem geografia nos dias de hoje” (p. 70), resta que a impressão dominante é a de que Varenius foi um dos precursores da geografia moderna e não propriamente um de seus fundadores, sistematicamente falando.

Outro autor que aparece com destaque nesse momento de fundamentação de uma ciência Geográfica sistemática é Johann Reinhold Forster (1729-1798). Moreira (2006) aponta que os trabalhos de Forster são significativos, na medida em que correspondem a eles “a primeira grande arrumação sistemática sofrida pela geografia moderna em sua formação, no campo teórico metodológico.” (p. 15). Ainda na visão de Moreira (2006), seu método seria comparativo, tendo agrupado no recorte da paisagem as diferentes particularidades que, no sentido último, remeteriam a explicações gerais; o estudo da superfície terrestre pela categoria da paisagem e sob um método comparativo teria permitido a Forster compreender os fenômenos em conjunto e como portadores de uma ordenação geral. Tatham (apud MOREIRA, 2006) se expressa da

seguinte forma a respeito: “Dotado de acurados dotes de observação, assim como científica tendência de espírito, colecionava fatos, comparava-os e classificava-os, e extraía dessa classificação generalidades com as quais procurava, então, a explicação da causa.” (p.15). A visão corográfica seria o termo final dessa Geografia proposta por Forster. Sodré (1976) dirá que a segunda viagem de Cook ao Pacífico, da qual Reinhold Forster participou, foi fundamental no acúmulo da diversidade necessária ao emprego do seu método comparativo. Diante de uma grande diversidade e casos específicos, teria ele buscado a organização geral destes particulares, reduzindo-os a termos fixos e princípios causais. Ainda segundo Sodré (1976), Plewe via Reinhold Forster como “o primeiro grande metodologista alemão, geógrafo na concepção moderna.” (PLEWE apud SODRÉ, 1976, p. 26) Contudo, Moreira (2006) advertirá que “a geografia segue sendo com Forster um saber caracterizado ainda por um forte recorte empirista. Campo, objeto e método estão definidos, mas falta-lhe o discurso de elaboração teórico-conceitual mais sistemático.” (p. 16)

Um autor que toma para si esta tarefa sistemática é Immanuel Kant (1724-1804). Existe acerca de Kant uma série de questões que serão discutidas ao longo do trabalho. De modo geral, o filósofo alemão foi fundamental no plano de transformações paradigmáticas da ciência e da filosofia no século XVIII; sua obra marca uma passagem importante nas interpretações do mundo, sobretudo o seu projeto Crítico:

a) Inicia um movimento de investigação filosófica que, colocando as contradições expostas por uma liberdade no sujeito e um condicionamento na natureza, conduz o pensamento à fundamentação de novas possibilidades e respostas;
b) Dá margem ao desenvolvimento de uma ciência cujo objeto é dado no campo da experiência, única esfera de conhecimento possível do sujeito;
c) Realiza, pelo exame crítico, a separação definitiva entre ciência e filosofia, a fundamentação das premissas e a operacionalidade metodológica que cumpre aos específicos objetos;
d) Elabora, na reflexão suscitada pela sistemática das Críticas, a visão de uma natureza atuando segundo a fins, reformulando, sem contradizer, as suas primeiras colocações sobre uma natureza tomada como estritamente mecânica;

e) Colabora, pela transformação de suas Críticas, tanto com uma forma de racionalidade que pressupõe a separação entre sujeito e objeto quanto com a enunciação de um homem e natureza ligados por um fim comum.

Para além das disposições filosóficas e seu rebatimento na ciência da natureza, a discussão inicial é sobre o caráter do trabalho geográfico de Kant. É inegável a sua relação com a ciência geográfica, afinal, ministrou 48 cursos de Geografia Física entre os anos de 1756 e 1796. A polêmica consiste no teor desses cursos ministrados e no papel deles na construção sistemática da Geografia Moderna. O fato de ter sido Kant um dos pensadores mais importantes da história da filosofia poderia justificar uma necessidade corporativa dos geógrafos de buscarem associações entre a sua construção filosófica e suas atividades como produtores de um conhecimento geográfico. Moraes (2002), por exemplo, considera que "... autores que se dedicaram à Filosofia do Conhecimento, como Kant ou Leibniz, enfatizaram a questão do espaço. No caso de Kant, sem articular esta discussão (posta ao nível da 'razão pura') com aquela por ele efetuada com o rótulo explícito de Geografia." (p. 38). Todavia, é dominante a visão de que a construção de uma Geografia Física por Kant representa um passo importante na construção de uma Geografia Moderna e, sobretudo, no aporte conceitual-metodológico que teria desempenhado seus trabalhos na Alemanha do século XIX. Gomes (2000) destaca: "Deve-se mesmo a ele a descoberta do mecanismo dos ventos alísios e das monções. Seu curso de geografia lhe valeu a eleição de membro da Academia de Ciências de São Petersburgo." (p. 84). Sodré (1976) segue essa linha interpretativa, afirmando que a "... introdução preparada por Kant às suas aulas estabeleceu as bases metodológicas da Geografia alemã, isto é, aquela que estava à frente das demais, ao tempo, influindo nestas, portanto." (p. 27) A divisão kantiana entre homem e natureza, desempenhada pela Primeira Crítica (CRP), corresponderia, na visão de Sodré (1976), a uma separação de campos da ciência. A parte que compreendia o homem era alvo de estudos da Antropologia, a que compreendia a natureza era a Geografia Física, base de todas as outras formas de produção geográfica, divididas por Kant em Geografia matemática; moral, política, comercial e teológica. Moraes (2002) acompanha essa análise que divide uma Antropologia ligada ao homem e uma Geografia Física ligada á natureza, contudo, relaciona a obra kantiana com a perspectiva de uma análise voltada para a superfície terrestre, em resumo, à apresentação de uma ciência de síntese. Moreira (2006), doutra feita, destaca que Kant formula

conceitualmente, seguindo a orientação de Forster a respeito da base empírica de análise das manifestações particulares, a concepção de espaço, indo além da perspectiva de superfície terrestre de Forster, ao contrário do que defende Moraes (2002).

Sodré (1976) coloca ainda uma questão importante: a da separação em Kant entre História e Geografia. Essa separação estaria relacionada a uma visão narrativa e outra descritiva. "A história era o registro dos acontecimentos que se sucediam no tempo; a Geografia era o relatório de fenômenos que se sucediam no espaço. Juntas constituíam o conhecimento empírico." (p. 28). Andrade (2006) manifesta postura similar, na medida em que considera a Geografia "uma ciência da razão prática e "(...), em conseqüência, que era, como a História, uma ciência descritiva, distinguindo-se desta por ser corológica, enquanto a História era cronológica." Moreira (2006) dá uma interpretação mais aprofundada acerca dessa relação entre a construção da *Estética Transcendental* da *Crítica da Razão Pura* (1999) e a definição dos campos da História e da Geografia. Esta noção de espaço estaria ligada, na visão de Moreira (2006), à dimensão pura *a priori* do sujeito que, por essa condição, compreenderia a objetividade espacialmente; em resumo, o espaço seria condição de toda a objetividade e caberia à ciência geográfica a tarefa de compreender a ordenação espacial dos fenômenos nessa medida de intuição pura, condição de todo objeto externo. Na verdade, Moreira (2006) abarca a noção geral, apesar de ter apresentado a perspectiva filosófica de maneira um pouco complicada, como por exemplo a consideração do espaço como "juízo sintético *a priori*", quando, enfim, o espaço é condição da própria percepção dos fenômenos, ou seja, trata-se de uma intuição pura que torna possível todo objeto externo. À História, por outro lado, corresponderia a dimensão cronológica ou temporal, quer dizer, a medida de organização tomada na perspectiva interna. Para Moreira (2006) isso significa que o espaço é objetivo e tempo subjetivo. Uma divisão que também imaginamos complicada porque, em termos filosóficos, objetivo, na filosofia da Primeira Crítica (CRP), é justamente aquilo que pode ser dado no caráter puro da intuição, ou seja, completamente independente do que se apresenta no conteúdo do fenômeno (aqui incluso espaço e tempo); ao contrário, subjetivo é justamente a consideração particular e dos conteúdos das impressões que tocam os sentidos e são por eles promovidos. De todo modo, a relação que pretendemos neste momento destacar, ilustrada por Moreira (2006), diz respeito à disposição por Kant de um domínio histórico capaz de compreender os fenômenos na medida do tempo e outro geográfico, responsável pela compreensão dos fenômenos na perspectiva do espaço. Claval (2006) também concebe essa

relação entre o espaço e o tempo e a fundamentação de uma ciência geográfica e histórica em Kant: "Kant é (...) levado a atribuir à história e à geografia finalidades diferentes das outras disciplinas: o seu papel é o de perceber as estruturas temporais e espaciais que a nossa experiência revela." (p. 55). Contudo, adverte que "Kant surge como um geógrafo bem informado, mas o seu ensino não é nada revolucionário". De todo modo, reconhece também Claval (2006) que Kant é parte fundamental na consolidação da Geografia alemã, berço da Geografia Moderna.

Num outro plano de análise, Gomes (2000) coloca o papel direto e indireto da produção kantiana na Geografia. Kant aqui é lembrado não só no seu caráter geográfico, mas nas contribuições gerais colocadas no rumo do pensamento científico, assim como no plano de reformulações filosóficas que redundaram numa perspectiva de natureza e de espaço, conceitos estes fundamentais na construção de uma Geografia Moderna. O projeto Crítico kantiano é apresentado no seu rompimento com o dogmatismo e o ceticismo, a dimensão do espírito que guia o desafio filosófico kantiano e que tem rebatimento em toda forma de pensar ulterior. Aqui, a definição da experiência como o limite de todo conhecimento objetivo possível, medida de toda extensão da estética e da analítica transcendental da Primeira Crítica (CRP), permite a fundamentação de uma ciência da natureza. Nas palavras de Gomes (2000):

> A ciência da natureza é então para Kant a aplicação do entendimento com suas categorias *a priori* à diversidade natural. São estas categorias que impõem uma inteligibilidade universal, através de suas leis, à diversidade do mundo sensível...(p. 83).

Essa busca pelo princípio causal nas ciências da natureza derivaria, portanto, da redução imposta pelas categorias de entendimento a todo objeto possível da experiência. "Definindo os novos limites da razão e propondo uma alternativa à ciência, Kant se situa como um marco da história do racionalismo moderno, abrindo a via para as sínteses totais do início do séc. XIX" (GOMES, 2000, p. 84)

A questão fundamental é colocada por Gomes (2000) na interlocução dos trabalhos de Hartshorne, Schaefer e May. O primeiro destaca uma divisão interna na concepção de Geografia proposta por Kant, na medida em que apresenta uma Geografia sistemática, ligada às ciências teóricas e ao aporte lógico-metodológico que compreendem as ciências dessa ordem; e outra

descritiva, preocupada com as particularidades regionais e sua disposição empírica. Schaefer, na visão de Gomes (2000), vai problematizar essa questão na medida em que aponta o legado kantiano como contraproducente no rumo de uma Geografia que deve ser mais do que descrição, introduzindo este caráter descritivo como meio para uma análise geográfica com valores científicos. No que se refere a May, Gomes (2000) destaca o papel do valor dado ao conceito no sentido e no período proposto por Kant. Trata-se, por exemplo, de empírico, aquilo que é tomado no campo da experiência como condição objetiva, não excluindo daí o fato de que esta experiência esteja submetida às categorias advindas do raciocínio, da lógica. A ciência empírica deveria, também ela, buscar o aporte lógico-conceitual que reduz a termos gerais o conjunto de casos e manifestações particulares. Não há, nesse sentido, uma divisão como a concebida por Hartshorne, uma vez que a Geografia Física, enquanto ciência, é pensada como sistema, um "sistema da natureza".

> A geografia como ciência está confinada a um estudo do fenômeno natural que ocorre sobre ou próximo à superfície da Terra. Distinta da física, é uma ciência empírica, não teórica. Porém, como a geografia produz um conhecimento sistemático da natureza, ela é também um 'sistema da natureza' e uma disciplina que busca encontrar leis. (MAY apud GOMES, 2000, p. 140)

Esse embate apresentado por Gomes (2000) coloca em termos precisos a perspectiva direta e indireta da contribuição kantiana, na medida em que o arranjo sistemático da natureza rebate na construção geográfica kantiana, afinal, ela é, como salienta May, tomada na compreensão do que é a experiência em Kant e da relação que ela põe, como fenômeno, entre o *a priori* e o *posteriori.* No mesmo caminho, Vitte (2007) ressalta que o caráter sistemático é fundamental na compreensão da obra geográfica de Kant, pelo que teve por objetivo sua Geografia Física "produzir uma ordem hierárquica da natureza" (p. 25-26) e procurar "... justificar uma nova teoria da natureza e o papel da razão na sistematização desta..." (VITTE, 2007, p. 26).

Herder, aluno de Kant e influenciado por suas obras, inclusive as correlatas à geografia, também aparece como um dos precursores de um saber geográfico sistemático. Ele é, certamente, um dos expoentes do movimento pré-romântico que toma forma na Alemanha no fim do século XVIII e início do XIX. Suas teorias estéticas procuram interligar a natureza e a produção histórica na tentativa de compreender as particularidades do sentir e do experimentar de cada

cultura. A obra está ligada ao lugar em que é produzida, que passa, por sua vez, a redefinir o próprio sentir, que se desdobra sobre si mesmo e redefine a própria obra. É ainda Herder quem dá destaque ao papel da língua, colocando-a como elemento central na individualização das nações e resgatando a cultura própria do povo alemão (FALBEL In: GUINSBURG, 2005). Essas formulações desempenham papel decisivo na visão herderiana de uma ligação entre a natureza e a formação cultural dos povos (GOMES, 2000). Na visão de Herder:

> Elementos físicos, vitais e espirituais, conforme o clima, o tempo e o momento, articulam-se na síntese coletiva e histórica que define uma nação. Unindo o geral e o particular, a personalidade cultural e nacional de cada povo (National Charakter, Geist des Volken, Geist der Nation) se distingue por valores próprios e intransferíveis; é uma forma de vida completa, auto-suficiente, da qual a singularidade do indivíduo humano se torna inseparável. (NUNES In: GUINSBURG, 2005, p.59)

Moraes (2002) partilha dessa visão, destacando em Herder um tema central para a Geografia, o da "influência do meio sobre a evolução da humanidade" (p.38). Andrade (2006) trabalhará a idéia de que "Herder revelou-se, até certo ponto, um determinista..." (p.74 ou 73), porque "... analisando as diferenças das condições naturais nos vários pontos da superfície da Terra, ele afirma que cada povo realizava seu destino e desenvolvia a sua civilização, de acordo com o relacionamento com o meio físico". Colocando em melhores termos, Gomes (2000) dirá que é precipitado falar de determinismo em Herder, "na medida em que não se encontra em nenhuma parte a idéia de uma necessidade vinda da natureza.". O papel do gênero de vida seria o elemento central para dissuadir-se dessa confusão. Segundo Gomes (2000), os gêneros de vida funcionam para Herder como a representação de uma articulação entre as condições particulares de um lugar e a cultura que ali se desenvolve. A mediação criada nesta relação reflete a singularidade dos gêneros de vida que "são, portanto, os meios específicos que cada nação encontra para se enraizar em um dado território, graças às ferramentas que sua própria cultura desenvolve..." (p.145). Claval (2006) destaca essa relação em Herder na perspectiva da história dos povos:

> A história dos povos está ligada à sua geografia: para a compreender é conveniente debruçar-se sobre o meio em que vivem e ver como este dá ao grupo as suas especificidades. A geografia a que apela a filosofia de Herder não

> é a simples descrição do mundo: ela deve explicar a história de cada povo e a evolução geral para o progresso. (p. 57)

Mais do que determinismo, abre-se aqui a medida da relação, pela qual pretende Herder enxergar a evolução histórica dos gêneros em sua relação com a natureza e a cultura. A marca da especificidade da proposta de Herder representa, para Gomes (2000), o embasamento de outra via distinta daquela colocada por Kant, ou seja, apresenta a fundamentação de uma leitura que deve priorizar os particulares e não reduzi-las a termos únicos ou princípios reguladores, mais do que isso, coloca em relevo a perspectiva da sociedade, a relação entre o "clima", entendido como o conjunto de manifestações da natureza, e a construção cultural. Destaca-se a influência de Herder sobre a Geografia que se seguirá, e, sobretudo, naqueles que desempenharam papel central na gênese moderna dessa ciência, como Alexander von Humboldt.

Alexander Humboldt é alvo de muitas controvérsias, importantes na definição da construção histórica da Geografia Moderna. A primeira delas, central na análise da gênese de qualquer ciência, diz respeito à fundação: teria sido Alexander Humboldt responsável pela fundamentação de uma ciência geográfica moderna? Capel (1981) dirá que não. Os argumentos centrais em favor dessa posição estão ligados ao caráter atribuído à Geografia no momento em que se constrói a obra de Humboldt, e mesmo o não reconhecimento por parte deste de que seus trabalhos sejam eminentemente geográficos e tão pouco que ele seja, aos seus próprios olhos, um geógrafo. Nessa linha de pensamento, Humboldt, ao falar de Geografia Física, estava fazendo uma relação com o que então se conhecia por descrição física da Terra, influência de Horace Benedict de Saussure (1740-1799) que lhe inspirou a idéia de que chegara "o momento de desenvolver uma ciência da Terra baseada em observações, e não na especulação e na elaboração de sistemas..." (CAPEL, 1981, p. 17, trad. nossa). Agrupando diferentes áreas do saber, reflexo de seu vasto domínio sobre a geognosia, meteorologia, botânica, química, filosofia da natureza e história, Humboldt não incorporou, na visão de Capel (1981), o que então aparecia como Geografia.

> Es evidente que esto puede constituir un projecto significativo de investigación científica, pero no está clara la relación del mismo com lo que hasta el siglo XVIII se entendía por Geografia y tampoco com el sentido que en su misma época otros contemporáneos y el próprio Humboldt atribuian a la expresión "geografía". Tanto mas cuanto que el mismo Humboldt después de las anteriores palabras sigue manteniendo una distinción entre "geografía física", por um lado

> y “geografía propiamente dicha” y “geografía comparada”, por outro, considerando a estas últimas como ciencias descriptivas y enumerativas y como auxiliares “para la composición de la geografía física” (p. 19)

A tese central é que a concepção de “Geografia Física” está totalmente desligada do caráter geográfico da época e atende por esse nome em vista da influência exercida por Saussure, ou seja, aquilo que ele chama Geografia Física não é Geografia propriamente. Não obstante, o conjunto do seu trabalho não pode ser concebido como geográfico porque o próprio Humboldt não o considera assim, quer dizer, não enxerga a si mesmo como geógrafo ou produtor de um conhecimento dessa ordem.

> En realidad, como hemos dicho, él se consideraba a sí mismo como “físico”, como “naturalista”, como filósofo de la naturaleza” y en algúns casos como “botánico”. De esta manera lo consideraban también sus contemporáneos, que valoraban sobre todo sus aportaciones a la historia natural, a la física o, incluso, la química. (p. 22)

Na verdade, Humboldt esteve também formalmente ligado à Geografia, ele participou da criação da Sociedade de Geografia de Paris no ano de 1821 e, no ano de 1827, foi eleito presidente desta Sociedade . Mas, ainda dentro dos argumentos de Capel, algumas dificuldades se apresentam. De um lado, segundo Capel (1981), não podemos considerar Geografia Física o que Humboldt chama de “Geografia Física” porque esta concepção não estava atrelada ao caráter assumido pela noção de Geografia no período, por outro lado, não podemos considerar seu trabalho geográfico porque o próprio Humboldt adverte que não é geógrafo e que não está a produzir Geografia. Aqui há um problema que precisa ser esclarecido, o da adoção de duas perspectivas distintas e antagônicas no aporte de uma definição do que é Geografia em Humboldt. Ora, se considerarmos uma linha interpretativa que enxerga reconhecimento no que diz o autor sobre si mesmo ou o que, enfim, expressa em seus escritos, temos que considerar que existe uma Geografia Física em Humboldt e que, pelo fato de ela ir na contramão da concepção dominante do período, nada tem que ver com aquilo que está sendo defendido pelo próprio autor na adoção do conceito; se, no entanto, considerarmos uma linha que está desligada do valor ou rótulo dado pelo próprio autor a sua produção, temos que o fato de Humboldt não se considerar geógrafo nada influi no fato de sê-lo ou no sentido de ter ele produzido uma nova organização metodológica e sistemática para a Geografia. Os argumentos usados por Capel (1981) são

antagônicos, não complementares, como ele pretende. Mas mais interessante do que isso é o fato de colocarmos aqui o problema ou dificuldade com a qual iniciamos este tópico, bem seja, a de que a ciência geográfica moderna surge não de si mesma, mas de um conjunto de fatores que devem ser considerados.

Na mesma linha interpretativa de Capel, Schaefer, segundo Moraes (1989), também não vai entender como geográfico o arranjo sistemático da produção humboldtiana, pelo contrário, vai apontá-lo como uma manifestação científica continuadora da cosmologia. Moraes (1989), sobre o caso de Humboldt, comenta que "na maioria das interpretações, a avaliação do conteúdo geográfico de sua produção vai ser identificado de acordo com as definições atuais do objeto geográfico assumido pelos comentaristas," (p. 98). É a medida daquela linha tênue entre fazer e definir Geografia e compreender a história da Geografia. Moraes (1989) comenta ainda que existe uma gama de investigações acerca do que é geográfico em Humboldt, dividindo-se, grosso modo, em dois grupos: um que atribui a Geografia às produções de monografias descritivas e outro que enxerga a produção geográfica nos estudos sistemáticos do autor. Hartshorne, por exemplo, considera o *Cosmos* como uma obra geográfica, o que deixa ver a sua concepção de uma geografia que incorpora no seu domínio tanto um campo de análise ideográfico quanto um nomotético (MORAES, 1989, p. 100). A idéia de uma Geografia como ciência de síntese tem seu aporte nessa origem humboldtiana, na confluência em seus trabalhos de uma série de informações dos diferentes ramos da ciência em desenvolvimento em favor do seu projeto interpretativo sistemático, nessa linha se definindo o que é, para Humboldt, Geografia Física. (Moraes, 1989)

Capel (1981) está de certa forma isolado nessa recusa de uma origem moderna da Geografia em Humboldt, ele mesmo reconhece que para "muitos geógrafos Humboldt é não só o criador da geografia moderna, como, ao mesmo tempo, o da moderna geografia regional" (p. 23, trad. nossa). Esta ligação com a geografia regional seria, para alguns autores, o reflexo da filosofia kantiana em Humboldt, de todo modo, os trabalhos que melhor compreendem essa formulação de um estudo regional são, na visão de Moraes (1989), os referentes à Nova Espanha e sobre a Ilha de Cuba. Tentando ainda identificar essa linha geográfica em Humboldt, Gomes (2000) ressalta que "Humboldt traça a longa marcha em direção à realização do saber geográfico e nota que alguns autores anteriores conseguiram intuitivamente se aproximar da visão moderna." (p. 158). A idéia central de Gomes (2000) é de que a proposta humboldtiana de ciência está no rumo de uma nova concepção sistemática para a compreensão da natureza. A "física do mundo"

prescreve a constituição de um objeto tomado numa análise geográfica moderna, e isso de uma maneira única por parte de Humboldt. Andrade (2006), na defesa desse papel de Humboldt como fundador da Geografia Moderna, destaca que

> Comparando a distribuição do relevo, do clima e das associações vegetais em várias latitudes, Humboldt analisou a interação entre estes elementos, estabelecendo causas e efeitos, o que o levou à formação do princípio de causalidade, tão caro aos geógrafos da primeira metade do século XX. (p.82)

Outra polêmica emerge nesse momento: Humboldt buscou um princípio causal como os colocados pelos moldes da ciência racionalista do período? É ponto comum o fato de ter Humboldt buscado leis gerais e princípios unificadores para o conjunto dos casos particulares, no entanto, são difusas as interpretações sobre o sentido último dessa ordenação, bem como de que maneira e a que serve essa redução do particular a termos gerais. Claval (2006) destaca que, geograficamente falando, Humboldt esteve ligado às cosmografias tradicionais. A ligação de seu trabalho com os de R. Forster, na aproximação da perspectiva cosmográfica, pela qual divide sua obra em uma parte destinada ao céu, a terra e a vida orgânica é sublinhada por Gomes (2000) na leitura que faz do Cosmos: "É verdade que encontramos a tradição das cosmografias na estrutura da obra, notadamente quando ele descreve o céu, a Terra e a vida orgânica" (p.158), mas adverte: "Contudo, se o conteúdo ainda é próximo daquele das cosmografias, a originalidade da conduta de Humboldt, sua especificidade, está na utilização de um método..."; é justamente neste método que reside a chave interpretativa de Humboldt.

Andrade (2006) entende que o método em Humboldt é resultado de uma confluência entre "o racionalismo ilustrado francês do século XVIII, do idealismo alemão e do projeto positivista" (p. 81). Moraes (1989) discordará dessa ligação de Humboldt com o positivismo, expondo que "é possível afirmar que não há uma influência positivista expressiva no pensamento humboltiano." (p. 90), ressaltando que "muitos geógrafos vão defender", isto sim, "uma continuidade entre as formulações de Humboldt e o pensamento kantiano." (p. 89). Dentre estes ele destaca Quaini e Hartshorne, que apontam para esta linha kant-humboldtiana como a continuadora de grande parte dos esforços geográficos subseqüentes. Moraes (1989) ainda sublinha o fato de Schaefer se contrapor a estas correntes de interpretação, afirmando, absurdamente, que "Humboldt, curiosamente, nem cita Kant nem participa de suas opiniões." (p.89). Claval (2006) dirá que Humboldt, na ênfase dada à diferenciação regional da Terra, "mostra que soube tirar partido das

reflexões de Kant." (p. 66). Essa relação com Kant seria o elemento predominante para o reconhecimento de uma busca causal em Humboldt.

Gomes (2000) defende que "Humboldt aliava ao mesmo tempo o espírito enciclopedista e o esforço de síntese, característicos dos primeiros anos do século XIX." (p. 159). Moraes (1989) é prudente em dizer que a definição de enciclopedista "não dá conta da complexidade da sua filiação filosófica." (p.88). Capel (1981), por sua vez, defenderá que "a Gênese deste projeto intelectual humboldtiano deriva seguramente de três correntes de pensamento: duas delas científicas – a botânica e a geognosia – e uma terceira de caráter filosófico e literário – o idealismo e o romantismo alemão" (p. 07, trad. nossa). Ainda para Capel, o papel do método comparativo em Humboldt está ligado ao trabalho de George Forster (1754-1794) sobre o *Baixo Reno,* de 1791, e dos seus conhecimentos de anatomia comparada que havia adquirido com os estudos botânicos, zoológicos e geológicos. Estas perspectivas se ligariam, ainda segundo Capel (1981), ao desenvolvimento das idéias evolucionistas na ciência e, nessa medida, ao papel de uma visão histórica da natureza.

Outra contribuição geográfica importante de Humboldt, a produção cartográfica destacada por Capel, também é lembrada por Vitte (2007), que ressalta o caráter de uma visão cósmica por detrás da busca por representação; "a unidade entre o inorgânico e o orgânico, gerando uma individualidade fenomênica que deveria ser teorizada e passível de ser registrada em pinturas e posteriormente em mapas." (p. 34). A propósito dessa interpretação, é notória e quase unânime a leitura que reconhece em Humboldt a influência do idealismo alemão pós-kantiano, mais especificamente do movimento romântico do século XIX. Esse é um ponto central para a análise da obra humoldtiana.

Gomes (2000) coloca que "os laços que uniam Humboldt a seus contemporâneos românticos foram às vezes estreitos e carregados de discussões a propósito da ciência, de seus limites e de seus métodos." (p. 152). Na verdade, Gomes (2000) vê em Humboldt uma aproximação entre o "materialismo racionalista com as proposições do idealismo alemão e do romantismo filosófico." (p. 154); a busca da causa estaria associada a uma cosmovisão, inspirada na *Naturphilosophie* alemã. Schelling seria, portanto, parte fundamental de seu trabalho. Vitte (2007) sublinha ainda o papel da filosofia da natureza de Schelling na visão de processualidade que envolve a construção das formas, retirando disso o papel desempenhado em Humboldt de uma representação como síntese desta processualidade e, o que é importante, a compreensão de

uma relação entre o espírito e a natureza que é evocada na representação artística dos seus estudos. Outra influência apontada por Vitte (2007), que também aparece no trabalho de Moraes (1989), diz respeito à concepção ontológica de Humboldt, que, abarcando a concepção schellinguiana, se distanciou da colocação de uma natureza como simples desdobramento reflexivo do Eu no seu processo de auto-limitação; perspectiva que lhe permitiu pensar a natureza em seu caráter autônomo. Moreira (2006) dirá ainda que "a filosofia da natureza (o primeiro Schelling) é o fundamento do holismo panteísta de Humboldt, expresso na interação das esferas do inorgânico e do orgânico e do humano, integrados na mediação da esfera orgânica..." (p. 22)

Doutra feita, destaque quase inquestionável é dado à obra goethiana. Moraes (1989) assinala o fato de ter sido Goethe citado em muitos trabalhos de Humboldt, sobretudo no *Cosmos*, sua obra mais importante e que representa, de fato, o arranjo sistemático da ciência que propõe. A questão da morfologia (estudo das formas) é sublinhada por Vitte (2007). Goethe se propôs essa análise e, no que compreende estas reflexões, a sua *Metamorfose das Plantas* teria sido a de maior rebatimento nas obras de Humboldt, sobretudo na sua *Geografia das Plantas* de 1805. A proposta morfológica goethiana introduz, ainda na leitura de Vitte (2007), a conceituação de tipos dinâmicos. "Este conceito de tipo, em Humboldt, passou a ser associado a comunidades de plantas que reúnem características morfológicas e fisiológicas em unidades inseparáveis que formam um sistema harmônico e hierárquico das comunidades vegetais." (VITTE, 2007, p. 35). Os tipos seriam orientadores de um desenvolvimento diverso sob a imagem geral de um mesmo modelo; os específicos conteriam uma tipologia que permite a associação entre os seus e, dessa forma, uma fixidez por detrás do variável. Moraes (1989) também conclui por esta ligação entre Goethe e Humboldt, elucidando-a com as palavras do próprio Humboldt:

> "De todas minhas peregrinações impressionou-me a poderosa influência exercida sobre mim pela sociedade de Jena, de como através de minha associação com Goethe, minhas considerações sobre a natureza exaltaram-se, vendo-me possuído de novas sensações perceptivas" (p. 92).

Assim como Vitte, Moraes também indica um papel importante da visão de metamorfose, que, ainda nas palavras de Humboldt, "Goethe tratou com uma sagacidade superior, e que nasce da necessidade que nós experimentamos de reduzir as formas vitais a um pequeno número de tipos fundamentais." (HUMBOLDT apud MORAES, 1989, p. 93). A função do elemento estético

na produção científica surge justamente dessa concepção, além das contribuições decorrentes da idéia de "unidade e movimento" (MORAES, 1989, p.93). Dessa forma, o projeto de ciência humboldtiano, que, segundo Vitte (2007), constitui "uma ciência universal do movimento romântico." (p. 38), é apresentado por Moraes (1989) como a proposta levada a cabo por Goethe com sua visão integradora entre arte-filosofia-ciência: "podemos dar às descrições da natureza os contornos claros e todo o rigor da ciência, sem desprovê-las do sopro vivificante da imaginação." (HUMBOLDT apud MORAES, 1989, p. 105).

1.3. A construção de uma interpretação filosófica

Como vimos, são muitas as polêmicas que envolvem a construção da Geografia Moderna. Este trabalho pretende ser uma contribuição interpretativa, uma análise sobre a constituição geográfica moderna, em Alexander von Humboldt, dos conceitos de espaço, natureza e morfologia a partir das influências de Kant e do movimento romântico alemão; caminho este que repercute nas dificuldades contemporâneas do saber geográfico; que rebate na necessidade mesmo de um repensar das ciências e seus domínios disciplinares. Uma discussão que interessa aos profissionais de geografia, àqueles que se propõem uma análise histórica desta ciência; aos que se vêem no rumo de limites e barreiras encontradas no curso da atividade científica, enfim, esta discussão se endereça a quem possa se interessar pela produção do conhecimento na ciência geográfica e, o que é mais importante, para os rumos interpretativos de uma função basilar da filosofia na construção epistemológica desta ciência.

A despeito do grande número de interpretações e correntes, desenvolveremos uma análise pormenorizada dos trabalhos de Kant e Humboldt. O primeiro tomado na contribuição filosófica de um repensar sobre a natureza e a construção de uma ciência da natureza; o segundo pela concatenação de um legado amplo, a articulação de um saber na construção de uma ciência sob a constituição dos conceitos de espaço, natureza e morfologia que o permite ir além dos limites colocados pelas vias racionalistas de um pensar sistemático.

O pensamento de Kant redefine as bases sobres as quais se coloca todo filosofar ulterior e, na mesma medida, consagra o avanço da ciência em seu caráter sistemático e autônomo. Pretendemos aqui mostrar como a construção de seu pensamento está diretamente relacionada com a constituição de conceitos centrais na Geografia, tais como espaço, tempo, natureza e

forma. Remontamos aos diferentes momentos de sua reflexão, destacando sobremaneira as suas Críticas, apontando, nesse sentido, as mudanças ocorridas no curso de seu filosofar, que, numa pretensão que não faltará nesse desafio analítico, imaginamos integradas em uma visão sistemática geral. Kant representa filosoficamente um ponto de equilíbrio nas ciências da natureza, o embasamento filosófico-metafísico necessário para que as ciências empíricas encontrem legitimidade analítica na elaboração de princípios e leis que dizem respeito à apresentação de todo objeto da experiência. Entender como isso se dá é fundamental para entender a gênese moderna da Geografia, uma ciência que se edificou num plano sistemático capaz de reunir não só os casos particulares mediante princípios causais ou leis gerais, mas e, sobretudo, que se apresentou como medida de síntese de diferentes saberes, uma ciência que nasce de múltiplos esforços, de contribuições que não encontram limites rígidos e que, de uma forma contraditória, caminha na contramão das especializações e desmembramentos resultantes do legado indutivo.

É evidente que a Geografia encontrou sua medida de especialização, ainda que numa fase posterior ao momento de sua gênese, mas resta que o corpo de sua construção e a definição de seu objeto sempre tornaram recorrente o emprego de diferentes elementos que, no construir das ciências modernas, passaram a povoar campos específicos de saberes dos quais a Geografia empresta suas contribuições e reflete no desafio sempre renovado de articulação sistemática. Humboldt é o ponto nodal dessa construção do saber geográfico. Ciência de síntese, visão holística (MOREIRA, 2006), sejam quais forem as atribuições à análise de Humboldt, resta que ele se colocou o desafio de integrar não só diferentes áreas do saber numa mesma explicação sistemática, mas o desafio de reconstruir a ciência e sua empreenda metodológica a partir de sistemas filosóficos antagônicos. A qualquer estudioso de método, esse desafio parece um absurdo contra o qual nenhum argumento poderá restar frutífero, contudo, sem construir um sistema filosófico próprio, Humboldt foi capaz de estabelecer uma forma coerente de análise partindo de pressupostos filosóficos diversos. Isso, isoladamente, seria motivo mais do que suficiente para colocá-lo no centro da discussão contemporânea das produções científicas e, ainda mais, no rumo das discussões contemporâneas da Geografia.

A ciência geográfica, depois de sua gênese moderna numa visão integradora, holística (MOREIRA, 2006), se viu à baila com a dificuldade de pensar a sua construção científica a partir da natureza e da sociedade, a partir de vias que assumiram historicamente caminhos diversos e de

alguma forma antagônicos. Humboldt, com sua proposta integradora, é a apresentação de uma resposta, ou no mínimo o promotor de uma discussão sobre a possibilidade de unir bases metodológicas distintas, legados interpretativos diversos, construções filosóficas excludentes num mesmo corpo de análise. Uma contribuição como essa seria fundamental para a Geografia. Uma ciência que pretende explicar uma relação da natureza com a sociedade deve, evidentemente, se valer de esforços múltiplos e, o que é a grande dificuldade, certamente excludentes. Humboldt é central nesse processo de integração científica de um corpo variado de conceitos e recursos técnico-metodológico-filosóficos. A produção de Humboldt, essa inconcebível possibilidade de articular correntes diversas é esclarecedora não só para a Geografia, mas para a ciência como um todo. Num tempo em que se fala de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, uma produção científica que consiga dialogar com as mais diferentes áreas do saber é sem dúvida uma contribuição a ser analisada. A dificuldade central de uma reunião disciplinar é, doravante, um problema filosófico. Não se pode reunir de maneira coerente ciências que assumem como pressupostos princípios oriundos de sistemas filosóficos diametralmente opostos. Como falar em interdisciplinaridade se as ciências não falam a mesma língua? A obra de Humboldt, sob a luz de um novo contexto material e intelectual é uma contribuição a ser considerada.

As ciências lidam efetivamente com seus limites, descobrem que não podem mais responder as suas perguntas nos redutos de suas especialidades, no reduto em que se mantiveram em reprodução ampliada. Separadas pelo advento de uma necessidade analítica, as ciências reencontram sua fonte comum, a busca que fora deixada de lado em favor de um conhecimento pragmático. Todas as construções científicas procuram o conhecimento e, como tal, este não pode ser reduzido aos limites institucionais, não se encerram no recorte analítico que se impõe às ciências e seus específicos objetos. Diante de seus limites, as ciências clamam filosofia, e, paradoxalmente, a filosofia se torna científica nas academias. A unidade do saber é cobrada depois de um longo vôo no rumo da fragmentação e da produção técnica. Já não se pode produzir conhecimento em física sem filosofar; já não se pode produzir conhecimento em Geografia sem colocar-se a questão de uma reconstrução epistêmica e, portanto, filosófica. A função da filosofia nesse trabalho é, além do reconhecimento de um papel fundamental desempenhado por ela na construção do saber geográfico a partir dos conceitos de espaço, natureza e morfologia, a colocação de um necessário reexame filosófico das ciências, em que a Geografia, por seu caráter

historicamente sintético e pelo problema que apresentamos na construção do seu objeto, clama mais do que qualquer outra. Isso que manteve a Geografia no centro de inúmeras críticas, condenada por viver de migalhas de outras ciências e por implorar arranjos sistemáticos que lhe valessem em justa forma, é o que a coloca no centro dessa mudança epistêmica das ciências. Esse absurdo universo de síntese, esse nada ser, essa busca infinda por descobrir-se coloca a Geografia um passo adiante na crise, afinal, ela nasce da crise e se desenvolve por ela.

A questão que colocamos sobre o rebatimento e o diálogo aberto entre a investigação histórica do pensamento geográfico e a construção da Geografia se torna aqui evidente. Esta discussão nos permite pensar que o desafio da Geografia é filosófico, o é desde a gênese moderna, e, nos limites que nos oferece essa análise sobre a sua fundamentação a partir de conceitos que carregam um vasto itinerário filosófico, apontamos para o fato de que somente a investigação filosófica poderá solucionar seus impasses. Num novo tempo das ciências, a Geografia deverá buscar seu lugar na construção de um ponto comum entre as diferentes áreas do saber; deverá colocar-se um campo de análise filosófico, o que, sem demora, se tornará uma necessidade de todas as ciências. Não estamos falando de um reduto em que se analisem métodos ou caminhos conceituais, isso de fato já existe em todas as produções e nas diferentes áreas, o que se coloca na ordem do dia é a produção de uma ciência filosófica. Inaugurando esse caminho, a Geografia poderá encontrar seu verdadeiro valor, valendo-se de um filosofar no trato do seu objeto que, de certa forma, já o exige. Transdisciplinaridade, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, nada disso restará frutífero se não criarmos um campo comum de diálogo, e este é filosófico. Os limites não nos servem, ou melhor, apresentam valor limitado no rumo do conhecimento; deve-se manter estas contribuições e abrir-se uma atividade genuinamente filosófica no trato dos objetos e dos recursos acumulados. De volta ao ponto de partida, as ciências encontram seu novo sentido na unidade perdida em nome do seu desenvolvimento. Filosofia e ciência devem de novo confluir; a Geografia irrompe como ciência moderna de uma análise que pretende ser filosófica-artística-científica, e, nesse novo contexto, encontra o desafio que lhe acompanha.

Diante de tudo o que foi exposto, destacamos que a apresentação deste trabalho se apóia na reconstrução dos conceitos de espaço, natureza e morfologia num diálogo com a Filosofia, pretendendo enxergar o papel destes numa forma particular de construção sistemática em Humboldt e, conseqüentemente, na estruturação de uma saber geográfico moderno. Nessa origem

particular da Geografia apontamos algumas questões periféricas ao trabalho, problemas que estão relacionados com a associação que não pode ser desfeita entre pensar a História da Geografia e construí-la. Contudo, no objetivo central do trabalho, que, em verdade, elucidará o conjunto de idéias e questões levantadas neste capítulo, apresentamos a primeira etapa importante de articulação e construção sistemática do saber geográfico em Humboldt, bem seja, a perspectiva de uma fundamentação das ciências da natureza em Kant.

Capítulo II

A consolidação filosófica das ciências da natureza: o racionalismo na Geografia Moderna de Alexander von Humboldt

2. A consolidação filosófica das ciências da natureza: o racionalismo na Geografia Moderna de Alexander von Humboldt

A Geografia teve sua gênese sistemática em um cenário de consolidação das ciências da natureza, incorporando, em grande medida, as fundamentações sistemáticas que valeram a este domínio. Damos destaque aqui ao caráter assumido pelas ciências da natureza em vista da proposta Crítica kantiana e do que ela realizou no processo de autonomia das ciências e da definição objetiva do seu campo de análise. Nada de hipóteses mirabolantes; nada de ilações ou palpites desarticulados, a atividade científica é dada em um domínio claro e disposta em estruturas racionais precisas. Dando fundamentação filosófica aos esforços que o antecederam no campo da ciência da natureza, Kant pôde redefinir o papel central do método indutivo baconiano, bem como considerar a validade matemática dos casrtesianos. A proposta Crítica de Kant situa as ciências nos seus limites, destaca com clareza o papel do empírico, estabelecendo filosoficamente o aporte necessário para que se considere esta esfera sem incorrer no erro de adotar dogmaticamente pressupostos infundados. Respondendo às questões filosóficas, Kant retira dos ombros dos cientistas a tarefa embaraçosa de ter que responder filosoficamente às constatações que simplesmente observam e articulam habilmente. Fazer ciência não é mais divagar rumo às questões elementares nem tampouco se deter em quimeras que tornam difícil qualquer articulação pragmática do raciocínio. Kant liberta o mundo da ciência, afinal, com uma filosofia Crítica, estabelece o que é ou não possível a essa atividade. O objeto das ciências da natureza é a experiência, nada além, contudo, há uma necessária ordenação causal; não que isso seja um arbítrio ou vontade, mas, como mostrará sua Crítica, é uma necessidade mesmo que se impõe no trato dos fenômenos. A causa, a busca por leis no campo da experiência constitui o sentido geral disposto por essa reformulação filosófica kantiana.

Resta disso tudo que a Geografia tem sua gênese sistemática moderna nesse reduto das ciências da natureza, sendo, portanto, abertamente influenciada por essa construção filosófica kantiana. É nesse esclarecimento que este capítulo pretende mostrar a construção do que então se coloca para as ciências da natureza como sentido e estruturação, ao mesmo tempo que pretende mostrar como esta fundamentação é incorporada na gênese de uma Geografia Moderna em Alexander von Humboldt.

O primeiro passo nessa análise diz respeito a um conceito, e mesmo uma categoria, central para a Geografia: o espaço. Este conceito é o princípio elementar de validação da ciência da natureza, mesmo antes de Kant, o espaço assume centralidade na proposta de Newton; é este conceito, afinal, que inicia a organização de um domínio válido para a ciência da natureza. De imediato, apresentamos a contribuição deste conceito na perspectiva da *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1999), ou seja, em seu caráter *a priori*.

2.1. A intuição pura do espaço e do tempo: a definição da experiência como campo de análise das ciências

O espaço, tão caro a ciência geográfica, é certamente um dos conceitos mais importantes na construção da filosofia moderna. O espaço permite a fundamentação teórica da física newtoniana; incita a contraposição teológico-filosófica leibniziana à concepção de um espaço tomado como absoluto; ocupa lugar de destaque no pensamento kantiano ao se falar em uma intuição pura que torna possível todo objeto externo da experiência; e, ainda, aparece como parte importante na discussão em torno da qual se destaca o papel de um conjunto material como dinâmico e fomentador de uma feição própria da espacialidade; em resumo, o espaço remete aos percursos filosóficos modernos e seus embates. Analisaremos aqui a medida do embate filosófico colocado à concepção de espaço e qual o rebatimento conceitual dessa discussão na gênese moderna da Geografia. Nesta parte do trabalho nos interessa as contribuições advindas de uma concepção absoluta de espaço e a maneira como, a partir de um transcendental no sujeito, se estabelece o campo dos fenômenos e, com ele, o domínio válido para a investigação científica.

Apresentamos no primeiro capítulo um panorama sobre as questões e polêmicas que envolvem a constituição da Geografia como ciência sistemática; nesse sentido, algumas delas serão importantes para entender como e por que a Geografia é posta em foco a partir deste embate sobre o espaço. As proposições kantianas de uma Geografia ligada ao *a priori* do espaço e de uma História ligada ao *a priori* do tempo são fundamentais neste processo. Essa divisão, apontada por Sodré (1976) e Moreira (2006), está liga às contribuições da filosofia kantiana da *Crítica da Razão Pura* (1999) com a construção de uma análise geográfica sistemática. Segundo estes autores, o domínio do empírico chama o olhar geográfico na perspectiva de Kant, na medida em que lemos espacialmente a realidade. Para compreender esta interpretação, precisamos tomar

com maiores detalhes as concepções de espaço e de tempo na Primeira Crítica (CRP), afinal, são elas que, segundo estes autores, permitiram a colocação de uma perspectiva sistemática importante para a Geografia pelas mãos de Kant.

A *Crítica da Razão Pura*, que teve sua primeira edição publicada em 1781, procura explicar de que maneira podemos conceber o que nos é dado conhecer, melhor dizendo, pretende responder a pergunta: como é possível o conhecimento levando em conta os conteúdos dispostos pelo advento de uma ciência da natureza e uma série de reflexões colocadas sobre a possibilidade do entendimento e do conhecimento? No rumo dessa resposta se apresenta uma transformação que pretende findado o dogmatismo na adoção das idéias da razão, mesmo quando imaginamos usá-las para pensar ela própria, como bem apontara o ceticismo de David Hume[1] (1711-1776). Empreende, nesse propósito, um verdadeiro exame da razão, colocando-a no centro de todo o conhecimento e permitindo assim que ela mesma fosse explicada para além das limitações impostas por sua estrutura. O metódico Kant percorre todos os caminhos, na Primeira Crítica (CRP), que redundam num interesse especulativo da razão e, portanto, que ocupam o universo eminentemente teórico.

Como bem cabe ao método filosófico kantiano, apresentam-se em primeiro lugar as ferramentas, as armas que serão usadas nesse esquadrinhamento, nessa batalha em busca de uma

[1] Hume afirma, na contramão da metafísica geral, que não se trata de uma operação racional aquilo que estabelecemos como conexão entre causa e efeito, antes disso, trata-se de uma noção que nos vem quando diante de qualquer impressão recebida da experiência. Na visão do filósofo, isso não seria ainda um privilégio nosso, também os animais respondem, pelo hábito, a conexões entre algo dado e o que pode ocorrer, como um cachorro que tenha sido apedrejado, ao ver alguém executar o simples movimento de abaixar-se, levando a crer que pega uma pedra, sai em plena disparada. Isso tudo nos faz ainda mais conscientes de que se trata de um processo natural que incita a enxergar no precedente a causa e condição do vindouro. Disso decorre a nossa crença ou opinião, enfim, da amarração ou ligação que estabelecemos entre os objetos da experiência. A probabilidade, medida em que verificamos a recorrência de um nexo causal reconhecido, é o que permite estabelecermos os diferentes níveis de certeza que temos diante da realidade. Assim, quando nos aparece muitas vezes uma situação num alto grau de probabilidade, temos como certo o que acontecerá, fundando a crença de que qualquer situação semelhante em circunstâncias reproduzirá o efeito esperado da causa. Doravante achemos que se tratam de verdades ou certezas, são tão incertas quanto as idéias produzidas em nossa imaginação, não correspondem, em verdade, ao que quer que seja, a não ser a esta inexplicável conexão natural que encontra causas e efeitos quando analisa suas impressões da experiência. A partir dessa concepção de causa procura ainda estabelecer que a metafísica geral incorre em erro ao admitir o poder ou a conexão necessária, isso porque, se tratando a sucessão e ligação entre as coisas de um inexplicável mecanismo natural, não pode haver qualquer reconhecimento de um poder atuante ou passivo, como admitira Locke, nem tampouco uma conexão necessária entre os objetos da experiência, quando em verdade nada encontramos fora ou em nós mesmos que determine a exigência real de tal ligação. Combate, na admissão dessas idéias, tanto a via que confere à experiência uma seqüência ou causa realmente existente, como a que procura na razão, na sustentação de um aparato *a priori* a determinação da realidade. O ceticismo, neste sentido, é a única filosofia capaz de ainda manter uma dúvida esclarecedora, enfim, de identificar nossas verdadeiras possibilidades e, nesse rumo, reconhecer a única certeza possível: a de que não podemos ter certeza nenhuma, exceto de que não temos certeza de nada. Nisso funda-se seu ceticismo.

dissecação intelectual do próprio intelecto. Importante nesse sentido é a *Estética Transcendental dos Elementos* (KANT, 1999), que se ocupa, enfim, do que agora pretendemos tratar: da questão do espaço e do tempo, e de como eles são imprescindíveis ao entendimento e, desse modo, a todo e qualquer conhecimento.

Considerando o que fora colocado por seus antecessores, como Locke (1632-1704) por exemplo, reconhece Kant que verdadeiramente só é possível um conhecimento mediante a experiência, e que este deriva de uma intuição sensível de um objeto dado. São estas sensações responsáveis por representações que se voltam ao interesse da razão e se dispõem ao conhecimento. Como aponta Lebrun (2002), se referindo à Primeira Crítica (CRP):

> O essencial não é entender como a objetividade é tornada possível mas ser convencido de que "nossos conceitos puros só poderiam ser utilizados em relação aos objetos da experiência", e de que "todo uso especulativo da razão apenas tem valor com relação à experiência possível". (p. 21)

Acontece que, em Kant (1999), o universo das representações e da intuição não se limitam ao restrito jogo apontado pelo empirista inglês John Locke. Trata-se então de identificar uma intuição pura, dada de maneira *a priori* e que, além de ser independente da experiência, funda a possibilidade de conhecê-la, colocando o empírico na esfera do *fenômeno*, haja vista a impossibilidade de alcançarmos sua essência última ou sua realidade efetiva.

Tenhamos claro que fenômenos não são aqui ilusões, antes disso, são o campo possível de atuação do entendimento, uma vez que são responsáveis por tudo que nos é dado conhecer, e, embora não sejam ilusões, não podem ser também definidos como o que de fato existe, porque apreendemos o mundo por uma condição *a priori* e, desse modo, não podemos afirmar categoricamente que se trata de uma representação parelha a *coisa em si*. O erro de toda metafísica e de toda filosofia anterior consistiria justamente em tomar o conteúdo apreendido, a representação, como realmente existente, sem uma análise crítica, em resumo, de maneira dogmática. O original no método transcendental kantiano é justamente considerar não só a experiência como fonte de entendimento e conhecimento mas também apontar o papel do *a priori* na apreensão de toda a realidade e, como veremos mais adiante, no exercício da razão. Importa-nos agora compreender que estas intuições dadas pelo *a priori* promovem representações igualmente puras, quer dizer, nada relacionadas com o conteúdo da sensibilidade, e fundam, em verdade, todo o conhecimento objetivo possível. Percebamos, ainda, que em Kant (1999) objetivo

é justamente aquilo que pode ser dado no caráter puro da intuição, ou seja, completamente independente do que se apresenta no conteúdo do fenômeno; ao contrário, subjetivo é justamente a consideração particular e dos conteúdos das impressões que tocam os sentidos e são por eles promovidos.

Kant destaca duas formas de intuição pura, que são, enfim, as bases de todo conhecimento: o espaço e o tempo.

Sendo intuição pura, o espaço, pelo que coloca a *Estética Transcendental* (KANT, 1999), não pode ser entendido como um conceito retirado da experiência, melhor dizendo, de seu conteúdo. Significa isso que o que existe fora de mim, antes de me fornecer a noção de espaço é, de fato, dependente dela. Só reconhecemos o que existe fora de nós e o identificamos em suas figuras, magnitude, localização, etc., porque nos é dado conceber espacialmente a experiência, por outras palavras, é a representação espacial que torna possível qualquer experiência externa. Segundo o próprio Kant (1999):

> O espaço é uma representação *a priori* necessária que subjaz todas as intuições externas. (...) Ele é, portanto, considerado a condição das possibilidades dos fenômenos e não uma determinação dependente destes; é uma representação *a priori* que subjaz necessariamente aos fenômenos externos (KANT, 1999, p. 73-74)

Temos ainda que este espaço não pode ser tomado por relativo, ele é uno, afinal, é dado como intuição pura, *a priori*, e qualquer medida relativa é fruto da limitação imposta ao pensar relações e identificar nelas um uso pragmático. Na sua obra de 1786, *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1990), Kant deixará claro a proximidade dessa sua visão de um espaço uno com aquele proposto em Newton. Nos diz ele na sua Definição 1 dos *Primeiros Princípios da Foronomia*:

> A matéria é o que é móvel no espaço. O espaço, que é também móvel, chama-se o espaço material, ou ainda o espaço relativo; aquele em que, por fim se deve pensar todo o movimento (por conseguinte, ele é em si absolutamente imóvel) chama-se o espaço puro ou também absoluto (KANT, 1990, p. 25)

E mais adiante:

> O espaço absoluto nada é pois, em si, não é um objeto (Objekt) mas significa somente todo o espaço relativo, que para mim sempre posso pensar além do espaço dado e que eu faço retroceder até ao infinito para lá de todo o espaço dado, como um espaço que a este encerra e no qual posso admitir o primeiro como móvel (KANT, 1990, p. 26)

Devemos notar que essa visão é totalmente diferente das colocadas anteriormente por Locke e Hume, não se trata mais de um simples aumento compulsório até um infinito motivado pelo hábito, trata-se, como pretendemos até agora mostrar, de um elemento crucial no próprio reconhecimento do exterior. Também devemos perceber que, embora muito parelha à visão de Newton[2] (1643-1727), não pode com ela se confundir. Em Newton (1979a), este espaço absoluto é tomado como *coisa em si*, confunde-se com o Criador, em verdade, até exerce uma função na inércia dos corpos (RAY, 1993). Em Kant, este espaço não é uma *substância* ou coisa que o valha, apenas se apresenta como *a priori* no reconhecimento de todo fenômeno. Aqui, uma coisa é importante: embora seja responsável por toda experiência, não se apresenta nela; seu caráter hiperfísico é responsável por tudo o que concebemos objetivamente, garantindo sua universalidade.

Tiramos de tudo isso que o espaço é real, na medida em que é responsável por tudo o que nos é dado numa experiência externa, e ideal, por não pertencer à ordem dos fenômenos e não ser determinado como *coisa em si* na experiência.

[2] O espaço, para Newton é o sustentáculo último do existente; é palco no qual se encerra um teatro de movimentos e variações; é fundamentação necessária para qualquer entendimento da natureza; é semelhante a si mesmo e imóvel; nada lhe ultrapassa e sua existência é pré-condição da realidade. Sem este conceito nada poderia ser pensado em seu sistema; os princípios elementares são retirados desse pressuposto, muito embora suas definições tenham sido dadas por um processo indutivo, ou seja, tenham sido construídas com base nos experimentos e na extrapolação do particular ao axioma geral. O jogo de formas e variadas transformações não possuem fundamento sem a adoção de um espaço absoluto. Podemos, evidentemente, trabalhar numa esfera estritamente prática com as noções vulgares de um espaço correlato às transformações gerais da matéria ou seu movimento, mas em hipótese alguma podemos admitir uma explicação coerente para os fenômenos observados sem considerar o absurdo que seria a aniquilação de um pressuposto tão fundamental. É esse espaço absoluto que balizará sua primeira lei do movimento, a da inércia. Segundo Newton (1979a): "Todo corpo permanece em seu estado de repouso ou de movimento uniforme, em linha reta, a menos que seja obrigado a mudar seu estado por forças impressas nele." (p.14). Essa noção de inércia já existia em Descartes, e este com certeza não partilhava com Newton a idéia de um espaço absoluto, na medida mesmo em que nem admitia um espaço, ou, na melhor das hipóteses, tratava-o como extensão, uma vez que se confundia com a substância material. Contudo, o que em Newton aparece é a tentativa de explicar a fundamentação da lei, do princípio reconhecido na experiência. Neste sentido, a visão de um espaço absoluto é para ele indispensável. Seria este espaço, invariável, imutável, substrato de todo o real, o elemento mesmo de toda relação estabelecida com a matéria. A propriedade elementar que a ocupa, esse ímpeto na manutenção de seu estado seria, como aponta Ray, C. (1993) a admissão de uma atuação do espaço absoluto sobre os corpos. Temos, pois, que toda manifestação desses corpos, ou corpúsculos como convém ao vocabulário newtoniano, depende necessariamente desse palco de alguma forma atuante.

> Nossas exposições ensinam, portanto, a *realidade* isto é, a validade objetiva do espaço no tocante a tudo o que pode nos ocorrer externamente como objeto, mas ao mesmo tempo a *idealidade* do espaço no tocante às coisas quando ponderadas em si mesmas pela razão, isto é, sem levar em conta a natureza da nossa sensibilidade. Logo, afirmamos a realidade empírica do espaço (com vistas a toda possível experiência externa) e não obstante a sua idealidade transcendental, isto é, que ele nada é tão logo deixemos de lado a condição da possibilidade de toda experiência e o admitamos como algo subjacente às coisas em si mesmas. (KANT, 1999, p. 76)

Com o tempo acontece o mesmo, só que na perspectiva do sentido interno. Tudo o que apreendemos sob a condição de uma temporalidade, quando enfim pensamos em algo dado simultaneamente ou numa sucessão, nos valemos de um tempo anterior a toda e qualquer possibilidade de assim proceder. A maneira como recebemos a experiência, a medida que empregamos numa alteração qualquer, pressupõe uma necessária perspectiva de duração, imposta a todas as intuições. A representação do tempo é, dessa forma, condição de toda experiência tomada internamente no sujeito, e por ela, somente por ela, podemos reconhecer a ordem temporal nos fenômenos. Por sua condição *a priori* é este tempo considerado unidimensional e subjacente a todo o fenômeno, não como queria Newton, pela condição *em si* do tempo, mas por anteceder mesmo toda possibilidade de pensar a sucessão e o enquadramento temporal da experiência. Assim é que um tempo relativo nada será além de uma medida fragmentada de um tempo uno e *a priori*. O tempo absoluto, por sua vez, será o tempo ilimitado, tomado anteriormente e como condição de toda sucessão ou simultaneidade da e na experiência. Não se confundirá ainda essa perspectiva do tempo com as de Locke e Hume, ou seja, não será o tempo fruto de um exame recorrente de sucessões verificadas na experiência, antes disso, será condição da alternância que é verificada no contato com os objetos.

> O tempo é a condição formal *a priori* de todos os fenômenos em geral. (...) Se posso dizer *a priori*: todos os fenômenos externos são determinados *a priori* no espaço e segundo as relações de espaço, a partir do princípio do sentido interno posso então dizer universalmente: todos os fenômenos em geral, isto é, todos os objetos dos sentidos, são no tempo e estão necessariamente em relações de tempo. (KANT, 1999, p. 79)

São destas constatações que podemos concluir, igualmente, que o tempo é real, na medida em que diz respeito a toda experiência possível mediante o sentido interno, e ideal, já que, assim

como o espaço, não pertence à ordem dos fenômenos e não pode ser determinado como *coisa em si* na experiência.

> Nossas afirmações ensinam, portanto, a *realidade empírica* do tempo, isto é, a validade objetiva com respeito a todos os objetos que possam ser dados aos nossos sentidos. E uma vez que nossa intuição é sempre sensível, na experiência jamais pode nos ser dado um objeto que não estiver submetido à condição do tempo. Contrariamente, contestamos ao tempo todos reclames de realidade absoluta, como se, também sem tomar em consideração a forma de nossa intuição sensível, fosse absolutamente inerente às coisas como condição ou propriedade.
> Nisso consiste, portanto, a *idealidade transcendental* do tempo. (KANT, 1999, p. 80)

Pelo que vimos, a *Estética Transcendental*, ao tratar da realidade e idealidade do espaço e do tempo, e defini-los como condição de toda experiência possível, apresenta não só a base sobre a qual se edificará o exame da razão, mas anuncia também seu papel importante na constituição do conhecimento e na fundamentação de juízos sintéticos *a priori*. E é aqui que se apresenta seu valor para a Geografia.

Podemos entender agora o porquê das linhas interpretativas que apontam a necessidade de um saber geográfico imposto pela *Estética Transcendental* kantiana. Para Kant, o domínio da experiência aparece para o sujeito sob a perspectiva espaço-temporal, uma condição posta e inelutável; é dentro dela, portanto, que devemos exercer nossas investigações científicas, a busca por princípios gerais que redundem em um conhecimento válido e sistemático da realidade. Na verdade, o espaço, assim como o tempo, não são *juízos sintéticos a priori* como sugere Moreira (2006), eles são, isto sim, elementos que os tornam possíveis. O *a priori* do espaço é condição *sine qua non* de todo objeto dado à experiência externa e, desse modo, reagrupa o conjunto de informações contingentes do fenômeno com a ordem imposta pelo *a priori*. É evidente que entra em jogo a questão do entendimento neste processo, mas o que nos cabe nesse momento é entender que o espaço não é um juízo, mas uma intuição pura e que, como tal, coloca no campo das ciências empíricas uma necessidade de se pensar a realidade pela perspectiva do espaço. Aqui é que outra polêmica pode ser aclarada: a do objeto da Geografia para Kant. Na linha oposta à interpretação de Moraes (2002), entendemos que a Geografia em Kant é tomada não como análise da superfície terrestre, mas, verdadeiramente, como leitura a partir do espaço no campo válido de domínio objetivo das ciências da natureza, bem seja, a experiência enquanto fenômeno.

Pelo exposto, o espaço nessa análise geográfica apareceria, agora sim, como campo de aproximação e estabelecimento de *juízos sintéticos a priori* (talvez o que pretendeu Moreira apontar), o que, segundo Kant, é o domínio de todo conhecimento possível com validade objetiva, ou seja, o campo de intervenção e análise das ciências empíricas. O espaço deixa de ser um dado vago, um recorte da experiência para figurar como categoria de análise; é ele que permite ler de maneira científica a organização do empírico e, desse modo, reagrupar o contingente do conteúdo dos fenômenos com o geral dado pelo *a priori* do espaço.

É preciso esclarecer, neste ponto, que a concepção de espaço que tem rebatimento na Geografia Moderna não se restringe a esta visão categorial imposta pela *Crítica da Razão Pura* (1999) kantiana. Como veremos, o próprio Kant retrabalha a concepção de espaço na sua *Crítica da Faculdade de Julgar* (1995), no momento em que sistematicamente reconhece uma finalidade independente para a natureza, incorporando, desse modo, uma noção de espaço dada a partir desse novo arranjo sistemático, ou seja, não estritamente refém do transcendental no sujeito, ainda que mantenha e nunca venha a abandonar por completo a concepção de um espaço como *a priori*.

Antes de avaliar essa nova concepção de espaço na Geografia, diretamente correlata à visão de natureza desenvolvida pelos românticos, em especial por parte de Goethe, aprofundamos a discussão acerca do papel da Primeira Crítica (CRP) na fundamentação filosófica de uma ciência da natureza e, conseqüentemente, do seu rebatimento na Gênese da Geografia Moderna em Humboldt.

2.2. Kant e as ciências da natureza: a construção de uma ciência independente sobre uma base racionalista

Para entender a forma que assume a Geografia a partir da *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1999) não podemos nos limitar à *Estética Transcendental*, precisamos, com maior necessidade inclusive, compreender a função desempenhada por Kant na fundamentação filosófica das ciências da natureza como um todo, nela se inserindo, evidentemente, a ciência geográfica. É a partir dessa estruturação que poderemos compreender a preocupação causal de Kant na produção geográfica, bem como o arranjo sistemático que povoa o *Cosmos* de Humboldt na construção sistemática de uma Geografia Moderna.

Antes de mais é preciso entender que as intuições puras de espaço e tempo estão direcionadas a conceitos, em suma, que é possível pensar e ordenar os objetos que se apresentam na intuição, daí o papel do entendimento e, por conseguinte, da lógica. Entendimento é aqui o que possibilita o direcionamento a conceitos de todo objeto dado à intuição, ou seja, o que permite direcionar pela operação lógica o que se submete ao sujeito. De um modo geral, podemos dizer que a colocação da lógica numa perspectiva transcendental por Kant (1999) permite pensar o universo de regras colocadas ao entendimento e à razão de forma independente e *a priori*, ao mesmo tempo em que permite reconhecer um domínio dessas regras, pela admissão da intuição, numa forma de conhecimento com validade objetiva sobre os fenômenos. Precisamos, para melhor compreender o que foi dito, evocar uma divisão dos juízos com relação ao conhecimento.

Uma primeira divisão diz respeito ao conhecimento puro e ao conhecimento empírico. O conhecimento puro lida com o *a priori*, não admite ou considera qualquer aspecto particular ou contingente, de modo que os juízos que a ele se referem são os analíticos, quer dizer, aqueles que o predicado e o sujeito se equivalem, denunciando dessa maneira a correspondência obtida por pura abstração e não por qualquer acréscimo advindo da experiência. Não se pode aqui pensar um conhecimento sobre a experiência, haja vista que não consideramos qualquer papel da intuição neste processo lógico. Por outro lado, o conhecimento empírico está relacionado com o que se passa na esfera dos fenômenos e, neste sentido, diz respeito à experiência. Os juízos que lhe correspondem são, portanto, os sintéticos, que acrescem ao sujeito um predicado que não está nele, mas que lhe é dado pelo exterior. Não obstante, o conhecimento empírico, por dizer respeito à experiência, evocando assim o papel transcendental do espaço e do tempo, além de presumir igualmente uma universalidade das regras dadas pelo *a priori* lógico do entendimento e da razão, evoca, por assim dizer, um *juízo sintético a priori*. Podemos concluir daí que espaço e tempo juntamente com o *a priori* do entendimento e da razão permitem ou tornam possível o conhecimento empírico por uma aproximação entre o *a priori* e o *posteriori* dado pelo conteúdo contingente da experiência. É dessa maneira que caminha na direção de uma ciência da natureza, diga-se, um conhecimento empírico pelo exercício dos juízos sintéticos *a priori*, o que pressupõe, como mostramos anteriormente, um papel relevante também de uma lógica transcendental. Estes juízos são então os responsáveis por fornecer os princípios para o conhecimento da natureza pelas vias científicas, tendo que, princípio significa um ponto dado como referência a toda derivação teórica, não se apresentando nada anterior ou superior a ele. Assim é que a intuição pura e a

lógica, com suas categorias apontadas na *Analítica Transcendental* (KANT, 1999), garantem ao conhecimento da natureza a parte pura de que precisam para constituir-se como ciência.

A *Analítica Transcendental* pretende, neste sentido, apontar a existência de conceitos *a priori* no sujeito capazes de direcionar todo pensamento, independente de qualquer arbítrio ou escolha, ou seja, submetendo tudo o que se apresenta ao sujeito às regras impostas pelo *a priori* mediante síntese. Assim como na *Estética Transcendental* tudo o que é dado na experiência se submete à intuição espaço-temporal, da mesma maneira, na *Analítica*, se colocam as representações sob o regime das leis do entendimento. Temos disso que é necessária aqui uma ligação entre a representação dada à intuição e a as categorias do entendimento.

O primeiro passo nesta direção é reconhecermos a união das representações, sua ligação numa "autoconsciência" (KANT, 1999) capaz de reagrupar o múltiplo na direção de uma proposição coerente. Na intuição, espaço e tempo agrupam, ligam numa unidade o múltiplo da representação empírica; no entendimento, o que precisa ser unido é o múltiplo da representação da intuição, em suma, é preciso a submissão a conceitos de todas as representações. Ora, será a *apercepção*, a tomada consciente espontânea da possibilidade de perceber o conjunto geral de representações sob uma unidade, o "eu penso", que permitirá ao sujeito reunir sob si as representações e determinar um conhecimento com validade objetiva para o conjunto dos fenômenos. Quando, enfim, podemos pensar uma unidade no sujeito do múltiplo da intuição sob uma representação espaço-temporal e quando vislumbramos um pensamento autoconsciente capaz de reconhecer-se em sua função ordenadora, dando representação geral sob conceitos ao conjunto de representações, temos estabelecida a possibilidade efetiva de conhecer objetivamente; lembrando que, objetivamente significa o que pode ser dado no caráter puro da intuição, ou seja, trata-se de uma validade objetiva enquanto fenômeno, não como *coisa em si*.

> O princípio supremo da possibilidade de toda a intuição com referência à sensibilidade, segundo a estética transcendental era: todo o múltiplo da intuição está submetido às condições formais do espaço e do tempo. Com referência ao entendimento, o princípio supremo da mesma é: todo o múltiplo da intuição está submetido às condições da unidade sintética originária da apercepção. Na medida em que nas duas são "dadas", todas as múltiplas representações da intuição estão submetidas ao primeiro princípio; na medida em que têm que poder ser ligadas numa consciência, todas essas mesmas representações estão submetidas ao segundo princípio. Com efeito, sem isso nada pode ser pensado ou conhecido, pois as representações dadas não teriam em comum o ato da apercepção eu penso, e desse modo não seriam reunidas numa autoconsciência. (KANT, 1999, p. 123)

O esquema promovido pela imaginação cumpre então a ligação nessa unidade, permitindo a aplicação das categorias às representações fenomênicas, em suma, realiza a imaginação a integração que submete todo conjunto da experiência às categorias por esquematizá-las numa perspectiva do sentido interno, mais precisamente, pelo tempo.

> Os esquemas não são, por isso, senão determinações *a priori* do tempo segundo regras, e estes se referem, segundo à ordem das categorias, à série do tempo, ao conteúdo do tempo, à ordem do tempo, enfim, ao conjunto do tempo no tocante a todos os objetos possíveis. (KANT, 1999, p. 148)

Assim é que se apresenta ao juízo a unidade do múltiplo dos fenômenos sob as categorias do entendimento que reclama na síntese que realiza *a priori*. "Portanto, o princípio supremo de todos os juízos sintéticos é que todo objeto está sob as condições da unidade sintética do múltiplo da intuição numa experiência possível" (KANT, 1999, p. 154). A partir do pressuposto dessa unidade, os juízos sintéticos *a priori* adquirem validade objetiva e podem apresentar-se como forma de avançar no conhecimento do mundo dos fenômenos. É ainda por isso, por essa união que o antecede entre as representações da intuição e as regras do entendimento, que podemos enxergar uma "função lógica do entendimento em juízos". Disso tiramos que os juízos seguem na direção das tábuas de categorias, já que pressupõem e respeitam a sua determinação sobre todo o objeto empírico. Kant divide estas categorias em: quantidade, qualidade, relação e modalidade, correspondendo a elas todo o conjunto de leis reconhecidas na experiência, afinal, aqui é o sujeito transcendental que permite o conhecimento ordenado e não a natureza como *coisa em si* que emana de seu corpo real as máximas de sua disposição e ordenação.

Em resumo, pela adoção ou submissão espontânea das representações da intuição às categorias mencionadas, bem sejam os conceitos puros do entendimento, não podemos pensar qualquer objeto da experiência senão mediante elas, o que ocasiona, no caráter geral das leis empíricas, uma correspondência determinante entre o *a priori* do sujeito e o campo dos fenômenos. Quando falamos em juízos determinantes, portanto, nos referimos à mediação entre as representações da intuição sensível e as representações dadas pelas categorias na produção de um conhecimento da natureza. Por isso é que estes juízos são considerados na perspectiva da

determinação do particular pelo geral, uma vez que o *a priori* é que legisla na Primeira Crítica (CRP) sobre o campo da experiência e de toda a sua representação e ordenação possível.

Nos cabe, agora, na busca proposta pela possibilidade do conhecimento e pela fundamentação a partir dele de uma ciência da natureza, mostrar como Kant estabelece uma fundamentação desta a partir das quatro categorias apontadas na *Analítica Transcendental*. Devemos, não obstante, ter claro que isso só é possível porque podemos pensar as leis e regras do fenômeno como advindas do entendimento quando em contato com as representações da intuição, sem desconsiderar, todavia, que existe um *em si* necessário, ainda que indeterminável. Passemos então ao exame destas leis que, como veremos, se aproximam muito da proposta newtoniana, não, evidentemente, sem considerar uma filosofia transcendental e mesmo as contribuições resultantes do embate entre Newton e Leibniz.

Ora, quando falamos em ciência da natureza devemos ter claro que científico para Kant (1999) é justamente a possibilidade de estabelecer princípios apodícticos, necessários, sem os quais não se pode pensar em uma validade objetiva para os fenômenos. Disso tiramos a importância da filosofia transcendental que expomos anteriormente, ou seja, a pressuposição metafísica pelo exame das possibilidades da razão antes mesmo de iniciarmos um reconhecimento do que compete ser buscado na experiência. Devemos ter claro ainda que natureza significa, nesse momento do pensamento kantiano, o conjunto ou a totalidade dos fenômenos, logo, é nesse domínio que deverão ser encontradas as leis, bem seja, no domínio da intuição e do entendimento, enfim, das categorias mencionadas.

> (...) a ciência natural tem como objectivo a matéria; e o programa de Kant leva-o a estruturar este conceito de acordo com os 4 grupos de categorias, enquanto exemplificadas pelo movimento.
> Daí a subdivisão da teoria dos objectos físicos em: foronomia (cinemática), isto é, a geometria pura do movimento enquanto apenas pontos composicionados; dinâmica que estuda o movimento como qualidade da matéria e explica as mudanças qualitativas mediante a força motriz originária (âmbito de categoria da qualidade); mecânica que investiga as relações externas entre os objetos físicos que se movem dinamicamente Categoria da relação) e fenomenologia que se ocupa do movimento ou repouso da matéria nas suas manifestações perante os sentidos externos (categoria da modalidade). Ao buscar argumentos a favor da construção metafísica e matemática dos vários momentos do movimento, Kant tenta estabelecer a "real possibilidade" do conceito de matéria e ilustrar os fundamentos filosóficos da ciência newtoniana, bem como a visão da natureza pelo que lhe está subjacente. (CASSIRER In: KANT, 1990, p. 10)

Partamos então para um exame mais preciso dos princípios que foram colocados na *Analítica*. O primeiro diz respeito à quantidade. De uma forma mais direta, trata-se aqui do papel desempenhado pela intuição pura do espaço na noção de movimento e repouso, concepções estas que representam nos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1990) uma leitura foronômica. O movimento seria a percepção de alteração espacial no tempo, entendendo espaço no seu sentido relativo, quer dizer, pela consideração de uma parte que não corresponde a sua idealidade absoluta. Disso temos que não se pode falar em movimento absoluto, exceto, como afirmara Newton em seus "*Princípios Matemáticos*" (1979a), quando verificamos uma violação do estado inercial, enfim, quando reconhecemos uma alteração dinâmica da velocidade no móvel. Kant (1990) ainda falará de um movimento real dado pelo conjunto de movimentos percebidos, ou seja, que se temos um conjunto de movimentos diversos é certo que algum deva corresponder a um movimento real, embora não possamos determinar qual. O repouso, por sua vez, seria a permanência num lugar por uma certa duração, o que corresponde a percepção espacial relativa ou fragmentada em junção com uma perspectiva de duração tomada pelo sujeito em contato com o objeto; ao contrário do movimento, não pode em momento algum ser determinado como absoluto, uma vez que pode sempre admitir-se uma base indeterminada sob a qual o aparente repouso esteja verdadeiramente em movimento. Essa argumentação newtoniana é mais precisamente recorrida em Kant como a indeterminação do *a priori* com relação a *coisa em si*, de todo modo, a idéia é a mesma. Estas noções são todas muito próximas, ou pretendem mesmo ratificar as proposições de Newton.

> Na foronomia, visto que não conheço a matéria por nenhuma outra propriedade a não ser pela sua mobilidade, por conseguinte, só a posso considerar como um ponto, o movimento pode olhar-se unicamente como descrição de um espaço, no entanto, de modo tal que a minha atenção incide não só, como na Geometria, no espaço que é descrito, mas também no tempo, por conseguinte, na velocidade com que um ponto descreve o espaço. A foronomia é, pois, a pura teoria (mathesis) da quantidade dos seus movimentos. (KANT, 1990, p. 35)

Concluímos disso que a Foronomia corresponde a categoria lógica transcendental da quantidade, que, sob a perspectiva da intuição, reconhece o movimento ou repouso do móvel relativamente ao espaço.

Passemos agora à categoria de qualidade, que nos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1990) corresponde ao princípio dinâmico. Na investigação da matéria dá se

uma definição que ilustra o papel da força, sendo ela responsável pela impenetrabilidade e ainda, representando toda a propriedade fundante do repouso ou do movimento.

> A matéria é o móvel enquanto enche um espaço. Encher um espaço significa resistir a todo móvel que se esforça, graças ao seu movimento, por penetrar num certo espaço. Um espaço que não é enchido é um espaço vazio. (p. 43)...
> A matéria enche um espaço, não pela sua simples existência, mas em virtude de uma força motriz particular. (KANT, 1990, p. 44)

Como devemos entender essa força? Será que há aqui uma idéia como a de Leibniz (1646-1717) com respeito às apetições inerentes que são responsáveis pela impenetrabilidade e mesmo por toda dinâmica imposta a uma realidade ontologicamente determinável? A resposta, como nos ensina a filosofia transcendental só pode ser não; mas, então, como explicar esta citação? Ora, Kant não diz nada além de que a matéria apresenta uma força particular pela qual se dá o preenchimento do espaço; aplicando o que foi dito aos princípios transcendentais, temos que a matéria continua sendo apresentada como fenômeno, ou seja, não é algo *em si*, por conseguinte, atribuir-lhe uma força significa que no fenômeno dispõe-se uma força particular, que, não de outro modo, deve também ser considerada como fenômeno; afinal, o que é uma propriedade do fenômeno senão um fenômeno? Disso tiramos uma não contradição da proposta kantiana, ainda que admitamos aqui um papel desempenhado pela filosofia de Leibniz, sendo utilizado, desta feita, por Kant na defesa da proposta newtoniana e na consagração da impossibilidade de uma determinação ontológica sem se filiar a um pensamento dogmático. Aquilo que Leibniz via de deficiência em Newton, a sua incapacidade de estabelecer uma ontologia para seus princípios, é aqui defendido por Kant em sua filosofia transcendental, não como simples apatia ou falta de competência, mas como o uso pleno da razão no seu domínio Crítico. O problema sobre a questão da divisão infinita e da constituição da realidade ilustra com mais clareza ainda a refutação kantiana de uma anfibiologia à maneira de Leibniz e Wolff (1679-1754).

> Se, com efeito, a matéria é divisível até o infinito, então (raciocina o metafísico dogmático) consiste numa quantidade infinita de partes; efectivamente, um todo deve já em si conter prévia e conjuntamente todas as partes em que se pode dividir. A última proposição é também indubitavelmente certa acerca de toda totalidade enquanto coisa em si, por conseguinte visto que não pode, no entanto, admitir-se que a matéria, ou até mesmo apenas o espaço, se compunha de um número infinito de partes(porque é uma contradição conceber como inteiramente acabada uma quantidade infinita, cujo conceito implica já que nunca se poderá

> representar como acabado), então é preciso decidir-se ou a dizer, para despeito do geómetra, que o espaço não é divisível até ao infinito ou, para irritação do metafísico, que o espaço não é propriedade de uma coisa em si e, portanto, a matéria não é uma coisa em si, mas simples fenômeno geral, tal como o espaço é a sua forma essencial. (KANT, 1990, p. 53-54)

Este problema, na verdade um paradoxo, é muito anterior à discussão proposta por Kant, e mesmo ao embate Descartes-Newton-Leibniz. Essa discussão nos remete aos filósofos pré-socráticos, elas estão presentes nas reflexões de Parmênides e Zenão de Eléia. Lá, já se apresentavam os paradoxos que, por um lado, minavam a defesa de um contínuo espaço-tempo e, neste sentido, uma recusa quanto a possibilidade de sua divisão infinita, e que, por outro, acabavam com a possibilidade de uma composição por partes indivisíveis (RAY, 1993), levando naquele momento à negação do que nos era apresentado aos sentidos, estabelecendo assim o Absoluto e sua comunhão com a razão. Leibniz[3] vai também se valer destes argumentos remotos para questionar a extensão como essência, porque não pode a extensão figurar como essência na medida em que ela é dada sempre com relação a algo exterior, e, o que para nós é mais importante, não pode ser admitida em comunhão com uma realidade se submetida fosse à divisão infinita, afinal, nada seria além de uma mera ilusão ou artifício, já que o que nos é dado conhecer apresenta-se na direção contrária. Kant dirá que nada disso constitui um paradoxo real, ao menos não aos olhos da sua filosofia transcendental. Destaca ele que, se considerarmos o que nos é dado

[3] Parte Leibniz da visão mecanicista dos cartesianos, admitindo mesmo, em seus primeiros escritos, a centralidade das idéias de extensão, impenetrabilidade e movimento. Aprofundando sua investigação sobre os princípios herdados do mecanicismo, vislumbra uma outra via interpretativa, em que recupera muito da abandonada filosofia aristotélica. Reconhece, em última instância, que a essência dos corpos não pode estar na sua extensão, uma vez que essa é contingente e só pode ser definida através de algo exterior ou, ainda, pela determinação de uma ligação entre elementos realmente essenciais. Ora, a extensão não é mais do que o reconhecimento de um limite dado pelo exterior; como então identificar a essência na extensão se ela é dada por algo que está fora do ser a que se pretende atribuí-la? Por outro caminho, sendo a extensão a representação de um aglomerado, não residiria nas partes que a constitui a verdadeira essência? Se existe uma propriedade da matéria num determinado momento e extensão e admite-se a alteração destas condições, ao mesmo tempo em que se mantém a propriedade, fica evidente a fragilidade do argumento que atribui essência ao extenso, já que o que garante a manutenção daquilo que é identificado é antes a presença das unidades que a compõem do que o formato que elas assumem. Assim é que para Leibniz a extensão não pode subsistir como essência do que quer que seja, na medida em que é resultado de algo e nunca uma *coisa em si*. Para além desse aspecto negativo na recusa da extensão como essência, estabelece positivamente a noção de força como origem mesmo de todo o movimento e como elemento essencial de toda unidade reconhecida. Distingue, por esse tempo, quatro variedades principais de força: 1ª "força primitiva ativa", que existe por si mesma e é inerente a toda substância corpórea; 2ª "força derivada ativa", que é aparente, podendo ser reconhecida em diferentes níveis; 3ª "força primitiva passiva", caracterizada como a força responsável pela impenetrabilidade dos corpos, aparece como a resistência natural de um corpo a qualquer violação de sua condição e 4ª "força derivada passiva", que é também dada em aparência, apresentando-se, igualmente, em diferentes níveis de intensidade (GARBER, 1998).

na experiência como fenômeno, na verdade a única maneira não-contraditória de pensá-la, temos que uma divisão da representação, e é disso que se tratam os fenômenos para o sujeito, é perfeitamente possível; ainda menos contraditório, nesse sentido, é dizer que essa divisão, que pode ser quanto à representação levada ao infinito, não corresponda a uma real possibilidade de divisão de mesma ordem, ou seja, que a realidade como *coisa em si* se submeta àquilo que verificamos no plano de nossas representações, enfim, que se submeta a mesma regra que os fenômenos. Lebrun (1993) percebe bem essa questão, já na análise da Dissertação kantiana de 1770:

> (...) é injustificado raciocinar sobre a matéria que preenche o espaço como sobre uma substância metafísica. – Pois tudo o que vemos é que nossa divisão da matéria pode ir tão longe quanto a levemos e que ela não tem termo último; mas isso não nos autoriza, de nenhum modo, afinal, a afirmar que a matéria é uma totalidade realmente infinita, que se compõe realmente de um número infinito de partes: "É verdade que a divisão se estende ao infinito, mas nunca está dada como infinita; porque a divisão se estende ao infinito, não se segue que aquilo que é divisível contenha uma infinidade de partes em si e fora de nossa representação..." (p. 33)

É a partir daí que Kant constrói toda a sua defesa de uma mecânica newtoniana reformulada nos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1990), com a consideração de alguns pontos importantes da filosofia de Leibniz. A matéria pode ser portadora de uma força repulsiva e atrativa já que é apontada como fenômeno e esta ligação se mantém na esfera da representação; doutra feita, consegue assim mantida a possibilidade de pensar uma atuação dos corpos à distância pelo espaço vazio, em oposição a Descartes (1596-1650), além de suprimir do espaço e do tempo o seu caráter de *coisa em si*, colocando-os antes como fonte de toda intuição empírica e negando a adoção do atomismo no mecanicismo como pressupunha Newton, afinal, não se trata enfim de determinar o que quer que seja sobre a coisa nela mesma, mas simplesmente arbitrar sob as regras reconhecidas no campo de toda experiência possível. Em suma: Kant mantém a filosofia mecanicista corrigindo-lhe o erro de sustentar uma premissa materialista, enfim, afirma que a matéria não enche propriamente o seu espaço graças à absoluta impenetrabilidade do átomo indivisível, mas em virtude da força repulsiva, não como entidade, mas como fenômeno observado. Ele concilia a dinâmica e a mecânica em favor da segunda, destruindo a ontologia material, resolvendo o problema da impenetrabilidade e do movimento

pelo papel da força fenomênica em um espaço vazio e permitindo que o mundo seja colocado e pensado sob os princípios de uma ordem universal reconhecida.

A parte mecânica dos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (KANT, 1990) vem ratificar o que acima foi exposto, demonstrando com clareza o plano objetivo de determinações no que se refere ao exterior de toda a ligação da experiência, enfim, a relação.

> Uma proposição notável e fundamental da mecânica geral é a que a quantidade da matéria só pode conceber-se com o número de móveis (exteriores uns aos outros) como o exprime a definição. Com efeito, indica-se assim que a matéria não tem nenhuma outra grandeza a não ser a que consiste na quantidade do diverso reciprocamente exterior, por conseguinte, não tem também nenhum grau motriz com uma velocidade dada a qual seja independente desta quantidade e possa considerar-se apenas como uma grandeza intensiva – que decerto aconteceria se a matéria contasse de mônadas, cuja realidade deve em todas as relações ter um grau que pode ser maior ou menor sem depender de uma multidão de partes exteriores umas às outras. (KANT, 1990, p. 90-91)

Na leitura de uma relação que só pode ser concebida pelo exterior, evoca de maneira clara as leis mecânicas prescritas por Newton, que são enfim a base do mecanicismo na ciência da natureza. É assim que Kant, apontando três leis gerais, pretende instaurar nos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1990) a legitimidade dos princípios mecânicos:

> 1ª Em todas as modificações da natureza corporal, a quantidade da matéria permanece a mesma no conjunto, sem aumento e diminuição. (KANT, p. 93)
> 2ª Toda a mudança da matéria tem uma causa externa (cada corpo persevera no seu estado de repouso ou de movimento, com a mesma direção e a mesma velocidade, quando não é forçado por uma causa exterior a abandonar este estado). (Idem, p. 95)
> 3ª Em toda a comunicação do movimento, a acção é sempre igual à reação. (Idem, p. 96)

Estas leis reagrupam a "lei da inércia" e a "lei de ação e reação" de Newton em uma estrutura que pretende apontar que é no âmbito das relações externas que se estabelece o campo de um conhecimento possível da natureza. Significa dizer que não se trata mais aqui de enxergar a causalidade como em Hume; causa e efeito não se resumem mais a um simples hábito imposto pelo exame recorrente de coisas que seguem outras numa ordem temporal, levando a crer, pela medida da probabilidade, que da causa se siga um efeito inevitável. Em Kant, a própria admissão de uma ligação causal é condição do *a priori*; é ele que torna possível ou que nos força a ver a

experiência como submetida a uma ordenação causal, e não de outra forma podemos com ela proceder.

Os princípios da fenomenologia, tratados na última parte dos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (KANT, 1990), correspondem à categoria de modo ou modalidade. Aqui a intuição define o campo possível do conhecimento na esfera do fenômeno e, na ligação com a lógica transcendental, apresenta o movimento em sua possibilidade, realidade e necessidade. O movimento pode ser dado como possível porque lidamos com os fenômenos. Porque sempre nos referimos a uma intuição espaço-temporal, falamos de um movimento que não pode ser dado como efetivamente existente na *coisa em si*, logo, que nos aparece como simplesmente possível. Por outro lado, podemos no reconhecimento de uma alteração dinâmica do móvel, na aceleração que viola o estado inercial, pensar o movimento como absoluto; que é o mesmo que dizer que ele é dado em sua realidade. Quanto à necessidade, ela é apontada pela lei de ação e reação na consideração do movimento dentro dos limites da experiência possível; significa dizer que o movimento aplicado sobre um objeto qualquer implica uma reação contrária e igual do mesmo, fundamentando assim a necessidade do movimento. Enfim, Kant elucida sob o princípio de modalidade a ligação que procurou ser descrita até aqui entre a intuição (como campo de toda experiência) e as categorias lógico-transcendentais, e ainda mostrar como se torna possível pensar a possibilidade, a realidade e a necessidade do movimento de um corpo. Pelo que temos:

> A teoria metafísica dos corpos (...) sofre o mesmo destino de todas as outras tentativas da razão, quando, no retorno aos princípios, aspira aos primeiros fundamentos das coisas; pois a sua natureza é tal que nunca pode apreender algo a não ser enquanto é determinado sob certas condições dadas, por conseguinte, não pode ater-se ao condicionado nem abranger o incondicionado e, se a ânsia de saber o incita a apreender a totalidade absoluta de todas as condições, nada mais lhe resta do que desviar-se dos objectos para si mesmo a fim de indagar e determinar, em vez do limite derradeiro das coisas, o último limite do seu próprio poder, abandonado a si mesmo. (KANT, 1990, p. 116-117)

É então que se anuncia o papel da filosofia transcendental kantiana na ciência da natureza. Ao voltar suas atenções para o sujeito e formular as possibilidades do ato de conhecer, consagra uma ruptura entre sujeito e objeto que permite a ordenação do universo objetivo (fenomênico) de investigação, encerrando no sujeito as chaves para o avanço de um conhecimento que só a este é

possível. Por fim, dá ao conhecimento humano um limite objetivo: o campo dos fenômenos, em que nada, exceto o homem, pode apresentar-se como indeterminado, como incondicionado, enfim, como livre e independente dos princípios que nossa razão impõe a tudo. Paradigmático, esse projeto, essa construção filosófica, instaura a independência das ciências da natureza. Livre das quimeras filosóficas que importam ao filósofo, ao metafísico, poderá o cientista debruçar-se com segurança e respaldo sobre o mundo. Pelo método isento e racional, fórmula de um sujeito não corrompido pelo objeto, dele distante, poderá o cientista deste novo tempo intentar o máximo desejado: a redução do mundo ao universo rígido de uma razão superior, condição mesmo de tudo o que ocupa o humano olho. Irrompe-se assim o papel da filosofia como estruturadora de princípios pelos quais se pode definir um plano metodológico que interessa à ciência e ao objeto que lhe concerne. Uma ruptura importante que, se refletirmos, coloca a filosofia não mais na busca da verdade, mas na construção coerente de sistemas válidos para uma ciência objetiva.

Na linha interpretativa de Gomes (2000) sobre o embate entre Schaefer, Hartshorne e May, entendemos que a compreensão filosófica da *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1999) põe fim à polêmica que envolve a busca por princípios causais na Geografia Física de Kant. Ora, é inquestionável o fato de que Kant articula na sua construção científica aquilo que concebe filosoficamente; seria absurdo pensar que no trato de uma ciência da natureza não procedesse de acordo com as formulações de seu pensamento. Isso nos indica, portanto, que o desafio kantiano na sua construção geográfica representa não um acúmulo desconexo de descrições, como concebe Schaefer (GOMES, 2000), nem uma divisão entre descrever e procurar causas apontada por Hartshorne (GOMES, 2000), mas um projeto maior de estruturação sistemática a partir da reunião dos particulares, quer dizer, a busca pela conexão causal que subjaz todo objeto possível da experiência, em poucas palavras, uma ligação irrestrita entre descrever e identificar leis causais, como destaca May (GOMES, 2000). Aqui, do embate que se faz acerca das ciências da natureza, resulta tanto a legitimação de um campo necessário de investigação mediante a categoria de espaço como, o que é notadamente relevante na Gênese da Geografia Moderna, uma busca pela ligação causal dos fenômenos numa esfera empírica. Humboldt, na construção do seu projeto científico, se vale desta perspectiva.

2.3. O legado kantiano para as ciências da natureza e a Geografia em Alexander von Humboldt

Na consideração da estrutura racionalista das ciências, é possível afirmar que Humboldt esteve ligado ao seu tempo; em todas as medidas foi um personagem importante na construção das ciências da natureza, em especial a geográfica. A construção de seu projeto de ciência é um dos temas mais complicados e controversos. Não por acaso, afinal, foi um homem que tomou para si a tarefa de compreender o Cosmos, o enigma que liga e aproxima as coisas no Universo, os elementos pelos quais entendemos o mundo para além de um conjunto de desconexos acontecimentos e composições. Humboldt busca uma ordem, um liame, uma conexão entre tudo o que se dispõe ao horizonte humano. A medida de sua ciência é o desafio da história da humanidade de entender a realidade como um todo e em todas as perspectivas possíveis. Quem, em nosso tempo, em sã consciência, poderá defender que seja possível unir sistemas filosóficos excludentes; teorias científicas contrapostas; impressões subjetivas com aferições numéricas na busca de uma explicação e descrição do Universo? Este era o desafio de Humboldt, e talvez nisso resida o fascínio despertado por suas obras. Mas para lá dos adjetivos floridos que enchem de pompa as formulações humboldtianas, nos interessa esse legado, essa alquimia de sistemas que culmina numa forma peculiar de gênese moderna para a ciência geográfica.

O primeiro passo no rumo dessa compreensão é a apresentação do que incorporou Humboldt das bases filosóficas kantianas da Primeira Crítica (CRP) e dos *Primeiros Princípios Metafísicos das Ciências da Natureza* (1990). Essa incorporação é o primeiro passo na elucidação do problema analítico da obra humboldtiana e, com ela, da gênese moderna da Geografia.

Humboldt busca o empírico, ele respira essa experiência que sente no labor diário de suas expedições, de suas análises de campo. Essa verdade da natureza, incontestável para ele, o coloca na direção das descrições, do acúmulo de informações detalhadas sobre os mais diferentes fenômenos. O enciclopedismo, a medida do reagrupar de informações em numerosas descrições detalhadas, a organização de grandes compêndios do saber humano, tudo isso representaria de bom grado os seus esforços. Entretanto, não lhe basta descrever, ao contrário, seu propósito está na ligação dos fenômenos. Essa conotação de "fenômeno" é apropriada, porque embora Humboldt situe-se no sólido chão da empiricidade, não deixa de considerá-la na perspectiva do

olhar, do homem que a percebe, que a compreende em seus domínios cognitivos. Essa herança kantiana, esse colocar fenomênico do mundo, é condição de um primeiro passo: a consolidação de uma experiência como campo válido para as ciências da natureza.

> La física, como su mismo nombre indica, se limita á esplicar los fenómenos del mundo material por las propiedades de la materia. El último objeto de las ciencias esperimentales es pues, elevarse á la existencia de las leyes, y generalizarlas progresivamente. Todo lo que ve mas alla: no es del domínio de la física del mundo, y pertence á un género de especulaciones mas elevadas. Manuel Kant, uno de los pocos filósofos que no han sido acusados de impiedad hasta aquí, há señalado los limites de las esplicaciones físicas, com rara sagacidad, en su célebre "Ensayo sobre la teoria y la construcion de los Cielos", publicada en Koenigsberg en 1755. (HUMBOLDT, 1874a, p. 30)

Kant (1999;1990), para além do *Ensaio Sobre a Teoria dos Céus* citada por Humboldt, estrutura com a *Crítica da Razão Pura* e com os *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* os rumos a serem seguidos no trato científico da natureza. A busca da causa, como fora colocada por Kant, está também em Humboldt. O autor do *Cosmos* está à procura do élan, da conexão existente entre tudo o que se dispõe ao humano olho; é isso que o lança aos diversos domínios das ciências.

> Las vicisitudes de mi vida y el ardiente deseo de instruirme em muy diferentes materias, me obligaron á ocuparme durante muchos años, y esclusivamente en aparencial, en el estudio de ciencias especiales, como la botánica, la geología, la química, la astronomia y el magnetismo terrestre. Preparacion necesaria era esta, sí habian de emprenderse con utilidad lejanos viajes; pero tambien tales trabajos tenian otro objeto más elevado: el de compreender el mundo del fenómenos y de las formas físicas en su conexion y mútua influencia.(HUMBOLDT, 1874a p. XVII)

A busca racional pela lei é um desafio que não se pode negar, não a quem pretende uma análise científica. Humboldt acredita nessa perspectiva, entende que há um liame que precisa ser apontado, uma harmonia cósmica que pode ser colocada na perspectiva ordenadora das ciências. Essa busca por leis caracteriza a sua Geografia Física. Ao contrário do que pretende Capel, ao considerar que a Geografia em Humboldt está ligada ao plano descritivo e que a busca por leis é parte de outra empreenda, desconexa do que se pode então chamar Geografia, advertimos que é justamente a busca pela conexão, pela lei, que permite a Humboldt construir uma Geografia

Física e mesmo buscar representações matemáticas e cartográficas para o que então lhe toma nas atividades de campo. Humboldt, falando das planuras nos *Quadros da Natureza*, expressa o sentido imposto a sua Geografia Física:

> As denominações de fundos altos e profundidades têm apenas valor relativo; e estender o nome de planura, de que tanto se tem abusado, a ondulações do terreno, que apenas apresentam diferença sensível de temperatura e caracteres de vegetação seria, da parte da geografia física, renunciar à idéia de relação que existe entre as altitudes e o clima, entre as elevações do solo e o abaixamento de temperatura. (1952, p. 72)

Geografia Física para Humboldt é, sem dúvida, um domínio científico que busca a conexão por detrás das descrições, do esquadrinhamento comparativo que leva ao elemento geral, à lei ordenadora. A Geografia Física é, também construída em torno da categoria de espaço. Humboldt está pensando espacialmente, ou melhor, lendo a distribuição e a ligação dos fenômenos numa perspectiva espacial. Segundo suas próprias palavras:

> El objeto de una Geografia física, es sin embargo, como lo hemos enunciado ma arríba, reconocer la unidad en la inmensa variedad de los fenómenos, descobrir, por el libre ejercicio del pensamiento y combinando las observaciones, la constancia de los fenómenos, en medio de suas variaciones aparentes. Si en la esposicion de la parte terrestre del Cosmos, debe descenderse alguna vez á hechos muy especiales, es solo para recordar la conexion que tienen las leyes de la distribuicion real de los séres en el **espacio**, com las leyes de clasificacion ideal por familias naturales, por analogía de organizador interno y de evolucion progresiva. (HUMBOLDT, 1874a, p. 45, grifo nosso)

Geograficamente falando, Humboldt aponta amenidades e variações em função das formas dos continentes; estabelece uma relação entre o aumento da temperatura em função das baixas latitudes; interpreta a forma do relevo como agente transformador do clima e da vegetação; enfim, estabelece conexões extremamente relevantes e mesmo fundamentais para a constituição de uma Geografia Física com métodos e domínios próprios de análise.

Ainda nessa busca por leis, Humboldt cita Bacon[4]; enxerga o quão importante é o seu método indutivo e reproduz a idéia de que a natureza não se domina senão obedecendo-a. O

[4] O método indutivo de Bacon é estruturado, num primeiro momento, pela negação do conhecimento existente, pela indicação de ídolos que perturbam e corrompem o legítimo saber. Estes ídolos se dividem em quatro tipos: os da "tribo", que levam o homem a confundir o verdadeiro com o que pelo hábito de sentir se impõe; os da "caverna", em que a impressão pessoal diante da experiência distorce o que realmente se passa no mundo, levando este a inculcar

caminho analítico da natureza permite novos passos, o acúmulo de um conhecimento que se destina a novas empreendas, a colocação de uma ininterrupta busca pelo conhecimento pelas vias da razão, caminho pelo qual podemos estender nosso domínio sobre o conjunto da natureza.

> El hombre no tiene accion sobre la naturaleza ni puede apropriarse ninguna de sus fuerzas, sino en tanto que aprenda á medirlas con precision, á conocer las leyes del mundo físico. El poder de las sociedades humanas, Bacon lo há dicho, es la inteligencia; este poder se eleva y se hunde com ella. Pero el saber que resulta del libre trabajo del pensamiento no es únicamente uno de los goces del hombre, es tambien el antiguo e indestrutible direcho de la humanidad; figura entre sus riquezas, y es frecuentemente la compensacion de los bienes que la naturazaleza há repartido com parsimonia sobre la tierra. (HUMBOLDT, 1874a, p. 34-35)

Não bastasse isso tudo, Humboldt cita Laplace, acerca da previsibilidade e da possibilidade de antever com exatidão, no caso das marés, o tempo e o lugar em que ocorrerão (HUMBOLDT, 1874a, 287-288). Essa concepção de Laplace é a expressão contemporânea de um mecanicismo estrito, levado a cabo com a supreção de toda e qualquer medida de liberdade, uma completa e inelutável conseqüência causal posta em marcha. Para Laplace:

---

na natureza o que lhe apeteça e não o que ela verdadeiramente fala; os do "foro", dados pelos equívocos na adoção das palavras e seus significados, caindo no abominável mundo da retórica e da pura abstração, e os do "teatro", em que as explicações científicas e filosóficas são falseadas ou conduzidas de modo torpe, concorrendo para o estabelecimento de uma máxima desejada antes que inferida (ANDRADE, J. A. L., 1979). Todas as formas de saber anteriores, porque contemplativas ou presas ao que de imediato se apresenta, não poderiam, portanto, consumar o projeto maior da ciência; não seriam mais do que inútil jogo de faz de conta. Valorizar o que se dá a experiência não é, em Bacon, considerar a imediata impressão causada pelas coisas, é penetrar numa analítica depuração de suas características e propriedades, é partir dos elementos negativos, ou seja, identificar as diferenças e particularidades para, a partir delas, reunir o diverso num progressivo estabelecimento de axiomas gerais. Também por isso aplica na apresentação de seu *Novum Organum* a divisão que compete ao próprio conhecimento, quer dizer, parte do caráter negativo, daquilo que não se pode admitir em vista das deficiências, para somente então estabelecer a diretriz positiva, aquilo que verdadeiramente cabe ao entendimento da realidade ou, em último caso, ao estabelecimento do seu novo método. Os axiomas estabelecidos servirão de base para novos empreendimentos, novas iniciativas científicas que comporão uma grande imagem do mundo, construindo de forma definitiva um conhecimento e um domínio sempre maior sobre a natureza. Nas palavras de Bacon (1979): "Pretendemos deduzir das obras e experimentos as causas e os axiomas e depois, das causas e princípios, novas obras e experimentos, como cumpre aos legítimos intérpretes da natureza." (p. 76). A partir disso, abre-se para o que será a máxima de toda a apresentação positiva de seu método: "A natureza não se domina, senão obedecendo-lhe". Quer dizer com isso que o conhecimento profundo da natureza e de seus processos é a chave para qualquer intervenção, já que deve esta se submeter também às suas regras. Não há leis distintas para o natural e o artificial. A natureza tem um duplo papel: é meio ou recurso para a atividade do homem, por isso ser dominada; é impositora de diretrizes não violáveis que, uma vez conhecidas, podem e devem concorrer com o propósito geral do homem, por isso ser obedecida. Assim, a natureza apresenta à ciência seu caráter tecnológico (OLIVEIRA, Bernardo J. de, 2002).

> (...) tudo aquilo que virá a ocorrer no futuro estaria predeterminado, completamente e sem a menor exceção, pelo o que ocorreu no passado. Nada pode ocorrer senão aquilo que necessariamente tem que ocorrer, e tudo aquilo que necessariamente tem que ocorrer, ocorrerá. (HAVEMANN, R., 1967 p.94)

Humboldt, acerca do racionalismo, reitera ainda o papel fundamental dos números, do traçar de isolinhas que refletem matematicamente uma ordenação disposta à natureza. Ele trabalha com a aferição de espécies de plantas, se valendo das já reconhecidas e catalogadas por seus contemporâneos e por ele mesmo. Para inferir a quantidade e as possibilidades das não catalogadas ele precisa se valer de uma análise geográfico-matemática da distribuição da vegetação e, desse modo, ponderar as espécies e famílias mais recorrentes em determinados climas e formações geológicas. Trabalha, nessa perspectiva, com linhas isotérmicas e a possibilidade de compensação da latitude pela altitude.

> Comparando as proporções numéricas das famílias vegetais em muitas zonas, já cuidadosamente exploradas, cheguei a conhecer a lei segundo a qual as plantas, que compõem uma família natural, aumentam ou diminuem numericamente do equador para o pólo relativamente à totalidade das fanerogâmicas que vegetam em cada região. Não basta observar a direção em que a mudança se opera, é preciso levar em conta também a sua rapidez. Vê-se assim aumentar ou diminuir o denominador do quadrado em que é expressa a relação. (1952, p. 44-45)

Essa fórmula, o uso desse arcabouço metodológico, encerra uma compreensão da natureza como a colocada nos *Primeiros Princípios Metafísicos das Ciências da Natureza* de Kant (1990). É o conjunto dos fenômenos, a apresentação restrita de um domínio que deve falar a linguagem imposta pela razão, pela força da construção lógica; é o legado da *Analítica Transcendental*, o papel de uma filosofia que deu vida às ciências da natureza. Em um primeiro momento, numa análise superficial e imediata, a obra de Humboldt não passa desse sonho comum, desse afã colocado às ciências empíricas na busca da ordem. Procurar leis; conectar particulares numa linha geral de explicação; reduzir a leis mediante indução; representar graficamente uma disposição matemática dos fenômenos; nada parece divergir do propósito geral de uma racionalidade posta como elixir de uma nova humanidade. A promessa messiânica de um mundo livre pela redução sistemática de tudo à ordem da razão não parece, nesse sentido, muito diferente do que se coloca Humboldt em sua ciência. Ele mesmo coloca-se entre tantos:

> En el órden mismo de los progressos científicos está, que hechos por largo tiempo aislados y sin enlace vengan sucesivamente á ligarse com el conjunto, sometiendose á las leyes generales. Solamente indico aquí la via de la observacion y de la esperiencia, por donde camino como otros muchos, esperando que llegue un dia en que realizándose los votos de Socrátes, 'sea la razon el único intérprete de la naturaleza.' (1874a., 148-149)

Quando fala dos céus, das indagações sobre o Universo, se remete a Kepler (1571-1630), à periodicidade das translações planetares, das medidas numéricas dos cometas e de suas regularidades: "quando se fala dos movimentos e das transformações que se efetuam no espaço, é o fim principal de nossas investigações a determinação numérica dos valores médios que constituem a expressão mesma das leis físicas." (HUMBOLDT, 1874a p. 65-66, trad. nossa) O espaço sideral é colocado sob leis mecânicas elementares, sob princípios matemáticos que em nada diferem do que até então se produzia acerca do assunto. Mas, a bem da verdade, é que isso não explica de maneira plena o projeto de ciência de Humboldt, ele mesmo coloca que o trato dos céus nessa perspectiva estrita é fruto de uma limitação dos órgãos humanos, da fragilidade que se anuncia a todo instante quando tentamos superar os limites impostos a nossa capacidade de enxergar e sentir. O Universo é parte indissociável de uma totalidade harmônica, em plena relação e que, como tal, revela, assim como conseguimos ver nos fenômenos terrestres, ligações e relações muito maiores do que as dispostas por esse ferramental estrito da ciência racionalista e seu aporte filosófico.

> Supongamos por um momento que se realizan los sueños de nuestra imaginacion: que nuestra vistas escediendo los limites de la vision telescópica, adquire una potencia sobrenatural; que nuestras sensaciones duraderas nos permíten compreender los mayores intervalos de tiempo; en tal supuesto al punto en la bóveda celeste: innumerables estrelas son arrastadas como torbillinos de polvo en direciones opuestas; las nebulosas errantes se condensan ó se disuelven; la via láctea se divide en pedazos como un inmenso cinturion que se desgarra en girones; por todas partes reina el movimento en los espacios celestes, como reina sobre la tierra en cada punto de esse rico tapéz de vegetales, cujos retonos hojas y flores presentan el espetáculo de un perpétuo desarollo. (HUMBOLDT, 1874a, p. 134)

O que se apresenta nesse momento é um sentido maior, muito além do que os colocados pelos domínios especulativos e dos princípios mecanicistas. Em um primeiro momento, o reconhecimento de uma relação diferente da suposta pelos ditames mecânicos, em outro, a

apresentação de uma realidade como atividade orgânica, construída numa contínua transformação e relação todo-partes. Um avanço de perspectiva também incorporado pelas ciências racionalistas, sobretudo com a química e a biologia, mas que, na visão científica de Humboldt, assumirá nova forma, muito parelha a apresentada pela *Naturphilosophie* alemã do século XIX. Tudo o que apresentamos, esse conjunto de dispositivos metodológico-conceituais; essa visão de uma natureza como conjunto dos fenômenos; a apresentação de uma busca causal por detrás das descrições; enfim, tudo se remete a um sentido maior, a uma explicação geral que compreende essa contribuição das ciências racionalistas como um ferramental, uma colaboração dos novos tempos que não pode ser ignorada no rumo final de compreender a realidade em sua dinâmica.

> En tiempos mas próximos á nosotros, la parte matemática de la filosofía natural há sido la que recebió mayores adelantos. El método y el instrumiento, es decir el análises, se han perfeccionado á la vez. Creemos que lo que fue conquistado por tan diversos medios, por la aplicacion ingeniosa de las suposiciones atomísticas, por el estudio mas general y más íntimo de los fenómenos y por el perfeccionamento de nuevos aparatos, es el bien comum de la humanidad, y no debe hoy como antes tampoco lo era, ser sustraído á la libre accion del pensamiento especulativo. (HUMBOLDT, 1874a, p. 61)

Há um caminho diferente, a visão de uma natureza muito maior do que a colocada pelos princípios da racionalidade posta, no entanto, não se pode recusar os avanços feitos, a construção de um conhecimento levado a cabo pelo espírito humano. Construído historicamente como medida de uma relação do homem com o mundo, o que foi legado não pode ser abandonado em nome de restrições analíticas ou impeditivos metodológicos. A ciência racionalista e as contribuições filosóficas que a sustentam são incorporadas na função maior de entender a realidade, no desafio de elucidar uma relação estabelecida entre todo o existente. Essa crença na humanidade, no seu desenvolvimento por uma força irrepreensível; a compreensão de uma força que associa o humano esforço ao processo de transformação da natureza; tudo corresponde a essa busca maior, esse projeto de compreender o Cosmos para além do que se possa colocar como limites interpretativos. O que é construído pela humanidade é bem comum; nesse sentido, Humboldt pretende estabelecida uma nova atividade, um projeto de ciência que deva alçar-se para lá das disputas metodológicas e das restrições que elas impõem. Compreender o mundo pelo que se dispõe às mãos, eis a tarefa de Humboldt! Ele realmente não está preocupado em fundar a Geografia Moderna, como percebe Capel, nem em ser pai de nenhuma outra ciência, na verdade,

o anseio de Humboldt não é compartimentar ou seccionar o conhecimento em cadeias tacanhas e reduzi-lo a limites pragmáticos; ele recusa essa imposição moderna; seu sonho é o de uma ciência sem limites e, por ela, viola o princípio kantiano de uma busca objetiva, direcionando seus esforços na construção de um conhecimento sobre a realidade, seja lá como rotulem essa empreenda. A Humboldt não importa a construção de uma Geografia Moderna, mas a construiu, de forma única, assim como contribuiu com diferentes áreas do saber. E nesse desafio colocado a si, mediante os limites de seu tempo, renova-se sua empreenda nessa que percorremos agora.

Precisamos compreender esse Humboldt, que, sem medida, fez parte da construção da Geografia Moderna, indo muito além do que então se dispunha a qualquer atividade científica. Para atingir esse ponto e compreender o que de fato influencia a obra humboldtiana, precisamos estender os domínios da análise; precisamos ir além da *Crítica da Razão Pura* e analisar o que o próprio Kant (1995) propõe como caminho interpretativo com sua *Crítica da Faculdade de Julgar* e, em igual medida, entender o que se dispõe à Alemanha do século XIX sob a forma do movimento romântico.

Capítulo III

As origens filosóficas de uma natureza teleológica na construção da Geografia Moderna: teleologia, protótipo e força vital

3. As origens filosóficas de uma natureza teleológica na construção da Geografia Moderna: teleologia, protótipo, protofenômeno e força vital

Vimos até aqui os arranjos de uma ciência que esteve ligada aos propósitos gerais de uma análise racionalista da natureza. Vimos, igualmente, que essa estruturação dos trabalhos científicos sobre a natureza, grosso modo, advém de Kant (1999; 1990), das formulações de sua *Crítica da Razão Pura* e dos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*. Situamos Humboldt neste processo, na incorporação que faz dos avanços da ciência, do que se dispõe técnica e metodologicamente ao seu tempo. Podemos ver que há uma busca por leis gerais, uma unidade que liga todos os fenômenos; podemos também observar que há uma valorização da experiência, dos limites que anunciam o domínio científico e, do mesmo modo, podemos perceber um plano de análises colocado pelas vias da razão e sua ordenação lógica. Não obstante, começamos a apontar que a ciência humboldtiana não se limita aos esforços que, em geral, estavam sendo gestados no cenário das ciências empíricas. Humboldt sonha outro sonho, aspira uma compreensão que não é a medida dessa busca restrita colocada pelas ciências; ele deseja a articulação cósmica, a explicação e, antes disso, a ligação do homem com a própria atividade do Universo. Por trás desse sonho está uma base filosófica, uma proposta de reinterpretação da realidade, da natureza, do humano. O movimento romântico alemão do século XIX e, antes dele, a proposta de uma nova via com a apresentação *da Crítica da Faculdade de Julgar* (KANT, 1995) colocaram na ordem do dia um desafio que resta inacabado, perdido e abandonado em nome de uma conveniente aceitação de uma materialidade constitutiva, posta e inelutável.

Humboldt, conhecendo essa filosofia romântica, já não pode sonhar o sonho comum; já não lhe basta a unidade pelas vias da racionalidade disposta às ciências. Nesse caminho, coloca-se não só o propósito científico de compreender o Cosmos, mas também o filosófico de abarcar a realidade numa visão integradora, sob múltiplas perspectivas e, mesmo, sob olhares aparentemente excludentes e contrapostos. A Geografia Moderna, nascida aqui, dos esforços levados a cabo por esse devaneio incalculável, é a ciência que permitiu a síntese, a aproximação de todos os campos do saber na compreensão da natureza e do espírito humano. Critica-se Humboldt por não ter olhado para o humano, critica absurda como teremos oportunidade de mostrar, afinal, o que é central é o fato de Humboldt lembrar do humano no próprio trato da natureza. Quando Humboldt fala do natural, quando o investiga sob a imagem disposta, a forma

em reprodução, está apontando um diálogo aberto entre o espírito e a natureza; coloca, de fato, a relação inviolável entre estes elementos dissociados por uma via analítica, mas que, na realidade, estão irremediavelmente ligados. Quem não consegue enxergar o humano em Humboldt não pôde compreender o desafio de sua ciência; não pôde entender que tudo quanto se evoca em nome da natureza e mesmo a valorização feita sob legados técnico-científico-filosóficos são marcas dessa admissão inconteste de que o espírito humano é parte do processo de transformação da natureza. Critica descabida, o humano, em Humboldt, está presente na sua obra a todo instante em que se fala do elemento natural.

E é essa visão de natureza que precisa ser aclarada, é ela que precisa ser desvendada para que possamos caminhar no sentido maior imposto aos trabalhos de Humboldt. Nesse esclarecimento, apresentamos o primeiro passo, a visão de uma natureza com fins independentes, certamente a influência exercida pelo papel da visão de organismo e da supressão de uma natureza posta como morta e refém dos pressupostos de uma razão determinante. Curiosamente, é Kant, autor da fundamentação anterior, quem dá esse novo salto interpretativo.

3.1. A teleologia da natureza

3.1.1. A noção de vivo: o organismo e a finalidade técnica da natureza

Na *Crítica da Razão Pura* (1999) existem dois campos heterogêneos, os quais podemos chamar de teórico e prático. O primeiro é o domínio do entendimento, da natureza apresentada objetivamente em suas regras; o segundo é o domínio da razão, da liberdade na apresentação do dever moral. A *Crítica da Faculdade de Julgar* (1995), a Terceira e última Crítica kantiana, que tem sua primeira publicação no ano de 1790, pretende esclarecer que há um meio termo, uma ligação entre estes dois domínios heterogêneos e que, como tal, requer também o seu domínio e uma regulação própria. Estamos falando da *Faculdade de Julgar*. Esta faculdade compreende o juízo de gosto, que não pode se confundir com o estrito domínio da natureza e, portanto, limitar-se às regras do entendimento, e também não pode misturar-se com o interesse que povoa a ação livre do dever moral. Disto segue não podermos reconhecê-lo senão num campo próprio de atuação, de onde pode julgar desinteressadamente acerca do prazer e do desprazer. Esta faculdade pressupõe ainda uma forma própria de estabelecimento de juízos, pelo que não pode determinar o

que quer que seja pelo *a priori* da razão, já que não recorre a ele. Os juízos então considerados não são mais determinantes, mas reflexivos, significa dizer que eles são dados pelo particular e elevados, a partir deste, ao geral. Antes de analisar como são possíveis tais juízos e o que eles representam num novo conhecimento e sistematização da natureza, devemos pensar como chega Kant até estas considerações, o que, enfim, o leva a redefinir os parâmetros sistemáticos e mesmo a apresentar outra forma de julgar. Por trás de tudo isso está a noção de organismo.

O primeiro passo nesse rumo, nos fala Marques (1987), é dado no exame de Kant acerca das raças. Este autor, citando Adickes, diz que nos ensaios sobre as raças, que englobam os trabalhos: "Sobre as diferentes raças dos homens (1775)", "Definição do conceito de uma raça humana (1785)" e "Sobre o uso de princípios teológicos na filosofia (1788)", se reúnem as formulações kantianas que culminam na noção de organismo e, dessa forma, numa nova sistematização pensada para a natureza. Nestes trabalhos há uma passagem do sentido escolástico de uma sobreposição de gêneros e classes por características semelhantes (aparência externa), para a definição de um fio condutor que liga as diferentes espécies, os particulares num sentido comum, num único e mesmo entroncamento. Este ponto comum redefine a visão sistemática na medida em que não se trata mais de manter o particular em aberto e como expressão indeterminada de um geral dado, ao contrário, parte-se dele para, numa complexificação, atingir-se a visão geral. A imagem que era de um cone cuja base é sempre aberta, se estendendo indeterminadamente, dá lugar à representação de uma árvore, que pressupõe numa origem comum, num mesmo tronco, a derivação de tudo o que povoa a natureza (MARQUES, 1987). As afinidades entre os elementos naturais retratariam uma força original comum que permitiria pensar na visão de uma temporalidade a passagem, mudança e permanência de elementos que, no caso específico, caracterizam as raças, mas, o que é mais importante, garantem outra sistematização capaz de reconhecer e considerar o particular e caminhar na direção do organismo.

> O conceito de raça cobra então todo o seu significado numa sistematização da natureza, atenta sobretudo à força reprodutora como critério de unificação e ao prolongamento no tempo das características fundamentais do género. (...) O conceito de raça vai permitir a Kant modificar sensivelmente, não só a modalidade de sistematização da natureza, mas revelar-se-á ainda, como veremos, um elemento extremamente importante para a descoberta da possibilidade de uma nova operacionalidade para o particular na tarefa de sistematização isto é, para a descoberta do organismo. (MARQUES, 1987, p. 106)

Por essas obras se delineia também a estrutura de uma História da Natureza, que deve divergir sobremaneira da sua descrição. A noção de tempo assumindo uma centralidade na ligação e união do particular com um tronco ou força original comum resulta numa leitura que será própria da História da Natureza, e que deverá revelar a nova sistematização que desembocará de maneira definitiva na última Crítica (CFJ). Estas idéias seriam fruto de um debate de Kant com Johann Reinhold Forster (1729-1798), contemporâneo naturalista e geógrafo, que pretendia, numa análise entre as diferentes raças e as variações climáticas, justamente o oposto do proposto por Kant, ou seja, que não haveria um tronco comum, mas diferentes troncos dos quais não se poderia esperar qualquer adaptação (MARQUES, 1987). A resposta de Kant é defendida nessa espécie de volta ao sistema Leibniz-wolffiano[5], não, evidentemente, sem considerar a dimensão crítica que havia instituído, quer dizer, mantendo devidamente indeterminada esta força pela qual se ligariam todos os elementos da natureza. O caráter adaptativo, que na verdade é uma ligação

[5] Leibniz e seus seguidores fazem uma crítica à falta de ontologia, uma fundamentação filosófica clara e precisa para os princípios reconhecidos na experiência, sobretudo no que se refere ao sistema newtoniano. A fundamentação que Leibniz fornece assenta-se no princípio das mônadas, uniades mínimas da realidade, como nos fala o próprio Leibniz (1979a): "os verdadeiros Átomos da Natureza" (p. 105). Estes átomos, ou, mais precisamente, estas mônadas, são simples, não compostas, de maneira que seus surgimentos ou desaparecimentos só podem ser dados por criação ou destruição, quer dizer, subsistem por si mesmas e nada de exterior pode lhes afetar a natureza. Embora sejam unidades indivisíveis, devem ser consideradas em sua diversidade, uma vez que observamos variadas formas e que admitimos nada poder o exterior diante da natureza íntima destas estruturas. Essa idéia de multiplicidade leva Leibniz a outra consideração: as mônadas se modificam. Acontece que, como unidades indivisíveis, seria inadmissível que elas se modificassem ou fragmentassem por qualquer ação externa. Sendo assim, as mudanças nas mônadas se dariam por sua própria configuração interna; elas carregariam em si toda a sua existência passada, presente e futura; sua transformação estaria descrita em suas características e determinações. Leibniz chama de apetição essa potência interna de alteração das mônadas, melhor dizendo, o princípio capaz de gerar novas percepções, tomadas aqui como o "estado passageiro de manifestação" das unidades. Cada mônada seria dotada, assim, de uma potencialidade, contudo, na realização desta, elas esbarrariam nas potencialidades das outras mônadas, permitindo e gerando uma adequação e acomodação da realidade em função dessas diferentes apetições. Essa reflexão conduz à necessária conclusão de que o mundo existente é o melhor dos mundos possíveis, pois é dado pelo máximo de potencialidade de cada mônada num contexto real, em que se manifesta não só a potência isolada, mas o conjunto existente de diferentes níveis e potencialidades. Num mundo como esse é possível não só inferir o futuro das mônadas isoladamente, mas também o de seu conjunto, isso porque cada mônada isolada se relaciona com a totalidade de mônadas que determinam sua condição, sua existência. Cabe ressaltar que nessa relação entre as mônadas as superiores arbitrariam sobre as inferiores. Uma diferença é então importante em sua hierarquia: a existente entre alma (racional e irracional) e corpo. Temos que cada "estado passageiro das mônadas" é uma percepção. A alma seria simplesmente uma percepção mais elevada que as demais, por possuir memória; ela pode, por esse motivo, operar, diferentemente do corpo, por condicionamento, permitindo uma ligação entre o que passou e o que virá, não por atividade racional, mas por simples consecução; ela é, bem dizer, comum aos animais e também está presente em nossa natureza, portanto, em nossa maneira de proceder. Disso tiramos a distinção entre alma e corpo. A mônada mais elevada, nessa perspectiva, é a racional, que é também uma alma, distinguindo-se da irracional pelo princípio lógico que a fundamenta, ou pelo que chamamos de apercepção, a tomada consciente da percepção. Temos disso que elas imperam sobre todas as outras. Essa idéia geral do princípio de mônada que sustenta, na visão de Kant, uma admissão dogmática na definição dos pressupostos; uma que idéia, como concebe a Crítica, deve ser destituída em nome do conhecimento legítimo.

do princípio comum com o contingente, leva Kant a pensar em uma natureza agindo segundo a fins, o passo decisivo na consideração do organismo como elemento estrutural de uma nova sistematização. Segundo Marques (1987): "É pelo estudo do particular que o investigador remontará então ao geral e, pela experiência de uma organização de tal ordem nesse particular, se adquire 'legitimidade' para aplicar a tal organização um conceito novo de finalidade." (p. 111).

As noções de um organismo e de uma finalidade natural só podem ser dadas neste momento em analogia com a produção técnica (LEBRUN, 2002). As coisas na natureza têm o seu sentido na representação de uma finalidade que é tomada em comparação com a atividade humana, o labor pelo qual transforma, segundo seu interesse, o conjunto de coisas que se lhe apresentam. A produção de um fim consciente é a única maneira de conceber nesse momento a produção do que encontramos no domínio do nosso entendimento; não que isso seja um retrocesso às velhas impressões que viam efetivamente um sentido divino ou um arbítrio no nascimento de uma fruta que servisse ao homem que habita um determinado lugar, antes disso, significa que, por analogia, podemos conceber a finalidade da natureza como comum à finalidade colocada pela razão e seu ideal transcendental no campo da experiência possível. Podemos dizer que a *coisa em si* é a mesma na razão e na natureza, tem uma mesma fonte, não são divergentes como no caso da Terceira Crítica (CFJ); enfim, quer dizer simplesmente que pelo exame da razão realizado até ali, e pela capacidade e o modo como o sujeito apreende a natureza, não podemos pensar um fim para esta que não seja análogo ao da nossa razão, à estrutura geral sistemática que dela resulta.

> Por mais fictício que seja o fundamento por analogia, ele não deixa, portanto, de ser suficiente para revalorizar as causas finais no nível da experiência. Portanto, a situação é menos simples do que parecia. Nós podemos descrever o Ideal Transcendental como um compromisso entre a restrição da razão teórica ao uso empírico e a exigência de totalidade sistemática. Mas o esquema da causalidade racional, por mais inofensiva e retórica que seja, reintroduz o *pathos* da produção técnica. Sem a relação da obra com o operário, não se pode pensar o mundo como totalidade sistemática; desde então, o modelo da finalidade consciente adquire uma importância que até então não tinha na obra de Kant. (LEBRUN, 2002, p. 313)

A biologia encontrará nessa compreensão da finalidade o ponto central de todo o seu desenvolvimento; aquela interpretação dos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (KANT, 1990) considerava somente o inorgânico, a matéria desprovida de qualquer

finalidade e julgada pela sua correspondência às leis do entendimento, agora, passa-se a considerar o organismo. Segundo Humboldt (1953): "O organismo parece determinar-se a si próprio em oposição à natureza inanimada." (p. 203). Irrompe-se então o problema de pensar uma finalidade que na natureza não está compreendida nas determinações das leis do entendimento, uma dificuldade a ser superada, ou tratada, na *Crítica da Faculdade de Julgar* (1995).

3.1.2. Juízos teleológicos reflexivos: uma nova sistematização da natureza

Os juízos teleológicos reflexivos surgem, como procuramos destacar, na consideração do organismo que, para além de uma simples adequação às regras do entendimento, pressupõe uma finalidade, explicada até então por uma ligação com a determinação da razão na consideração dos fins, e, ainda, pela consideração, a partir dos juízos estéticos reflexivos, de uma finalidade sem fim da natureza independente do interesse da razão. Temos, pois, que se abre a via de uma investigação da natureza por uma causalidade segundo fins não ligada à determinação da razão, mas pela consideração do particular.

A natureza se apresenta na produção de formas que seriam dispostas como se preparadas por uma intencionalidade, como que construídas para cumprir uma necessidade imposta na formação dos seres e no seu modo de organizar segundo a fins; pelo que, em um primeiro momento, não podemos desconectar uma comparação com a razão que da mesma forma toma para si os objetos de sua ação e desígnio. Contudo, já não temos aqui a determinação desse fim, sua colocação não nos é dada, é apenas pressuposta numa ordenação segundo a fins sem fim. Mesmo que consideremos, por exemplo, a concatenação de causas e efeitos que resultem proveitosos ao homem, já não podemos falar de uma finalidade senão meramente relativa. Ainda que disposto um regime de chuvas, uma proveitosa erva que nasce em solo fértil num lugar habitado, nada nos revela uma finalidade absoluta da natureza, haja vista a possibilidade sempre aberta de o homem ocupar-se de outros meios, agindo livremente pela razão, ou assentar-se alhures sem que em momento algum a natureza lhe provesse naquela determinada condição e lugar o que lhe faltava ou o que de uma forma intencional fosse para ele criado. De onde conclui Kant que, "a conformidade a fins relativa, ainda que forneça hipoteticamente indicações sobre fins naturais, não legitima nenhum juízo teleológico absoluto" (KANT, 1995, p. 211).

Deve-se admitir, como primeiro passo na direção de uma teleologia da natureza, que não se trata de simplesmente considerar os objetos da experiência pela faculdade do entendimento, ou seja, pelas leis *a priori* que dispõe a todo objeto possível, ainda que isso de nenhuma forma seja abandonado. Não se deve ainda considerar uma simples conexão produtiva entre causa e efeito: "uma coisa existe como fim natural quando (ainda que num duplo sentido) é causa e efeito de si mesma" (KANT, 1995, p. 213). Para além de uma "força motriz", toma-se em consideração uma "força formadora" que se propaga e que, neste sentido, não pode se confundir com o mecanismo observado nas leis do entendimento (CAMPOS In: DUARTE, 1998). É aqui que se apresenta a importância do organismo, haja vista que a causa nele identificada é apresentada numa comunicação entre todo e partes, justamente aquela simultaneidade de causa e efeito requerida ao reconhecimento de uma finalidade da natureza.

> (...) se uma coisa como produto natural deve conter em si mesma e na sua necessidade interna uma relação a fins, isto é, ser somente possível como fim natural e sem a causalidade dos conceitos de seres racionais fora dela, então, para tanto deve exigir-se em segundo lugar que as partes dessa mesma coisa se liguem para a unidade de um todo e que elas sejam reciprocamente causa e efeito de sua forma. Pois só assim é possível que inversamente (reciprocamente) a idéia de todo, por sua vez, determine a forma e a ligação de todas as partes: não como causa - pois que assim seria um produto da arte -, mas sim como fundamento de conhecimento da unidade sistemática da forma e da ligação de todo o múltiplo que está contido na matéria dada, para aquele que ajuíza essa coisa. (KANT, 1995, p. 215-216)

Nos seres organizados se encontra esta disposição em que fim e meio se confundem, dialogando na formação e transformação das formas (que são dadas na intuição dessa unidade todo-partes), na apresentação interna de um fim natural. Tenhamos claro, no entanto, como faz questão de destacar Kant (1995), que isso nos permite pensar as coisas da natureza a partir de uma finalidade interna, mas não que possamos determinar a finalidade da natureza, já que este fim, este seu sentido último, se liga ao supra-sensível, aquele mesmo que destina a produção das formas estéticas em seu fim desinteressado. Antes de entrar propriamente na discussão sobre a finalidade da natureza e seu fim último, vejamos em resumo o que foi dito até aqui e o que isso representa no conjunto sistemático da natureza.

Temos que uma força formadora seja capaz de atuar extensivamente e numa relação de causa e efeito que não pressupõe um sentido único ou determinante, antes disso, exige uma

comunicabilidade permanente entre os elementos naturais considerados. Essa força revela-se na forma interna que é capaz de agrupar uma comunhão entre todo e partes num sistema coerente organizado segundo a fins. O organismo, ou o ser organizado, é o particular na natureza em que se apresentam estas considerações basilares de um fim natural, pelo que o representam objetivamente. Essa consideração, como mencionamos anteriormente, não elimina a ordem causal eficiente, já que se mantém a tarefa do entendimento, ao mesmo tempo, tem de se adequar à proposição de uma causalidade final que, pelo exposto, também não pode ser negada. Desta antinomia, similar a proposta de Leibniz sobre a explicação geral pelas causas eficientes em conjunto com as causas finais[6], pressupomos um retorno consciente de Kant ao filósofo que fora na Primeira Crítica (CRP) alvo de duras investidas. Aqui, em Kant, se mantém a mesma necessidade de se admitir esta dupla causalidade, em que a eficiente serve como meio no *nexus finalis*. Todavia, sua comunhão não é aludida num plano constitutivo como em Leibniz, mas na manutenção das considerações da Primeira Crítca (CRP), ou seja, na apresentação de um transcendental regulador.

No rumo dessa discussão, chegamos a novos problemas e desafios para a filosofia kantiana na Terceira Crítica (CFJ). Kant admite um novo heterogêneo, na verdade o mesmo que entre incondicionado e condicionado, só que numa outra perspectiva. Tenhamos claro que na *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1999) o incondicionado do sujeito era responsável pela ordenação segundo a fins e que a razão era, por isso, o único livre agente no mundo. O

[6] Leibniz propõe um aproximação entre causa eficientes e causas finais . A realidade poderia ser entendida por dois caminhos, o da razão suficiente, que reconhece a necessidade e o fim último imposto pela potência íntima de cada mônada, e o da razão ou causa eficiente, que identifica ou analisa as possibilidades específicas ou limitadas em que elas se manifestam. Embora sejam possíveis estes dois caminhos analíticos, a realidade só pode ser explicada em sua totalidade pela conexão destas duas vias, o que levaria, em última análise, a uma visão muito próxima da organicista, que considera uma finalidade intrínseca ao mesmo tempo que reconhece as condições específicas e contingentes em que se realiza a potência em germe. Para Leibniz: "A alma segue suas próprias leis e o corpo também segue as suas próprias; e eles concordam em virtude da harmonia pré-estabelecida entre todas as substâncias, desde que são elas representação de um universo único (...) Almas agem de acordo com as causas finais, através da apetição, fins e meios. Corpos agem de acordo com causas eficientes ou do movimento. E estes dois reinos, quer das causas eficientes, quer das causas finais, estão em harmonia um com o outro (...) De acordo com este sistema, corpos atuam como se não houvesse alma (embora isto seja impossível); e almas agem como se não houvessem corpos; e ambos os atos como se influenciassem um ao outro." (LEIBNIZ apud GARBER, D. 1998, p. 330. Trad. nossa) A mesma divisão proposta entre razão suficiente e razão eficiente é tomada na separação entre Dinâmica e Mecânica. As causas eficientes seriam as mecânicas, aquelas apresentadas numa esfera contigente e linear, relacionados com uma força de ação externa e não pelo estado íntimo de cada mônada; as causas finais seriam a força dinâmica, a atução da potência na apresentação de uma finalidade. Para Leibniz, embora ambas sejam caminhos possíveis e válidos na formulação do conhecimento físico, somente a unidade delas permite o verdadeiro conhecimento das leis colocadas à natureza. Resolve, dessa maneira, no campo da Física, a união essencial entre causas eficientes e causas finais, superando a dicotomia cartesiana que separa as esferas de atuação da alma e do corpo.

condicionado, por outro lado, era a esfera dessas causas eficientes, em que não se considerava os objetos agindo por uma finalidade própria ou organizados em uma causalidade diversa àquela imposta pelo entendimento. Agora, o problema é de outra ordem. Já não se fala aqui que o domínio da natureza seja simplesmente mecânico, condicionado, submetido à causalidade eficiente; vê-se, ao contrário, e com clareza, que a natureza pode ser pensada numa causalidade em que causa e efeito sejam simultâneos e que se disponham numa comunicação entre todo e partes que a regula segundo um fim. O problema agora é que esta natureza pressupõe uma finalidade independente da razão e, como tal, recorre, na visão de Kant (1995), seja pela apresentação estética ou teleológica, a um princípio que não pode ser dado de forma constitutiva, uma vez que as possibilidades concernentes ao transcendental se mantêm as mesmas que na Primeira Crítica (CRP), ou seja, limitadas à consideração do supra-sensível em seu caráter regulativo. A questão é se eles partilham ou não este princípio, esta regulação é ou não comum na natureza e no homem? Vimos que a natureza apresenta uma finalidade independente, seria o caso de reagrupá-la agora num todo em que se unem o interesse da razão e o da natureza? Parece que Kant procede dessa maneira, mas não de forma tão direta e simples como seria razoável supor. Expomos este ponto pela elucidação de três questões centrais:

Primeira questão: do fim da analogia técnica para o sistema da natureza. Ora, Kant nos mostra que há em jogo uma nova causalidade e que, portanto, não se trata da produção de um efeito mediante uma causa consciente; antes disso, a sistematização da natureza e a sua produção e reprodução se dá por uma força formadora, que se propaga e se estende aos elementos da natureza numa relação entre todo e partes como o organismo bem representa; seu *nexus finalis*, dessa forma, é dado por outra causalidade e não por um demiurgo como o interesse da razão. Disso decorre, evidentemente, o fim da analogia técnica na compreensão de um fim natural (Lebrun, 2002). Falamos aqui do sistema da natureza e, enquanto tal, não comporta mais uma analogia com a razão e seu interesse.

Segunda questão: da existência de uma *coisa em s*i independente da razão. Embora isso não seja descrito por Kant em sua Crítica, somos levados a considerar, pela admissão de uma finalidade própria da natureza, um transcendental que lhe sirva como princípio regulador na ordenação de sua formação e causalidade, ainda que distinta. Essa coisa em si deve confundir-se com a totalidade efetiva da natureza, haja vista a função que o todo exerce na consagração da sua finalidade. Mesmo que, no caso do fim natural, estejamos falando de uma representação da

relação todo e partes na forma, reconhecendo no organismo sua imagem e trabalhando exclusivamente com juízos reflexivos, temos que considerar que a independência relativa à razão pressupõe um todo realmente existente que possa autorizar uma representação sua na forma.

> "Um corpo orgânico pressupõe um princípio orgânico exterior ou interior. Este deve ser simples; senão, ele mesmo teria necessidade de uma organização. Ora, enquanto simples, ele não pode ser uma parte da matéria, pois toda parte da matéria é sempre composta. Por isso o princípio organizador do corpo orgânico deve estar fora do espaço". (KANT apud LEBRUN, 2002, p. 624)

Disso segue que, nos caminhos percorridos pela Terceira Crítica (CFJ), podemos pressupor a existência de um *em si* diverso daquele da razão e que, enfim, apresenta-se como todo, ainda que não possamos senão admiti-lo como regulador, e que, talvez por isso, Kant tenha evitado expor ou tratar diretamente no seu projeto Crítico.

Terceira questão: da unidade sistemática da filosofia kantiana. O sentido dessa unidade seria entre as idéias dispostas na Terceira Crítica (CFJ) e a maneira como se assentam sistematicamente o fim do homem e o fim da natureza num *nexus finalis*. Aqui entra em questão verdadeiramente a causa final da natureza, seu fim último e terminal. No homem a causa final está relacionada ao dever moral; a liberdade da razão exerce-se na consumação do ato moral livre, que conduz o sujeito àquilo que nele impera sob a forma do incondicionado. Disso temos que o sentido último do homem é o bem, a apresentação prática de um incondicionado que o aproxima desse transcendental que é a fonte de toda a sua particular condição no mundo como livre agente. Mas e a natureza, que experimenta uma finalidade independente da razão, para onde ela se encaminha? Qual o sentido estabelecido por seu fim? Constituirá esse fim uma integração com o fim da razão no homem? A resposta positiva de Kant na sua *Doutrina do Método da Faculdade de Juízo Teleológica* (KANT, 1995) é dada na comunhão do fim último da natureza com o fim do homem. Devemos ter claro, no entanto, que se fala sim em um fim independente da natureza, que se relaciona com sua totalidade efetiva, mas que de forma nenhuma se nos apresenta como passível de ser encontrada constitutivamente, pelo que se admite como princípio regulador. Quando falamos, portanto, que o fim último da natureza é o mesmo que o do homem e que, dessa maneira, pode ser aludido ao dever moral e colocado na direção do bom, estamos falando de uma unidade sistemática entre o homem e a natureza no reino dos fins, não estritamente de um fim natural. A natureza fornece as condições para que o homem seja, no

mundo, capaz de exercer o que nele existe de forma incondicionada; ao mesmo tempo, a manifestação inconteste de um ser que por sua própria condição apresenta-se como um fim em si mesmo no reino natural, nos autoriza a colocar nele o último fim da natureza, uma vez que as coisas se ligam sempre aos elementos que representam uma finalidade no mundo, como por exemplo, a água e o ar que se conectam à causalidade final na relação que estabelecem com os seres vivos e sua finalidade interna. Aquele que é no mundo a máxima representação de um fim em si mesmo dentre todos os organismos deve ser o ponto de confluência de toda a finalidade e, desse modo, a natureza tem seu último fim nesse ser, ou seja, no homem. Visto que o fim do homem é o bem, aquilo que é bom, a natureza terá em seu fim último a mesma fundamentação.

> O que Kant diz é que, por sua vez, o *último fim da natureza*, que é o ser racional se transforma em *fim último* quando este compreender e desejar estabelecer entre si e a natureza uma *relação final*, de tal modo que fique aí preservada a autonomia da razão. Quem diz autonomia da razão, diz autonomia da faculdade de legislação final, e quem diz faculdade dos fins, diz também razão prática.
> Só desse modo a mediação estará consumada e deixa de haver qualquer heterogeneidade entre os dois domínios que assim surgiram como tal na *Crítica da Razão Pura*. Pode dizer-se, então, em relação a essa razão prática, que naquela obra se apresentava como uma via completamente diferente para conhecer o incondicionado, que essa mesma razão "pode orientar a natureza com vista ao fim último que fica no exterior desta, e que pode ser considerada por isso como seu último fim". (MARQUES, 1987, p. 355)

Quando estamos diante de objetos que apresentam um fim desinteressado como no belo da natureza, comunicamos essa finalidade sem fim ao que é bom, àquilo que se apresenta como sentido último de todo sistema. Da mesma forma, os objetos organizados teleologicamente, e assim compreendidos, se interconectam num sentido último que é o bem supremo, a confluência geral de um sistema que nele encontra seu ponto comum e convergente: o reino moral dos fins.

Essa investigação é fundamental para o romantismo alemão, seja pela consideração de uma natureza agindo segundo a fins ou pela ligação final entre o humano e a natureza. Incorporada de maneira original, essa *Crítica da Faculdade de Julgar* é a base da concepção de natureza que jaz na construção científico-filosófica de Humboldt. Do mesmo modo, essa passagem sistemática operada por Kant (1995) resulta numa redefinição daquele sentido de aproximação ou ligação causal proposta pela Primeira Crítica (CRP) ao domínio das ciências da natureza.

3.2. Relação da sistematicidade das Críticas com a Geografia Física kantiana

Vimos que a ciência da natureza encontrou legitimação na proposta filosófica kantiana da Primeira Crítica (CRP). A união entre o entendimento e a determinação das leis empíricas evidenciou a capacidade do sujeito de reunir sob a forma de um conhecimento científico, quer dizer, com princípios apodícticos, o conjunto dos objetos dispostos na experiência. Grande salto, essa fundamentação filosófica permitiu à ciência da natureza mergulhar no desvelamento das causas e na compreensão do mundo enquanto fenômeno. Sistematicamente falando, a razão fornecia o determinante sob o qual deveriam ser subsumidos os objetos na formulação dos juízos.

Ora, as reflexões kantianas vão nesse rumo em um primeiro momento; e aqui a Geografia torna-se importante. Kant ministrou cerca de 48 cursos de Geografia ao longo de sua vida, esteve ligado com esta ciência por mais de 40 anos, o que de algum modo já evidencia o papel desempenhado por este saber nas suas formulações filosóficas e, como não poderia deixar de ser, o papel destas na fundamentação de uma ciência geográfica sistemática (CLAVAL, 2006). A palavra "sistemática" aqui é importante. Vitte (2007) ressalta que o caráter sistemático é fundamental na compreensão da obra geográfica de Kant, pelo que teve por objetivo sua Geografia Física "produzir uma ordem hierárquica da natureza" (VITTE, 2007, p. 25-26) e procurar "... justificar uma nova teoria da natureza e o papel da razão na sistematização desta..." (VITTE, 2007, p. 26). Sendo a Geografia em Kant a representação de uma sistematicidade geral estabelecida na relação da natureza, o trabalho geográfico kantiano, fruto dos cursos ministrados durante a vida, e publicado em 1802, representará o caminho percorrido pelas Críticas até a formulação sistemática que se aproxima muito da de Leibniz.

Como vimos, com a formulação da Primeira Crítica (CRP), a sistematicidade em Kant busca a submissão do particular ao geral, a empreenda por reunir os *nexus causais* e o arranjo do mundo numa ordem imposta pelo caráter determinante do sujeito. Disso segue que sua visão representaria, nesse momento, a estrutura apontada por Marques (1987), que diz respeito a um todo cônico, em que a base mantém-se indeterminada, ou seja, que não se pode tratar de particulares existentes, mas sim de objetos investigativos postos à determinação geral da razão. Mas há, como mencionamos, uma mudança no pensamento de Kant no que se refere à sistematicidade. Coloca-se na ordem do dia dificuldades na admissão de uma determinação geral da razão sobre o conjunto da natureza. Isso se dá pela consideração do vivo, do particular como

problema, a apresentação do organismo e com ele da idéia de uma teleologia da natureza. Vimos que mudanças importantes ocorrem neste sentido e não podemos deixar de considerar o papel da Geografia kantiana nestas mudanças. Ao se empreender uma explicação sistemática para o conjunto do mundo, os particulares apresentam-se como problema, não podem ser simplesmente subsumidos numa regra geral, uma vez que participam de uma ordenação final e não se reduzem às regras impostas pelo entendimento à toda experiência possível.

Os trabalhos sobre as raças: "Sobre as diferentes raças dos homens (1775)", "Definição do conceito de uma raça humana (1785)" e "Sobre o uso de princípios teológicos na filosofia (1788)", como apontamos anteriormente, colocam a noção de organismo (MARQUES, 1987), um ser cuja finalidade não pode mais ser encerrada na visão de uma causalidade estritamente mecânica, mas que, pelo contrário, exige uma regulação a fins, que, ainda que considerada nesse momento em analogia com a finalidade da produção técnica, revela ou admite um sentido final pelo qual se comunicam e se agrupam os diferentes elementos da natureza. Altera-se a visão sistemática geral: da representação de um cone passa-se a visão de uma árvore, um entroncamento comum pelo qual se estende o conjunto de variáveis e possibilidades do mundo natural (MARQUES, 1987). O tempo assume importância, uma História da natureza desponta e a Geografia encontra nesse enquadramento a necessidade de partir do particular. A ciência da natureza em geral, a nascente Biologia, a Química, a Geografia Física de Kant, tomam para si a preocupação do particular.

Será com a Terceira Crítica (CFJ) que enfim a mudança sistemática encontrará sua última reformulação em Kant, considerando a partir daí uma finalidade própria da natureza, independente da analogia técnica e revelando a possibilidade de se estabelecer pelo particular leis com validade geral. O organismo como imagem-esquema da natureza revela na intuição da forma uma causalidade não linear, uma correspondência entre todo e partes que permite pensar um *nexus finalis*. Agindo segundo a fins, apresenta-se a possibilidade da natureza de organizar-se por si mesma na manifestação do fim natural na forma. No enunciado de um princípio regulador que não pode se confundir com o da razão, e na apresentação de um juízo reflexivo que parte do particular para o geral, edifica-se uma sistemática que se apresentará como a justa medida de uma análise científica que carecia de uma possibilidade para assim proceder. A Geografia reagruparia a noção de uma causa eficiente, dada como meio, com o sentido geral apontado no fim independente da natureza. Como notamos anteriormente, é a apresentação de uma reaproximação

com as idéias de Leibniz, sem, contudo, incorrer no erro dogmático. A Geografia Física de Kant cumpriria a representação deste sistema no plano da ciência, na verdade, ela seria um campo capaz de expandir os argumentos empíricos em favor de uma visão teleológica da natureza; por outras palavras, a produção geográfica de Kant está intimamente relacionada com a implementação das idéias da Terceira Crítica (CFJ) no mundo da ciência natural. A busca por um "sistema empírico da natureza" (VITTE, 2007, p. 25) representaria tanto o limite da investigação humana no campo dos fenômenos, dado pela *Crítica da Razão Pura* (1999), como a representação de um princípio geral independente, teleológico, uma vez que considera a natureza como coisa viva, portadora de uma causalidade não mecânica e representativa de um princípio geral de ordenação segundo a fins. Kant encontra no espaço numa perspectiva geográfica a possibilidade deste reagrupar, dessa fecunda reaproximação que se manteve esquecida até o desafio humboldtiano de uma ciência romântica.

Mas o espaço que compreende uma nova significação não é só o que se lê numa perspectiva geográfica. Na *Estética Transcendental* (KANT, 1999) se apresenta um espaço que é condição de toda a experiência possível, já que é intuição pura. Acontece que com a nova sistematicidade da Terceira Crítica (CFJ) aponta-se um novo princípio regulador independente para a natureza, de onde decorre a possibilidade de sua existência independente do sujeito, ainda que como tal se mantenha para nós indeterminada. Disso segue que, segundo pensamos, abre-se a possibilidade de estabelecer uma espacialidade também independente, cuja medida será relativa a esta natureza autônoma. O mesmo se observa com o tempo, na verdade de uma forma até mais explícita. É clara a incorporação de uma dinâmica própria à natureza e com ela de uma temporalidade; é ela que fundamenta a História Natural então nascente e coloca, segundo admitimos, uma das principais características do pensamento que tomará forma na epistême moderna, bem seja, a de um tempo ou uma dinâmica independente do sujeito.

Além dessa perspectiva direta de contribuição no que se refere à teleologia da natureza em Kant, destacamos que esta visão sistemática geral é fundamental na produção dos românticos e, o que nos interessa sobremaneira, na estruturação do conceito central de natureza em Alexander Humboldt; conceito que, em última análise, articula toda a construção da nova proposta de ciência humbldtiana e, com ela, a gênese peculiar para a ciência geográfica moderna.

3.3. A natureza em Humboldt

Em Humboldt, as contribuições sistemáticas das Críticas kantianas são importantes. Em um primeiro momento, a organização sistemática do seu projeto de ciência, a possibilidade aberta de se confluir tanto a apresentação de um domínio empírico, analisado mediante causas eficientes, com uma função maior de ordenação segundo a fins de uma natureza posta em sua dinâmica e de uma maneira independente, representam um passo importante no arranjo metodológico do seu projeto. O salto sistemático kantiano é certamente considerado por Humboldt na estrutura geral que permite aproximar um ferramental técnico-científico com a concepção de uma natureza teleologicamente ordenada. Isso porque, como fizemos questão de destacar no capítulo anterior, a construção da ciência humboldtiana se vale tanto do que se compreende dentro dos limites de uma ciência que considera as causas mecânicas eficientes, como as contribuições advindas de outra via que concebe uma finalidade na natureza, uma visão organicista.

> Tudo anuncia um mundo de forças orgânicas em movimento. Em cada matagal, na casca gretada das árvores e na terra que cavam os heminópteros, a vida agita-se e faz-se ouvir, como uma das mil vozes que a natureza envia à alma piedosa e sensível do homem. (HUMBOLDT, 1952, p. 270)

A química e a biologia já anunciam estas concepções, muito em função da dificuldade que se apresentou historicamente no trato dos elementos da natureza num estrito cabedal de explicações mecanicistas. A idéia de uma finalidade da natureza em Humboldt tanto representa estes esforços comuns das ciências, como o conjunto de formulações articuladas em torno da idéia de reflexão e da concepção de uma teleologia da natureza em Kant e no movimento romântico. Contudo, a sua concepção geral de natureza permite compreender sua fonte de estruturação metodológica.

Humboldt concebe a natureza como um conjunto dinâmico, uma totalidade que a todo instante desdobra-se sobre si mesma para renovar-se na forma; uma relação indissociável e irrestrita entre todo e partes. A violação que se impõe a essa concepção é a da simples linearidade, da natureza apresentada como quebra-cabeça de peças encaixadas e dispostas a princípios causais determinantes. A causa é uma relação aberta com o efeito, uma via de dupla

troca, um diálogo de mútua determinação, e, para compreender esta causa, evoca-se a harmonia, a ligação de tudo quanto se apresenta em nosso domínio de percepção e ação. Humboldt destaca essa concepção de natureza:

> Se se considerar toda a natureza animada como o único ser cuja vida está decomposta e dividida em milhões de vidas efêmeras, vê-se que todas essas existências parciais reagem sem descanso umas sobre as outras, e, assim como num sistema estrelar não se poderia alterar o movimento ou a massa de um astro qualquer sem modificar o equilíbrio de todos os outros, não se pode também imaginar variação alguma no mundo orgânico que não se faça ressentir em tudo que dele faz parte. (HUMBOLDT, 1953, p. 314)

Em contínua dinâmica, essa natureza não pode ser reduzida aos princípios restritos de uma concepção mecânica. A polaridade, a oposição, orienta a tomada do equilíbrio, a média harmônica. "Tudo na natureza, os elementos e as forças em geral estão em alternância contínua entre o efeito e seu contrário. A dualidade do fenômeno é o princípio da vida..." (GIANOTTI In: GOETHE, 1993, p. 173) Ou ainda nas palavras de Humboldt:

> La naturaleza, como la há definido un célebre fisiólogo y como la palabra mismo indica entre los griegos y los romanos, es "lo que cresce e desarolla perpétuamente, lo que solo vive por un cambio contínuo de forma y de movimiento interior." (HUMBOLDT, 1874a, p.18-19).

Essa visão de natureza exige uma compreenção filosófica acerca das propostas de Goethe e Schelling, figuras centrais na vida e na obra de Humboldt.

3.3.1. Goethe e a natureza em Alexander von Humboldt

O conceito de natureza em Humboldt é a imagem da evolução, de um transformar-se que encontra na forma a imagem integradora de todo o seu processo de reprodução. Norteada por um princípio elementar, fundamental, a natureza é dinâmica e se dispõe em harmoniosa construção entre o invariável e o particular. Esse articular da natureza corresponde à visão de Goethe.

Percebemos de partida um conceito utilizado por Kant na *Crítica da Razão Pura*, muito próximo do formulado por Goethe na sua construção da *Metamorfose das Plantas*, o conceito de *prototypon*. Poderíamos, em um primeiro momento, considerar o papel da idéia kantiana de

prototypon em Goethe (1997). Considerada por Kant o ideal regulador da razão no direcionamento dos fenômenos, teria o protótipo o mesmo fundamento na noção de morfologia goethiana. O que mudaria, nesse caso, seria o papel dos fenômenos. Quando Kant (1999) trata do *prototypon*, está admitindo para o campo dos fenômenos uma finalidade, um sentido ligado ao sujeito, ao ideal da razão; no caso de Goethe, este protótipo, ainda que reconhecido seja como modelo invariável, e ainda que esteja intimamente ligado à idéia acabada e perfeita do que se apresenta de maneira multiforme, representa na sua proposta o elemento invisível que não pode ser dissociado da própria natureza. O protótipo em Goethe, portanto, faz parte do processo de formação e metamorfoseamento dos elementos visíveis do finito. Essa ponte aberta entre o invariável, invisível e o empírico ganha um caráter unificador, sem que se possa falar numa determinação da razão, ou seja, admitindo de fato uma relação do modelo e do particular numa comunhão todo-partes.

A sistemática das últimas obras kantianas se distanciarão da idéia de um *prototypon*, na medida em que se reconhece uma natureza agindo segundo a fins, desta feita, não ligados ao interesse da razão e, desse modo, exigindo um princípio regulador independente para o mundo natural. Mas, em verdade, é temeraria a aproximação entre esta perspectiva de *prototypon* kantiana com a concepção formulada por Goethe. Quando Goethe se coloca a perspectiva da metamorfose e o papael fundamental do protótipo não havia sido escrita a *Crítica da Faculdade de Julgar* kantiana, que seria necessária para o novo arranjo colocado na perspectiva da finalidade. Desse modo, é imprecisa a análise que aponta uma ligação dessa ordem, mesmo porque os fundamentos filosóficos de Gotehe partem muito mais de suas observações e relações artísticas do que, propriamente, de um exame minucioso e exaustivo do universo filosófico.

Em Humboldt, o protótipo, herdado das formulações goethianas desempenhará um papel fundamental na concepção de natureza.

> En el seno de esta inmensa variedad de producciones animales y vegetales, en el juego de sus trasformaciones periódicas, se renueva sin cesar el misterio primordial de todo desarollo orgánico, aquele problema de la metamorfosis que Goethe há tratado com una sagacidad superior, y que nace de la necesidad que esperimentamos de reducir las formas vitales á un pequeño número de fundamentales tipos. (HUMBOLDT, 1874a, p. 19)

Significa dizer que há uma tipologia geral que se apresenta em cada disforme representação; cada expressão singular carrega uma estrutura ideal que a caracteriza como semelhante a um outro elemento. Dirá Molder (In: GOETHE, 1997) que essa idéia, a de um protótipo na natureza, é de inspiração platônica, ou seja, que há nessa colocação a admissão de um modelo ideal que une todas as disformes representações, funcionando como o ideal por trás das ilusões imperfeitas, embora, evidentemente, não se admita, no caso de Goethe e Humboldt, o mundo como ilusão ou quimera de uma mente criativa.

Outra idéia é ainda importante para compreender a noção de uma natureza em dinâmica e em transformação, a de protofenômeno. Aqui o que se evoca, numa relação entre finito e infinito, é a noção de um impulso originário, uma espécie de enteléquia aristotélica ou impulso leibniziano que conduziria a produção das formas numa relação sempre harmônica com a totalidade (MOLDER In: GOETHE, 1997). Na verdade, o que se apresenta é um pensamento metafísico por trás dos elementos da natureza e de sua formação. O que modernamente concebemos como cadeia genética era para Goethe o elemento primeiro que conduzia a matéria à realização do que nela já existia em germe. Assim como em Leibniz (1979a), essa força invisível se apresentaria num universo de possibilidades restritivas, no caso de Goethe, a totalidade finita. O que se admite é um impulso geral que conduz a realidade, um protofenômeno por detrás de toda forma vislumbrada (MOLDER In: GOETHE, 1997).

Assim como Kant (1995) recuperou as contribuições da filosofia de Leibniz na sistemática da sua Terceira Crítica (CFJ) e mesmo nos seus esforços geográficos, Goethe (1997) também cumprirá esse retorno à filosofia de Leibniz, manifestando na visão de um protofenômeno, na idéia de *Mittelpunkt* (MOLDER In: GOETHE, 1997), a concepção leibniziana de uma potência na consagração da percepção das mônadas. Da mesma forma que as mônadas têm uma apetição interna pela qual são impelidas ao máximo de sua realização, ao mesmo tempo em que se limitam em vista da presença real de um conjunto de mônadas em graus diferenciados, há, na visão de Goethe, a concepção de um caráter metafísico, um elemento invisível, infinito, que atua em conjunto com o empírico, o finito e suas restrições.

> Os gregos chamavam enteléquia [Wesen] a um ser que está sempre em função [Funktion]. (...)
> A função é a existência [Dasein] pensado na sua actividade [Tätigkeit]. (...)
> A questão relativa ao instinto dos animais só se deixa resolver por intermédio dos conceitos de mónada e enteléquia.

> Cada mónada é uma enteléquia que sob determinadas condições se torna fenómeno (...) (GOETHE, s.d., max. 44; 45 e 46, p. 19)

O resultado é esse duplo comunicar, a integração, no caso de Goethe, na forma, que apresenta a unidade elementar descrita no processo de formação e metamorfose da natureza.

Isso é fundamental em Humboldt. A natureza é posta numa ordenação final, ou seja, é pensada teleologicamente, mas não numa perspectiva dos juízos e nem somente numa perspectiva reflexiva. Goethe consegue reagrupar uma ordenação final da natureza na concepção de *protótipo* e *protofenômeno* sem recorrer à determinação da razão, quer dizer, atribuindo um desdobramento desse ideal numa perspectiva concreta, numa natureza existente e em dinâmica real. Quando Humboldt coloca esse processo de formação-transformação da natureza num diálogo com o ideal, está tratando do *protótipo* e do *protofenômeno* goethiano pelo qual a realidade se desdobra numa contínua atividade. Segundo as palavras de Humboldt "Esta necessidade das coisas, este encadeamento oculto, mas permanente, esta renovação periódica no desenvolvimento progressivo das formas, constituem a natureza, que obedece a um primeiro impulso dado." (HUMBOLDT, 1874a, p. 30, trad. nossa)

Na *Metamorfose das Plantas* de Goethe (1997) se apresenta definitivamente a articulação destas idéias de um tipo dinâmico, uma maneira de conceber a realidade em sua produção-reprodução na forma. Não há uma linearidade, partes se *expandem*, se *contraem*, anunciam na aparência, na imagem disposta ao olho, uma transformação ininterrupta. Origem de nova forma, cada figura representa um processo, uma dinâmica própria de uma relação entre o invisível e o empírico. Enquanto se pronuncia o protofenômeno, a apetição pela qual se orientam todas as formas, enquanto se apresenta um modelo ideal, o protótipo, arquétipo perfeito que aspira todo ser, se constrói objetivamente uma imagem que é o retrato de toda essa confluência, a representação de uma unidade que não pode ser alcançada por nenhuma de nossas representações. Isolada em si, cada parte carrega o que haverá de ser, cumpre a plena realização pela relação sempre aberta com o invariável e a totalidade. Por sua condição, a parte é fundamento do novo; de sua ligação com as outras partes e com o infinito surge a mudança, a dinâmica que enreda novamente essa peça, que mantém a comunhão entre tudo o que existe objetiva e subjetivamente.

> O ser dá-se, manifesta-se, significando-se, se não aparecesse não subsistiria como ser. O visível indica o invisível, o reino dos visíveis é um reino luminoso,

> médium e celebração do mundo dos invisíveis. O que se manifesta, o que é, porque é, não pode mostrar-se a si próprio e a outro, significa-se, assinalando a sua relação consigo próprio e com o todo; pelo aparecer, o que é configura-se, toma forma. (MOLDER In: GOETHE, 1997, p.27)

> Cada forma é algo em aproximação histórica de si própria e de nossa possibilidade de a conhecer, reconhecendo-se através de suas transformações (...) A essência de uma coisa apreende-se na medida em que conseguimos recolher uma imagem sinóptica das suas formas manifestadas, tal como os caracteres de um homem unicamente pela reunião expressiva de suas ações e realizações se pode descrever.(Idem., p. 17)

Marca ainda dessa visão é o caráter evolutivo. Isso é fundamental em Humboldt, inclusive pela influência que ele exerce em Darwin e na sua perspectiva de uma seleção natural das espécies. Acerca desta questão, polêmica diga-se, defende Humboldt a união do processo de desenvolvimento da natureza numa ligação com um princípio independente, na linha do pensamento de Goethe. Recusa, portanto, a idéia de um demiurgo, um agente externo e governante, e, dessa forma, introduz na sua construção científica uma perspectiva de finalidade no desdobramento material da própria natureza.

> A pretendida separação entre o que está na natureza e o que está fora da natureza é um desmembramento da verdade. Quer a criação seja contínua ou descontínua, não acaba ela as obras senão usando de leis eternas, e a teoria de Darwin longe, pois, de ser a negação da ordem universal, é uma afirmação desta ordem; não se põe as forças criadoras fora da natureza, mas sujeita-lhes esta, em qualquer tempo e lugar como uma argila mole que fosse perpetuamente modelada por uma inspiração sem tréguas. (HUMBOLDT, 1953 p. 320)

Deve-se observar, no entanto, que essa não separação ou desmembramento da natureza com algo que exista fora dela não significa a admissão de uma materialidade constitutiva, como notamos na formulação científica contemporânea. O que se coloca aqui é a apresentação de uma natureza muito maior do que a disposta por uma simples construção atomística e assentada em princípios mecânicos, quer dizer, ela tem um elemento transcendental, assim como defende Goethe e Schelling, mas não que isso seja algo externo, antes disso, constitui este transcendente um dos fundamentos indissociáveis do que se pode enfim entender por natureza.

A interpretação desse modelamento da força criadora é a justa medida dessa variação pela qual passa o geral na relação com o particular, assumindo novas formas, segundo o tempo e o

lugar, do qual, igualmente, são indissociáveis. Isso será fundamental para entender a concepção de morfologia em Humboldt, antes, no entanto, precisamos falar de outra influência decisiva na concepção de natureza e na apresentação da teleologia em sua obra, estamos falando do papel desempenhado pela filosofia da natureza de Schelling.

3.3.2. Schelling e a natureza em Humboldt

Trabalha Schelling (1775-1854) com aquilo que há de mais fecundo e nebuloso no período, a questão do incondicionado; começa em *Sobre o eu como princípio da filosofia ou Sobre o incondicionado no saber humano*, de 1795, com a identificação desse incondicionado na unidade absoluta que reúne ser e pensamento (MACHADO, 2006). Em sintonia com o idealismo fichtiano produzirá ainda as *Cartas Filosóficas Sobre o Dogmatismo e o Criticismo* no ano de 1796. Dirá Schelling (1979), nestas *Cartas*, que a unidade é dada na colocação do limite pelo próprio princípio interior; que voltar-se para o exterior sem a medida intuitiva, ou seja, sem procurar abarcar o exterior como pertencente ao sujeito, como ligado ao projeto maior de unificação, é fracassar no desafio de encontrar a justa forma no Absoluto. O debate entre o dogmatismo e o criticismo é justamente a colocação do problema da unidade neste Absoluto.

Não havendo cisão alguma, não existindo um estado ou separação que denuncie uma oposição entre sujeito e objeto, entre liberdade e necessidade, não haveria na medida do Absoluto consciência e nem a problemática proposta. Sendo o que é, o Absoluto em sua plena condição seria inexprimível, porque já pronto. A colocação do Absoluto como sentido é já o anuncio de seu abandono, é a mostra de uma unificação perdida, a ser buscada, reencontrada na superação do Eu diante das limitações internas que, ao separá-lo do objeto, exige sua reunificação numa síntese. O dogmatismo é o caminho que reconhece o Absoluto fora do Eu, ou seja, num Deus ou máxima que assume realidade sem considerar o fato de que é mediada pelo sujeito (MACHADO, 2006). A resposta necessária é a síntese que conduz ao Absoluto; a apresentação de uma contraposição encaminha-se para a unidade no reconhecimento de um princípio pelo qual a síntese se direcione para o invariável. No criticismo há a vantagem de se partir de um princípio inconteste, porque fundamento incondicionado da própria condição (o *a priori*), todavia, é limitado pelo caráter negativo de nada poder na realização do fim que anuncia, ou seja, com a desvantagem de não refutar ou mesmo aderir a qualquer dogmatismo e, desse modo, poder

reunificar a contraposição que lança entre sujeito e objeto. Como a medida é o Absoluto, a unidade, então deve se pensar em um caminho que possa unificar ideal e real sem se limitar ao negativo da Crítica e sem falhar na admissão de uma verdade pelo que se apresenta somente na medida da representação.

A solução reside na intuição. Ultrapassando a separação colocada na medida do tempo, a intuição intelectual finda a contraposição entre sujeito e objeto no momento em que reconhece no imediato da experiência a comunhão eterna entre ambos. Para além de uma explicação ou investigação analítica, e também para além de uma simples existência irrefletida, a união na intuição intelectual é chave para a superação de uma história conflitante entre idealismo e realismo na filosofia. Anunciada com a proposta das Críticas kantianas, essa unidade deve assumir valor sistemático e, na comunhão entre o eu e o limite interno que se coloca como objeto, deve refundar a unidade na síntese final, o Absoluto.

> Quem meditou sobre o idealismo e o realismo, os dois sistemas teóricos mais contraditórios entre si, descobriu por si mesmo que ambos só podiam ter lugar na aproximação do Absoluto, mas que, no Absoluto, ambos têm de ser unificados, isto é, cessar como sistemas contraditórios. (SCHELLING, 1979, p. 30)

Breve, no entanto, se distanciará Schelling da diretriz fichtiana. Dirá Borheim (In: GUINSBURG, 2005) que a recusa em seguir Fichte é resultado de uma ligação de Schelling com a ciência da época. Por esse tempo, Goethe já se pronunciava numa direção contrária ao racionalismo na ciência, e conduzia a filosofia e a arte para uma valorização da natureza. Na verdade, o que se dá em Schelling é uma ampla influência: tanto Fichte, quanto a ciência da natureza e o valor dado a sensibilidade pelos românticos serão apropriadamente consideradas na proposta de uma *Naturphilosophie*.

As *Idéias para uma Filosofia da Natureza* (2001a) são o marco da abertura de Schelling para a consideração de uma natureza agindo no processo de formação e na síntese do Absoluto (MORUJÃO, 2004). Os *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* de Kant (1990) são tomados na apresentação por Schelling de uma problemática acerca da validação de um mundo fora de nós a partir das considerações da física e do idealismo transcendental, enfim, ele questiona nessa obra como será possível filosoficamente responder a existência de um algo fora de nós. Segundo Schelling (2001a): “O meu objectivo é, antes, deixar que a própria ciência

da natureza 'surja' apenas filosoficamente, e a minha filosofia não é senão ciência da natureza." (p.33). Quer dizer com isso que a investigação que cabe à sua filosofia corresponde aos fundamentos de uma representação possível no sujeito de uma natureza com leis em conformidade com essa representação, e, por outro lado, que cabe à sua investigação responder como pode essa natureza agir na formação dos conceitos e promover, portanto, representações. O que é certo para Schelling é que há aqui um permeamento da natureza no homem e do homem na natureza. Aponta que o espinosismo já havia se atentado para essa questão da necessária unidade entre ideal e real. Acerca de Espinosa (1632-1677) diz:

> Ele reparou que, na nossa natureza, o ideal e o real (o pensamento e o objecto) estão unidos da forma mais íntima. O facto de termos representações das coisas fora de nós e de as nossas representações as ultrapassarem, só o pôde explicar a partir da nossa natureza ideal; mas o facto de a estas representações corresponderem coisas reais teve de explicá-lo a partir das afecções e determinações do ideal em nós. Portanto, não nos poderíamos tornar conscientes do real senão em oposição ao ideal, tal como não nos poderíamos tornar conscientes do ideal senão em relação ao real. Por conseguinte, não poderia haver nenhuma separação entre as coisas reais e as nossas representações delas. Conceitos e coisas, pensamento e extensão, eram, para ele, uma e mesma coisa, ambos eram apenas modificações de uma mesma natureza ideal. (SCHELLING, 2001a, p. 79-81)

É essa natureza em sua idealidade que exprimirá os esforços de Schelling na sua proposta de uma filosofia da natureza. Contudo, diverge de Espinosa porque neste se perde a substancialidade no infinito; o próprio homem passa a ser um pensamento do infinito, do qual, segundo Schelling (2001), não se pode nada falar ou avaliar sem ser dogmático. Apropriadamente pensará uma diferença importante a este respeito, o que, segundo ele mesmo, o aproxima de Leibniz.

> É preciso que tenhamos absorvido um tal sistema em nós mesmos, é preciso que nos tenhamos substituído à respectiva substância infinita, para sabermos que o infinito e o finito não se encontram 'fora de nós', mas sim em 'nós', nem 'surgem' em nós, mas sim 'estão lá' originariamente juntos e inseparáveis, e que é precisamente nesta unidade originária que consiste a natureza do nosso espírito e a totalidade da nossa existência espiritual. Pois só conhecemos imediatamente o nosso próprio ser e só nós é que somos para nós mesmos compreensíveis. Como é que existem ou podem existir afecções e determinações num absoluto fora de mim, não o compreendo. Mas que, em mim, não possa existir nada de 'infinito' sem que, ao mesmo tempo, exista algo de 'finito', isso compreendo-o. Pois em mim existe aquela unidade necessária do ideal e do real, do

> absolutamente activo e do absolutamente passivo (que espinosa desloca numa substância infinita fora de mim), sem a minha intervenção, e é nisso precisamente que consiste a 'minha natureza'. (SCHELLING, 2001a, p. 81-83)

Ideal e real, homem e natureza, constituem termos antagônicos que só encontram sua validade filosófica na síntese. "A natureza deve ser o espírito visível, o espírito a natureza invisível" (SCHELLING, 2001a). Não cabe, como no caso de Fichte[7], só a apresentação do espírito, do Eu; não é ele o único termo da realidade, afinal, a realidade é tudo, e o Absoluto é a síntese entre o espírito e a natureza, nele reside agora o incondicionado (TORRES FILHO In: SCHELLING, 1979). Abre-se a possibilidade de, com essa visão, conhecer a natureza; não como coisa distante e submissa, mas como termo de um todo que reclama sua unidade no homem, na síntese que caracteriza a realidade em sua dinâmica. Do mesmo modo que há uma idealidade do Eu, há, em Schelling, uma idealidade da natureza; é neste ponto comum, nessa máxima fonte, que se aproximam homem e natureza. A natureza deixa de ser uma criação do EU para figurar verdadeiramente como um termo, real em sua idealidade.

No caminho traçado com o seu *Sistema do Idealismo Transcendental* de 1800 aparece em Schelling a tentativa de aproximar a idealidade da natureza e do espírito pelo processo histórico

[7] Quando Fichte funda o *Eu Puro*, traz com ele um movimento em germe no solo de uma Alemanha fragmentada; inicia um retroceder à história, um valorizar de sensações e impressões abandonadas por uma forma de conceber o mundo como máxima representação da estrutura físico-matemática; restrita lógica formal de um homem cada vez mais próximo das leis invariáveis escamoteadas sob a inerte e bruta matéria. Na verdade é considerado aqui a dicotomia imposta mais pela Primeira Crítica kantiana (CRP) do que pelo conjunto delas, a dualidade homem-natureza, incondicionado-condicionado, é o que desafia Fichte (BORHEIM In: GUINSBURG, 2005). Nada existe além da plena liberdade, da plena atividade do espírito, radicaliza Fichte. A dinâmica de um espírito incondicionado, que escolhe para si os rumos do amanhã, é o abandono de um mundo máquina, determinado por um conjunto restrito de causas e efeitos, seqüências débeis que nem chegam a resvalar a explicação da ampla realidade. Aqui, como se pensaria a princípio, não se multiplica a complexidade, reduz-se sim ao termo simples, ao *Eu Puro* que tudo pode e tudo é. Dissolvendo a dualidade pela execução de um dos termos, eleva-se o espírito à condição de única coisa realmente existente. Não há natureza, não como entidade, como algo de objetivo, mas como criação do Eu no plano de suas realizações e desígnios. A natureza é um *Não-Eu*, uma abstração imposta ao sujeito como contradição interna e necessária a ser transposta no projeto maior de elevação. Visa o *Eu Puro* a sua total efetivação, uma realização eternamente buscada e nunca atingida. O mundo é dinâmica; dinâmica de uma subjetividade que busca em si as saídas de um limite imposto por si mesma. Segue o homem em sua história este sentido, a procura ininterrupta de uma perfeição posta como condição de seu próprio ser, presente nele como chama que orienta seus passos na longa procissão por um mundo falseado, um *Não-Eu* restrito e limitador. O sentido evolutivo é aqui a chave de toda a dinâmica. Caminha o homem em sua história porque é livre agente de seu futuro; futuro este que legará pensamentos e práticas ainda mais aprimorados e elevados. O Eu individual está diretamente relacionada com o sentido maior imposto pelo *Eu Puro,* tudo se orienta em função dele, e a comunidade dos espíritos, em busca de uma completa realização, enxerga na perfeição o seu último sentido. Esta elevação se apresenta na conformação e constituição de um *Não-Eu* e um Eu plenamente interligados pelo pensamento e prática do homem. O estabelecimento de um reino moral na terra seria a consumação desse ideal, a forma de o *Não-Eu*, aquilo que entendemos como mundo objetivo, harmonizar-se, deixando de constituir limite, ao *Eu Puro*. Todavia, este fim é inalcansável, porque sempre existirá

que vai do inconsciente à consciência (TORRES FILHO In: SCHELLING, 1979). Surge nele o germe da irracionalidade como condutor da vontade. Tudo o que diz respeito a este impulso, esta aleatória postura diante do que quer que seja, deve se remeter não às condições e leis lógicas da razão; deve, isto sim, ser livre para definir seus próprios caminhos e neles encontrar o meio de sua superação, como Fichte já afirmara no valor dado ao inconsciente.

O inconsciente em Schelling, contudo, é a manifestação da força ideal na natureza; esta força perpassa todo elemento natural, indicando-lhe o rumo, o caminho a ser seguido, trazendo com sua presença um sentido, uma finalidade. Aquilo que se apresenta como consciência no homem tem sua raiz na mesma fonte, no Absoluto, que integra tudo quanto existe. Desse modo, tanto a consciência como o inconsciente têm em comum o Absoluto que as rege. Toda a natureza, porque portadora de um sentido, de um fim imposto por sua idealidade, busca sua realização; numa oposição dialética encontra este caminho, a busca nunca alcançada de uma perfeição contida em germe. A idealidade do espírito aspira o mesmo fim, ambas concorrendo mutuamente e igualmente progredindo. O homem é, nesse contexto, o momento manifesto de uma natureza descobrindo-se a si própria, conscientizando-se de si.

> La naturaleza es el epíritu exteriorizado, esparcido em todas las formas naturales, mientras que el espíritu es la naturaleza profunda e interiorizada. De esta manera, la antigua dualidad entre la naturaleza y el mundo del espíritu, tal y como la concebia Fichte, queda superada por una construccíon que está em constante evolución y que compreende todo lo que es real. (MARÌ, 1989 p. 170)

A ligação final entre homem e natureza disposta em Schelling é essencial na medida de compreensão da natureza em Humboldt.

> A única conclusão positiva da nossa discussão é que, até aqui, nenhum princípio, nem a acção dos meios, nem o hábito, nem a eleição natural, podem explicar as apropriações orgânicas sem a interpretação do princípio de finalidade. A eleição natural não guiada, submetida às leis de um maquenismo puro, e determinada exclusivamente por acidentes, parece-me, com outro nome, o acaso de Epicuro, tão estéril e tão incompreensível como ele; mas a eleição natural, guiada a priori por uma vontade precedente, e dirigida para um fim preciso, por leis intencionais, bem poderia ser o meio que a natureza escolheu para passar de um grau do ser a outro, de uma a outra forma, para aperfeiçoar a vida no universo e

---

um *Não-Eu* e com ele limites a serem transpostos. A procura do homem é, assim, a de um fim nunca atingido (FICHTE, 1999).

> elevar-se por um processo contínuo, da mónada à humanidade. (HUMBOLDT, 1953, p. 323)

É essa ligação entre sujeito e objeto, esse confluir na unidade do Absoluto de uma mesma origem ideal de homem e natureza que permite ao homem penetrar na sensibilidade e dar valor a investigação científica (BORHEIM In: GUINSBURG,2005). A finalidade é então possível de ser compreendida, a correspondência aludida entre a representação e o que a faz dialogar com algo dado na natureza já nas *Idéias para uma Filosofia da Natureza* de Schelling (2001a) é entendida na visão geral de uma dialética entre ideal e real, que, em última análise, conduz à síntese originária do Absoluto.

A força vital é o princípio indissociável dessa idéia em Humboldt; ele a declara, constrói mesmo um sentido de natureza apoiado nessa estrutura elementar, a força pela qual reclama toda a vida; a origem de toda atividade de uma materialidade a primeira vista bruta e empobrecida. Humboldt trata da força vital em inúmeras passagens, a que mais chama atenção, no entanto, é a que recupera a opinião do pitagórico Epicarmo acerca do Gênio Ródio. Este escrito, publicado primeiramente em *As Horas*, jornal editorado por Schiller, no ano de 1793, é retomado nos *Quadros da Natureza* (HUMBOLDT, 1953), em que assume uma aproximação com a proposta de Schelling, redefinindo a concepção estabelecida originalmente como ele mesmo indica no apêndice da edição de 1826. O sentido que lhe inspira é o do percorrimento dessa enigmática estruturação da matéria rumo à vida. Aquele liame que evoca toda a apresentação do fenômeno se reporta a esse ponto, essa atividade primeira pela qual o mundo é posto em sua atividade.

O escrito trata de um quadro, uma imagem que circula em Siracusa como um grande enigma, sem que nem ao menos o autor da dita obra tenha sido identificado. A figura é a de um gênio, altivo, robusto, tendo pousada nas costas uma borboleta e, na mão direita, uma tocha ardendo em fogo. Num primeiro plano, em torno do gênio, se dispõem pessoas nuas, envoltas em um semblante de tristeza, de desfalecimento, agarrando uma as outras pelas mãos, ligadas numa corrente e submetidas à imagem daquele vigoroso ser ao centro. Intrigante, o significado parece difuso e submetido a inúmeras interpretações. Quando, enfim, nova pintura aparece, em meio a relíquias agrupadas em novo empreendimento marítimo, não tarda a ser reconhecida, pelo estilo, cores e imagem, como a continuação do quadro enigmático do Gênio Ródio. Esta segunda imagem tem, igualmente, um gênio ao centro, mas já não se lhe encontra às costas a borboleta pousada e, em sua mão, a tocha que então ardia encontra-se apagada; seu semblante é de morte,

sucumbido e derrotado ao centro do quadro. Não obstante, aqueles que se mostravam ligados, unidos por suas mãos, já não estão; bailam e saltam alegremente em êxtase e felicidade.

Epicarmo, enfermo, já no leito de morte, recebe então estas duas imagens. Ao contemplar por alguns instantes as figuras chama seus discípulos e lhes diz:

> Durante sessenta anos tenho meditado acerca das molas íntimas que movem a natureza, e da diversidade das substâncias, e só hoje vem o Gênio ródio mostrar-me, de maneira manifesta, o que até agora apenas pude suspeitar. Se o dualismo dos sexos estabelece entre os seres viventes uma aliança benéfica e fecunda, é necessário que a matéria bruta, de que é composta a natureza inorgânica, seja movida por molas semelhantes. Já no caos escuro se condensava ou difundia a matéria, conforme era atraída ou repelida, amiga ou inimiga. O fogo celeste segue os metais; o ímã abrasa-se ao contacto do ferro; o âmbar friccionado põe em movimento os corpos ligeiros; a terra mistura-se com a terra; o sal separa-se da água do mar que se evapora(...) Tudo na natureza inanimada anseia por se unir ao objecto que o solicita.(...) A existência não é senão o ponto de partida de onde cada coisa se lança em novas combinações. (HUMBOLDT, 1953, p. 198-199)

A figura do Gênio, sua robustez, a borboleta que lhe pousa às costas, tudo isso representaria a força vital; o fundamento primeiro pelo qual se dispõe a todo existente sua atividade. No primeiro quadro, as pessoas aflitas, encadeadas por seu desfalecimento, esperam essa força, imploram com seus olhares a vida que anima o Gênio. A medida da vida, essa força, é buscada como a única coisa provida de sentido. Um instante e aquele que era o centro da força, o Gênio que a detinha e incorporava, já não é; já não se vê nada além do que a falência decadente de quem foi abandonado pela força elementar da vida. Seu instante de morte, o momento em que a borboleta sai em vôo livre, é o de nascimento para outros, que, gozando a força da vida, já não se ligam em sofrimento, mas fazem da morte nova vida, o processo contínuo de um reproduzir da existência.

> As substâncias terrestres reconquistaram os seus direitos. Por muito tempo privados dos gozos por que ansiavam, e livres, por fim, das suas cadeias, seguem com ímpeto selvagem o instinto que as solicita. O dia da morte é para elas um dia de himeneu. Deste modo a matéria inerte, animada pela força vital, tem passado por uma série interminável de gerações, e talvez que tenha servido de invólucro ao espírito divino de Pitágoras a mesma substância em que, momentos antes, um verme arrastou a sua existência miserável. (HUMBOLDT, 1953, p. 200)

Epicarmo anuncia esse caminho e o seu próprio, dizendo nele já se esvair essa força elementar, que, abandonando-o, lança-se em nova vida, em força harmoniosa que mantém ininterrupta a atividade do mundo. “Sinto que a força vital debilitada não há de dominar em mim, durante muito tempo, a substância terrestre. A matéria reclama a sua liberdade.” (Humboldt, 1953, p. 200)

Essa força é, em um primeiro momento, diversa, espalhada pelos elementos do mundo e fundamento, portanto, da dinâmica que os rege. Mas há ainda uma modificação dessa concepção em Humboldt na edição dos *Quadros da Natureza*; já não se tratam de inúmeras forças, tudo se concentra num só elemento, a aproximação definitiva com a idéia de Schelling sobre um elemento integrador no plano da idealidade. Humboldt (1953) afirma: “... a reflexão, e os estudos constantes no domínio da fisiologia e da química, modificaram profundamente a minha antiga crença, acerca das forças vitais distintas.” (p. 202). O primeiro aspecto é o de recusa na admissão de um mundo mágico, disposto em cada particular, ao contrário, defende sim uma força única, sendo os particulares a apresentação variável de uma disposição física a ser considerada no exame sóbrio e científico da natureza. Por isso lhe interessa tanto tratar das variações, de apresentar a maneira como se dispõe o variável, ao mesmo tempo em que domina em seu íntimo a unidade da força vital.

Essa força é o fundamento de uma natureza em atividade, o elemento pelo qual pode cada particular reagrupar-se em seu propósito final de desdobramento. Dinâmico, esse mundo se coloca um fim que é o sentido de si mesmo, a busca do elemento primeiro que é, em contrapartida, o motor da atividade. A *Naturphilosophie* schellingiana é aqui a chave da mudança de concepção. A relação é de dependência, dupla troca, a totalidade e o específico se comunicam, ligados pela força da vida, do motor da atividade do mundo. Não há um fim em si, o meio é também fim, e o processo de transformação encontra essa finalidade sem fim, essa teleologia pela qual se unem espírito e natureza na consagração de uma síntese, que representa uma verdade incontestável para Humboldt: a de que “nada há de arbitrário na natureza”.

Orgânico e inorgânico representam, nessa perspectiva do domínio da natureza, a oposição cuja síntese é a sua própria idealidade, ou seja, cada parte, seja ela orgânica ou inorgânica, encontra na atividade o elemento transcendente da vida que conduz a natureza ao reino dos fins.

> A mola impulsionadora da natureza e que esclarece seu dinamismo progressivo é a força da Vida. Mais precisamente, a essência da natureza é constituída pelo

> antagonismo de forças que a impelem. Nesse ponto, Schelling lança mão da ciência da época e elege o ímã como símbolo de toda a evolução: são forças que atuam em dualismo antagônico e que permitem explicar todo fenômeno singular como uma síntese de elementos antitéticos. (BORHEIM In: GUINSBURG, 2005,p. 92)

A natureza segundo a fins de inspiração kantiana (1995) é o que permite a visão da vida como máximo da natureza, afinal, como vimos, é o organismo a imagem-esquema do telos, a indicação objetiva de um fim que ultrapassa, no caso de Schelling até no reino inorgânico, a mecânica visão de uma causa eficiente e estritamente condicionada.

A ligação entre orgânico e inorgânico pelo elemento vital é fundamental em Humboldt, sobretudo na articulação sistemática que faz dos diferentes elementos na visão de Cosmos. Ele mesmo nos diz:

> (...) la descripcion física del mundo debe mostrar que todos los materiales de que la armazon de los seres vivos está compuesta, se encuentram tambien en la corteza inorgánica de la tierra; que los vegetales y los animales se hallam sometidos á las mismas fuerzas que rigen la materia bruta, señalando en las combinaciones ó decomposiciones de esta, la accion de los mismos agentes que dan á los tejidos orgánicos sus formas y sus propiedades; solo que entonces obran dichas fuerzas bajo condiciones poco conocidas, que se designan com el vago nombre de fenómenos vitales, y que se han agrupado sistemáticamente segun analogias mas ó menos acertadas. Esto legítima la tendencia de nuestro espírito á perseguir la accion de las fuerzas físicas hasta en la evolucion de las formas vegetales y en la de los organismos que llevan en sí propios el princípio de sus movimientos; siendo tambien esto lo que constituye el enlace que existe entre el cuadro de la naturaleza inorgánica y de la distribuicion de los séres vivientes en la superfície del globo, es decir, La Geografia de las plantas y de los animales. (1874a, p. 328)

Essa visão integradora é a chave explicativa das descrições e análises que Humboldt empreende em seus trabalhos, ela revela que o sentido maior de se ligar os diferentes particulares da natureza, sejam orgânicos ou inorgânicos, se relaciona com o reconhecimento de uma força vital, o elemento que na filosofia de Schelling é o ideal que perpassa natureza e espírito. Humboldt entende que as generalizações devem fluir para esse ponto, a idéia de uma fonte comum que mantém ligado e disposto em harmonia o que se vê de forma isolada e específica. Essa leitura, inclusive, justifica o fato de Humboldt ter se colocado o desafio de pensar com os diferentes campos do saber e com as bases aparentemente antagônicas dos diferentes métodos dispostos. Admitindo uma ligação essencial entre a atividade da natureza e do espírito,

estruturada na concepção schellinguiana de uma unidade ideal entre homem e natureza, pôde Humboldt consagrar um empreendimento investigativo que considerasse o fruto do pensamento humano como um recurso a ser usado no seu processo de desenvolvimento geral. Mais do que isso, a junção de diferentes legados articula, para ele, o saber humano com a natureza, refletindo a tomada de consciência da natureza por si mesma. É aqui que se edifica a idéia de *Cosmos* em Humboldt, no significado que ela assume em Schelling, ou seja, a síntese absoluta entre o espírito e a natureza, que, na verdade, são uma unidade no plano da idealidade e, em igual medida, a aproximação das esferas orgânicas e inorgânicas pelo liame da força vital. O Cosmos é síntese no Absoluto, e a ciência geográfica deveria ser a descrição física do mundo que "oferece o quadro do que coexiste no espaço, de ação simultânea das forças naturais e dos fenômenos que estas produzem" (1874a, p. 54 Trad. nossa), ou seja, uma síntese no plano das ciências da natureza.

Como veremos mais adiante, é essa medida de comunicação entre espírito e natureza na perspectiva de Schelling que permitirá a Humboldt incorporar em sua proposta o papel da intuição na compreensão sintética da forma e na consideração da arte como caminho de reunificação objetiva dessa natureza com o espírito.

Este conceito de natureza resultante tanto da teleologia da natureza kantiana, quanto da síntese na forma pelo papel ideal do protótipo e do protofenômeno, bem como da perspectiva sintética da força vital na aproximação do homem e da natureza e das esferas orgânicas e inorgânicas constituem o elemento estruturante dos outros conceitos (espaço e morfologia) e da proposta metodológico-científica inovadora de Humboldt.

O espaço passa daquele ideal transcendental a partir da mudança sistemática que envolve o conceito de natureza para uma perspectiva dinâmica; ou seja, pela apresentação teleológica do mundo natural e o reconhecimento de um princípio de finalidade independente do sujeito transcendental da *Crítica da Razão Pura* (KANT, 1999), estabelece-se uma espacialidade distinta, que incorpora a medida do particular e as variações que lhe competem. Em poucas palavras, o espaço deixa de ser imutável e se associa às características específicas em contínua correspondência com o universal.

O conceito de morfologia, por sua vez, atrela-se à passagem do valor dado à forma em Kant para a tomada como elemento integrador em Goethe. A visão de uma natureza posta em diversidade e movimento pelo ideal de protótipo e protofenômeno permite uma análise das formas tomadas em conjunto, a partir do momento em que aparecem como elemento de síntese

de todo o processo de produção-reprodução do mundo natural. Aqui se edifica uma morfologia, que, como veremos, será central na construção de uma ciência com características próprias tanto em Goethe como em Humboldt, culminando, definitivamente, numa importante contribuição no processo de gênese moderna da Geografia. A ligação da morfologia com a arte é parte fundamental dessa característica específica assumida pela proposta de uma ciência romântica, e é esta arte que precisa, nesse momento, ser elucidada no caminho da compreensão geral da construção metodológica da Geografia em Alexander von Humboldt

Capítulo IV

Kant e o movimento romântico alemão: a questão da forma e os pressupostos artístico-filosóficos para uma nova construção da ciência em Alexander von Humboldt

4. Kant e o movimento romântico alemão: a questão da forma e os pressupostos artístico-filosóficos para uma nova construção metodológica da ciência em Alexander von Humboldt

O conceito de natureza em Humboldt é claramente influenciado pelas propostas de Goethe e Schelling. A construção desse conceito remete, na mesma medida, a uma série de pressupostos metodológicos que acabam por ser incorporados na sua proposta de análise. Este capítulo pretende justamente mostrar como, para além das colocações gerais da ciência da natureza do período, intentou Humboldt uma sistemática que valoriza a questão da forma como síntese e da representação artística como aportes metodológicos na compreensão do Cosmos, seja pela pintura ou pela prosa poética. Tem-se, disso, que a adoção original do conceito de natureza permitiu, através do remetimento às construções teleológicas de Kant e dos românticos alemães, bem como às contribuições de uma ciência filosófico-artística de Goethe, uma incorporação metodológica de uma série de elementos que fizeram da análise de Humboldt um caso particular e, conseqüentemente, do surgimento moderno da Geografia um reduto de inúmeras controvérsias.

A arte, mais especificamente a questão estética, assume centralidade na passagem do século XVIII para o século XIX, sobretudo pelo papel desempenhado nesse contexto pela *Crítica da Faculdade de Julgar* de Kant (1995), na qual se insere uma medida de gosto universal pela imagem do belo, ao mesmo tempo em que se associa essa concepção com a construção de um juízo reflexivo distinto daquele que domina as formas de julgar nas *Críticas da Razão Pura* e *Prática*. Essa passagem, a colocação de uma estética moderna em Kant, representa um manancial de novas interpretações para os estudos ulteriores acerca da arte e, mais especificamente, para a valorização do elemento estético na Filosofia e mesmo na ciência. Essa mudança, incorporada e levada a cabo pelo romantismo que toma forma na Alemanha do século XIX, é o cenário no qual se introduz a construção da obra humboldtiana, é o espaço de integração dos diferentes agentes que culminam na gênese moderna da Geografia. O primeiro passo na compreensão deste legado em Humboldt e, por conseguinte, na identificação do papel que desempenha esse movimento na fundamentação moderna da Geografia, diz respeito à elaboração dos juízos reflexivos estéticos em Kant.

4.1. Forma e Estética na *Crítica do Juízo*: o papel dos juízos reflexivos estéticos

Na *Analítica da Faculdade de Juízo Estética* (KANT, 1995) Kant tratará de um elemento importante na estruturação de uma nova maneira de conceber a natureza. A "forma", seu caráter integrador e não submetido à finalidade imposta pela razão, ao mesmo tempo em que revela uma ligação entre todo e partes, representa um passo decisivo na adoção de uma finalidade própria da natureza. Vejamos, portanto, como o filósofo chega até essa noção de "forma" pelos juízos estéticos.

Os juízos estéticos, em seu caráter puro, têm como primeira e mais importante característica não dependerem de uma finalidade imposta pelo sujeito, ou seja, não visam conceitos da razão. Isso fica claro quando falamos em estética, já que pressupomos aqui um prazer ou desprazer que não é dado pela lógica, mas pela simples experiência desinteressada diante da forma; doutra feita, requer, na perspectiva de Kant, uma universalidade, pelo que não pode ser uma simples atribuição subjetiva. A distinção entre agradável, bom e belo deixa claro essa diferença.

O agradável está ligado às sensações, de maneira que é dado de forma particular e diferenciado de acordo com cada sujeito e em vista de seus interesses específicos; o agradável caracteriza, como nos parece evidente, que há sim um interesse em sua determinação, de onde se tira que não é um juízo de gosto puro. Quanto ao que é bom, temos novamente a manifestação de um interesse, nesse caso ligado ou ao que é útil ou ao incondicionado da ação, ao elemento transcendente da razão que empreende a noção de dever moral no homem. No bom, como aquilo que é útil, revela-se o objeto como meio, como caminho para a realização de um fim colocado em alguma circunstância ou condição; no bom *em si*, não se antevê a efetivação de um meio, mas um fim incondicionado e por isso chamado dever. Este último se relaciona com a moral e seus imperativos categóricos, referindo-se muito mais ao sujeito do que propriamente ao que aparece como representação. No caso do belo, no entanto, trata-se de reconhecer um prazer desinteressado universal na forma, admitido enquanto tal para além das opiniões ou apetições particulares, levando, no mais das vezes, a confundir-se com algo objetivo, quando em verdade é objetivo somente na ligação que estabelece com o sujeito.

> O sujeito falará pois, do belo como se a lógica fosse uma qualidade do objeto e o juízo fosse lógico (constituído através de conceitos do objeto um conhecimento

> do mesmo), conquanto ele seja somente estético e contenha simplesmente uma referência da representação do objeto ao sujeito; porque ele contudo possui semelhança com o lógico, pode-se pressupor a sua validade para qualquer um. (KANT, 1995, p. 44)

O mais interessante e o que coloca Kant no rumo desta discussão é que, justamente pela universalidade que requer, o belo apresenta-se como se fosse dado objetivamente; por isso falamos em coisas belas. Mas acontece que é ainda uma impressão, uma referência subjetiva pela qual julgamos sobre o prazer ou desprazer. Esse caráter paradoxal remete a uma nova forma de juízo, haja vista a incapacidade de se determinar pelas leis do entendimento algo que se refira não ao conhecimento, mas ao prazer e desprazer, e que deva, ainda assim, representar uma universalidade.

Ora, sabemos que prazer e desprazer são de ordem subjetiva, de maneira que reconhecê-los em sua universalidade sem se referir a conceitos é tarefa que não se pode explicar pelos mecanismos dispostos na Primeira Crítica (CRP). O juízo reflexivo estético permite, neste momento, sair do particular dado e chegar ao geral que não foi concedido pelo *a priori* da razão, mas que ainda assim contém ou revela uma universalidade. Isso é possível porque embora os juízos reflexivos não possuam leis próprias, eles têm, "todavia um princípio próprio para procurar leis..." (KANT, 1995, p.21). A forma é então importante; elemento integrador do todo e das partes na representação do instante, ela nos autoriza a falar em uma universalidade dada pelo particular e que não recorre ao interesse da razão. Antevê-se aqui como explicação a determinação de uma finalidade que envolve a representação sem dizer respeito ao interesse. No juízo de gosto puro, na determinação do belo, o que se vê é um "livre jogo" entre a imaginação e o entendimento na contemplação da forma, permitindo juízos que saiam do particular e assumam validade geral. O belo é tido como um "conceito indeterminado do entendimento" (KANT, 1995, p. 90), pelo que compreendemos que sua regulação seja construída num "livre jogo" desinteressado da imaginação, que é responsável pela composição do múltiplo sem depender do conceito, com o entendimento, que permite a consideração da universalidade objetiva ao mesmo tempo em que não se submete a esta objetividade e às leis que se lhe impõem. Juízos reflexivos estéticos se tornam dessa forma possíveis e nos remetem a um juízo de gosto puro, em que há uma universalidade indeterminada e uma referência direta a uma representação.

Ainda que seja concebido desinteressadamente, o juízo de gosto pode servir a um interesse, o intelectual por exemplo. Isso é possível porque não se revoga aqui a capacidade de

julgar intelectual do sujeito; ele consegue agrupar estes juízos estéticos, originalmente sem interesse, no conjunto geral de suas finalidades. Estamos falando, por exemplo, da arte-bela, capaz de aproximar o belo com o interesse intelectual em uma produção que permite inclusive um conhecimento.

> Reinterpretando a mimese aristotélica, ou seja, o nexo entre arte e natureza na perspectiva do belo como objeto dos juízos de gosto – dos juízos de caráter contemplativo e desinteressado, que permitem qualificar de estética a experiência relativa às coisas naturais e às obras de arte – foi Kant quem preparou a excepcional autonomia da noção de gênio. (NUNES In: GUINSBURG, 2002, p. 60)

O gênio assume a importante função de reunir a representação desinteressada estética com o interesse intelectual regulador, de forma que o produto de sua arte, a arte bela, seja a imagem de um talento que consegue representar através da técnica sem que esta seja percebida na obra final. Esta obra deve, portanto, aparecer ao seu interlocutor como simples forma desinteressada, assim como o belo da natureza. Eis aí a arte do gênio.

O conhecimento vincula-se à obra de arte na medida em que o poder criativo da imaginação e a representação desinteressada perfazem um caminho diferente de exposição da natureza, uma vez que a arte não se restringe aos limites e regras impostas pela razão e seus conceitos (MARÍ, 1989). É essa concepção que chega aos românticos na Alemanha do século XIX, e é por ela que Humboldt pensará a valorização da forma e da representação artística como modo mais elevado de legitimar a síntese da natureza que se propõe.

Ricotta (2002) nota esta ligação entre o valor do simbólico em Kant e sua propriedade reflexiva na estética como um ponto importante no pensamento de Humboldt; segundo suas palavras: O símbolo já aparece em Kant como a "atividade específica da reflexão, que põe em cena um conceito indemonstrável." (p. 77). Este papel do simbólico, reinterpretado à luz do pensamento de Schelling, será o fundamento de aproximação do saber com sua origem poética, artística, aquilo para o que a reflexão conflui, enfim, para o fim que é sua origem.

Contudo, o primeiro ponto que destacamos na análise da arte em Humboldt diz respeito ao valor que ela assume na vida do homem, o sentido que a associa com a construção do conhecimento e, mais especificamente, na maneira de equilibrar as contribuições da razão com a perspectiva da sensibilidade. Esse primeiro fundamento estético está em Schiller.

4.2. Uma nova estética em Schiller: a concepção de homem em Humboldt

A interpretação que colocamos acerca do valor de Schiller em Humboldt e, por conseguinte, na Gênese da Geografia Moderna, reside na capacidade integradora do conceito de homem, que, pensado como médio entre razão e sensibilidade, pode abarcar os diferentes campos do saber sob diferentes perspectivas sem incorrer numa arbitrariedade filosófica ou numa falta de coerência interna. Este conceito de homem juntamente com o fundamento de uma estética em Schiller são pontos importantes no projeto de ciência de Humboldt, bem como para o arranjo metodológico que estabelece no seu método inovador.

Nesse sentido, o primeiro ponto a ser destacado no pensamento de Johann Christoph Friedrich Schiller (1759-1805) é a redefinição do sentido estético e do papel que deve desempenhar ele na atividade humana. Partindo de Kant, aproxima a razão prática e o juízo estético. A princípio parece algo incompatível; como vimos anteriormente, a estética é dada por um livre jogo desinteressado entre a imaginação e o entendimento, tomado na perspectiva intuitiva, ao passo que a razão prática imprime na ação o dever imposto pelo incondicionado numa finalidade bem definida. O que fará Schiller é colocar o estético numa perspectiva determinada e não como livre jogo; deve este apoiar-se em leis assim como ordena o imperativo categórico à razão prática. Contudo, Schiller não pretende aqui a criação de um novo termo na dualidade kantiana, mas o estabelecimento de um equilíbrio, já que parte do pressuposto de ser todo o homem um misto entre razão e sensibilidade. É na consideração básica desse princípio que se edificará a proposta de uma *Educação Estética do Homem* (SCHILLER, 2002).

O reino do dever imposto pelo incondicionado é tudo quanto ordena a razão prática na existência moral imposta ao homem. O seu agir, portanto, deve refletir a máxima imposta por uma razão capaz de ordenar para si um sentido e uma forma plena, uma proximidade sempre renovada com o perfeito que orienta o ato moral. Essa vida santa não é questionada por Schiller, realmente às máximas da razão que aludem a uma vida moral pelo dever são de fato imperativos, no entanto, para Schiller, como fizemos questão de mostrar, o homem não é simplesmente razão, é também sensibilidade. É na consideração da existência inelutável da sensibilidade que se elevará o sentido estético, o papel que deve desempenhar ele na consumação da existência plena do humano, o cumprimento mesmo do projeto final de um ser em sua real condição. A estética, o

belo, a sensibilidade, são partes essenciais de uma realização que visa não só a dignidade, mas também a felicidade.

> "É próprio do homem conjugar o mais alto e o mais baixo em sua natureza, e se sua dignidade repousa na severa distinção entre os dois, a felicidade encontra-se na hábil supressão dessa distinção. A cultura, portanto, que deve levar à concordância de dignidade e felicidade, terá de prover a máxima pureza dos dois princípios em sua mistura mais íntima." (SCHILLER apud SUZUKI In: SCHILLER, 2002)

Aquilo que apontamos anteriormente como um legado da obra kantiana, bem seja, esse arranjo sistemático do trabalha de Humboldt e, sobretudo no *Cosmos*, a apresentação de dois domínios metodológicos antagônicos são, em grande parte, fruto dessa concepção schilleriana do homem como medida de razão e sensibilidade. Assim como Schiller, Humboldt compreende que no homem há não só uma estrutura racional, mas que, em igual medida, fala nele a voz sensível da natureza que o liga aos elementos do mundo, aquilo que o faz um ser integrado ao processo de transformação. Essa noção de homem é que fundamenta, assim como em Schiller, a idéia de que a sensibilidade e a arte podem existir em harmonia com os interesses analíticos e científicos.

> No tomamos tampoco que la direcíon que caracteriza á nuestro siglo, que la predileccion tan señalada por el estudio de la naturaleza y el progresso de la industria, tengan por efecto necesario debilitar los nobles esfuerzos que se producen en el domínio de la filosofia, de la historia, y del conocimento de la antigüidad; que tiendan á privar las producciones de las arte, encanto de nuestra esistencia, del soplo vivificador de la imaginacion. Por todas partes donde, bajo una sábia legislacion, pueden desarollarse francamente todos los gérmenes de la civilizacion, no es de temer que una rivalidade pacífica perjudique á ninguna de las creaciones del espíritu. Cada uno de estes desarollos ofrece frutos preciosos al Estado, los que dan alimento al hombre e fundan su riqueza física, y los que, mas duraderos, transmiten la gloria de los pueblos á la posteridad mas lejana. Los Espartacos, á pesar de su austeridad dórica, rogaban á los dioses "la concesion de las cosas bellas, com las buenas." (HUMBOLDT, 1874a, p. 36)

A arte não é aqui contraposta à razão, ela comunga com ela o sentido mais elevado do humano. Assim como anuncia a proposta de gênio kantiana e a concepção estética de Schiller, a arte está ligada ao processo de unificação e plena realização do homem. Do mesmo modo, a realização plena de sua atividade intelectual não pode ser dissociada da sua realização como ser. Ainda que essa noção tenha como influência fundamental as proposta de Goethe e Schelling, é o

legado de Schiller, com quem Humboldt estabelece significativo diálogo por cartas, que encerra a sua compreensão geral do humano.

Não pode realizar-se plenamente o homem ou a sociedade pelas vias únicas da razão ou dos sentidos, enquanto pensa abstratamente e de forma distante, esquece do sentimento que acompanha a necessidade mesmo de existir e não simplesmente pensar; por outro lado, enquanto simplesmente existe, sente e realiza, não manifesta o que o diferencia de tudo o mais, não passa de uma besta, um elemento da natureza como qualquer outro. A arte, nesse rumo, será a forma mais elevada de reunir o que em nosso desenvolvimento se separou. Como média entre razão e sensibilidade realizará a arte a comunhão final entre estes elos separados, seu legado permanece, assim, para além das mudanças e das opiniões; suas insígnias ressuscitam aos novos tempos o que de importante se construiu no projeto final de uma humanidade plena.

> Chegamos agora ao conceito de ação recíproca entre dois impulsos, em que a eficácia de cada um ao mesmo tempo funda e limita a do outro; em que cada um encontra sua máxima manifestação justamente pelo fato de que o outro é ativo.
> Esta relação de reciprocidade entre os dois impulsos é meramente uma tarefa da razão, que o homem só está em condições de solucionar plenamente na perfeição de sua existência. É a Idéia de sua humanidade, no sentido mais próprio da palavra, um infinito, portanto, do qual pode aproximar-se mais e mais no curso do tempo sem jamais alcançá-lo. "Ele não deve empenhar-se pela forma à custa de sua realidade, nem pela realidade à custa da forma; deve, antes, procurar o ser absoluto pelo determinado e o determinado pelo absoluto. Deve contrapor-se um mundo por ser pessoa, e ser pessoa por se lhe contrapor o mundo. Deve sentir por ser consciente e ser consciente por sentir." O homem não pode experimentar a sua concordância com esta Idéia, com sua humanidade no sentido mais pleno, enquanto satisfaz exclusivamente um destes impulsos ou os dois sucessivamente: pois, enquanto apenas sente, fica-lhe oculta a sua pessoa, ou sua existência absoluta, e, enquanto apenas pensa, fica-lhe oculta a sua existência no tempo, ou seu estado. (SCHILLER, 2002, p.73)

Atenta-se Schiller para uma questão importante, a do tempo. Na consideração dos impulsos sensíveis e racional deixa vir à tona o que nos parece fundamental na constituição da modernidade. Schiller (2002) dirá que o impulso sensível orienta a existência do ser, atesta um conteúdo que se vive temporalmente; a razão, por sua vez, busca a supressão desse tempo, a totalidade acabada, pura e simples. Enquanto existimos, a modificação se apresenta e é posta como parte de tudo quanto toma nossas realizações, contudo, este estado fugidio não pode e não representa o que de necessário se impõe ao homem. A solução schilleriana será a existência de um *impulso lúdico*, ponto médio entre vida e forma, que estará "direcionado, portanto, a suprimir

o tempo no tempo, a ligar o devir ao ser absoluto, a modificação à identidade" (SCHILLER, 2002, p. 74).

A definição de impulso lúdico está justamente na relação de equilíbrio entre forma e existência, aquilo que busca a estética e o que concebemos mais elevadamente como beleza. "Se o espírito encontra, ao intuir o belo, um feliz meio-termo entre a lei e a necessidade, é justamente porque se divide entre os dois, furtando-se à coerção de um e de outro." (SCHILLER, 2002, p.79). Aqui, como dissemos no início deste tópico, a estética toma para si leis tão precisas e uma determinação tão verdadeira quanto a razão prática na manifestação dos imperativos categóricos em Kant. Não é mais o espaço de uma variabilidade simplesmente, pelo que concatena na sua estrutura o formal e sua necessidade. O belo passa a ser elemento central na formação do homem pleno, já que esta atribuição estética, o gosto, está ligado à razão e à natureza. "Pela beleza, o homem sensível é conduzido à forma e o pensamento; pela beleza, o homem espiritual é reconduzido à matéria e entregue de volta ao mundo sensível" (SCHILLER, 2002, p.91). O equilíbrio ultrapassa em larga medida a via única: "(...) algo é certo: o poeta é o único *homem* verdadeiro, e o melhor filósofo é tão somente uma caricatura dele." (SCHILLER In: GOETHE e SCHILLER, 1993, p. 40).

A arte aparece, em suas variadas formas, como a procura do meio-termo. Aquelas que se prendem ao impulso sensível devem se direcionar ao formal, ao contrário, as ligadas à formalidade devem encontrar-se com o impulso sensível. Como não são plenamente suprimidos todos os limites e nunca cumprida a harmonia perfeita, resta a imagem da busca, a representação inacabada do Ideal estético. Também ao artista cabe esse modelar, esse refazer-se de si. Os ligados aos impulsos sensíveis devem voltar-se ao formal, por outro lado, os envolvidos com o impulso formal, devem buscar a harmonia no impulso sensível. Esta é a medida da liberdade em Schiller e o valor da estética na educação. Segundo o próprio Schiller (2002): "(...) não existe maneira de fazer racional o homem sensível sem torná-lo antes estético." (p. 113). Humboldt, comentando a opinião do duque d' Argyle, exprime que a ciência, em específico a teoria de Darwin, falha, ainda que reconheça uma dinâmica na natureza atrelada a uma concepção organicista, por não valorizar a arte, afinal, conhecer não é só apontar o funcional, o útil, mas reconhecer o papel do belo, da arte que evoca nossa realização como homens.

> A teoria de Darwin, considera as espécies como exércitos sempre em guerra; não observa, portanto, senão as armas, quer dizer, os órgãos; esquece o belo, o

> ornato, e estético, é incompleta, na opinião do duque d' Argyle. Segundo ele diz, far-se-ia apenas idéia insuficiente do poder criador, mostrando-o sem cessar submetido à acção e recusando reconhecer nas suas obras a expressão de um ideal de beleza, muitas vezes incompreensível pelo homem, outras vezes, porém, em visível harmonia com os nossos instintos estéticos. (HUMBOLDT, 1953, p. 326-327)

O valor do saber humano está em confluência com a arte e, embora em Humboldt isso se deva, como veremos, ao papel do simbólico em Schelling, a construção de uma concepção de homem na perspectiva schilleriana o faz, inequivocadamente, caminhar na direção do estético como elemento estruturante do saber e da vida. Mais do que isso, o arranjo sistemático do trabalho de Humboldt é esclarecido em sua plenitude a partir da sua visão de homem, esta que Schiller coloca como médio entre razão e sensibilidade. A Geografia, como representação da disposição científica inovadora de Humboldt no plano da empiricidade e das relações na superfície terrestre, estrutura-se nesse caminho metodológico aberto com a consideração tanto da razão quanto da sensibilidade

O valor da arte, do elemento estético, a possibilidade de uma realização plena da humanidade pelas vias do gosto, pelo papel da forma e pela dinâmica própria dos princípios reflexivos serão fundamentais na obra dos românticos e, sobretudo, em Goethe. Humboldt é influenciado por essa concepção de homem; o papel que representa o elemento estético pare este e para sua compreensão da natureza parecem claramente ligados à proposta schilleriana, mas certamente não se reduz a ela. Vejamos outras influências estruturantes.

4.3. Goethe: arte e método em Humboldt

A primeira e mais importante influência em Johann Wolfgang Goethe (1749-1832), no que se refere a arte, advém de Winckelmann[8] (1717-1768), que, com seu retorno aos clássicos,

[8] Por não ter participado do florescer do Renascimento pelo papel central desempenhado pela Reforma, experimentará a Alemanha, com a obra de Winckelmann (1717-1768), sua própria "Renascença", um marco da mudança que será levada a cabo na Alemnha com o *Sturm und Drang* e com o romantismo. O retorno aos clássicos encontra na cultura grega uma importância sem paralelo, uma representação perfeita a ser buscada na elaboração de uma técnica que permitisse a execução do projeto imortal de uma civilização plena (RICOTTA, 2003). Desta feita, a arte romana será considerada uma imitação inepta das obras gregas, servindo somente como residual demonstração de uma técnica mais elevada. O retorno aos gregos é a maneira pela qual se manifestará na Alemanha a possibilidade de uma nova forma de compreender e vivenciar a realidade. Único povo capaz, ou que se vê capaz, de responder ao desafio de construir historicamente uma organização tão plena como a daqueles antigos, os alemães tomarão para si o desafio da humanidade, pretenderão carregar em sua intelectualidade e história o projeto humano. Nas palavras do

recuperou o sentido posto pelos modelos universais gregos ao tempo nascente. Segundo o próprio Goethe, em correspondência enviada a Schiller em 21 de agosto de 1799: "Estudei com afinco a vida e a obra de Winckelmann. Preciso esclarecer em pormenores o mérito e a atuação desse bravo homem" (GOETHE & SCHILLER, 1993, p. 187). O modelo é, para Goethe, parte importante da própria composição da realidade, estabelecer, portanto, uma produção que vise esse ideal da arte nos gregos é caminhar rumo a uma reprodução criadora; é realizar na arte a tarefa maior de aproximar o invariável e universal ao particular e contingente.

> É pela descoberta da arte dos antigos como desenvolvimento de uma expressão regrada, regulada pela natureza, que Goethe há de elaborar e configurar a sua própria qualidade poética, "o modo grego de poetar", o modo ingênuo que se distingue do sentimental, distinção assumida mais tarde na oposição entre classicismo e romantismo. (MOLDER In: GOETHE, 1997, p. 10)

A ligação entre Goethe e Schiller se apóia, sobretudo, nesse aspecto da visão artística: no vínculo que ela estabelece com a transformação da natureza; no papel dos clássicos e, mais ainda, no valor dado ao sensível em oposição à pura abstração. A visão da arte como Ideal é também o que diferencia Goethe do romantismo primeiro alemão. Em Goethe, o invariável, o arquétipo, que, no caso da arte é buscado na obra grega, revela o caráter ideal da obra de arte, a ligação do particular e do geral; nos primeiros românticos, como veremos, a arte se apóia na visão de um *medium-de-reflexão*, ou seja, as formas se desdobram no processo de sua formação, o que há não é um ideal, mas uma idéia da arte, que, nesse sentido, é afim à reflexão na forma. Além do que, em Goethe é valorizada a intuição como maneira de alcançar a dinâmica no instante, já nos primeiros românticos, o desdobramento reflexivo no conceito é que permite a união das formas no Absoluto. (BENJAMIN, 2002)

Importante é que Goethe e Schiller estabeleceram no seu encontro fortuito a interlocução necessária à elevação do pensamento, marcando, por suas correspondências, um período relevante do pensamento alemão. Iniciada em 1794, estas correspondências se estenderam até a morte de Schiller no ano de 1805, como ressalta Cavalcanti (In: GOETHE & SCHILLER, 1993): "Se Goethe em 1817 chamou de 'feliz acontecimento' o seu encontro com Schiller, já em 1800 este diria que tê-lo conhecido havia sido o 'melhor acontecimento' de toda a sua vida." (p. 17).

---

próprio Winckelmann (apud MACHADO, 2006): "O único meio de nos tornarmos grandes e, se possível, inimitáveis, é imitar os antigos." (p.13).

Nessas correspondências o tema da arte nunca é abandonado, mesmo porque nos projetos científicos de Goethe se apresentará sempre uma composição, uma integração entre arte, filosofia e ciência que reflete na forma de aproximação o próprio conteúdo das idéias. Embora se destaque com freqüência o papel de Goethe na arte literária, e se reduza a importância de suas contribuições filosóficas e científicas, ele mesmo nunca as dissociou; entendia como necessidade e forma mais elevada de pensamento a integração destas diferentes esferas; fez de sua vida a concatenação destes campos, e de suas obras o máximo de sua representação. Não definiu apropriadamente uma doutrina filosófica, não segmentou ou compartimentou analiticamente seu pensamento, mas revelou em seus trabalhos, quer científicos, quer literários, uma forma peculiar de entendimento. E é, enfim, essa a temática das correspondências com Schiller (GOETHE & SCHILLER, 1993), uma ligação que terá ainda como ponto importante o valor dado ao empírico, ao sensível, o que os distancia em alguma medida do idealismo que tomará a Alemanha romântica do início do século XIX.

Schiller, como mostramos, dirá que é importante reconhecer a sensibilidade no homem e, mais ainda, encontrar no equilíbrio entre a racionalidade e o sentimento a forma plena de realização da vida e da humanidade. Com Goethe, de uma forma diferente, o mesmo acontece. O empírico, o finito, demonstrará na sua figura uma relação com o infinito; se apresentará a transformação como expressão de um diálogo aberto entre o universal e o particular; visível e invisível se confluem e, nessa confluência, apresenta-se a perspectiva da formação em Goethe e a maneira como ele estruturará seu método morfológico .

O papel da arte em Goethe, assim como em Schiller, assenta na função mediadora, na capacidade da obra de arte concatenar subjetividade e objetividade numa via mais do que explicativa, porque simbólica, e diretamente correlata à própria dinâmica de formação da realidade. O homem é maior na arte, nela penetra e se torna unidade com a natureza, supera a distância entre sensibilidade e razão, conflui em harmonia os pólos antagônicos que exprimem a realidade. A intuição compreende a realidade na sua pura forma; apreende a dinâmica no instante; a ligação permanente entre o todo e as partes. Doravante, é a arte a representação objetiva desse confluir, a interiorização e exteriorização no homem de um processo que forma a realidade. Com a arte, pode o gênio exprimir em si e no mundo a mesma orientação geral posta à natureza. Aquele que pode apreender na intuição e revelar na arte a dinâmica da forma caminha rumo ao verdadeiro saber, que, em realidade, é mais do que saber, é conhecer e ser o que se pretende

conhecido. Segundo Goethe (GOETHE IN: GOETHE & SCHILLER, 1993): "(...) a obra de arte deve provir do gênio: o artista deve extrair forma e conteúdo do fundo de sua própria essência, deve proceder como senhor da matéria e aproveitar as influências externas apenas para sua formação." (p. 167). Esta é a função da arte em Goethe e, como veremos, é por ela, juntamente com as contribuições da ciência e da filosofia, que se tornará possível o método morfológico incorporado por Humboldt.

Na *Metamorfose das Plantas* (1997) de Goethe, podemos ver a maneira pela qual ele pretende a validação deste método morfológico; é, enfim, nessa obra, que se revela a representação estrutural dessa tentativa de uma nova ciência. A opção pelo reino vegetal é consagrada em função da possibilidade mais pronunciada de reconhecer nele o conjunto dinâmico das transformações em suas diferentes etapas e condições. O anúncio das formas pela germinação e a seqüência de alterações são melhor reveladas na morfologia do mundo vegetal. É também esta forma mais facilmente ligada à representação artística, elemento central nesta reflexão sobre a realidade. Para Humboldt, a valorização do reino vegetal se dá no aspecto predominante que encerra na contemplação da paisagem; este reino revela de maneira plena a impressão do geral no ato de incorporar a totalidade no instante.

> Si es certo que el verdadero carácter de cada region depende á la vez de todos los detalles esteriores; si los contornos de las montañas, la fisionomia de las plantas y de los animales el azul del cielo, la figura de las nubes, la trasparencia total, es preciso reconocer tambien que el adorno vegetal de que se cubre el suelo es la determinante principal de esta impresion. (1874a, p. 331-332)

Doutra feita, essa vegetação é a origem da dinâmica, o elemento que carrega o princípio elementar da vida, é ela quem agrupa na forma, e aqui o elemento central da morfologia, o processo de formação-transformação que identificamos anteriormente com a regulação ideal do *protótipo* e do *protofenômeno*.

> As plantas tendem incessantemente a dispor em combinações harmônicas a matéria bruta da terra; têm por ofício preparar e misturar, em virtude de sua força vital, as substâncias que, depois de inúmeras modificações, hão-de-ser elevadas ao estado de fibras nervosas.(HUMBOLDT, 1952, p. 279)

Humboldt ainda destaca o fato de a vegetação ser a base de sustentação da vida, aquilo que no plano de desenvolvimenmto da natureza representa a fonte primeira de reprodução: "O mesmo olhar com que abraçamos o tapete vegetal que cobre a terra, revela-nos a plenitude da vida animal, alimentada e conservada pelas plantas." (HUMBOLDT, 1952, p. 279). Mas o caráter fundamental do valor das plantas está na idéia de metamorfose e no modo como ela se desenvolve.

Goethe (1997) atenta para o fato de que as partes externas das plantas se associam e assumem, parcial ou totalmente, a feição das formas próximas. Partindo deste ponto, admite que as partes tenham uma fonte comum, uma matriz pela qual orientam seu desenvolvimento; não obstante, essa matriz geral existente já na semente encontra um conjunto de condições e relações com o ambiente e mesmo com as estruturas que tomam forma com o crescimento da planta. Como órgãos independentes e, ao mesmo tempo, dependentes de uma estrutura geral, modificam-se e iniciam o processo alternado de progresso e regresso que caracteriza o desenvolvimento.

> Desde a semente até o mais perfeito desenvolvimento das folhas caulinares, observamos em primeiro lugar uma expansão; em seguida, vimos, através de uma contracção, surgir o cálice; as pétalas, através de uma expansão; as partes sexuais, através de uma contracção; e em breve nos apercebemos da maior expansão no fruto e da maior contracção na semente. Nestes passos, conclui a Natureza irresistivelmente a eterna obra de reprodução bissexuada dos vegetais. (GOETHE, 1997, p. 48)

Passa então a observar os frutos e procurar neles o mesmo princípio e as mesmas leis atribuídas à metamorfose das outras partes da planta. O fruto revelaria a fecundidade escondida nas folhas, e, mesmo na semente, a formação dele estaria contida em germe. O fruto constitui, para Goethe (1997), o ponto máximo de expansão no desenvolvimento da planta, o ápice pelo qual se reconhece a potência tornada externa. "Em contrapartida, descobrimos que a semente se encontra no mais alto grau de contracção e elaboração do seu interior." (GOETHE, 1997, p. 49). Nesse processo de *expansão* e *contração* se realiza a formação da planta; em cada nó se cumpre o princípio e as leis metamórficas; das condições e limites à potência contida em germe se dá o desenvolvimento da planta. Segundo Humboldt: "Deixando certa liberdade ao desenvolvimento anômalo das partes, o organismo, em virtude de um poder primordial, submete todos os seres animados e todas as plantas a tipos definidos que se reproduzem eternamente." (HUMBOLDT, 1952, p. 283)

Considerada particular, essa planta é ainda um geral nos seus domínios; ao mesmo tempo, se liga a tudo o mais, e sua formação não pode dissociar-se do conjunto da natureza, da relação com a totalidade e consigo mesma. Apreender essa relação é o desafio: como proceder diante de um objeto que, na verdade, esta em constante construção, em contínua relação com a totalidade? Como explicar um objeto se essa tentativa é já a tomada do objeto pelo sujeito, é já um relacionar-se e exerce-se como agente na relação com o que se pretende investigar? É então que se apresenta o método morfológico goethiano.

Buscando no empírico o invariável, no exame recorrente do particular o universal, o método de Goethe será a expressão de uma nova forma de agir cientificamente. Na verdade, ciência, arte e filosofia se integrariam na busca por intuir na forma a dinâmica de uma relação todo-partes, subjetivo-objetivo, *expansão* e *contração*. Apreender as transformações não é possível por um procedimento que ignore as forças aí atuantes; bem entender a realidade é, antes de tudo, proceder de maneira ampla e condizente com os ditames de uma realidade sempre móvel. A representação não pode nunca alçar-se à realidade como ela se manifesta, mesmo porque este estado efêmero se esvai na tentativa de um caminho explicativo; não pode ainda corresponder à representação ao que de fato existe pelo aspecto restritivo de se tomar pelo sujeito o que é resultado de uma confluência entre este e o objeto. O olhar do artista-filósofo-cientista é, portanto, um ponto necessário na execução desse fim, desse empreendimento que se mostra numa difícil e prolongada missão. "Encontramos, por conseguinte, no curso da arte, do saber e da ciência, várias tentativas para fundar e desenvolver uma doutrina, a que gostaríamos de chamar *Morfologia."* (GOETHE apud MOLDER In: GOETHE, 1997, p. 68) Para Humboldt, a arte pode e deve fazer parte das análises científicas, seus esforços são justamente no sentido de reagrupar estes domínios e fundar uma ciência capaz de compreender a dimensão artística na construção do conhecimento.

Papel fundamental nesse processo tem a intuição, ela é a captação da dinâmica no instante; é a forma de se apropriar de uma relação ampla por um penetrar do sujeito no objeto, por uma ligação do ser com a totalidade; é, enfim, a maneira do homem apresentar-se como parte dessa dinâmica. A valorização da arte está justamente na concepção que se atrela a ela de uma correspondência com a unidade geral da realidade; proposta que, já anunciada pela estética kantiana, é em Goethe e no idealismo romântico alemão do século XIX levada ao extremo. Nesse sentido, não pode um homem da ciência, pelas vias formais da razão, compreender o que quer

que seja, na medida em que força a realidade a falar o que ele quer ouvir, impondo seu procedimento e fazendo calar a voz da natureza. Humboldt (1952) aponta essa questão nos *Quadros da Natureza*:

> As plantas doentes, encerradas em nossas estufas, não representam senão muito incompletamente a majestade da vegetação tropical; mas, na perfeição da linguagem, na brilhante fantasia da poesia, e na arte imitadora da pintura, há manancial abundante de compensações onde nossa imaginação pode encontrar as imagens vivas da natureza exótica (p. 299)

Entender a realidade é nela penetrar, buscar *in situ* as condições de manifestação da realidade; incorporar-se ao conjunto de coisas e delas retirar o que lhe cabe no momento da reflexão; proceder pela via de uma comunicação sempre aberta e integrada entre o sujeito e o objeto; reconhecer o que há de si mesmo na forma e o que da forma acaba por lhe tocar; é, enfim, mais do que fazer ciência, é estar-se ligado com um mundo que modifica e é modificado constantemente por cada elemento que nele existe. Passivo e ativo, o sujeito que observa também atua, intui a totalidade no instante; age na transformação desse conjunto; torna-se também ele um particular no geral e, por sua arte, reproduz para além da explicação essa ampla relação inexprimível.

> As observações da natureza satisfazem-me muito. Parece estranho, mas é natural, que por último deva aparecer uma espécie de conjunto subjetivo. Na verdade, torna-se, como quer o senhor, 'o mundo do olho', que é esgotado através de forma e cor. Pois se atentar bem, então precisarei só muito pouco dos recursos dos outros sentidos, e toda a racionalidade transforma-se numa espécie de representação. (GOETHE & SCHILLER, 1993, p. 92-93)

Também na sua *Doutrina das Cores* (1993) Goethe exprimirá essa idéia de uma relação sempre aberta entre o sujeito e o objeto, demonstrando o papel crucial do, ao mesmo tempo, observador e agente. A postura de Goethe (1993) nessa obra é a de quem procura enfrentar o racionalismo científico no seu maior domínio: a física.

Parte ele, nesse enfrentamento da ciência da natureza racionalista, de um ponto fundamental do seu método e do filosofar que o subjaz, a idéia de que há uma relação inelutável entre o sujeito e o objeto. A proposta newtoniana (NEWTON, 1979b) para a compreensão do fenômeno cromático é de origem mecânica, aplica as constatações inferidas por estudos

experimentais sobre o comportamento fenomênico da luz e suas propriedades refratárias e reflexivas na formação das cores. Goethe (1993), primeiramente, considerará três formas de manifestação dos fenômenos cromáticos: a primeira fisiológica, ligada à condição do olho são na receptividade e atividade que resulta na formação das cores; a segunda física, correlata às idéias apresentadas pelo procedimento newtoniano, ou seja, tomada pelas propriedades reflexivas e refratárias na apresentação das cores, e a terceira, chamada química, atribuída à propriedade dos corpos em sua composição.

O sujeito é considerado na formação das cores; o que fora relevado por Newton somente na perspectiva negativa, ou seja, como uma deturpação do que se apresentava de fato na experiência, aparece em Goethe como elemento central da explicação do fenômeno É evidente que se trata aqui de uma diferença metodológica e filosófica, já que a forma como se entende os fenômenos é totalmente diferente, sendo a postura newtoniana estritamente mecânica e filosoficamente dogmática, ao passo que a de Goethe está diretamente ligada à noção de uma causalidade não-linear envolvendo todo e partes e articulada ao papel fundamental do sujeito na consagração do objeto. Mais do que simplesmente apreender o mundo de uma forma particular ou do alto de uma categoria, a proposta goethiana visa apresentar o sujeito como ativo: o olho tem luz própria; por sua condição recebe e age sobre o campo dos fenômenos; é parte e cria, na sua relação com a totalidade, a cena que pretende analisar e exprimir.

> Goethe estava convencido de que a totalidade da natureza se revela, como que através de um espelho, ao sentido da visão. Se tanto luz quanto cor pertencem à natureza que por sua vez se mostra particularmente na visão, é esta última, portanto, que contém a solução do enigma. De modo análogo à revolução copernicana de Kant, Goethe transfere o olhar divino de Plotino, até então simbolizado pela luz, para o interior da nossa visão. O olho se torna luminoso... (GIANOTTI In: GOETHE, 1993)

No caso da perspectiva física não há uma reprodução da concepção newtoniana, muito pelo contrário; os fenômenos são entendidos a partir de um *fenômeno primordial* (GOETHE, 1993, p. 90). Esse fenômeno é o ideal na relação com o empírico, no caso das cores, o equilíbrio dinâmico entre claro e escuro; luz e sombra, do qual se media a formação gradativa cromática.

Na perspectiva química se atribuí cores aos corpos, que podem ser modificadas, intensificadas ou transmitidas pelas relações existentes entre estes; são marcadas por sua durabilidade em relação aos outros dois anteriores. A composição é dada pela junção das cores

básicas, que, nas diferentes gradações formam uma mistura real ou aparente, compreendendo, assim, a totalidade das cores dos corpos. Neste sentido é que Goethe (1993) vai atacar a noção de que o branco é formado a partir da conjunção das cores, uma vez que estas são sempre mais escuras do que o branco e se distanciam progressivamente desse pólo na linha gradativa entre claro e escuro. A importância do reino vegetal é novamente destacada por Goethe (1993) nesse trabalho, admite ele que são as plantas e seu processo de formação que melhor compreendem esta transformação química das cores, chamando mesmo a alteração das cores no reino vegetal de "operação química superior" (GOETHE, 1993, p. 114).

A formação das cores representaria, portanto, a ligação harmônica na escala gradativa de claro escuro, de modo que essa unidade é em si uma totalidade. Além de reagrupar harmonicamente os pólos gradativos, a cor representa a junção do sujeito que apreende-atua sobre o que se torna objeto da sua observação. "Apresentando-se ao olho em sua grande variedade, a cor se torna, na superfície dos seres vivos, uma parte importante dos signos exteriores, através dos quais percebemos o que se passa no interior deles." (GOETHE, 1993, p. 132).

É, em poucas palavras, a ligação que Humboldt introduz na construção de uma ciência inovadora. O sujeito está em plena relação com o objeto; não se trata aqui de simplesmente observar à distância e com imparcialidade, ao contrário, é o anuncio de uma via aberta, o reconhecimento que já se coloca em Goethe de uma dupla troca entre o observador e o que se dispõe à observação.

> Muitas vezes, a impressão que nos causa a vista da natureza, deve-se menos ao próprio caráter da região do que ao dia em que nos aparecem as montanhas e as planuras aclaradas pelo azul transparente dos céus, ou velados pelas nuvens que flutuam perto da terra. Do mesmo modo as descrições da natureza impressionam-nos tanto mais vivamente, quanto mais em harmonia com a nossa sensibilidade; porque o mundo físico reflete no íntimo do nosso ser em toda a sua verdade. (HUMBOLDT, 1952, p.211-212)

Aquilo que também se coloca pelo papel da filosofia da natureza de Schelling, ou seja, a relação existente entre o espírito e a natureza, é percebido aqui no plano científico. O que aponta Goethe em sua *Doutrina das Cores*, em detrimento de uma análise restrita da física newtoniana é o papel dessa *Naturphilosophie* numa nova forma de fazer ciência. Já não se pode impunemente falar de um mundo sem reconhecer a medida do humano nele. É por isso que, como fizemos

questão de frisar anteriormente, não se pode falar numa exclusão do humano na análise que Humboldt faz acerca da natureza, afinal, trata-se de uma relação indissociável. O homem, na sua relação com o mundo, deixa-se influenciar ao tempo que também influencia.

> Tudo quanto dá caráter individual à paisagem: o contorno das montanhas que limitam o horizonte num longínquo indeciso, a escuridão dos bosques de pinheiros, a corrente que se escapa de entre as selvas e bate com estrépito nas rochas suspensas, cada uma destas coisas tem existido, em todos os tempos, em misteriosas relações com a vida íntima do homem. (HUMBOLDT, 1952, p. 212)

O objeto externo é dado em comunhão com a subjetividade, com aquilo que se apresenta no íntimo de cada um que se coloca a contemplação e compreensão da natureza. Mais do que um dado, a natureza é para o homem um elemento de construção, uma articulação que pressupõe não um fato, um acabado objeto, mas o remetimento ininterrupto à sua produção, aquele processo de formação-transformação que liga definitivamente homem e natureza.

> Todo cuanto nuestros sentidos percíben vagamente, todo cuanto los parajes románticos presentan de mas horrible, puede llegar á ser para el hombre manantial de goces; su imaginacion encuentra en todo medios de ejercer libremente un poder creador. En la vaguedad de las sensaciones, cambian las impresiones com los movimentos del alma, y, por una ilusion tan dulce como fácil creemos recibir del mundo exterior lo que nosotros mismos sim saberlo hemos depositado en él. (HUMBOLDT, 1874a, p. 05-06)

Essa nova ciência humboldtiana está assentada na idéia inovadora de ciência em Goethe. Ciência, filosofia e arte devem confluir, devem mostrar na análise da forma que a natureza está em dinâmica, que ela se orienta por uma finalidade; devem suscitar pelo método a visão de um homem que não é só razão, mas também sensibilidade; devem, igualmente, aclarar que na arte, na representação da bela forma, se dispõe a relação inviolável entre o sujeito e o objeto que se lhe apresenta. Maior, esse homem e sua ciência são o passo novo no sentido de uma humanidade plena, a representação máxima de uma natureza tomando, no sentido schellinguiano, "consciência de si".

Entender este processo é compreender o papel da arte no sentido pleno da humanidade, e, nesse caminho, se torna fundamental compreender a concepção de arte no romantismo alemão, bem como o valor que ela assume na sistemática filosófica de Schelling.

4.4. A arte na linguagem e os *Quadros da Natureza*

O romantismo que toma forma na Alemanha no final do século XVIII e início do XIX é marcado pelo papel crucial da reflexão. Vimos o quanto esta concepção é importante no estabelecimento de uma nova forma de julgar em Kant, e, nesse momento, destacamos que, pelas mãos de Fichte[9], esse legado foi transmitido e reinterpretado à luz do romantismo.

O valor da reflexão se dá com o avanço da concepção de organismo, com a contraposição a uma causalidade linear que encontra na distância entre sujeito e objeto a chave de toda a determinação. Longe desse caráter determinante do mecanicismo, desponta uma possibilidade ou mesmo uma necessidade de entender a natureza por uma causalidade distinta, não-linear, que vê no organismo, na confluência entre todo-partes, uma articulação que, pela reflexão, pode ir além das limitações lineares.

No movimento primeiro romântico alemão, a reflexão assenta-se sobre o princípio da conexão. Essa conexão diria respeito ao desdobramento da reflexão sobre si mesma, ou seja, funcionaria como mediadora de si mesma na perspectiva imediata que é própria de toda a reflexão.

> Essa conexão pode ser compreendida imediatamente a partir de níveis infinitamente numerosos de reflexão, na medida em que gradualmente o conjunto das demais reflexões seja percorrido por todos os lados. Na mediação por reflexões não existe, no entanto, em princípio, nenhuma oposição com relação à imediatez do compreender via pensamento, pois toda reflexão é em si imediata. Trata-se então de uma mediação por imediatez; Schelegel não conhecia a outra e fala ocasionalmente neste sentido de uma "passagem que deve ser sempre um salto." Nesta imediatez do princípio, mas não absoluta e sim imediata, é onde se assenta a vitalidade de conhecer. (BENJAMIN, 2002, p. 34-35)

[9] Em Fichte a concepção de reflexão herdada da Crítica da Faculdade de Julgar (KANT, 1995) assume papel central; como aponta Benjamin (2002): "O romantismo fundou sua teoria do conhecimento sobre o conceito de reflexão, porque ele garantia não apenas a imediatez do conhecimento, mas também, e na mesma medida, uma particular infinitude do seu processo." (p. 30). A medida da realidade é, aqui, seu realizar-se; é ser uma busca de si, aquilo mesmo que Foucault (2002) caracteriza como fundamental na transição da epistémê clássica para a moderna. Em Fichte, no entanto, essa centralidade da reflexão mantém-se ligada ao caráter limitador do *Não-Eu* e da intuição intelectual e, desse modo, atrelada a perspectiva dos juízos. O processo infinito da reflexão em Fichte é o desdobramento do Eu sobre si mesmo através de uma limitação criada por ele mesmo, enfim, a subjetividade desdobrando-se sobre a própria subjetividade. Devemos destacar também que a reflexão é que permite a "imediatez do conhecimento" (BENJAMIN, 2002, p.30), afinal, abre-se aqui a possibilidade de se estender a causalidade e a liberdade para lá da ordem imposta *pela Crítica da Razão Pura* (KANT, 1999) com a dicotomia entre sujeito e objeto.

Se opondo à idéia kant-fichtiana de que a imediatez assenta na intuição intelectual, dirá F. Schelegel (1772-1829) que também o pensamento, em seu encadeamento, pode operar-se por imediatez; e é, enfim, por esta noção de imediatez no pensamento que "os românticos penetram no absoluto" (BENJAMIM, 2002, p. 40). A sistematicidade filosófica exigida, ainda que velada sob a forma artística, encontra no desdobrar-se sobre si da reflexão o fundamento de uma mediação que busca o seu ultrapassamento, a unidade. A reflexão deixa de ser um simples princípio judicativo para incorporar-se à dinâmica dos processos de formação; assume caráter ontológico na perspectiva de um *medium-de-reflexão* na forma (BENJAMIN, 2002). A parte é reportada ao todo, o caminho que conduz à unidade passa pelo fragmento; em F. Schelegel busca-se uma "intuição não-intuitiva do sistema" (BENJAMIN, 2002, p. 53) e a resposta a esta problemática é dada justamente na capacidade do pensamento de autoconstruir-se pelo *medium-de-reflexão*. A língua, o conceito, é fundamental nessa proposta de F. Schelegel, é ela que permitirá esse caráter mediador da parte que apresenta-se imediatamente por seu caráter reflexivo e que visa a unidade geral no Absoluto (BENJAMIN, 2002).

> Se, como se viu, é a própria atividade originária do eu que, pelo seu caráter reflexivo, implica fragmentação, determinando a diversidade da poesia, um esforço de combinação dos gêneros poéticos tem então de ocorrer no sentido inverso, numa tentativa de retornar à unidade inicial: a busca de reunificação de todos os gêneros numa nova síntese da poesia e prosa, poesia e filosofia, criação poética e Crítica, é o que agora explica as formas mistas e especialmente o romance, que não é de fato um gênero, mas o meio onde se combinam os gêneros, o elemento para aquilo que Schelegel chama de poesia romântica ou poesia universal progressiva. (SUZUKI In: SCHELEGEL, F., 1997, p. 16-17)

O *medium-de-reflexão* já denuncia um distanciamento romântico da concepção fichtiana de um *Não-Eu* limitador se contrapondo ao Eu. No romantismo alemão não se pode conceber a limitação como um desdobramento do *Eu puro*, antes disso, valoriza-se a função das partes na consagração da unidade no absoluto; esse, enfim, é o caminho que leva a uma perspectiva ontológica (BENJAMIN, 2002) ou a uma concretização da unidade (BORHEIM In: GUINSBURG, 2005). A valorização do sensível é central na objetividade idealista dada pela reflexão romântica. Nesse sentido é que Novalis (1772-1801) (apud BORHEIM In: GUINSBURG, 2005) dirá que "O pensamento é apenas o sonho do sentir, é um sentir

entorpecido" ou ainda como atesta a sentença de Schleiermacher (apud BORHEIM In: GUINSBURG, 2005): "Sinto logo sou" (p. 95). O sentir, a experiência, remete ao *medium-de-reflexão*, ao autoconhecer-se do sujeito que incorpora o objeto a si, que ultrapassa os cárceres do Eu, mas que, ao mesmo tempo, só pode pensar a objetividade em sua ligação com a subjetividade. A. Schelegel (1767-1845), no Athenäum (1997), deixará claro este pensamento: "No passado, entre nós se preconizava exclusivamente a natureza; agora se preconiza exclusivamente o ideal. Muito freqüentemente se esquece que essas coisas são internamente compatíveis, que na bela exposição a natureza deve ser ideal e o ideal, natural." (p.80).

> Seria então permitido, se não fosse mais correto deixar esta correlação totalmente fora de jogo, falar de uma coincidência dos lados objetivo e subjetivo do conhecimento. Todo conhecimento de um objeto é simultaneamente o próprio tornar-se deste objeto mesmo. Pois, segundo o princípio do conhecimento do objeto, o conhecimento é um processo que faz, do objeto por se conhecer, apenas aquilo que é conhecido. (BENJAMIN, 2002, p.65-66)

O papel da arte repousa nesse *medium*. Ligação entre subjetividade e objetividade, entre impulso e consciência, a obra de arte e o gênio que a produz incorporam na sua apresentação, na sua forma ou existência, o processo reflexivo em equilíbrio dinâmico. A forma é o elemento central na idéia de arte; o *medium-de-reflexão* é o que permite a forma anunciar seu ultrapassamento e reflexivamente ultrapassar-se. A "Idéia de um *continuum* das formas" (BENJAMIM, 2002, p.92) é a idéia da arte no primeiro romantismo alemão. A concepção de obra de arte resulta igualmente daí, da constante limitação superada na forma, mais apropriadamente: "Uma obra está formada quando ela está rigorosamente delimitada em toda sua extensão, mas, no interior dos limites, ilimitada [...] quando ela permanece completamente fiel a si mesma e em toda sua extensão igual e, no entanto, superior a si mesma." (BENJAMIM, 2002, p. 81).

A Idéia de *continuum* da forma é o cerne da compreensão da arte e, por esse motivo, a prosa romântica será a manifestação acabada da representação simbólica desse processo reflexivo. A prosa assume valor porque no primeiro romantismo alemão é concebida como expressão conceitual de toda a força da poesia em uma perspectiva de desdobramento, justamente o que é o máximo da idéia de arte: a reflexão da forma sobre si mesma. (BENJAMIN, 2002). Em carta de Novalis a F. Schelegel, datada de 12 de janeiro 1798, este exprime o papel da prosa romântica:

> Se a poesia quer se estender, ela só o pode na medida em que se limite; na medida em que se contraia, permita a sua matéria ígnea como que partir e se coagule. Ela adquire uma aparência prosaica, suas partes constitutivas não se encontram numa comunidade tão íntima – portanto não sob leis rítmicas tão rígidas -, torna-se mais capacitada para a exposição do limitado. Mas ela permanece poesia – portanto fiel à leis essenciais de sua natureza; torna-se como que um ser orgânico cuja construção inteira denuncia sua procedência a partir do fluído, sua natureza originariamente elástica, sua ilimitação, sua ominiprontidão. Apenas a mistura de seus membros é desregrada, a ordem dos mesmos; sua relação com o todo ainda é a mesma. (NOVALIS apud BENJAMIN, 2002, p. 104)

Essa concepção da prosa será fundamental em Alexander von Humboldt. De inspiração primeiro romântica, a tentativa de Humboldt de pintar um *Quadro* lingüístico da paisagem deixa ver a forte presença de Schelegel e Novalis em suas idéias. Apropriadamente sobre a noção de quadros lingüísticos, uma passagem de Schelegel é bem reveladora:

> Para a frequentemente tão malograda arte de pintar quadros com palavras não se pode em geral fazer outra prescrição a não ser a de que se varie multiplamente a maneira conforme os objetos. As vezes, o momento que se expõe pode surgir vivamente de uma narrativa. Outras vezes, é necessário uma precisão quase matemática em indicações locais. O tom de discrição tem em geral de dar o melhor de si para que o leitor entenda o "como". (SCHELEGEL, A. In: SCHELEGEL F., 1997, p. 76)

Humboldt segue estes preceitos, estabelece, nos *Quadros* lingüísticos que pinta da natureza, imagens que ora são quase descrições matemáticas, ora são a mais pura expressão poética. Esse recurso é a maneira com que Humboldt assenta essa influência do romantismo alemão no que se refere ao papel de *medium-de-reflexão* da linguagem pela execução da prosa poética. O emprego de uma força poética nas palavras se vale de sentido, é mais do que um frívolo rebuscar ilustrativo, antes disso, é uma proposta metodológica que, no encanto que produz pela força das palavras, suscita ao leitor a possibilidade de trazer a imaginação para a aparente análise descritiva ou analítica.

> Quando, por fim, depois de longa seca, chega a estação benéfica das chuvas, a cena muda sùbitamente. O azul profundo do céu, onde se não destacava nuvem alguma, descarrega-se e ilumina-se. Apenas se pode reconhecer e mal, no meio da noite, a mancha negra da Cruz do Sul. A fosforescência suave das nuvens de

> Magalhães perde o brilho. As constelações da Águia e do Serpentário irradiam do próprio zénite uma luz cintilante que não se parece tanto, como outras, com as luzes planetárias. Para o sul, algumas nuvens isoladas levantam-se perpendicularmente ao horizonte, fazendo o efeito das montanhas afastadas. Vapores densos estendem-se pouco a pouco, à guisa de nevoeiro, para o zénite. O ruído do trovão anuncia ao longe a chuva que há-de beneficiar a terra. (HUMBOLDT, 1952, p.22)

O papel da linguagem é, portanto, elemento necessário na construção científico-artístico-filosófica de Humboldt, uma vez que penetra na verdade presente numa realidade sempre móvel e traz para a construção do conhecimento a força da imaginação. Na verdade, a própria explicação da natureza exige uma ampliação do sentido da linguagem, afinal, existe entre elas uma correspondência que é própria daquele processo de formação do espírito e da natureza.

> Tudo quanto tende a reproduzir a verdade da natureza, dá nova vida à linguagem, quer se trate de descrever a impressão sensível produzida em nós pelo mundo exterior, quer os nossos sentimentos íntimos e as profundidades em que se agita o nosso pensamento. (...) A investigação constante desta verdade é o fim de toda descrição que tem por objeto a natureza. (HUMBOLDT, 1952, p. 260)

Essa linguagem como expressão da relação entre espírito e natureza deixa no conjunto de descrições a marca de tudo quanto se dispõe historicamente nesse diálogo. A língua é o registro que permite penetrar na história do desenvolvimento humano em sua relação com a natureza; é a fonte elementar de um recurso a ser usado nesse esclarecimento e nos passos seguintes do espírito no seu sentido maior de realização. Descrever pela prosa poética é mais do que a tarefa de explicar a natureza em seu processo, antes disso, é a tarefa de produzir a elevação do espírito nessa realização.

Essa idéia é fechada pela filosofia da arte em Schelling, é ela, enfim, que dá sentido a toda esta repercussão da arte, ou seja, que apresenta a resposta sistemático-filosófica de um movimento de valorização da arte no rumo do conhecimento.

4.5. Scheling: arte e método em Humboldt

No "*Sistema Transcendental*" de Schelling, que destacamos no capítulo anterior, tem papel importante a arte (TORRES FILHO In: SCHELLING, 1979); há, no intermédio da filosofia

da natureza e a do espírito, a filosofia da arte. Aqui se realiza a síntese final que propomos na apresentação do sistema filosófico schellinguiano, enfim, é neste ponto que confluem os sistemas na síntese no Absoluto. Essa mediação, em um primeiro momento, se revela ao homem, elemento de confluência destas duas esferas, pela intuição intelectual. A intuição, como vimos já nos primeiros trabalhos de Schelling (1979) e como destacamos também em Goethe, permite conhecer integradamente, sem rupturas, para além de uma visão fragmentada e segregadora do sujeito com relação ao objeto. Esse primeiro passo também é valioso para Humboldt:

> La tentativa de descomponer en sus diversos elementos la magia del mundo físico, llena está de temeridad; porque el gran carácter de un paísaje, y de toda escena de la simultáneidad de ideas y de sentimientos que agitan al observador. El poder de la naturaleza se revela, por decirlo así, en la conexion de impresiones, en la unidad de emociones y de efectos que se producen en cierto modo de una sola vez (HUMBOLDT, 1874a, p. 07)

A tarefa de reunir no instante a imagem da relação entre todo e partes pela representação da forma é dada pelo papel da intuição, é ela que permite esse salto da via analítica formal para uma compreensão que ultrapassa em larga medida a conexão linear. Para Humboldt "a ciência é o espírito aplicado à natureza; mas o mundo exterior não existe para nós, no entanto, senão pelo caminho da intuição que refletimos dentro de nós mesmos." (HUMBOLDT, 1874a, p. 60, trad. nossa).

Mas há ainda um problema, esta é uma manifestação abstrata, porque filosófica, da unidade da realidade. Ora, vimos até aqui que a idealidade não reside só na abstração e, conseqüentemente, a Filosofia, cujo domínio é justamente este, não pode ir além da intuição intelectual proposta nos primeiros escritos de Schelling.

> Para Schelling, toda filosofia parte y debe partir de um principio incondicionado, absolutamente idéntico y absolutamente no-objetivo, que no es outro que el *yo* absoluto. Pero este principio – absolutamente simple y absolutamente idéntico a sí mismo – no puede ser aprehendido ni comunicado de una manera descriptiva, ni tampoco conceptualizado em modo alguno. Sólo puede ser intuido, pero esta intuicíon es una intuicíon interior e íntima, indemonstrable e inexplicable a causa de su propia naturaleza. Y dado que la intuicíon intelectual conduce hacia un conocimiento que se alcanza de una manera inconsciente o no deducible logicamente, si se desea comunicar de un modo conceptual o descriptivo no se podrá utilizar el inconsciente, puesto que toda comunicacíon supone um razonamiento. El conocimiento alcanzado mediante la intuicíon intelectual sólo puede comunicarse a través de una

> intuicíon inmediata: una intención que es inconcebible y que parece intrínsicamente contradictoria, ya que pretende objetivar lo que no es objetivable. Es decir, nombrar lo innombrable. (MARÍ, p. 187)

É então que se apresenta no *Sistema Transcendental* de Schelling a intuição estética. Como experiência interior, não pode a intuição intelectual transmitir-se de maneira clara e precisa sem a ajuda da intuição estética. Aqui, a figura do gênio, o artista capaz de tornar prática a manifestação abstrata da intuição intelectual assume um papel crucial. Ser capaz de, por intuição estética, traduzir objetivamente o que se apreende na intuição, é o gênio elemento chave da filosofia schellingiana; é, assim, tanto um produto da natureza, por sua inconsciência, como um produto da liberdade, já que ordena conscientemente os processos e a mensagem na construção da obra de arte. A filosofia da arte realiza a síntese final na imagem do gênio, porque reaproxima ele a natureza e o espírito numa condição privilegiada que revela o progresso e o sentido último de uma realidade em busca do Absoluto.

No domínio teórico, a intuição intelectual realiza a síntese abstrata do Absoluto; no campo da prática, a intuição estética realiza objetivamente esta síntese. Com o gênio, cumpre-se a síntese final entre subjetividade e objetividade; por sua intuição e natureza, representa o gênio, na figura humana, o caminho a ser percorrido no sentido da síntese geral no Absoluto.

Esta idéia de arte é fundamental no trabalho de Humboldt. Primeiro porque ela aparece como medida de síntese entre homem e natureza, entre a atividade do espírito e do mundo natural, segundo porque ela, pela medida simbólica, cumpre, tanto em Schelling como em Humboldt, a união definitiva entre arte, ciência e filosofia. A construção de um saber filosófico e, a partir dele, de um científico derivam de uma mesma fonte, o mito, a imagem simbólica dada pela atividade poética ao pensamento. Reconstruída depois de sua gênese, o saber reclama sua volta à unidade simbólica. Como destaca Suzuki (In: Schelling, 2001b), citando Schelling:

> (...) a filosofia "nasceu e foi nutrida pela poesia", então é de se esperar que, quando estiverem plenamente concluídas, a filosofia e "todas as ciências que são conduzidas pela poesia até a perfeição... voltarão a desaguar, como rios separados, no oceano universal da poesia, de onde elas provieram" (p. 12)

Essa concepção está em Humboldt, é neste ponto que se estrutura o valor definitivo da ciência do *Cosmos*, esta que vai além das máximas racionalistas, ao tempo que não lhe vira a

face, antes disso, agrupando-a na imagem simbólica, sobretudo proso-poética, e traduzindo, por esse caminho, o sentido último de uma reaproximação do saber com sua origem, a arte.

> Para abarcar el conjunto de la naturaleza, no debemos detenermos en los fenómenos esteriores; sino que es necesario que al menos hagamos entrever algunas de esas analogías misteriosas y morales armonías que ligan al hombre com el mundo esterior, y demonstrar como al reflejarse la Naturaleza en el hombre há quedado envuelta á veces en un velo simbólico que dejaba apercibir graciosas imágenes, haciendo otras veces, que se desarolle en él el noble gérmen de las artes. (HUMBOLDT, 1874b, p. 04)

O homem cumpre nesse processo aquilo que outrora não poderia, a tomada de uma postura diante da natureza; natureza que, originalmente simbólica para o homem, é reinterpretada por uma história construtiva na superação do que então se separou em nome do conhecimento. O *Cosmos* é, portanto, tanto no conteúdo de sua análise como na forma que ele assume, a tarefa de reagrupar a natureza e o espírito no processo histórico de sua construção pela arte e para a arte. Este papel fundamental da arte para a ciência do *Cosmos* repercute na Gênese da Geografia Moderna, na incorporação metodológica do simbólico como medida de exposição superior, como forma de representação mais acabada de uma dinâmica que, por outro caminho, só pode ser reproduzida de maneira imperfeita e limitada. Fechando de maneira coerente a proposta de Humboldt, a arte é a síntese objetiva da dialética universal, e o é também na sua Geografia.

Capítulo V

Alexander von Humboldt e a Gênese da Geografia Moderna

5. Alexander von Humboldt e a Gênese da Geografia Moderna

5.1. A constituição dos conceitos de espaço, natureza e morfologia: um múltiplo legado na sistematização da ciência humboldtiana

Definimos como objetivo geral do nosso trabalho a reconstrução dos conceitos de espaço, natureza e morfologia na Gênese da Geografia Moderna em Alexander Humboldt, partindo, como exige a constituição filosófica dos conceitos, da influência da filosofia Crítica kantiana e do movimento romântico alemão de início do século XIX. Apontamos, no curso do trabalho, uma múltipla influência em Humboldt, neste ponto, nos propomos a ligação sistemática que estas inúmeras contribuições realizam no projeto de ciência humboldtiana a partir dos conceitos em foco e, por conseguinte, na gênese moderna da Geografia.

A filosofia Crítica de Kant oferece, num primeiro aspecto, as bases de desenvolvimento para todas as ciências da natureza, a legitimação filosófica que define o que lhes cabe e que permite o reagrupar do empírico mediante princípios regulares universais, lei causais elementares. Com a *Crítica da Razão Pura* (1999) Kant impõe uma mudança geral à maneira de filosofar, mas também um campo de sustentação para a ciência da natureza numa base newtoniana, articulada e levada a cabo com os *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1990). Estabelece-se, nesse momento, uma ruptura entre sujeito e objeto pertinente ao interesse da razão na formulação de um conhecimento com validade objetiva para toda a experiência possível e que, desse modo, acaba por subscrever a natureza na esfera do condicionado, deixando à razão a possibilidade de agir livremente, ou seja, de exercer-se em seu interesse incondicionado sob toda representação do objeto externo. Espaço e tempo, como intuição pura, fundamentam a necessidade de considerar toda a experiência no limite dos fenômenos, além de reconhecê-la, enfim, como único domínio válido para um conhecimento com validade científica. Isso é importante em Humboldt, na medida em que também faz parte deste propósito comum das ciências da natureza o esforço humboldtiano de valorização da experiência no trato científico, bem como o reconhecimento das técnicas e metodologias experimentais que ele liga apropriadamente num processo indutivo.

Doutra feita, a natureza, problematizada a partir do particular, do organismo como imagem-esquema de uma causalidade que não pode mais restringir-se ao domínio do

mecanicismo, representa a abertura para outra sistematicidade que, equiparando a finalidade na natureza com a finalidade na produção do homem como livre agente, reconhece, numa perspectiva técnica, uma teleologia do mundo natural. Todavia, com a *Crítica da Faculdade de Julgar* (1995), Kant propõe uma nova forma de estabelecimento dos juízos que, abrindo-se para além do caráter determinante da razão, se apresentam em uma perspectiva reflexiva. Fundamental, essa perspectiva reflexiva, estabelecida no valor universal dado ao juízo de gosto estético na contemplação do belo, se estende para a natureza e encontra nesta uma teleologia independente da razão e, portanto, que exige um princípio regulador independente. Nisso funda-se uma teleologia que não é mais dependente da analogia com a produção técnica, haja vista a possibilidade de se conceber uma finalidade na natureza que produz não por determinação do geral pelo particular, mas que, pelo papel da estética e da forma, apresenta uma natureza segundo a fins sem fim. Logo, a finalidade não está associada com qualquer produção intencional na perspectiva racional; o elemento técnico, aquele de um agente determinando de cima para baixo a finalidade é abandonado na visão de uma natureza com finalidade independente. A sistematicidade que advém dessa Crítica (1995) resulta na consideração de um princípio independente no telos natural, levando Kant a pensar uma reaproximação com as idéias de Leibniz e, desse modo, a possibilidade de reunir os casos particulares com uma finalidade do mundo natural. Isso é recuperado por Humboldt sob uma roupagem romântica.

O romantismo representa na formação dos conceitos de espaço, natureza e morfologia o caminho pelo qual Humboldt pensará uma ciência que tem em seus princípios, e mesmo no seu método, um caminho diverso do empreendido pelo racionalismo na ciência da natureza. Os conceitos de que se valerá, em igual medida, remetem ao itinerário científico-filosófico: Kant-Goethe-Schelling. O romantismo permite a Humboldt o desafio de percorrer o *Cosmos*, de definir em seus trabalhos o liame entre orgânico e inorgânico que advém de Schelling; permite a busca do protótipo e do protofenômeno na finitude, na comparação exaustiva que exige o método goethiano; torna possível a junção dos opostos pelo fio condutor de uma idealidade da natureza na valorização da vida, da força vital no Gênio Ródio; o Romantismo torna ainda necessário um remetimento à arte, à busca do equilíbrio dinâmico entre os opostos na junção do que é em Schelling a intuição intelectual e estética, refletida na forma com que Humboldt trabalha o conteúdo da análise; enfim, os conceitos que nos propomos a investigar reagrupam um vasto terreno filosófico-científico-artístico que vai de Kant ao movimento primeiro romântico. O

primeiro passo na conclusão desse trabalho é, portanto, a exposição do arranjo sistemático da ciência humboldtiana à luz dos conceitos de espaço, natureza e morfologia. E de que maneira estes conceitos permitem um reagrupar metodológico no projeto de ciência humboldtiano.

O conceito de espaço é um dos pontos centrais na compreensão sistemática de Humboldt e, com ele, da Gênese da Geografia Moderna.

O empírico deve ser o universo de toda a ciência da natureza, esse é um preceito fundamentado por Kant e incorporado por Humboldt, assim como por todas as ciências dessa ordem. Fundamental, essa adoção indispensável se liga a uma concepção de espaço na filosofia de Kant, a que define o campo objetivo como aquele compreendido dentro da possibilidade intuitiva *a priori* do sujeito. Em termos simples, é o espaço absoluto, anterior e condição do campo dos fenômenos. Não podemos, contudo, dizer que este seja o fundamento de um espaço geográfico em Humboldt, exceto quando consideramos a sua adoção como categoria, ou seja, quando o espaço, tomado como absoluto, perpassa a experiência possível na compreensão categorial das distribuições, variações e apresentações do universo empírico, enfim, quando serve de categoria analítica para o estudo do empírico. Nesse sentido estrito, o espaço é absoluto, como não poderia deixar de ser quando tomado como categoria de análise. Entretanto, a construção de uma espacialidade em Humboldt se atrela às transformações que ele incorpora na apresentação de sua ciência.

Humboldt incorpora uma visão de natureza goethe-schellinguiana e, nessa incorporação, remete-se a uma noção de espaço relativo próxima a construída por Leibniz. Vimos na construção da dissertação que o conceito leibniziano de mônada é incorporado na construção do método morfológico de Goethe e que, assim como Leibniz, ele pensará a realidade a partir de uma ligação entre a *expansão* e a *contração*. " Tudo o que se gera procura o seu espaço e quer duração. É por isso que expulsa qualquer outra coisa do lugar que ocupa e lhe encurta a duração." (GOETHE, Máximas e Reflexões, s.d., p. 15). A expansão, como admitira Leibniz pela apetição interna às mônadas, procura estender seu domínio, desta feita, avança, de acordo com seu grau, para o domínio das outras mônadas. Cada mônada procura a máxima realização do que há nela em germe, procura o máximo de sua duração e extensão, desse modo é que podemos entender a primeira parte da sentença de Goethe : "Tudo o que se gera procura o seu espaço e quer duração" (Idem). Se for de um grau superior ascende sobre as demais as expulsando dos seus lugares e encurtando-lhes a duração. Goethe retrata aqui a idéia leibniziana que fundamenta a noção de

espaço e tempo. Podemos então conceber que se trata de uma perspectiva dinâmica de ambos, que se associam na visão de Goethe a partir de uma perspectiva ontológica. O valor dado à experiência na proposta goethiana deixa transparecer uma visão que aproxima as mudanças ocorridas no campo dos fenômenos com a formação do espaço e do tempo. Goethe claramente se liga aos propósitos de uma epistême moderna: anuncia em seu método a perspectiva de uma dinâmica que repousa na própria essência do ser; busca em seu itinerário científico-filosófico-artístico uma fundamentação ontológica. Essa busca, herdeira da *Crítica da Faculdade de Julgar* kantiana em vista da autonomia sistemática dada à natureza com relação à razão, permite, como vimos na consideração do espaço em Kant, um repensar capaz de associar as variações, os particulares, com a construção do espaço, indo além dos ditames *a prioris* de um transcendental no sujeito.

Entender o espaço humboldtiano é compreender toda a conexão pretendida entre estes diferentes legados. O espaço em Humboldt não é nem uma plena abstração nem uma *coisa-em-si* empírica. Como termo médio entre estas duas concepções, o espaço se revelará à intuição pela ligação existente entre tudo o que compõe o Cosmos. A mente responderá pela ordenação e regulamentação do que se apresenta de maneira multiforme; não há, como podemos notar, um abandono da racionalidade, contudo, ela não basta, necessita e pressupõe um conjunto de fenômenos e dinâmicas que se ligam não a esta ordenação colocada, mas à fonte única e comunicável de toda a realidade, aquilo que perpassa a intuição intelectual e a natureza (RICOTTA, 2003). Humboldt ratificará neste ponto os sentidos de sua ciência: não só um empreendimento guiado ao conhecimento objetivo do mundo, mas um desafio na busca de uma causa subjacente aos fenômenos; uma causa que se apresentará na leitura artística e científica da forma, por ser ela sintetizadora do jogo dinâmico de correspondência entre tudo o que compõe a natureza e a parte que se configura. A espacialidade é, portanto, capaz de retratar o desafio integrador de Humboldt; é por ela que podemos enxergar de maneira mais clara a perspectiva de uma superação da análise fundamentada em categorias universais, ao mesmo tempo em que não se vê ignorada uma generalidade abstraída de todo o particular.

Outro conceito fundamental é o de natureza. Mostramos ao longo do trabalho que as diferentes concepções que se estruturam sob este conceito confluem para uma noção geral ligada à *Naturphilophie* dos românticos. O primeiro caminho na construção deste conceito no sentido final que assume na obra de Humboldt é dado pela colocação de uma teleologia da natureza em

Kant. Tratada em autonomia com relação aos determinantes da razão, a natureza apresenta um *telos* próprio, independente do que pode ser colocado por qualquer imperativo do sujeito ou relacionado com uma produção técnica. Essa noção basilar, incorporada pelo movimento romântico, assume formas mais claras na filosofia de Schelling e na construção de Goethe. A representação dessa concepção de natureza é o organismo, com suas partes interdependentes e ordenando por uma finalidade comum o desenvolvimento geral que é, em última instância, dada por um desenvolvimento que pressupõe um campo causal não-linear, em que todo e partes dialogam a todo instante na construção das formas. Essa visão reagrupa a concepção de um protótipo goethiano, pelo qual um modelo universal subjaz a apresentação variada e particular no reino das formas, com a visão de um protofenômeno, uma força pela qual se põe em marcha o processo ininterrupto de metamorfoseamento da natureza, uma dinâmica que é colocada por esse princípio que é fim.

Em igual medida, a concepção de natureza incorporada por Humboldt considera um elemento unificador que liga o desenvolvimento natural com o do espírito, aquilo que aparece na filosofia da natureza de Schelling como o ponto comum destes dois domínios aparentemente contrapostos. A idealidade da natureza permite conceber o homem como momento de síntese do próprio desenvolvimento da natureza, ou seja, o espírito, unificado pelo elemento ideal, aparece como a tomada de consciência da natureza por ela mesma. Essa visão é fundamental na construção humboldtiana de uma ciência que busca reunir um múltiplo legado e reconhecer nas obras do homem um ponto fundamental no esforço de compreensão da natureza. Igualmente relevante é a ligação que se estabelece entre orgânico e inorgânico a partir ainda desse elemento unificador da natureza. Como força vital em Humboldt, posteriormente modificada em um processo de desmistificação e incorporação ontológica, este elemento unificador é a chave para compreender a relação entre as associações do relevo e do clima com a formação vegetal e sua distribuição nas diferentes regiões do planeta. Estruturante, essa concepção de natureza é o ponto nodal de tudo o que pretende Humboldt ordenar em nome de uma lei geral ou de uma conexão dos elementos no *Cosmos*.

O conceito de morfologia, por sua vez, conflui o processo dinâmico da natureza na concepção da forma. É a forma que será responsável por revelar à intuição a correspondência no instante entre todo e partes e, desse modo, colocar-se como elemento indispensável no valor dado à arte. Assim como os outros conceitos, esta valorização da forma parte de Kant, sendo

incorporada pelos românticos e por Humboldt na construção de uma valorização estética e no reconhecimento do papel da intuição. A forma representa a unificação da dinâmica no instante e, desse modo, com a consideração de uma ligação entre sujeito e objeto pelas vias da intuição, se distancia do caráter determinante da razão e sua ordenação. Isso será fundamental na proposta de Goethe e na sua análise da natureza, afinal, é a forma quem representa objetivamente aquela dinâmica e variação imposta pelos ideais de protofenômeno e protótipo. A forma é lugar de síntese, unificação da dinâmica da natureza; em conjunto, é tratada morfologicamente, pois aqui se evoca a tarefa de abarcar um jogo de relações pela captura intuitiva da imagem da forma, nesse caso, do conjunto das formas. Importante, esta morfologia é tratada por Humboldt na observação da paisagem, na descrição dos *Quadros* naturais, que, no sentido último, são pinturas de um processo, de uma dinâmica que toma expressão mais elevada nas condições originais de sua manifestação, na contemplação e representação do conjunto das formas. Fruto não só de uma relação momentânea, a morfologia compreende o processo histórico de construção das formas, engloba as transformações num capturar intuitivo. Os domínios morfológicos do relevo, da vegetação, expõem para Humboldt o processo de construção bem como a dinâmica que subjaz a natureza em seu processo de formação-transformação contínua.

Indissociável desta concepção é a noção de arte, afinal, é ela que permite a representação do que não se pode exprimir, do que se apresenta meramente como intuição intelectual. Aqui, a intuição estética cumpre seu papel na medida em que pode tornar objetiva a dinâmica da natureza na forma, pela figura do gênio, sem se limitar a simples ordenação analítica da razão. Pintar o conjunto das formas em máxima conformidade com a realidade é parte desse método morfológico que se estrutura em Goethe e que é habilmente apropriado por Humboldt, afinal, esta representação reflete o que de outra forma não se pode traduzir, aquilo para o que nossos dispositivos formais se constrangem e se limitam.

Podemos agora, diante das concepções de espaço, natureza e morfologia, entender verdadeiramente o projeto de ciência de Humboldt. Há um domínio que a serve: a experiência, ela é tudo quanto nos cabe como domínio de análise, é nela e por ela, enfim, que devemos nos esforçar em percorrer os detalhes, em nos dispormos satisfatoriamente um número considerável de particulares, de específicas condições. O desafio enciclopédico encontra sua legitimidade nesse valor dado ao empírico. A experiência é o campo válido na estrutura das ciências, afinal, é

ele, haja vista os limites que são considerados em função da proposta Crítica kantiana, o único que nos é disposto.

Não obstante se trate do empírico, há de se reconhecer uma ligação entre os fenômenos, seja ela uma condição *a priori*, como no caso de Kant, ou uma condição do próprio processo de formação-transformação da natureza, como em Goethe e Schelling. Logo, buscar leis e princípios causais é, para Humboldt, tarefa indissociável das ciências da natureza.

Mas há nesse momento um passo importante na incorporação das metodologias: a concepção de homem. Humboldt concebe o homem como médio entre razão e sensibilidade, assim como aponta Schiller, e, desse modo, pode articular coerentemente dois domínios que se apresentam antagônicos: o da racionalidade e o da sensibilidade. Esse é um passo estruturante, é a possibilidade aberta de uma confluência inovadora, o de quem antevê muito mais do que um agrupamento aleatório destes campos contrapostos. Com sua concepção de homem, Humboldt dá um passo adiante na construção de sua ciência: incorpora sem culpa todo o ferramental técnico-metodológico das ciências racionalistas em plena ascensão, haja vista a consideração de que o domínio da razão deve ser também considerado na edificação do conhecimento; doutra feita, abre os olhos para o que está além desta racionalidade posta, afinal, pela medida da sensibilidade, deve tocar o homem a impressão no contato com a natureza, o sentir que não procura ordenação ou encadeamento lógico, mas que simplesmente se impregna na existência de quem se propõe o contato. Existir é a medida dessa sensibilidade; existir em comunhão com as coisas, em ligação com elas; sentir antes de pensar; conceber que não se pode considerar o que está fora sem remeter-se a si mesmo, ao que pulsa internamente no ser.

Este ser é a medida de um saber que não pode ser exprimido, não pode ser comunicado pela voz da ciência, de suas máximas, de suas leis e ordenações regulares; não há um plano de causas e efeitos, tudo é plena relação; não se pode medir o que de si está fora e o que de fora está no ser. Essa sensibilidade não é comunicável, não é exprimível pela voz da razão, mas é, como ela, medida da realidade, existe como parte de nós, do que nos toma. Conhecer é mais do que ordenar, é também considerar essa imponderação inarticulável. A tarefa, difícil de antemão, a de explicar o mundo, a natureza, ganha nova dimensão, já não é explicar o mundo, é explicar a si no processo de construção do mundo; é explicar a natureza no seu diálogo formador com o humano. Como aponta Ricotta (2003), os limites na compreensão do mundo são as bases necessárias para o cenário da imaginação, aquilo que torna humana a interpretação da natureza.

Sem pudor, o que não se pode exprimir encontra expressão, canaliza seus sentidos em articulação com os recursos possíveis de uma razão valiosa. Fala a sensibilidade em diálogo aberto com a razão na execução do elemento estético, na construção objetiva da obra de arte. A ligação que une o objeto a seu observador pode enfim aquietar-se, pode encontrar alento e representação na arte genial. Na arte, a natureza e o humano já não estão desarticulados, são um só, uma unidade que tanto incita a razão como a sensibilidade; não há mais a dificuldade de se pensar dois domínios antagônicos, a síntese está realizada, cumprida no seu grau mais elevado. Num par dialético, natureza e homem se associam, cumprem o que lhes indica o próprio da existência, esse fim que é o princípio de ordenação: a força vital, o ideal que perpassa tanto o inconsciente como a consciência. Para além de uma realização humana, esse representar do mundo é a própria atividade desse elemento unificador; é a força imposta ao mundo; é a natureza manifestando-se pela sua mais alta voz: a humana. Síntese, essa arte de representar a dinâmica do mundo é tarefa dos grandes espíritos, é matéria do gênio, daquele para quem o domínio da razão eleva-se às alturas e que, ao mesmo tempo, o da sensibilidade transborda na figura do dom. Já não há limites; mesmo conhecer já não é a tarefa central, enfim, acaba em plena forma a matéria bruta falando por si, emoldurando-se de uma finalidade que ultrapassa a cega tomada de uma explicação possível para a sua composição. Esse sonho é o caminho que se coloca toda a atividade do mundo; é a expressão de uma ininterrupta aproximação de um ideal que é germe.

Na contramão de tudo o que conhecemos hoje sob o nome de ciência ou mesmo de conhecimento, esse sonho é o de Humboldt; uma vertigem real que não pode ser consumada em uma vida, porque é a própria edificação do sentido da realidade. Incontida em duras formas, a ciência humboldtiana é a abertura não do espírito humano para esses novos pensamentos, mas a voz de uma natureza que toma forma humana, que reencontra no uso de uma linguagem proso-poética, na construção da bela forma, a interlocução de um processo que é a medida de toda a relação universal. O *Cosmos*, essa obra que exprime a sensibilidade e as relações sob forma de ciência, é a tentativa de tornar científica aquela voz que só se ousou pronunciar na medida do dom artístico. Sem ingenuidade, Humboldt sabia do seu desafio, tinha clara dimensão do que estava realizando:

> La descripcion del mundo, considerado como objeto de los sentidos esteriores, necesita indubitablelmente del concurso de la física general, y de la historia natural descriptiva; pero la contemplacion de las cosas creadas, enlazadas entre

> si y formando un todo animado por fuerzas interiores, dá a la ciencia que nos ocupa en esta obra un carácter particular. (HUMBOLDT, 1874a, p. 42)

Aqui, na medida definitiva de uma articulação de múltiplos legados, se edifica a proposta de Humboldt; aqui, na proposta de Humboldt, se apresenta a ciência geográfica como síntese dessa alquimia universal no plano da empiricidade e sob as categorias do espaço e da paisagem e numa perspectiva de análise regional. Entender o que desse múltiplo legado em Humboldt rebate especificamente na construção de uma Geografia Moderna é o que agora nos ocupa.

5.2. A Gênese de uma Geografia Moderna em Humboldt

Podemos identificar uma linha direta que liga Humboldt à Geografia, notadamente uma Geografia na qual se dispõem uma série de observações e conexões na composição de *Quadros* lingüísticos da paisagem e da região. Claval (2006), inclusive, aponta Humboldt como um dos fundadores deste ramo regional da ciência geográfica, relacionando-o com Kant. Assim, cada parte da Terra representa um conjunto complexo de fatores que podem ser associados e reduzidos mediante leis ou princípios gerais. Os casos particulares caracterizam as regiões; cada uma delas é disposta por diferentes características, segundo o clima, o tipo de relevo, a vegetação e, nesse rumo, cada uma destas partes é correlata à totalidade, uma compreensão orgânica de um planeta cujas tessituras traduzem uma ligação irrestrita.

> Além das vantagens especiais que lhes são próprias, cada zona tem também o seu caráter determinado. Deixando certa liberdade ao desenvolvimento anómalo das partes, o organismo, em virtude de um poder primordial, submete todos os seres animados e todas as plantas a tipos definidos que se reproduzem eternamente. (HUMBOLDT, 1952, p. 283)

Aqui há a apresentação de um princípio que é fundamental para a Gênese da Geografia Moderna, o de uma ligação entre os particulares com uma conexão geral, uma ligação estrutural entre os elementos que compõem a natureza. Isso é geográfico, independente do valor que se dê ou da medida metodológica empregada: seja por arranjos de palavras que pretendem revelar um *medium-de-reflexão* no uso da linguagem proso-poética, seja pela conexão sob elementos unificadores. Não se trata aqui simplesmente de situar os fenômenos, nem de descrevê-los pura e simplesmente, o que se coloca é uma ligação fundamentada num método comparativo, em que o

exame das diferentes partes da Terra fornece elementos suficientes para a aferição de princípios regulares de ordenação, ao tempo que também revelam a particularidade em função de específicas variações mediante estes princípios gerais. Humboldt, nas duas passagens a seguir, resume apropriadamente este desafio comparativo:

> Estas dos envueltas de nuestro globo, el aire y el agua, constituyen un conjunto natural, y á ellas debe la superfície de la tierra la variedad de los climas, segun las relaciones de estension superficial de la tierra y del mar, segun la forma articulada y orientacion de los continentes, segun la altura y direccion de las cadenas de montañas. (HUMBOLDT, 1874a, p. 268)

E mais a diante:

> Tales son los principales datos que deben tenerse en cuenta cuando se trata de comparar las superfícies respectivas de la tierra firme y del mar, y de estudiar la influencia que estas relaciones ejercen sobre la distribuicion de las temperaturas, las presiones variables de la atmósfera, la direccion de los vientos, el estado higrométrico del aire, y por conseguinte sobre el desarollo de la vegetacion (Idem, p. 269)

Isso é, certamente, produzir Geografia, com recursos e limites cientificamente válidos. A polêmica, nessa análise, assenta na questão deste método comparativo, afinal, ele não é pura e simplesmente a representação geral dos esforços das ciências racionalistas do período, como indica Capel (1981); por detrás deste método está a concepção goethiana de um protótipo, um modelo ideal que subjaz as variadas formas. Os elementos de ligação não são só as leis regulares do clima em associação com o relevo ou uma relação entre maritimidade e continentalidade, o que se coloca em cena é uma comparação que leva em conta um modelo ideal, pelo qual se pode derivar ou pressupor as particularidades. Comparar, em Humboldt, é também buscar esse elemento ideal unificador. Seja como for, essa proposta entra nas vias dispostas por uma ciência moderna, na medida em que este método assenta-se no elemento estruturante da experiência e a partir dela consagra princípios com validade objetiva para o campo dos fenômenos. Independente do nome que se dê naquele contexto, ou de como se reconheça Humboldt neste processo, essa construção é geográfica.

Ainda no plano direto e menos polêmico, podemos apontar a produção de representações gráficas e cartográficas de Humboldt, no traçar de isolinhas, na localização das estruturas

minerais ou ainda na produção dos perfis topográficos, como caminhos para estruturação de uma Geografia com domínios, métodos e metodologias próprios. Essa tarefa, ligada a princípio aos ditames gerais da ciência racionalista, veicula informações com uma conexão e análise geográfica subjacente. Traçar isolinhas, por exemplo, é reconhecer elementos unificadores de determinada área e dispor essa conexão cartograficamente, ou seja, há aí uma ligação entre os particulares, e mais, há uma capacidade de enxergar a regularidade que os envolve. Essa produção de uma cartografia temática é, sem maiores controvérsias, uma contribuição geográfica. Doutra feita, a representação procura ser a manifestação da perspectiva intuitiva, a apreensão da totalidade no instante, na captura da forma que é síntese, enfim, aquele legado goethiano apontado nos capítulos anteriores. A presença das pinturas como elementos de representação, como as de Hackert (1737-1807), por exemplo, traduzem tanto este processo de captação da totalidade no instante pela reprodução detalhada das formas em conjunto (morfologia e paisagem) como a tarefa de trazer o elemento humano no processo de produção da natureza. Recolhida sob a forma artística, a imagem é o avanço da imaginação para onde os domínios formais da razão não podem se estender; é a cobertura geral de uma realidade que não pode dissociar-se desse jogo aberto entre a natureza e o espírito que com ela se relaciona.

No que se refere aos perfis topográficos, eles tem um duplo mote: tanto demonstrar o interesse objetivo de uma ciência aplicada à analise empírica, voltada a compreensão dos elementos que compõem a paisagem, como o de revelar os processos de contínua transformação e construção-reconstrução pelas formas. As sobreposições revelam uma história, uma natureza que muda de feição, ainda que passe despercebida essa dinâmica àquele que não pode conceber a atividade que a todo o momento revoluciona a esfera do inorgânico. Há aqui a visão de uma forma como produto e como produtora. A tarefa de dissecar mediante uma representação gráfica demonstra analiticamente o quanto desta forma se revolucionou no seu processo histórico; por outro lado, a tarefa de tomar a estrutura em conjunto permite considerar a forma na sua função ativa de síntese no globo, ou seja, as feições se consagram na morfologia da paisagem como momento acabado de unificação dos elementos pela captação intuitiva da cena. Isso também é Geografia; é a base de um conhecimento geomorfológico levado a cabo com o curso da Geografia na Alemanha. Não são considerados os elementos estritamente geológicos, nem somente a ação dos agentes do clima e da vegetação, há uma ligação pressuposta na concepção morfológica do relevo em Humboldt; uma ligação entre orgânico e inorgânico.

Humboldt também se preocupou com uma distribuição da vegetação; uma disposição das plantas no globo em função também de regularidades e particularidades sempre em conexão. As plantas, como vimos, são compreendidas naquele sentido goethiano, estão em contínua metamorfose e revelam na forma o que está contido em germe e o que se dispõe como condição ambiente. Esse ideal regulador, esse infinito em comunicação com o finito, tomado na visão da forma é incorporado por Humboldt; nesse caso, trabalhando com maior detalhamento as condições de variação climática e de relevo como forma de definir o predomínio de determinados grupos de plantas, bem como o maior ou menor desenvolvimento em determinadas condições. Estes estudos são o passo necessário para se pensar a distribuição da vegetação tomada em conjunto, não isolada simplesmente na planta, é, enfim, uma etapa que antecede, no maior detalhamento, o processo que culmina no que seria uma análise geral das vegetações predominantes, sem, contudo, se desvincular do caráter central do método, que pressupõe, em última instância, o papel da intuição. Segundo Humboldt (1874a): "(...) a criação vegetal atinge a imaginação pela amplitude de suas formas sempre presentes em cuja massa se revela a antigüidade ligada, por um privilégio especial, com a expressão de uma força sem cessar renovada." (p. 331-332, trad. nossa) Nesses diferentes níveis e suas relações é que Humboldt pode estabelecer o que deve ser agrupado e o que deve ser divergido na distribuição da vegetação ou no estabelecimento das suas disposições regulares a partir da morfologia. Na conclusão do Livro IV, no segundo volume dos *Quadros da Natureza*, Humboldt (1953) resume apropriadamente estas considerações:

> Ao esboçar, nos quadros anteriores, a fisionomia das plantas, propus-me, sobretudo, três fins intimamente ligados: quis fazer ressaltar a diferença absoluta das formas; indicar a sua relação numérica, quer dizer o lugar que ocupam, nesta ou naquela região, na massa total das plantas fanerogâmicas; e, ultimamente, a sua distribuição geográfica, segundo a latitude e o clima. Quando nos desejamos elevar a concepções gerais acerca das formas vivas, não se deve separar, julgo eu, o estudo das relações numéricas e o da fisionomia. Também se não deve limitar o estudo da fisionomia das plantas aos contrastes que os organismos apresentam, considerados isoladamente; há que procurar descobrir leis que determinam a fisionomia da natureza em geral, os diversos caracteres que a vegetação comunica às paisagens em toda a superfície do globo, e a impressão viva que produzem a reunião e o contraste de formas opostas, em zonas que diferem em latitude e elevação. (p. 135)

Isso também é produzir Geografia, afinal, reconhecer estes domínios vegetais na sua distribuição segundo princípios gerais, agrupando e divergindo em função de um método próprio de reconhecimento pela forma em seu conjunto é pensar geograficamente.

Essa vegetação é ainda tomada em um sentido histórico, ou seja, ela está diretamente relacionada aos diferentes tipos de condições naturais que dominaram o planeta. "A história da camada vegetal e da sua propagação sucessiva sobre a crosta escalvada da terra tem as suas épocas, do mesmo modo que a história das emigrações que disseminaram pelas diversas regiões, os animais e as plantas" (HUMBOLDT, 1952, p. 279). Papel importante tem a filosofia da natureza nessa concepção histórica, segundo Humboldt (1953): "Rodeado por fenômenos variáveis, o observador, que se consagra ao estudo da filosofia da natureza, trata sem cessar de ligar o presente ao passado." (p. 168). É a consagração de uma idéia de natureza em contínua transformação em um processo de construção ininterrupta e dinâmica.

> Ao norte do nosso continente estão sepultados no interior da terra troncos de palmeiras e esqueletos de elefantes; e, segundo a sua posição, pode conjecturar-se que não foram levados dos trópicos aos pólos por correntes, mas sim que, nas grandes revoluções do nosso planeta, os climas passaram por mudanças sucessivas que renovaram a fisionomia da natureza. (HUMBOLDT, 1952, p. 290)

Além desta produção geográfica sobre a vegetação, Humboldt também faz uma análise térmica importante, procurando compreender a dinâmica de sua distribuição no globo. Reconhece uma relação entre baixas latitudes e as altas temperaturas, estabelecendo um princípio geral de decrescimento da temperatura na direção dos pólos, ao mesmo tempo em que reconhece o fator da altitude como compensador da latitude. Estas ligações pretendem harmonizar-se com a visão da Terra como um todo:

> O homem, que sabe abraçar a natureza num só olhar e fazer abstração dos fenômenos particulares, reconhece como, à medida que o calor vivificante aumenta, se desenvolvem gradualmente, dos pólos para o equador, a força orgânica e a potência vital. (HUMBOLDT, 1952 p. 283)

Isso também faz parte da construção de uma Geografia Moderna, afinal, estas relações são fundamentais na compreensão da dinâmica climática e na compreensão das características assumidas em cada região.

Ainda vale salientar que Humboldt desenvolve análises sobre as variações regionais das populações, que na verdade ele toma como civilizações, diretamente atreladas à idéia de raça. É larga a denúncia de que Humboldt não se preocupou com o homem em seus trabalhos, compreensão equivocada, ainda que seja clara a limitação de suas interpretações no que se refere às análises diretas que faz das civilizações em sua relação com as regiões. Nas palavras de Humboldt: "... o conhecimento do aspecto próprio de certas regiões liga-se intimamente com a história da raça humana e da civilização.". As civilizações são analisadas numa correlação com os climas, mas descarta Humboldt uma supremacia de determinadas raças sobre outras, defende mesmo que não se pode pensar coerentemente acerca da espécie humana se mantida for essa restrita concepção.

> Si hemos de mantener el pincípio de la unidad de la espécie humana, necesariamente habemos de desechar como lógica consecuencia e a desoladora distincíon de las razas en superiores é inferiores. Indudablemente hay famílias de pueblos civilizadas mas susceptibles de cultura, mas civilizadas, mas ilustradas que otras: pero nunca mas nobles porque todas han nacido igualmente para la libertad, para esa libertad, que si bien en un estado social poco adelantado no pertenece mas que al indivíduo, es en las naciones llamadas al goce de verdaderas instituiciones políticas el derecho de toda la comunidad. (HUMBOLDT, 1874a, p. 344-345)

O humano aparece, bem dizer, no plano de análises orgânicas na superfície terrestre, quer dizer, ele representa, no plano das civilizações e no que se refere à dimensão objetiva, ao elemento orgânico mais bem desenvolvido, que vive e age em interação com a natureza.

> Así como la forma esteriormente articulada de los continentes y los innumerables cortes de sur orillas ejercen una saludable influencia en los climas, en el comercio y hasta en los progresos generales de la civilizacion, así tambien la configuracion del suelo en el sentido de la altura, es decir, la articulacion interior de las grandes masas continentales, puede jugar un papel no menos importante en el domínio del hombre. Todo lo que produce variedad de forma (polimorfia) en un ponto de la suuperfície terrestre, ya sea una cadena de montañas, una meseta, un gran lago, una verde estepe, ya tambien um deserto, com bosques por orillas; cualquier accidente del suelo, en una palabra, imprime un sello particular al estado social del pueblo que allí habita. Si está el suelo como entre nevadas y altíssimas cimas, las comunicaciones quedarán interrompidas y el comercio será impossible. Se por el contrario le forman bajas llanuras, com algunas cadenas descontinuas y poco elevadas, como en el Oeste y en el Sud de la Europa, donde este género de articulacion se desarolla tan felizmente, multiplicanse entonces las influencias meteorológicas e com ellas las

> produciones del mundo vegetal. Y como en tal caso cada region exige un cultivo diferente, aun á la misma latitud, resulta que esta configuracion especial da vida á necesidades que estimulan la actividad de las poblaciones. (HUMBOLDT, 1874a, p. 280)

É uma análise restrita que procura enquadrar o homem no mesmo princípio de disposições e distribuições que já existe para o esquema das plantas e dos animais. O homem, no que se refere à objetividade geográfica, é reduzido a esse elemento natural, cujos reinos morais se atrelam à natureza. Segundo Humboldt (1952): "A influência do físico sobre o moral, a ação recíproca e misteriosa do mundo sensível, comunica ao estudo da natureza, feito de um ponto de vista mais elevado, atractivo singular bastante desconhecido até nossos dias." (p. 286). Como ainda ressalta Capel (1981), Humboldt não caminhou mais na investigação da condição humana em relação com os diferentes espaços, fato que era do seu interesse, pelas diversas restrições políticas como, por exemplo, a que envolve a autorização concedida para seus estudos na Ásia de possessão inglesa e também na Ásia central russa, pelo ministro Conchrin. A preocupação de mascarar os aspectos sociais foi moeda de troca nas concessões para a exploração científica das áreas.

Não obstante se tome o homem por essa medida orgânica e na perspectiva de sua distribuição, ele é mais do que isso, ele é, definitivamente, o misto entre a razão e a sensibilidade, assim como em Schiller; sua condição não é estritamente biológica, ele é atividade do espírito, a idealidade evocada no sistema filosófico do romantismo. Esse homem não pode ser dissociado da natureza, afinal, essa ligação é síntese da dinâmica da realidade; é por ela que completa o homem a atividade natural; é por esta síntese que se dispõe a possibilidade de estender a atividade do espírito em complemento ao processo de realização final da natureza. Logo, quando fala Humboldt em natureza, quando trabalha estas diferentes concepções que culminam num saber geográfico, está falando também do humano; não numa perspectiva do homem "sociedade", mas a do homem elemento de síntese, parte mesmo do processo de construção natural.

Ainda numa perspectiva direta de análise, não pode dissociar-se o desafio que Humboldt se coloca na descrição física do mundo daquilo que ele denomina Geografia Física. Esta Geografia Física é a representação do projeto de ciência cósmica no limite das relações terrestres, segundo seus princípios, leis e particularidades. Aqui, a Geografia é síntese de múltiplos fenômenos e de inúmeros ramos específicos do saber, aquilo mesmo que hoje criticamos como o ponto limitador da Geografia em sua história. Essa Geografía Física é, ainda segundo

entendemos, também Geografia, a despeito da análise de Capel, que defende a idéia de que essa Geografia está distante do que se construiu depois e do que até então se havia construído; nessa visão, os propósitos deste saber não seriam geográficos, mas ligados à física do mundo que, por simples herança de Saussure, assume o nome de Geografia Física. Imprecisa, essa análise mascara o fato de que a construção proposta é uma construção geográfica, independente do valor semântico dado ao termo Geografia e mesmo à ligação deste com outra fonte diversa daquela proposta até então pelos rumos da ciência.

Aqui entra aquela discussão que apresentamos no primeiro capítulo da dissertação, o de que as ciências não nascem de si mesmas, mas de esforços diversos, que se agrupam sob nova feição e segundo leituras e metodologias próprias. Embora isso pareça óbvio, é importante destacar esse ponto, porque Capel (1981), apesar do grande trabalho inovador que realiza no trato do tema, o ignora quando afirma que "com sua física do globo Humboldt não estava fundamentando a geografia moderna, senão esforçando-se em estabelecer uma ciência totalmente nova, que pouco tinha a ver com a geografia da época." (p. entre 16 e 17, procurar). Ora, ela não tinha nada que ver com o que estava sendo construído até então sob o nome de Geografia justamente pelo fato de que é uma nova formulação, que, atendendo inclusive pelo nome de Geografia Física, representa um passo decisivo para a construção sistemática de um saber geográfico moderno. De todo modo, reforçamos o óbvio, as ciências em sua gênese não surgem a partir de si mesmas, mas de uma série de elementos intelectuais e materiais. A respeito desta Geografia Física, Humboldt nos fala:

> No se trata en este ensayo de reducir el conjunto de los fenómenos sensibles á un pequeño número de princípios abstractos, sin mas base que la razon pura. La física del mundo que yo intento esponer, no tiene a pretension de elevarse á las peligrosas abstraciones de una ciencia meramente racional de la naturaleza; es una 'geografia física' reunida á la descripcion de los espacios celestes y de los cuerpos que llenan esos espacios. (HUMBOLDT, 1874a, p. 29)

Comparando diferentes partes e reconhecendo-lhes a unidade, valendo-se tanto dos dispositivos da ciência em voga, como das bases de uma filosofia da natureza no romantismo, Humboldt cumpre uma análise geográfica de síntese, ou holística como destaca Moreira (2006). A Geografia Física de Humboldt é voltada para todas as contribuições científicas, sejam quais forem as áreas que se delimitem no estudo de cada particular dado; sua ciência está para além das

fronteiras e se vale, paradoxalmente, dos frutos e contribuições dos diferentes ramos especializados do saber. A Geografia Física é, portanto, o ponto de encontro e entendimento das relações e conexões no nível terrestre; a unificação científica dos domínios orgânicos e inorgânicos; a junção da subjetividade com a objetividade na análise da natureza. Moreira (2006) citando Humboldt (apud Tatham, 1959, p. 216) deixa claro o que é esta Geografia:

> Minha atenção estará sempre voltada para a observação da harmonia entre as forças da natureza, reparando a influência exercida pela criação inanimada sobre o reino animal e vegetal. Deve ser lembrado, entretanto, que a crosta inorgânica da terra contém dentro de si os mesmos elementos que entram na estrutura dos órgãos animal e vegetal. Por conseguinte, a cosmografia física seria incompleta se omitisse considerações dessa importância, e das substâncias que entram nas combinações fluidas dos tecidos orgânicos, sob condições que, em virtude de ignorarmos a sua natureza real, designamos pelo termo vago de "forças vitais", grupando-as dentro de vários sistemas, de acordo com analogias mais ou menos perfeitamente concebidas. A natural tendência do espírito humano, involuntariamente, nos impele a seguir os fenômenos físicos da terra através de toda a velocidade de suas fases, até atingirmos a fase final da solução morfologia das formas vegetais, e os poderes conscientes do movimento do organismo dos animais. Assim, é por tais elos que a geografia dos seres orgânicos – plantas e animais – se liga com os esforços dos fenômenos inorgânicos de nosso globo terrestre. (p. 23)

Quando se coloca no plano histórico uma divisão da ciência geográfica, a tentativa é dar formas mais definidas e um recorte mais apropriado e preciso para uma ciência que nasce como síntese de todas as contribuições científicas naturais. A ruptura ou dualidade que se coloca a Geografia no seu curso histórico é fruto de uma leitura equivocada do projeto de ciência humboldtiano. A dualidade da Geografia não está em Humboldt, antes disso, ela reside na incompreensão do seu projeto de ciência. Para Humboldt, assim como para Kant, não há qualquer possibilidade de se dissociar os elementos descritivos das conexões, das relações que são, em última instância, elementos estruturantes da própria diferenciação. Na não observação desse princípio unificador elementar entre todo e partes, entre descrição e estabelecimento de leis, é que se fundam os caminhos de uma Geografia ideográfica e outra nomotética. Isso não está em Humboldt, nele tudo é síntese, e descrever não pode nunca ser dissociado das conexões, mesmo porque o método que intenta é comparativo, ou seja, vale-se dos particulares para encontrar a unidade e, mais do que isso, pressupõe a abrangência do seu método que o próprio ato de descrever é, pela linguagem proso-poética como *medium-de-reflexão*, um salto para a

compreensão geral, o reconhecimento de uma integração que não pode ser dada pelo esquartejamento analítico a partir de uma linguagem estritamente científica. Separar descrição e leis é acabar com qualquer continuidade da ciência humboldtiana; igualmente, cingir o humano e a natureza é caminhar para longe do que é Geografia em Humboldt, afinal, como fizemos questão de salientar em diversas oportunidades, a natureza não pode, pelo papel que desempenha em seus trabalhos e no movimento romântico, ser pensada em separado do homem, enfim, não pode haver qualquer análise da natureza sem reconhecer e emprestar a ela o que de humano há no sujeito que a interroga. Em poucas palavras, o curso histórico do conhecimento geográfico, suas dualidades e inconsistências são um contínuo relutar com essa origem abandonada, esse esquecido desafio filosófico de síntese que ocupou a Geografia em sua gênese moderna em Humboldt.

Destacamos ainda que a reflexão de Humboldt oferece, pela medida de síntese, uma resposta científico-filosófica-artística para o problema da dualidade entre Geografia Física e Geografia Humana, bem como alenta a dupla relação necessária e aberta entre a subjetividade e a objetividade. Portanto, a despeito do nome que se atribua a esta ciência, ela é, por reduzir e pensar em termos de relações espaciais o conjunto dinâmico da realidade, sobretudo da natureza, em harmonia com as dimensões subjetivas e objetivas, uma construção geográfica.

Essa leitura encerra a idéia de que Humboldt é fundamental para a Geografia: a) pela estruturação de uma ciência com objeto, método e metodologias que atuam em conformidade e segundo um objetivo específico, ainda que, no caso de Humboldt, confluam para uma síntese filosófica; b) por mobilizar na nossa história científica esforços que produziram, mesmo que a partir de interpretações equivocadas, construções descritivas e busca por conexões causais; c) por apresentar-se ao saber geográfico contemporâneo com uma resposta de síntese para o problema da dualidade entre uma Geografia Física e uma Geografia Humana, bem como para a tarefa de confluir harmonicamente objetividade e subjetividade no corpo da atividade científica, indo, definitivamente, ao ponto central da necessidade contemporânea de se pensar em unidade e transcender os limites restritos das disciplinas formais.

5.3. A obra de Humboldt e a Geografia Contemporânea

Pontuamos algumas questões no primeiro capítulo, elas dizem respeito às dificuldades que envolvem a produção no campo da ciência geográfica. Como fizemos questão de destacar, estes

problemas, assentados na necessidade de uma nova visão integradora, não são estritamente geográficos, as ciências como um todo experimentam a dificuldade de lidar com as especializações e os entraves colocados no rumo do conhecimento. Por um lado, essa fragmentação foi e é importante no cumprimento de objetivos claros e pragmáticos, bem como para a ampliação de um corpo de informações como nunca antes imaginado. Por outro lado, o rumo da construção por esse contínuo fragmentar e analisar recobra o sentido filosófico na explicação geral dos fenômenos, na compreensão legítima dos processos que fogem aos limites disciplinares e às fronteiras sob as quais se entrincheiraram as ciências em seus interesses corporativos e institucionais. No reduto desta discussão se abrem as questões de um pensar interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar, procurando esclarecer e apontar caminhos de integração dos diferentes ramos e campos de pesquisa. A dificuldade central, aqui, reside no fato de que as ciências foram construídas a partir de sistemas e premissas filosóficas distintas. Quando se dá definitivamente, com o aporte filosófico da teoria kantiana, a separação entre ciência e filosofia, quando pode a atividade científica alçar seus vôos sem recorrer a todo instante ao inibidor processo de investigação filosófica, cumpri-se o passo derradeiro para o avanço de uma ciência que reencontra a filosofia só na adoção dos princípios e pressupostos, bem como para a validação do método e para o arranjo coerente da sua estrutura. Nesse sentido, a filosofia torna-se um cabedal de conceitos e estruturas escolhidos ao gosto do freguês, melhor dizendo, segundo o interesse analítico de cada ramo do saber científico. Não se busca a verdade, busca-se a produção de um conhecimento com validade restrita ao universo de premissas adotadas. Logo, quando se apresenta uma dificuldade qualquer no rumo do conhecimento, a tarefa de reinventar-se a partir do método torna-se um desafio cada vez mais difícil. As ciências, experimentando a limitação que, em verdade, é tão somente o resultado desse exaustivo aprofundar específico, clamam uma visão geral, uma articulação não construída, sobretudo porque a própria filosofia tornou-se ciência. Como não interessa à realidade o fato de estarmos ou não munidos para superar as dificuldades impostas à sua investigação, provamos do revés de nosso avanço, a limitação imposta por aquilo que nos fez outrora caminhar.

A Geografia prova desse desafio, na medida em que seu objeto lhe escapa, se estende e toma formas dinâmicas e que não podem mais circunscrever-se em recortes claros ou linhas de interpretações precisas. Mantida em seu interesse pragmático, por sua produção objetiva que atende aos órgãos estatais, aos sentidos gerais de um ramo político ou ao pensar e construir

enredados pelos interesses de mercado, subsiste a Geografia em seu sentido contemporâneo. As vias que lhe anunciam um novo dia, uma nova posição, cobram o interesse pragmático de que não podem restituir-se, na medida em que assentam na vala comum a opinião de que todo o conhecimento se produz nos limites de um recorte material constitutivo e submetido às regras de um princípio que toma como norte as condições que pretende superadas. As respostas dadas ao interesse restrito do saber geográfico e ao contínuo joguete político-institucional a que foi submetida em seu desenvolvimento histórico são todas limitadas pelo fato de não se romper em nenhum momento com a estrutura central de uma especialização do saber. Ao contrário, as respostas são sempre na direção de uma refundação da Geografia segundo essa roupagem surrada de uma ciência moderna. As discussões da Geografia se perdem no vazio de um interrogar epistemológico que não oferece repostas, porque travadas no desafio limitado de se adequar ao que serve a outra ciência qualquer, mas não a esta. Sem a preocupação institucional ou corporativa talvez possamos indagar de forma mais precisa e cumprir sem receios a questão geral colocada às ciências como um todo, o desafio de encontrar-se novamente com o saber filosófico. Não nos interessa uma fundação tardia num universo decadente e esgotado, cabe-nos encontrar os rumos de um saber geográfico que, assim como outrora, seja pioneiro na tarefa colocada ao conjunto geral das ciências.

Em Humboldt podemos encontrar algumas questões que suscitam debate e, mesmo, que ensejam algumas respostas. Em primeiro lugar, por não se preocupar em fundamentar um conhecimento geográfico, Humboldt o construiu de uma maneira inovadora e, ao seu período, eficiente. Aqui, no nosso contexto, cabe-nos pensar o mundo com o mesmo olhar desafiador e irrestrito, porque é só ele quem fornecerá as ferramentas e as reflexões que permitirão um estender de horizontes. Em segundo lugar, Humboldt articulou, como destacamos no curso de todo o trabalho, um múltiplo legado e, o que é mais difícil, de maneira coerente. A possibilidade de se agrupar os frutos de uma ciência racionalista com as contribuições de uma *Naturphilosophie* romântica, para qualquer conhecedor do tema, parece uma tarefa impossível, que, no entanto, restou frutífera pelas mãos de Humboldt. Aqui, ao nosso tempo, vale esta contribuição num cenário que anuncia a multi-trans-interdisciplinaridade, um cenário que evoca um permear do saber para além de suas fronteiras institucionais. É importante reconhecer uma contribuição fundamental de Humboldt, a que define como imprescindível os rumos de todo saber acumulado pelo humano. Nessa proposta de inspiração schellinguiana, encontramos o aviso

necessário de que, por mais que seja limitado e restritivo este universo de especializações, ele não deve ser abandonado, mas incorporado no rumo final de uma forma de saber mais apropriada. Isso é fundamental e talvez seja o ponto principal na forma com que Humboldt procura tratar sua ciência. Sem demora, devemos reconhecer que o que foi acumulado até aqui pela atividade do homem não pode ser esquecido ou lançado ao fogo como marca de um tempo descabido e desarticulado, ao contrário, deve aparecer à luz de uma nova postura diante do saber. Mais do que pelo conteúdo, o valor do trabalho de Humboldt está na forma, e mais do que na forma que ele empregou, está seu valor nas formas que pode ainda suscitar.

Parece claro e evidente que as considerações de Humboldt não podem ser trazidas sem qualquer conseqüência para o século XXI, igualmente, as construções filosóficas que permitiram seu reagrupar metodológico já passaram pelo crivo de duras investidas que, no mínimo, devem ser consideradas na tarefa colocada às ciências. Humboldt propôs uma integração de métodos que é difícil de ser mantida, sobretudo pelo curso de um saber moderno que condenou o transcendental ao verso de uma página empírica. Razão e sentimento como a contraposição entre um transcendente e um empírico já não estão na ordem do dia, não é esta a questão, ela foi reformulada sob a imagem de uma ligação do subjetivo com a objetividade, um pouco daquilo que denunciamos na defesa de uma forma diferente de se interrogar sobre a Geografia e de proceder metodologicamente. De todo modo, não se pode impunemente passar por cima de mais de um século de história do pensamento. Por este ponto inelutável, admitimos que talvez seja difícil ou mesmo impossível articular os diferentes legados científicos e as diferentes correntes filosóficas que fundamentam os interesses analíticos da Geografia. Aqui, coloca-se a necessidade primeira de um repensar filosófico, a construção ou adequação de um sistema que possa colocar sob o mesmo nível os diferentes ramos do saber e, enfim, falar em uma única voz ao corpo das ciências. Sem primazia, essa filosofia deve ser a um tempo Crítica, ou seja, não fundamentar dogmaticamente ou de maneira constitutiva princípios incontestes, mas tão somente admiti-los em seu caráter regulador, e, ao mesmo tempo, doutrinar, na medida em que as ciências precisam de uma base para articular seus princípios e assentar suas construções na perspectiva do conhecimento. Esse desafio filosófico é o desafio da própria Filosofia e nele reside a resposta para a dificuldade das ciências. De todo modo, cabe à Geografia repensar-se nessa busca por refundação, cabe colocar-se diante da necessária articulação do saber para além dos limites disciplinares.

Como apontamos no primeiro capítulo, o caminho que nos leva da Gênese da Geografia Moderna até a sua construção contemporânea indica que esta ciência nasce como um projeto de síntese científica-artística-filosófica e que reclama, com o conjunto das outras ciências, o desafio desse reagrupar abandonado, ainda que sob a imagem perseguida e criticada de uma ciência de síntese, nesse caso, de síntese filosófica.

5.4. Um sistema possível?

Apresentamos, num tempo em que a Filosofia cumpre metodicamente uma interpretação dos sistemas, um pretenso filosofar; tão ingênuo e impreciso quanto cabe a alguém de outra área. Mas, ainda por isso, pela incapacidade que arrisca criar, que ousa ser herege, talvez possa essa ingênua proposição algo acrescentar na difícil questão que nos é apresentada, enfim, esta de pensar um sistema filosófico a um tempo crítico e doutrinar; um sistema capaz de reagrupar os esforços que se acumularam pelas mais diferentes vias do pensamento. Neste final de capítulo não nos privamos de tal aventura, não nos furtamos ao desafio de, no meio do caminho, redefinir ou repensar com as ferramentas que nos são dispostas, com os artifícios que nos são colocados ao alcance das mãos. Não encontramos verdadeiramente outro método para a Geografia ou para as ciências, esta seria uma etapa seguinte ao que agora nos propomos, e, certamente, um desafio e uma pretensão até menor do que aquela que agora nos arriscamos. O que, enfim, pensamos aqui, tomando como referência ou ponto de diálogo as Críticas kantianas, é um sistema filosófico. Não significa dizer que reinterpretamos o trabalho de Kant ou descobrimos uma interpretação velada em seus escritos, muito menos que venhamos nos apresentar como um braço filosófico neokantiano, simplesmente significa que usamos como base para a exposição do sistema a obra Crítica de Kant, da qual, evidentemente, este sistema largamente se vale. Não estamos bem certos sobre a possibilidade de um novo método a partir dele, o que se tornará mais evidente quando encerrarmos essa pretensa exposição; advertimos, exposição tão ingênua que, nesse momento, não espera mais do que uma discussão que possa elucidar os pontos falhos e fazer intelectualmente crescer aqueles que a propõem.

A primeira e mais importante questão na exposição deste sistema diz respeito ao duplo empírico-transcendental. Vimos que Kant, na *Crítica da Razão Pura* (1999), atribui à intuição e ao entendimento tudo o que é dado como campo da experiência possível, logo, este é, nesse

momento da Crítica, o empírico. Transcendental é todo *a priori*, aquilo que não pode se submeter às regras impostas ao conteúdo dado da experiência, mas, pelo contrário, que é responsável por sua determinação. A mais interessante determinação para a nossa discussão é a da razão com relação a todo objeto apresentado na experiência; a presença de um incondicionado como guia de tudo o que nos é dado é a chave de uma razão agindo por uma finalidade livre das contingências e condições fenomênicas e que, portanto, nos autoriza a falar em liberdade e finalidade. Apontamos, neste último capítulo, como esta ligação do incondicionado com a razão é complicada ao nosso tempo, como são jogadas por terras importantes considerações kantianas pelo fato de, no curso do pensamento moderno, termos nos distanciado da visão de uma razão imutável, não sujeita a qualquer influência por parte de um empírico que assumiu modernamente formas constitutivas e um caráter material independente. O primeiro passo do sistema que pretendemos apresentar é, neste sentido, a retirada do incondicionado da razão.

Estamos certos, assim como parecia a Kant, que não pode ser pensada uma liberdade real sem que se admita um incondicionado, haja vista que a apresentação de uma materialidade independente numa ordem temporal só pode presumir uma determinação do precedente sobre o vindouro, por mais engenhosa que seja a lei atribuída a esta causalidade ou mesmo quando se fala numa causalidade não linear ou complexa. Isso se dá porque o tempo é aqui apresentado como condição de uma ligação que pode não ser linear, mas que é dada no quadro geral de uma determinação do que passou sobre o que virá, tudo isso reduzido a uma materialidade constitutiva, de onde podemos tirar que uma tese que se afaste do incondicionado, e que pressuponha as bases colocadas pela modernidade, não pode deixar de ser condicionada e, desse modo, distanciar-se em larga medida de uma liberdade efetiva. Mesmo que enfim essa causalidade possa até superficialmente apresentar-se indeterminada, sobretudo com relação às possibilidades cognocentes do sujeito, ou por mais que recorra a uma dupla determinação entre subjetividade e objetividade ela é, em verdade, sempre dependente de uma seqüência determinante imposta pela admissão inconteste de uma temporalidade ou uma dinâmica material que seja refém, nesse caso, de uma primazia original da materialidade. Disso tiramos a necessidade de se manter o incondicionado na admissão do ato livre, de uma liberdade que se apresenta em nossas ações.

Mas, mais do que isso, não podemos explicar de forma coerente e plena a própria constituição de nossos propósitos e a formação da cultura sem recorrer a este incondicionado.

Quando falamos no desenvolvimento cultural do homem consideramos evidentemente o papel de uma materialidade, um espaço, uma disposição tal que fundamenta uma dada forma de se manifestar e agir socialmente e, desse modo, construir suas crenças, seus valores, suas finalidades. Contudo, estas disposições não bastam à explicação, sobretudo do ponto de vista da sua gênese. Pensando, por exemplo, numa via importante de interpretação moderna para esta gênese, podemos encontrar dificuldades que nos remetem ao incondicionado proposto. Quando falamos na "função ontológica do trabalho", por exemplo, dizemos que o processo original de desenvolvimento da cultura se deu por casualidade, quando um de nossos primitivos ancestrais num atirar de pedras encontrou uma utilidade para a lasca que sobrou de sua ação desproposital, e/ou por teleologia, quando na antecipação de um fim, executou este ser primitivo um intermediário entre ele e sua necessidade no ambiente, enfim, trabalhou e produziu. Nem um problema aparente, em verdade, nada mais razoável do que aceitar que tal ação tenha a ver com a cultura e, mesmo, tenha engendrado uma contínua transformação pela produção técnica. Só que o que essa explicação não elucida é a busca de uma reformulação do intermediário quando enfim se sacia o instinto, ou seja, quando se cumpre a finalidade a que se dispôs a ação. Ora, o homem cria um intermediário entre sua necessidade e a satisfação dela na natureza, contudo, este projeto, por mais que explique a criação do artefato e a transformação do próprio agente, não pode oferecer resposta satisfatória ao fato de que a cultura se produz justamente na busca de uma reformulação deste intermediário para o mesmo fim. Os chimpanzés também podem modificar um galho para alcançar uma formiga num buraco ou coisa que o valha, mas, uma vez assistido seus instintos, não repensam ou redefinem formas mais apropriadas para que este intermediário satisfaça o mesmo fim. A explicação plausível para a modificação do intermediário quando se manifesta ainda o mesmo fim e a possibilidade de assisti-lo com o recurso já existente é a busca própria do homem de uma finalidade, de uma perfeição que se esconde em toda a sua atividade criadora.

A busca da perfeição, esse fim inatingível no mundo é a única resposta possível para a produção da cultura em sua gênese, é a chave mesmo para se entender uma série de outros fenômenos. O incondicionado é este fim, este princípio no homem, é o que o dispõe como livre agente, que o permite criar, que o lança na busca de uma finalidade. Se nos indagarmos um instante, perceberemos que a própria indagação daí resulta. Por que o homem pergunta "por quê"? Porque ele quer uma resposta, é isso que o move; ele procura a todo o momento aquiescer essa finalidade com uma explicação definitiva, uma resposta última às coisas que se lhe

apresentam, na verdade, ele não pode viver sem elas. As religiões têm sua origem aí, o fato de todas as civilizações apresentarem uma concepção teológica, a visão de um ou vários deuses é a maneira que encontra cada sociedade, em seus limites, de responder definitivamente o que de outra forma não podem explicar. Por que chove? Por que pega fogo na floresta? Por que o inverno levou toda a nossa lavoura? Por que os animais e as plantas estão todos a míngua diante da seca? Não encontrando qualquer resposta que lhe caiba melhor, admite um ou vários deuses. É uma explicação definitiva sem a qual não podemos ficar, porque é parte de nós sua busca. Mesmo hoje, as explicações científicas para todas aquelas perguntas anteriores são também uma maneira de definitivamente responder ao que não nos pode fugir ao "por quê". Nossos sistemas filosóficos também são a representação disso, e a manifestação do projeto Crítico, por exemplo, é a resposta definitiva de que não podemos saber nada além do que nos é dado dentro de certos limites, enfim, é também algo de definitivo. Mesmo a dialética que pressupõe serem estágios as afirmações e as negações e nada de realmente absoluto pode disso restar, é uma resposta absoluta, a explicação definitiva de como se comporta o mundo e suas criaturas à determinação inviolável de uma lei dialética que não pretende determinações. Não há como a razão viver sem esta finalidade, e não pode ser coerentemente explicada em seu presente e em seu desenvolvimento sem, segundo acreditamos, recorrer ao incondicionado.

Mas não podemos deixar de reconhecer os limites da proposta de Kant, realmente a admissão de uma razão imutável é contestada pelos fatos, pela apresentação que nos foi dada conhecer ao longo de toda a modernidade e pelo desenvolvimento das ciências, contribuições que certamente não podem ser jogadas fora e que não podem ser ignoradas como quimeras loucas de uma epistême geral ineficiente. Mas o que fazer? A resposta nos parece simples e tão ingênua quanto óbvia: a retirada do incondicionado da razão. O que significa retirar o incondicionado da razão? Significa criar um terceiro termo na dualidade ideal-real que ocupou a filosofia em toda a sua história. Isto representa a incorporação de todo o legado disposto de um lado e de outro. Mas como se opera a criação dessa tríade? A resposta não é tão original quanto parece, a criação de uma tríade a partir do problema kantiano é algo que Schelling já faz na *Naturphilosophie*; só que, nesse caso, não se retira o incondicionado da razão, mas admite-se a comunhão do eu puro da razão com a idealidade da natureza na visão de uma síntese no Absoluto. Mesmo a dialética se fia no mesmo propósito, apresentando um jogo dialético entre todo e partes da qual resulta uma síntese, ou entre objetividade e subjetividade. O novo no sistema que aqui propomos é justamente

o deslocamento do incondicionado da razão, ele seria não-racional e não tem nada que ver com a idealidade da natureza schellinguiana. Aqui efetivamente se ratifica um meio-termo na dualidade ideal-real. Mas não constitui isso um equívoco? Não se articulou uma série de argumentos que apontam a necessidade do incondicionado e todos eles ligadas à razão? É verdade, mas pelo incondicionado ser considerado não-racional não significa que ele não atue ou mesmo produza a razão. A razão aqui é um fenômeno resultante de uma união entre o incondicionado não-racional e a materialidade. A razão não é nada em si, não é imutável como queria Kant, muito pelo contrário, ela é um fenômeno que só encontra sua condição em duas fontes não racionais, o incondicionado não-racional e a materialidade. Mas antes de entrarmos na explicação dessa razão, na possibilidade dessa ligação entre o incondicionado não-racional e a materialidade, temos que apresentar como foi possível admitir outro campo como a materialidade, na verdade um todo atemporal da materialidade, indo mesmo em busca de um transcendental dela sem recorrer à razão ou ao incondicionado não-racional. As Críticas kantianas serão nessa exposição também valiosas.

Vimos que na Primeira Crítica (CRP) a materialidade não é mais do que fenômeno, não constitui nada *em si*; que suas regras não são nada além do que submete a ela nosso entendimento e que sua finalidade não vai além da apontada por nossa razão. Vimos também que essa noção de materialidade se redefine e deixa de emprestar sua finalidade da razão para apresentar uma teleologia própria. O organismo, como imagem–esquema de uma finalidade que não pode ser dada por nenhum *a priori*, mas que admite uma causalidade final pela relação não-linear todo-partes, é a chave de uma necessária independência dada à natureza, ainda que não possa figurar como *coisa em si*, haja vista a manutenção dos limites impostos à sua apreensão. Acontece na nossa proposta algo muito parecido. Admite-se sim uma finalidade na apresentação da natureza e que esta não tem nada que ver com o incondicionado da razão que, portanto, também nada tem a ver com o incondicionado não-racional. Ou seja, caminhamos até este ponto em conjunto com as filosofias da modernidade e com o próprio Kant. A finalidade da natureza é dada também na admissão de um princípio regulador que, como em Kant, está relacionado com o todo. Aqui o que se altera de forma definitiva é o papel relegado a essa finalidade, ela deixa de ser algo efetivo para também se tornar um fenômeno, mas que, lembramos, é independente neste sentido da razão e do incondicionado não-racional que lhe subjaz, logo, também não é uma idealidade da natureza como em Schelling.

A perspectiva de tempo é aqui fundamental, melhor dizendo, de alteração ou mudança. Vimos que a proposta kantiana admite, na adoção de uma finalidade da natureza, uma temporalidade que não é dada na *Estética Transcendental* (KANT, 1999), ou seja, coloca-se uma dinâmica e uma alteração independente da estrutura intuitiva do sujeito. Ora, o que fazemos é justamente negar esta passagem complicada e que está na própria raiz da modernidade. O tempo ou a alternância pelas bases materiais é algo imprescindível na epistême moderna e Kant já o anuncia na sua última Crítica (CFJ). O tempo, a mudança, apresenta-se em nosso sistema como fenômeno, não é mais do que algo que se manifesta no interior de uma totalidade não-mutável. O todo da natureza seria um todo atemporal, a submissão ao tempo é um fenômeno interior ao todo que considera uma dinâmica onde não há, onde só existe o que sempre é. Mas haverão de perguntar, como se pode então pensar uma finalidade num todo como esse? É simples, o todo, a existência acabada percebida temporalmente, invariavelmente apresenta uma ordenação final, tudo parece ter um sentido, uma ligação, porque tudo é. O projeto final que pensamos existir é a existência já acabada de um todo atemporal que percebemos temporalmente. O tempo não é mais do que um fenômeno interno ao todo atemporal que tem nessa manifestação temporal parte de sua existência nunca mutável. Isso explicaria muita coisa. De onde viemos? Para onde vamos? Todas perguntas vãs porque sempre fomos, porque sempre somos. Não é necessário aqui uma fonte originária, um demiurgo, somos o que somos, vamos para onde vamos porque tudo é o que é. É certo que esta resposta parece não oferecer muitos horizontes para um saber científico ou para qualquer iniciativa racional que se disponha uma explicação, enfim, ela parece não oferecer muitas esperanças ao desafio de encontrar um legítimo nexo causal na construção de uma ordenação racional para o mundo. Voltaremos a este assunto, agora devemos entender como se opera o jogo da tríade e como a razão e o pensamento se enquadram nesse duplo em si.

Antes de tudo é preciso dizer que a tanto o incondicionado não-racional como o todo atemporal da materialidade não são de nenhuma forma tomados numa perspectiva constitutiva, são aludidos aqui, isto sim, como princípios reguladores. Significa dizer que por não nos aventuramos a falar sobre sua condição real ou coisa que o valha, nos livramos de todo caminho que conduz ao dogmatismo, sem, no entanto, nos privar do caráter doutrinal de uma apresentação sistemática.

O incondicionado não-racional existe, ainda que como princípio, é o que determina o exame do que nos é dado conhecer numa perspectiva temporal e cujo conteúdo não pode ser

considerado fantasioso, ainda que fenomênico. Ora, se explicamos a finalidade da natureza pelo todo atemporal, por que haveríamos de admitir um incondicionado não-racional? Não seria um todo acabado suficiente para estabelecer qualquer fim? Não é tão simples assim. Para explicar o humano, seus sentidos, sua finalidade, sua cultura, temos que recorrer ao incondicionado, sem o que seria impossível reconhecer uma diferença da disposição de seus fins como nos oferece toda a experiência possível. A finalidade interna encontrada nessa perspectiva fenomenal do tempo é distinta para o homem e para a natureza, daí a necessidade do incondiconado não-racional; e, embora distintas, se integram num sentido único.

Como é possível, nos perguntamos ainda, a ligação entre o incondicionado não-racional e o todo atemporal da natureza? Como cabe as nossas respostas, uma também óbvia, porque estão ligados. Como dissemos, o tempo é considerado um fenômeno, pelo que a totalidade é um todo, um Absoluto em que o incondicionado não-racional e o todo atemporal da natureza estão interconectados desde sempre, na verdade a separação deles é só um esforço nosso para expor analiticamente o que de fato não pode ser plenamente exposto.

O Absoluto, por sua vez, é, como não poderia deixar de ser, também tomado como atemporal e acabado, ainda que nele admitamos um tempo como fenômeno. Mas façamos um esforço e pensemos na perspectiva do tempo, a única que nos é dada realmente pensar alguma coisa. Nessa perspectiva, a ligação entre o incondicionado não-racional e o todo atemporal da natureza se dá no momento do aparecimento do homem na natureza. Mas, aquela que é uma advertência de Schelling (2001) em seus primeiros trabalhos: "... como é que as vossas representações concordam com coisas externas...", deve ser aqui considerada. Ora, temos claro que, na nossa proposta, o que se opõe não é mais representação e existência, a própria representação surge da sua unidade, de modo que só pode ser concebida através dessa ligação. Em igual medida, não há nada de exterior e interior, apenas uma medida finita que, enquanto fenômeno, se reconhece como diferente ao circundante, que atribui internalidade e externalidade ao que é de fato uno, Absoluto. Pensando ainda nessa perspectiva de um fenômeno finito temporal na infinitude atemporal, o homem seria resultado de uma finalidade da natureza que, por seu desenvolvimento, promove no seu seio um ser que é a porta de entrada, a conexão para outro *em si*. Isso parece mirabolante e miraculoso na perspectiva do tempo, mas se compreendermos que tudo é, isso sempre foi, e a medida de tudo quanto se realiza no mundo é uma necessidade, pelo que esse encontro que parece fortuito é a própria condição do que

fervorosamente nos esforçamos aqui por explicar. O homem é, portanto, um ser que partilha dessa capacidade fenomênica de conceber uma temporalidade e que encontra na medida de seu corpo, na estrutura que lhe foi dada, uma conexão e execução com os outros elementos presentes numa materialidade; um ser que é a harmonia precisa entre um cérebro sofisticado, complexo o suficiente para construir representações, armazenar informações, reproduzir sob variadas formas o que lhe é dado, e o incondicionado que o lança na busca por uma perfeição que se liga de alguma maneira com todas as coisas que estão com ele conectadas. Não se trata aqui de uma dualidade alma – corpo, espírito e matéria, porque a unidade absoluta é que, na perspectiva fenomênica da finitude, coloca uma oposição qualquer entre o simplesmente existente. E, mesmo que se adentre na perspectiva finita e temporal fenomênica, não subsiste uma oposição entre espírito e matéria, não numa medida racional e irracional, já que, na medida do tempo, a razão não é mais do que um resultado, uma também manifestação fenomênica entre um princípio não-racional e igualmente outro princípio, que, no rumo da explicação admitimos diferente ou separado, mas que também é não-racional. Nessa medida, a razão é um fenômeno, não uma ilusão, porque é formado pela ligação dos princípios reguladores, mas também não é nenhum dos dois e tampouco a soma deles, é apenas a apresentação dessa conexão.

Devemos ter claro que, nessa proposta, o *a priori* da intuição e do entendimento que são dados na filosofia kantiana em seu caráter hiperfísico deixam de sê-lo; são, assim, parte dessa sofisticada estrutura fornecida pela natureza. Não significa dizer que se finda os *a priori*, ao contrário, eles continuam na medida em que são realmente a condição pela qual percebemos e pensamos o que nos é dado como experiência e mesmo na definição desse campo; não obstante, eles são dados por uma natureza que, embora não possa ser definida em si, já que é sempre dada nos limites desse *a priori*, é regulada por um princípio próprio e, dessa forma, não empresta do incondicionado do sujeito o seu caráter *a priori*. Ora, se, por exemplo, levar um homem uma paulada na cabeça, comprometendo-se assim seu cérebro ou mesmo um nervo importante, terá sua percepção espaço-temporal prejudicada, até mesmo a possibilidade de ordenar logicamente o que se lhe apresenta poderá ter prejuízo. Disso conclui-se que estas são sim condições de toda a experiência possível, que não podemos realmente conhecê-las, nem a qualquer outra coisa, a não ser pelos limites que elas mesmas impõem, contudo, que também não podemos atribuí-las a um sujeito transcendental. O fato de reconhecermos intuição e entendimento como *a priori* e coerentemente mantê-los numa esfera independente do sujeito transcendental, permite a

consideração de um legado colocado por toda a história do pensamento humano, seja por uma via idealista, seja por uma via materialista.

O único elemento, enfim, que permite pensar o sujeito como transcendental é o incondicionado que guia a finalidade da razão, que como vimos é aqui mantido como incondicionado não-racional. Ao se abandonar as idéias kantianas do incondicionado da razão, quando se verifica a falha evidente na admissão dos *a priori* da intuição e do entendimento ligados ao transcendental do sujeito, perde-se uma importante contribuição, ou mesmo a única possibilidade de reconhecer o homem em sua produção cultural e existência no mundo, bem saber, abre-se mão da presença necessária do incondicionado não-racional. O que pretendemos aqui é justamente manter o que de importante se apresenta nessa proposta, corrigindo filosoficamente os limites de uma explicação construída sob um contexto material e intelectual distinto.

Assim, quando falamos em história humana, aqui incluída também a pré-história, estamos falando da ligação primeira de um homem que é parte do mundo e que ao mesmo tempo não é. É isso que permite seu estranhamento, é isso mesmo que o lança na busca por uma dominação sobre a natureza: a caça contínua de um fim onde este não está. O momento em que surge, em que se dá essa ligação primeira, homem e natureza se aliam, são uma mesma coisa; é a cultura, a civilização que realmente rompe essa harmonia, como bem definira a idéia de bom selvagem de Rousseau. Contudo, não passa de uma visão limitada, ou mesmo equivocada, na medida em que não pode o homem de outra maneira se manifestar e, ainda, porque é no seio da sua vida em sociedade, no curso da sua produção cultural, que pode o homem voltar-se para sua própria condição e nela descobrir esse fim que lhe aquiesce. É fato, portanto, que quando se pronuncia o incondicionado, quando se manifesta a busca pela perfeição, corrompe-se a união que todo ser estabelece com o mundo. O fim do humano é o fim em sociedade, caminham seus esforços como o acúmulo na busca desse perfeito, do invariável, da resposta última; lança-se a razão na busca do seu próprio fim, justamente porque ela é este choque, a chegada à resposta última é o seu fim anunciado. A razão é busca do incondicionado não-racional na natureza, onde obviamente ele não está. A transformação do mundo, o legado cultural, tecnológico, científico, tudo se relaciona a este universal, à regra mínima, ao elemento primeiro, à finalidade última. Não compreendemos, no entanto, que a resposta última é o fim da nossa razão; é a manifestação pura e simples de um incondicionado que não é mais razão, é "não-racional". Chegaremos por este termo ao fim do

intelecto, ao "é" pleno, a resposta definitiva para a qual nos lança toda a interrogação; na medida desse "é", somos, não mais pensamos. Mas enquanto nos cabe existir no mundo, há choque, enquanto há choque há razão, e enquanto há tudo isso há cultura, há mudança e um contínuo realimentar. Mas será que existe alguma forma de manifestar-se o incondicionado não-racional em sua relação com a o todo atemporal da materialidade sem ser pela razão? A resposta afirmativa é o que nos permite pensar que o domínio racional não é o único possível nessa busca pela perfeição, na odisséia humana pelo estabelecimento de uma realização plena.

Aqui será importante também uma passagem da Terceira Crítica (CFJ), aquela que trata dos juízos reflexivos estéticos. Os juízos estéticos são desinteressados, estão, na visão de Kant, distantes da razão e se apresentam num livre jogo entre a imaginação e o entendimento, não na medida em que estabelece regras, mas na perspectiva intuitiva. Estes juízos aludem, contudo, a alguma finalidade que estaria longe da razão e que seria associada ao fim último da natureza. Entendemos que há outra possibilidade para pensar os juízos estéticos. Podemos considerá-los sim como meio entre o sujeito (incondicionado não-racional) e a natureza, nisso não há equívoco, só que eles não são reflexivos, são determinantes. Isso nos é possível porque o nosso incondicionado não está na razão e, dessa forma, podemos atribuir um *a priori* determinante sem que este se confunda com a razão; é inclusive uma forma de superar uma certa dificuldade ao se ligar a estética a uma finalidade e mesmo ao que é bom, como bem percebeu Schiller. Ora, assim como a razão, o "sentimento estético" é um meio termo; sua fonte é o incondicionado não-racional em contato com um objeto dado na experiência, ou seja, na ligação com o todo atemporal da materialidade. Podemos, por esse raciocínio, considerar a apreciação do belo, o sentimento estético, como uma forma de manifestação do incondicionado no mundo e, portanto, sua ligação com o que é bom, com a perfeição. Abre-se então um novo caminho. Reconhecendo que o incondicionado manifesta-se neste sentimento estético primeiro e, assim como Kant, unindo-o à visão de uma moral incondicionada, ao que é bom plenamente, podemos estabelecer outro caminho para nossas práticas e nossa vida em sociedade; uma postura que, se de fato constitui outro caminho, já terá sido dado ou percorrido, mas que nos conforta saber que se abre na nossa limitada perspectiva temporal para uma esperança de enfim realizarmos o que não podemos deixar de buscar, ainda que certamente isto se associe ao nosso fim, na verdade um fim e uma busca que não pode ter fim, pelo que sempre é .

Uma passagem de Rousseau (s.d.) nos parece uma boa representação desse incondicionado

no mundo longe de uma via racional; dela nos apropriamos:

> "... se há um estado em que a alma encontra apoio bastante firme para repousar, para reunir todo o seu ser, sem ser preciso invocar o passado nem se projetar sobre o futuro, onde o tempo nada é e onde o presente dura sempre, sem marcar a sua duração, sem nenhum traço de continuidade, sem nenhum outro sentimento de dor, de desejo ou receio, esse sentimento é o da nossa existência, da nossa plena existência. Unicamente este sentimento pode preenchê-la completamente. Enquanto esse estado dura, quem nele se encontra pode chamar-se feliz, não uma felicidade imperfeita, pobre e relativa, como a que se encontra nos prazeres da vida, mas uma felicidade suficiente, perfeita e integral que não deixa na alma nenhum vazio que ela sinta necessidade de preencher...
> ... Mas a maioria dos homens agitada por paixões contínuas conhece pouco este estado. Sentindo-o apenas de modo imperfeito, em escassos momentos, deles conserva uma obscura e confusa idéia que não lhe permite sentir o encanto." (p. 181-182)

Mas como pode ainda esse incondicionado dizer respeito ao bom, ao ato moral se o que determina essa ligação em Kant é justamente a razão? O sentido é mantido de uma forma um pouco diferente. Este incondicionado não-racional é uma só coisa, pelo que ainda que sejam muitos os homens, o princípio regulador é uno e universal. Isso nos indica que há, tolerando-se evidentemente o papel que as formas materiais empregam na razão e no "sentimento", enfim, na constituição do homem, uma unidade do humano. Mais do que um exame pela razão, o ato moral estaria ligado ao reconhecimento de si no outro, do elemento que é comum a todos e que nos liga de forma definitiva. Num tempo em que se fala em respeitar e tolerar a diferença, devemos falar do que nos une, do que nos faz homens e diferentes de tudo o mais. O cosmopolitismo que sonha Kant seria aqui a forma de reencontrar em sociedade a perfeição estabelecida em nosso incondicionado. O casamento deste incondicionado não-racional com uma representação material que se-lhe aproxime é tudo quanto constitui o fim em sociedade do homem.

Isso tudo é tomado na perspectiva do tempo, para lá dele somente podemos considerar verdadeiramente que tudo é. Todos os nossos esforços, a busca pelas respostas, o desafio intelectual, os avanços e retrocessos, tudo caminhos necessários porque já prontos. Na verdade, o que nos ensina essa visão é que nem sequer são caminhos, por que caminho e seu percorrimento é só a dimensão espaço-temporal pela qual podemos ensejar uma explicação, inclusive essa. Não nos resta uma apatia covarde e mesmo conveniente na resignação de que tudo é o que é, de que tudo é necessário, de que tudo está pronto, porque na perspectiva do tempo nos anima um

impulso que não pode parar, que não encontra nada que vista o número certo de nossos anseios. Infeliz nessa condição do tempo, busca o homem uma felicidade que não pode nunca ser plena. No Cosmos que encerra esse todo atemporal, essa unidade essencial entre os princípios reguladores, tudo é, e por isso, tudo na perspectiva do tempo se vale de sentido.

Falta à apresentação deste sistema um espaço próprio para que as idéias a seu respeito sejam expostas de maneira mais clara, num refletir minucioso que exige tamanha pretensão. Falta também a ramificação dessa exposição geral numa lógica, numa ética, numa cosmologia, numa política, numa estética, enfim, em explicações individualizas de partes fundamentais de um sistema coerente. Entende-se que inserir este pensamento é não calar diante de algo que se apresenta de forma incomoda, e que, dentro dos limites que nos cabe nessa tentativa, não pode ser superado. Se, de fato, tem isso haver com aquilo que nos cabe enquanto homens e com o que nos reserva a possibilidade de compreender o que quer que seja, que se manifeste aqui a sua necessidade, afinal, tudo seria desse modo entendido. Se no sentimento universal do belo, no que é bom plenamente pode se abrir um caminho para o homem diferente do disposto pelas vias da razão, que possamos então extrapolar o pensamento até o seu fim anunciado.

Em verdade desejando mais contribuição do que contribuir, visa esta exposição a colocação de uma discussão importante sobre um necessário repensar filosófico, não só para a Geografia ou para as ciências em geral, mas para a tarefa de caminhar no rumo do conhecimento; tarefa que renovamos constantemente no curso da história do pensamento.

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos conceitualmente a constituição de uma Geografia Moderna em Alexander Humboldt; apontamos inúmeros legados e concepções importantes no rumo interpretativo do autor e no remontar destas múltiplas influências apresentamos a construção de um projeto inovador de ciência. Espaço, natureza e morfologia confluem no conhecimento geográfico um amplo campo filosófico, aproximam as contribuições do projeto crítico kantiano com a produção de um saber e representar românticos.

De maneira objetiva:

a) Apresentamos o papel do espaço *a priori* da *Crítica da Razão Pura* de Kant (1999) na definição do campo da experiência como único domínio válido para as ciências;
b) Também com relação a Kant, apontamos seu papel estruturante na fundamentação filosófica das ciências da natureza, no momento em que articula uma explicação coerente para a tomada causal dos fenômenos, ainda que numa perspectiva mecânica e ligada ao transcendental do sujeito;
c) Explicamos o por quê da concepção de espaço da primeira Crítica (CRP) estar relacionada com a construção de uma leitura geográfica para o empírico, na medida em que liga a perspectiva categorial da intuição de espaço *a priori* em Kant com a descrição do que se apresenta no conteúdo dos fenômenos, enfim, esclarecemos como em Kant a descrição não está dissociada da análise causal;
d) Destacamos como o conceito de natureza a partir dos conceitos de protótipo e protofenômeno de Goethe são importantes na construção humboldtiana, tendo em vista que o ideal se dispõe na transformação da natureza pela medida da forma sintetizadora (morfologia)
e) Igualmente, apontamos que esta valorização da forma esteve vinculada ao papel que ela assume na *Crítica da Faculdade de Julgar* de Kant (1995) e ao papel que representa na concepção estética e na tomada intuitiva da cena.
f) Salientamos a filosofia de Schelling a partir de uma natureza em processo de formação contínua, numa perspectiva dialética que aproxima orgânico e inorgânico, espírito e natureza, pela idealidade, a força vital humboldtiana;

g) Colocamos ainda aqui o papel da arte em Humboldt, como medida de integração, como síntese do Absoluto pelas vias que aproximam intuição intelectual e intuição estética na figura do gênio, é baseada na filosofia de Schelling;
h) Mostramos esta arte romântica na pintura artística, na representação da cena que pretende capturar aquele sentido maior da forma em Goethe, nesse caso o conjunto das formas (morfologia), além de revelar o elemento reflexivo da linguagem proso-poética como caminho para captar a intuição numa perspectiva de desdobramento, justamente o fundamento da linguagem nos *Quadros da Natureza* de Humboldt (1952; 1953);
i) Explicamos, também, como o conceito de espaço assume nova dimensão com a *Crítica da Faculdade de Julga*r (1995) kantiana, haja vista a função sistemática colocada com a admissão dos juízos reflexivos teleológicos na apresentação de uma finalidade independente da razão para a natureza;
j) Indicamos um caminho de aproximação metodológica em Humboldt das disposições de uma ciência racionalista, suas metodologias de aferição numérica, sua distribuição regular, com o sentido final de uma natureza tomada teleologicamente, sintetizada na forma, integrando orgânico e inorgânico e se produzindo numa relação indissociável com o espírito;
k) Relacionamos a concepção de homem schilleriana com a possibilidade de um reagrupamento coerente em Humboldt dos domínios da razão e da sensibilidade;
l) Pela análise dos conceitos de espaço, natureza e morfologia, compreendemos a Gênese da Geografia Moderna em Humboldt como uma atividade sintetizadora de legados teóricos, bem como de elementos da natureza no plano da empiricidade e, o que é importante, como uma apresentação teleológica da natureza no plano terrestre pela medida harmônica e pelo papel ativo do espírito.
m) Por último, ensejamos reflexões sobre o papel que essa origem diferenciada da Geografia em Humboldt assume, ou pode assumir, na construção de uma Geografia Contemporânea e no enfrentamento de algumas de suas questões epistemológicas mais polêmicas.

Quando em Kant se define o espaço como transcendente, esta intuição pura pela qual se apresenta todo objeto possível da experiência, quando, enfim, este transcendental do sujeito identifica o campo dos fenômenos e com ele o cenário de toda construção científica, podem em legitimidade ampliar-se as ciências da natureza. Desenvolvidas e formuladas desde o

Renascimento, as ciências da natureza encontram em Kant, na fundamentação filosófica dos princípios válidos para todo conhecimento, a base que necessitam para se ampliarem em irrestrita reprodução. Distantes do interrogar estruturante, da tarefa sempre difícil de discutir e rediscutir a validação de seus domínios, as ciências podem avançar no universo restrito de seus recortes objetivos e na função pragmática que estabelecem dentro dos seus limites disciplinares. Estruturadas, legitimadas não só a partir de um espaço transcendental, mas também de uma lógica *a priori*, as ciências consolidam um domínio apropriado e, mais do que isso, articulam, no plano da empiricidade, a ligação causal que já não é um artifício das coisas, mas antes, do próprio sujeito que só por essa medida pode tomar os fenômenos.

Esta estruturação é um dos legados que procuramos destacar, é o primeiro passo de uma construção científica em Humboldt. Legitimado o campo dos fenômenos, a experiência como o domínio válido para a ciência da natureza, Humboldt se entrega a ela, a este empírico no qual se edifica toda a possibilidade de conhecimento com validade objetiva. Seus estudos detalhados, o debruçar-se minucioso sob elementos específicos, o recolher de informações, a redução a estruturas matemáticas, tudo encontra valor nessa legitimação, acrescida, evidentemente, pelo legado anterior de uma ciência indutiva com bases matemáticas.

Este valor do empírico, a tomada de uma natureza dessacralizada em Bacon, permite a Humboldt anunciar um método indutivo em seus trabalhos, permite debruçar-se sobre os fenômenos com a medida do experimentador, daquele que faz aferições e as reduz ao campo comum da ordem, da universalidade sob a medida dos axiomas e das leis causais. Esse saber estabilizado e fundamentado na filosofia de Kant está presente em Alexander Humboldt, afinal, ele não é um fantasma romântico desprendido dos avanços científicos de um saber racionalista; empreende técnicas deste domínio, formula experimentos, arquiteta projeções numéricas, tudo o que, em larga medida, se coloca como ferramental metodológico no campo das ciências da natureza até então constituídas. O embaraço na análise começa aqui, nesse inegável papel racionalista em Humboldt, porque embora ele apreenda tudo isso, não pode ser resumido a estes termos; não encerra sua formulação científica neste domínio geral das ciências da natureza. Outra voz fala-lhe ao ouvido, a de um romantismo construído sob o simbólico, sob o valor da sensibilidade, da perspectiva intuitiva na construção do conhecimento e, sobretudo, a voz da arte, do alvorecer da natureza pelo espírito humano. A tarefa simples de explicar um Humboldt atrelado aos modelos colocados para a ciência da natureza se esvai, resta em seu lugar a difícil

compreensão de um método irreproduzível e, mesmo, contestavelmente explicado. Aqui, nesse desarranjo metodológico impera a força de um romantismo que toma formas científicas, que, a despeito do que se presume seja o bom senso na construção científica, se vale de tudo quanto parece relevante no projeto maior de conhecer.

Aquela experiência que aludimos como campo comum de investigação para as ciências da natureza é para Humboldt colocada de uma maneira diferente, explicada e entendida pelos rumos de uma visão geral de natureza ligada à *Naturphilosophie* dos românticos. O primeiro passo, o ponto inicial de ruptura é a admissão de uma visão organicista, para além das disposições mecânicas sustentadas nos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (KANT, 1990). Até aqui, nenhuma dificuldade maior, afinal, as ciências da natureza também se enveredam neste novo arranjo, no reconhecimento inevitável de uma natureza regulada segundo a fins e que distante está da restrita concepção de uma linearidade causal. Doravante estes avanços já se coloquem na ordem do dia e sejam incorporados pelas ciências racionalistas no exame da natureza, a sua consideração por Humboldt é diferenciada; é já o penetrar no seu espírito de um romantismo que lhe conduz no trato da natureza. A visão de organismo em Humboldt consagra a idéia de que tudo está em plena relação, numa busca ininterrupta por harmonizar-se na forma. Síntese, essa forma é a forma herdada da estética kantiana da terceira Crítica (CFJ); é a medida de uma ligação universal no particular, assim como em Goethe; enfim, é o anuncio de um papel importante da morfologia como caminho para a compreensão da harmonia cósmica.

A metamorfose, a atividade do mundo no plano do ser orgânico, é a representação de uma concepção goethiana de protótipo e protofenômeno, o elemento ideal na variação e dinâmica da natureza. O modelo universal é a medida dos tipos dinâmicos, aquilo que lança Humboldt no seu desafio comparativo, em última instância, o que permite o agrupar de determinados grupos sob o mesmo domínio. O ideal do protofenômeno é a atividade no finito pela ligação com o infinito, o desdobrar-se fenomênico de uma dinâmica ininterrupta. Humboldt articula essa visão na análise da vegetação, no estudo não só da dinâmica imposta às formas que a vegetação assume em diferentes partes do globo, mas de como ela se conecta com tudo quanto existe no Cosmos. Igualmente, ela é tomada na universalidade da forma, na visão de um modelo que permite incorporar as variações sob uma mesma ordenação. Por esse caminho, já é a vegetação reconhecida na captura conjunta da forma, na síntese que apreende quando sob a mirada de um pretenso conhecedor de sua dinâmica. Neste ponto, a perspectiva intuitiva se torna importante,

ela permite o reagrupar sintético sob o campo imediato da visão. Capturar a síntese pela paisagem, pela visão integrada da forma (morfologia), é uma tarefa que não se pode cobrar dos domínios racionais instituídos. Para além da estruturação seqüencial lógica de uma razão determinante, exige-se aqui o olhar integrador, capaz de reduzir numa só imagem, numa disposição no instante a figura de todo o movimento. Conhecer por esse caminho é mais do que fragmentar e dispor em ordem, é perceber já a ordem acabada no momento da contemplação. Essa consideração remete Humboldt ao papel da intuição nos românticos, uma influência que também tem sua raiz em Kant (1995), na apresentação de uma perspectiva intuitiva do conhecimento na *Crítica da Faculdade de Julgar*, tomada e retrabalhada por Fichte e incorporada de maneira diversa pelo movimento romântico alemão.

Esta medida de intuição, por sua vez, lança a natureza numa nova dimensão, já não é um campo objetivo simplesmente, está em integração com o homem, com a subjetividade. Quando de encontro com a natureza, já não é uma coisa distante que se observa, mas a sua medida para o observador que, não sendo somente observador, atua na construção dessa natureza apreendida. O que falta à cena completa a imaginação, o espírito que tem existido desde sua origem em relação indissociável com a atividade do mundo. Aqui entra em jogo a concepção de Schelling de uma ligação sintética entre o espírito e a natureza. A natureza, considerada em sua idealidade, na ligação elementar com a atividade do espírito, compreende a intuição como momento de unificação sintética da realidade. O homem é a natureza no seu processo de transformação dialética; é a tomada de consciência da natureza no seu sentido final de síntese no Absoluto. Conhecer já não é analisar uma natureza distante, posta friamente no ponto impassível de uma neutralidade, é, isto sim, o envolver-se com o que passa a observar, a postura ativa-passiva que permite ao espírito reunir, para além dos liames formais, a síntese que define o Cosmos.

Desmedida, essa intuição intelectual não pode, igualmente, apresentar-se plenamente pelas vias formais, exige e busca novas formas de representação que, valendo-se do estético, consagram na bela forma, na arte genial, o que de outra maneira não pode exprimir-se. Seja pela pintura fidedigna da forma em seu conjunto que procura captar o ideal ordenador de síntese, seja na representação proso-poética da linguagem sob os fundamentos reflexivos de desdobramento no instante, o elemento artístico tem seu valor no projeto científico de Alexander Humboldt na medida em que se pretende conhecer a natureza e o Cosmos em sua plenitude dinâmica e na relação indissociável com o espírito.

Aquela aparente dificuldade inicial, a de uma ligação entre as ciências racionalistas com o saber romântico parece aquietar-se, pode já ser minimamente compreendida sem maior espanto. Ora, se o espírito é incorporado na atividade final da natureza rumo à síntese no Absoluto, então, o que se construiu pela medida do intelecto, o que é fruto desse processo histórico de síntese, não pode ser abandonado, deixado à margem no sentido maior de elevação. As enormes contribuições das ciências racionalistas do século XIX, sobretudo da química e da biologia, não devem ser esquecidas por se integrarem ao esforço comum das ciências da natureza, por terem sua fundamentação em premissas superadas, antes disso, a visão filosófica de Schelling, na leitura de Humboldt, permite esta confluência, a consideração final de que tudo o que se coloca como produto elevado do espírito caminha no sentido maior de síntese universal.

Como medida de validação geral da proposta de integração entre o domínio da racionalidade e o da impressão sensível se apresenta ainda a filosofia de Schiller, em especial a concepção de um homem como média de razão e sensibilidade. Tomada por Humboldt, essa visão do homem ratifica aquilo que já se anuncia na adoção das idéias de Schelling, bem seja, que não é tarefa indigna aproximar as contribuições da razão com as da sensibilidade. Estruturada a conjugação destes campos contrapostos, se apresenta na produção geográfica de Humboldt o ponto de reconhecimento no empírico desta síntese entre os diferentes ramos do saber e mesmo de correntes filosóficas a princípio antagônicas.

A Geografia surge como ciência moderna em Humboldt nesse desafio maior de integração metodológica de um amplo legado científico-filosófico-artístico. Os conceitos de espaço, natureza e morfologia carregam este legado, os colocam na produção de uma Geografia que a um tempo busca ordenações matemáticas para os fenômenos, a regularidade reconhecida na experiência pelo método de indução, e também uma descrição poética da paisagem, um conjunto de conexões reconhecidas na forma, o passo decisivo na introdução de uma sensibilidade romântica para além dos ditames restritos de uma ciência racionalista. Sintetizadora, essa Geografia Moderna humboldtiana agrega não só diferentes legados, mas também, no reconhecimento espacial das variações, na apresentação regional de características próprias segundo princípios regulares, os elementos da natureza na sua relação harmônica com ela mesma e com o espírito, mais especificamente nas formas assumidas pela paisagem. Intuitiva, essa medida de captação da ordem universal se vale dos caminhos dispostos ao humano em sua história. Desse modo, a Geografia surge em Humboldt como ciência moderna, com um objeto (o

planeta terra e seus elementos), um método (inovador, com o sentido último orientado pelo o romantismo alemão, bem seja, pela ligação não-linear entre tudo o que compõe a natureza em uma relação indissociável com o espírito e sua atividade produtora) e metodologias (a captação intuitiva da paisagem, a representação artística nas pinturas e na linguagem; a representação cartográfica; o traçar de isolinhas; os perfis; os elementos numéricos; etc.) próprios.

Por estes caminhos é que dispomos aqui uma leitura internalista da gênese geográfica moderna. Pretendendo colaborar com a produção de conhecimento no âmbito da História do Pensamento Geográfico, apresentamos esta dissertação de mestrado e suas reflexões estruturates no sentido maior de explicar o papel fundamental da constituição dos conceitos de espaço, natureza e morfologia na gênese moderna da Geografia em Alexander von Humboldt.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia ciência da sociedade.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

BACON, F. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)

BARBOSA, Ricardo. **A especificidade do estético e a razão prática em Schiller**. Belo Horizonte: KRITERION, no. 112, Dez/2005, p. 229-242.

BENDA, Julia. **O pensamento vivo de Kant**. São Paulo: Livraria Martins Editora, s.d.

BENJAMIN, W. **O conceito de crítica da arte no romantismo alemão**. Trad. e notas Marcio Seligmann Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002

BORHEIM In: GUINSBURG, J (org). **O romantismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p. 75-112.

CAMPOS In: DUARTE, Rodrigo (org.). **Belo, sublime e Kant**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía.** Barcelona: Barcanova, 1981.

CLAVAL, Paul. **História da geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

DUARTE, Rodrigo (org.). **Belo, sublime e Kant**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

FALBEL In: GUINSBURG, J (org). **O romantismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p. 23-50.

FICHTE, J. G., **Lições sobre a vocação do sábio.** Lisboa, Edições 70, 1999

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GARBER, Daniel**. Leibniz: physics and philosophy. In The Cambridge Companion to Leibniz**. San Diego: Cambridge University Press, 1998.

GOETHE, J. W. von.. **Doutrina das cores.** São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

_____. A metamorfose das plantas. Trad., Introdução e Notas Maria Molder, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1997.

GOETHE & SCHILLER. **Companheiros de viagem: correspondências.** São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

GOMES, Paulo C. da C. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia.** São Paulo: Edusp, 1978.

HEINE, Heinrich. **Contribuição à história da religião e filosofia na Alemanha**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

HUMBOLDT, Alexander. **Cosmos: ensayo de una descripcion física del mundo**. Trad. Bernardo Giner & Jose de Fuentes. Madrid: Gaspar e Roig Editores, 1874a, Tomo I.

_____. **Cosmos: ensayo de una descripcion física del mundo**. Trad. Bernardo Giner & Jose de Fuentes. Madrid: Gaspar e Roig Editores, 1874b, Tomo II.

_____. **Quadros da natureza**. São Paulo: W. M. Jackson Inc., Vol. 1., 1952. (Clássicos Jackson)

_____. **Quadros da Natureza**. São Paulo: W. M. Jackson Inc., Vol. 2., 1953. (Clássicos Jackson)

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano.** São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 121-202. (Os pensadores)

KANT, Immanuel. **Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **Crítica da faculdade de julgar.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. Crítica da razão pura. São Paulo; Nova Cultural, 1999 (Os Pensadores)

_____. **Crítica da razão prática.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2001.

LEBRUN, G. **Sobre Kant**. São paulo: Iluminuras –Edusp, 1993.

_____. **Kant e o fim da metafísica.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LEIBNIZ, G. W. **A monadologia; Discurso de metafísic**a. São Paulo: Abril Cultural, 1979a, p. 101-152. (Os pensadores)

MACHADO, R. **O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche.** Rio de janeiro: Zahar Editor, 2006.

MARÍ, Antoni. **Euforión: Espíritu y naturaleza de genio**. Madrid: Tecnos, 1989.

MARQUES, Antonio. **Organicismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano.** Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MOLDER In: GOETHE. J. W. **A metamorfose das plantas.** Trad., Introdução e Notas Maria Molder, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1997..

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico**. São Paulo: Contexto, 2006.

MORUJÃO, Carlos. **Schelling e o problema da individuação (1792-1809).** Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2004.

NEWTON, Isaac. **Princípios matemáticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979a, p. 1-22. (Os pensadores)

_____. **Óptica: livro III, parte I, referente às questões.** São Paulo: Abril Cultural, 1979b, p. 23-57. (Os pensadores)

NUNES In: GUINSBURG, J (org). **O romantismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p. 51-74.

OLIVEIRA, B. J. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia.** São Paulo: Humanitas – UFMG, 2002.

PIMENTA, Pedro. **Sentimento de prazer e consideração teleológica da natureza na Crítica do Juízo**. Studia kantiana, 4 (1), 2003, p. 137-148

QUAINI, Massimo. **A construção da Geografia Humana.** Trad. Liliana Logana Fernandes, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. (Col. Geografia e Sociedade)

RAY, Christopher. **Tempo, espaço e filosofia**. Campinas: Papirus, 1993.

RICOTTA, Lúcia. **Natureza, Ciência e estética em Alexander von Humboldt**. MAUD, 2003.

ROUSSEAU, J. J. **Pensamento vivo de Rousseau.** Apresentação Romain Rolland. São Paulo: Martins Editora, s.d.

SCHELLING, F. **Obras escolhidas.** Sel., Trad. e notas Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

_____. **Ideias para uma filosofia da natureza: prefácio, introdução e aditamento à introdução.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001a.

_____. **Filosofia da Arte.** Introd. e notas Márcio Suzuki. São Paulo: Editora da Universodade de São Paulo, 2001b, p. 09-143.

SCHELEGEL, F. **O dialeto dos fragmentos.** Trad., apresentação e notas Márcio Suzuki. São paulo: Iluminuras, 1997.

SCHILLER, F. **A educação estética do homem: numa série de cartas.** Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki; Introdução e notas Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SODRÉ, Nelson W. **Introdução à geografia: geografia e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1976.

VITTE, A. **Contribuições à história e à epistemologia da geografia.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Adilson A. de. **A teoria geomorfológica e sua edificação: análise crítica.** Revista brasileira de geomorfologia, ano 4, no. 2, 2003, p. 51-67.

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia ciência da sociedade.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. **Uma geografia para o século XXI.** Campinas: Papirus, 2006.

BACON, F. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)

BAQUERO, Armando B. **Humboldt y las ciencias de la tierra.** Bogotá: Sociedád Geográfica de Colombia, Anais de Martes del Planetário, 1999, p. 01-06.

BARBOSA, Ricardo. **A especificidade do estético e a razão prática em Schiller**. Belo Horizonte: KRITERION, no. 112, Dez/2005, p. 229-242.

BAUAB, Fabrício. **O organicismo da natureza dos "quadros": um estudo sobre alguns vínculos teóricos que alicerçaram os quadros da natureza, de Alexander von Humboldt**. (dissertação de mestrado). Presidente Prudente: UNESP, 2001.

_____. Da geografia medieval às origens da geografia moderna: contrastes entre diferentes noções de natureza, espaço e tempo. (tese de doutoramento). Presidente Prudente: UNESP, 2005.

BENDA, Julia. **O pensamento vivo de Kant**. São Paulo: Livraria Martins Editora, s.d.

BENJAMIN, W. **O conceito de crítica da arte no romantismo alemão**. Trad. e notas Marcio Seligmann Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002

BERKELEY, G. **Tratado sobre os princípios do conhecimento humano; Três diálogos entre Hilas e Filonous em oposição aos céticos e ateus**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 1-119. (Os pensadores)

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 43-74.

BONNEFON, Charles. **História da Alemanha**. São Paulo: Cia. Editora nacional, 1945.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía.** Barcelona: Barcanova, 1981.

_____. Naturaleza y cultura en los orígenes de la geografía española. In: LAFUENTE, Antonio; SALDAÑA, Juan José (coords.). **Historia de las ciencias.** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1987, p. 167-193.

CASSIRER, E. **A filosofia do iluminismo.** Campinas: Unicamp, 1997.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

COMTE, August. **Curso de filosofia positiva; discurso sobre o espírito positivo; discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista.** Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DELEUZE, Gilles. **A filosofia crítica de Kant**. Lisboa: Edições 70, 1963.

DESCARTES, René. **Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores)

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DORNELAS, M. C. & DORNELAS O. **From leaf to flower: revisiting Goethe's concepts on the metamorphosis of plants.** Braz. J. Plant Physiol, 17 (4), 2005, p. 335-343.

DUARTE, Rodrigo (org.). **Belo e sublime e Kant**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

DUFRENNE, Mikel. **Estética e filosofia.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

DURANT, Will. **História da filosofia.** São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ENGELS, F. **Dialética da natureza.** São Paulo: Editora Alba, s.d.

FICHTE, J. G. **Doutrina da ciência e o saber absoluto (1801).** São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 253-294. (Os Pensadores)

_____. **Lições sobre a vocação do sábio.** Lisboa, Edições 70, 1999

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCO, Afonso A. de M. **Renascença**. Rio de janeiro: Museu de Belas-Artes, 1978.

GARBER, Daniel**. Leibniz: physics and philosophy. In The Cambridge Companion to Leibniz**. San Diego: Cambridge University Press, 1998.

GASCAR, Pierre. **Humboldt l'explorateur.:** Gallimard, 1985.

GAYET, Mirelle. **Alexandre de Humboldt: le dernier savant universel.** Préface Philippe Taquet. Presses universitairies de France, 1995.

GOETHE, J. W. von.. **Doutrina das cores.** São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

_____. A metamorfose das plantas. Trad., Introdução e Notas Maria Molder, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1997.

_____. **Viagem à Itália.** Trad. Sérgio Tellaroli. São paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Os sofrimentos do joven Werther.** Porto Alegre: L & PM Editores, 2001.

_____. **Fausto**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Máximas e reflexões.** Trad. e notas José M. Justo. Lisboa: Relógio d'água, s.d.

_____. **Teoría de la naturaleza.** Trad. e notas Diego Sánches Meca. Tecnos, s.d.

GOETHE & SCHILLER. **Companheiros de viagem: correspondências.** São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUINSBURG, J. (org.). **O romantismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia.** São Paulo: Edusp, 1978.

HAVEMANN, Robert. **Dialética sem dogma**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

HEINE, Heinrich. **Contribuição à história da religião e filosofia na Alemanha**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

HOBSBAWM. Eric J. **A era das revoluções: europa 1789-1848.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A era do capital 1848-1875.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem. Rio de Janeiro**: Zahar Editores, 1978.

HUMBOLDT, Alexander. **Cosmos: ensayo de una descripcion física del mundo**. Trad. Bernardo Giner & Jose de Fuentes. Madrid: Gaspar e Roig Editores, 1874a, Tomo I.

_____. **Cosmos: ensayo de una descripcion física del mundo**. Trad. Bernardo Giner & Jose de Fuentes. Madrid: Gaspar e Roig Editores, 1874b, Tomo II.

_____. **Quadros da natureza**. São Paulo: W. M. Jackson Inc., Vol. 1., 1952. (Clássicos Jackson)

_____. **Quadros da Natureza**. São Paulo: W. M. Jackson Inc., Vol. 2., 1953. (Clássicos Jackson)

_____. **Cartas Americanas.** Trad. Marta Traba. Venezuela: Biblioteca Aycaucho, s.d.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano.** São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 121-202. (Os pensadores)

KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como ciência.** Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **Crítica da faculdade de julgar.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Crítica da razão pura**. São Paulo; Nova Cultural, 1999 (Os Pensadores)

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos.** São Paulo: Martin Claret, 2003. (Obras-Orimas, vol. 111)

_____. **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita.** Org. Ricardo R. Terra**.** Martins Fontes, 2003.

_____. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Obras-Primas,vol.126)

_____. **Escritos pré-críticos. Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral**. Trad. Luciana Codato. São Paulo: UNESP, s.d.

KOHLHEPP, Gerd. **Scientific findings of Alexander Von Humboldt's expedition into the Spanish-American Tropics (1799-1804) from a geographical point of view.** Anais da Academia Brasileira de Ciências, 2005, 77(2): 325-342.

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2001.

LA BLACHE, Paul Vidal. **Princípios de Geografia.** Lisboa: Cosmos, s.d.

LEBRUN, G. **Sobre Kant**. São paulo: Iluminuras –Edusp, 1993.

_____. **Kant e o fim da metafísica.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LEIBNIZ, G. W. **A monadologia; Discurso de metafísic**a. São Paulo: Abril Cultural, 1979a, p. 101-152. (Os pensadores)

_____. **Correspondência com Clarke**. São Paulo: Abril Cultural, 1979b, p. 167-232. (Os pensadores)

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LUKÁCS, Georg. **Realismo e existencialismo.** Lisboa: Arcádia, 1968a. p. 243-297.

LUKÁCS, Georg. **Goethe y su época: precedido de Minna von Barhelm**. Barcelona – México, D. F.: Ediciones Griyalbo, S. A., 1968b.

MACHADO, R. **O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche.** Rio de janeiro: Zahar Editor, 2006.

MARÍ, Antoni. **Euforión: Espíritu y naturaleza de genio**. Madrid: Tecnos, 1989.

MARQUES, Antonio. **Organicismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano.** Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. I. (Os Economistas)

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** Sel. José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974)

MATTOS, Claudia Valladão. **A pintura de paisagem entre arte e ciência: Goethe, Hackert, Humboldt**. Revista Terceira Margem. Rio de Janeiro: UFRJ, no. 10, 2004, p.152-168.

MONDIN, B. **Introdução à filosofia: problema, sistemas, autores e obras.** São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Ruy. **Geografia teoria e crítica.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982, p. 197-213.

_____. O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987, p. 13-26.

_____. O círculo e a espiral: a crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico**. São paulo: Contexto, 2006.

MORUJÃO, Carlos. **Schelling e o problema da individuação (1792-1809).** Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2004.

NEWTON, Isaac. **Princípios matemáticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 1-22. (Os pensadores)

_____. **Óptica: livro III, parte I, referente às questões.** São Paulo: Abril Cultural, 1979b, p. 23-57. (Os pensadores)

OLIVEIRA, B. J. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia.** São Paulo: Humanitas – UFMG, 2002.

OS PRÉ-SOCRÁTICOS. **Fragmentos, doxografia e comentários.** Sel. José Cavalcante de Souza; dados bibliográficos Remberto Francisco Kuhnen; trad. José Cavalcante de Souza.... (et al.). São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

PEREZ, Joaquím F. **El descobrimiento de la naturaleza: Humboldt**. Três Cantos: Nívola, 2002.

PIMENTA, Pedro. **Sentimento de prazer e consideração teleológica da natureza na Crítica do Juízo**. Studia kantiana, 4 (1), 2003, p. 137-148

QUAINI, Massimo. **A construção da Geografia Humana.** Trad. Liliana Logana Fernandes, Rio de Janeiro: paz e Terra, 1983. (Col. Geografia e Sociedade)

RAY, Christopher. **Tempo, espaço e filosofia**. Campinas: Papirus, 1993.

REBOK, Sandra. **La expedición de Alexander von Humboldt y su contribuición a la ciencia del siglo XIX.** Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, Boletín del Instituto de Estudios Andinos, ano/vol. 32, no. 003, 2003.

REGO, Pedro C. **Reflexão e fundamento: sobre a relação entre gosto e conhecimento na estética de Kant**. Belo Horizonte: KRITERION, no. 112, Dez/2005, p. 214-228.

RICOTTA, Lúcia. **Natureza, Ciência e estética em Alexander von Humboldt**. MAUD, 2003.

ROHDEN, Valério. **200 anos da crítica da faculdade do juízo de Kant**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

ROSSI, Paolo. **A ciência e a filosofia dos modernos.** Trad. De Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

ROUSSEAU, J. J. **Pensamento vivo de Rousseau.** Apresentação Romain Rolland. São Paulo: Martins Editora, s.d.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SHARPE, Lesley. **The Cambridge Companion to Goethe**. Cambridge University Press, 2002.

SCHELLING, F. **Obras escolhidas.** Sel., Trad. e notas Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

_____. **Ideias para uma filosofia da natureza: prefácio, introdução e aditamento à introdução.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001a.

_____. **Filosofia da Arte.** Introd. E notas Márcio Suzuki. São Paulo: Editora da Universodade de São Paulo, 2001b, p. 09-143.

SCHELEGEL, F. **O dialeto dos fragmentos.** Trad., apresentação e notas Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1997.

SCHILLER, F. **A educação estética do homem: numa série de cartas.** Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki; Introdução e notas Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SODRÉ, Nelson W. **Introdução à geografia: geografia e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SUAREZ, Rosana. **Notas sobre o conceito de Bildung (formação cultural**). Belo Horizonte: KRITERION, n. 112, Dez/2005, p. 191-198.

TERRA, Ricardo R. **kant: juízo estético e reflexão. In:** NOVAES, Adauto (org). Artepensamento. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 113-146.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

WOOLDRIDGE, S. W. & GORDON EAST, W. **Espírito e propósitos da geografia.** Trad. Thomaz Newlands Neto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

VITTE, Antonio C. **A concepção de geografia física em Immanuel Kant**. Belo Horizonte: 10° Seminário nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2005 (CD-ROOM)

_____. **Contribuições à história e à epistemologia da geografia.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.